

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Renata de Carvalho Natacci

Consumo e cidadania na “nova classe média”

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Renata de Carvalho Natacci

Consumo e cidadania na “nova classe média”

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Edison Nunes.

São Paulo

2019

# Consumo e cidadania na “nova classe média”

Renata de Carvalho Natacci

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Edison Nunes.

Aprovada em:

Banca Examinadora

---

Professor Doutor Edison Nunes

---

Professor Doutor Marco Antonio Carvalho Teixeira

---

Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Veras

A Marina, Bruno e Marcelo, que  
todos os dias me inspiram a ser uma  
pessoa melhor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

## **AGRADECIMENTOS**

À Angelita de Jesus, por ser meu braço direito (e esquerdo).

À Marie-Océane Gazurek, pela cumplicidade e torcida.

Ao CESOP e a sua equipe, por gentil e prontamente disponibilizarem os bancos de dados do ESEB, utilizados neste trabalho.

Ao mestre Edison Nunes, por me iniciar e guiar com entusiasmo por esse novo e apaixonante caminho da Ciência Política.

Ao Sérgio de Souza e Silva, por todo o companheirismo, apoio e retaguarda durante esse processo. Espero, algum dia, poder retribuir à altura.

## RESUMO

A finalidade deste trabalho é discutir as relações entre cidadania e consumo no Brasil dos anos 2000, mais especificamente no contexto do surgimento de um suposto novo estrato social, que ficou conhecido como “nova classe média”. Deseja-se entender se, ao ter incrementos em sua renda e, assim, a possibilidade de consumir aumentada, os integrantes daquele segmento modificaram também sua relação com o Estado. A fim de atingir o objetivo aqui proposto, discutiremos, primeiramente, o conceito de cidadania principalmente de acordo com T. H. Marshall, sua implementação e evolução no país conforme José Murilo de Carvalho, bem como seus possíveis liames com o consumo. Na sequência, o enfoque será dado à “nova classe média”, contemplando temas como o cenário econômico que levou à emergência do discurso sobre ela, a elaboração e definição de um critério oficial para delimitar quem seriam seus integrantes (critério esse produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), além da análise de sua caracterização como feita pelas fontes oficiais e de todo o debate acadêmico suscitado a seu respeito. Como forma de obter uma resposta empírica para nossa pergunta principal – qual seja: se incrementos na renda e no consumo de um indivíduo podem implicar em uma transformação na sua relação com o Estado –, será feita uma análise a partir da base de dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), com questões selecionadas nas quatro ondas disponíveis dessa pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2104). Essa análise nos mostrará que não é possível estabelecer relações entre aumentos na renda e no consumo e uma modificação nas percepções sobre o Estado e suas instituições. Isso porque, tanto no período observado como pelo que se conhece a respeito da cultura política brasileira, outros fatores parecem ser mais relevantes e influir mais na avaliação que se faz daquelas instâncias.

**Palavras-chave:** cidadania, consumo, estratificação social, nova classe média.

## ABSTRACT

The goal of this academic study is to discuss the relationship between citizenship and consumption in Brazil in the years 2000, more specifically in the context of an emerging social stratum known as “new middle class”. It is this study’s intention to understand whether income increase – with possible consumption increase – made people of that social strata modify their relationship with the State. In order to reach this objective, at first it is discussed the concept of citizenship, mainly according to T. H. Marshall, its implementation and evolution in the country according to José Murilo de Carvalho and its connections with consumption. Moving ahead, this academic work sheds light on the “new middle class”, covering themes like how the economic scenario enabled the rising of a discourse about this “new” class, the elaboration and definition of an official criteria to identify its members (criteria developed by the Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), also the characterization of this class as done by the official sources and the debate revolving around the setting of this criteria among the academic environment. As a way to obtain an empiric answer to this study main question – whether income and consumption increase can transform the citizen’s relationship with the state – an analysis is performed on data from ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) dataset, based on selected questions from the available four waves of their research (2002, 2006, 2010 e 2104). This analysis shows that it is not possible to conclude there is a relationship between income and consumption increase and a change of perception about the State and its institutions. In the period analyzed, based on what is known about Brazilian political cultural, other factors seem to be more relevant to explain the results seen in the ESEB’s surveys.

**Keywords:** citizenship, consumption, social stratification, new middle class.

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1: Penetração de geladeiras nos domicílios por classe social – Brasil – 1995-2015.....	178
Figura 2: Penetração de lava roupas nos domicílios por classe social – Brasil – 1995-2015.....	179
Gráfico 1: PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em quatro trimestres Brasil – 2008-2014.....	82
Gráfico 2: Receita operacional líquida real (em R\$ mil) com o comércio de veículos, peças e motocicletas – Brasil – 2008-2014.....	181
Gráfico 3: Receita operacional líquida real (em R\$ milhões) do comércio varejista e do setor de serviços – Brasil – 2008-2014.....	183
Gráfico 4: Saldos de algumas carteiras de crédito voltados a pessoas físicas em R\$ (milhões) – Brasil – 2009-2014.....	185
Gráfico 5: Preferência pela opção “a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo” – Brasil – 2002-2014.....	204
Gráfico 6: concordância (total e parcial) com a frase “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo” – Brasil – 2002-2014.....	207
Gráfico 7: Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil (satisfeito e muito satisfeito) – Brasil – 2002-2014.....	208
Gráfico 8: Influência do voto nos acontecimentos do país (influencia e influencia muito) – Brasil – 2002-2014.....	211
Gráfico 9: Votaria, caso o voto não fosse obrigatório – Brasil – 2002-2014.....	212
Gráfico 10: Avaliação do Governo Federal (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014.....	216
Gráfico 11: Avaliação da Justiça (bom e ótimo) – Brasil – 200-2014.....	217

Gráfico 12: Avaliação do Congresso Nacional (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014..	218
Gráfico 13: Avaliação dos partidos políticos (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014.....	219
Gráfico 14: Avaliação das grandes empresas (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014....	220
Gráfico 15: Satisfação com a polícia (notas de 8 a 10) – Brasil – 2002-2006.....	223
Gráfico 16: Satisfação com o controle da criminalidade (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014.....	223
Gráfico 17: Satisfação com o controle da violência policial (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014.....	224
Gráfico 18: Satisfação com as escolas públicas (notas de 8 a 10) – Brasil – 2002-2006.....	224
Gráfico 19: Satisfação com a qualidade do ensino público (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014.....	225
Gráfico 20: Satisfação com o serviço de saúde (notas de 8 a 10) – Brasil – 2002-2006.....	226
Gráfico 21: Satisfação com o acesso aos serviços de atendimento médico (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014.....	226
Gráfico 22: Satisfação com a diminuição das desigualdades sociais (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014.....	235
Quadro 1: comparação entre critérios/esquemas de estratificação.....	104
Quadro 2: comparação entre critérios de estratificação: CPS, Critério Brasil, Critério SAE e proposta de Jessé de Souza.....	135
Quadro 3: Principais informações metodológicas sobre o ESEB.....	199
Tabela 1: Estratificação CPS/FGV – faixa de renda familiar das classes econômicas – Brasil – 2014.....	98

Tabela 2: Estratificação CCEB – renda média domiciliar por estrato socioeconômico Brasil – 2014.....	100
Tabela 3: Ocupação e escolaridade – chefes de família da classe média e chefes de família da população em geral – Brasil – 2000.....	117
Tabela 4: Despesas de famílias “pobres”, de classe média e população – Brasil – 2002-2003.....	118
Tabela 5: critério de estratificação da SAE – grupos definidos vs renda.....	133
Tabela 6: distribuição por classes segundo os diferentes grupos socioeconômicos – Brasil – 2012.....	142
Tabela 7: Evolução dos estratos populacionais brasileiros entre 2002-2012.....	144
Tabela 8: evolução dos determinantes imediatos do aumento da renda das famílias de classe média e suas contribuições para o aumento desses rendimentos – 1999-2009..	146
Tabela 9: força de trabalho brasileira em 2012.....	148
Tabela 10: evolução da escolaridade dos trabalhadores brasileiros – 2001-2011.....	150
Tabela 11: Evolução da remuneração do trabalho principal no Brasil – 2001-2011 (R\$/mês).....	153
Tabela 12: Evolução da participação da classe média na renda das famílias – Brasil – 1999-2009.....	153
Tabela 13: Despesas da classe média brasileira – principais variações entre as POFs de 2003 e de 2009 em valores de 2010.....	175
Tabela 14: Presença de computador e de acesso à Internet nos domicílios da classe média (classe C). Porcentual sobre o total de domicílios do estrato – Brasil – 2009-2014.....	180
Tabela 15: Endividamento das famílias – médias anuais – Brasil – 2009-2014.....	187
Tabela 16: Distribuição de estratos econômicos para cada ano do ESEB, segundo a metodologia da SAE.....	202
Tabela 17: Preferência por tipo de regime – Brasil – 2014.....	206

Tabela 18: Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil – 2014.....	209
Tabela 19: Eleitores que não votariam, caso o voto não fosse obrigatório – Brasil – 2002-2014.....	214
Tabela 20: À qual classe pertencia há oito anos – Brasil – 2010.....	229
Tabela 21: À qual classe pertence hoje – Brasil – 2010.....	230
Tabela 22: Percepção de mudança de classe social em oito anos – Brasil – 2014.....	232
Tabela 23: À qual classe pertencia há oito anos – Brasil – 2014.....	233
Tabela 24: À qual classe pertence hoje – Brasil – 2014.....	234
Tabela 25: Percepção do padrão de vida em dez anos – Brasil – 2010.....	237
Tabela 26: Possibilidade de ter um melhor padrão de vida em dez anos – Brasil – 2014.....	238

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>PARTE I – cidadania e consumo</b>	<b>22</b>
Capítulo I – Cidadania – conceituação e o problema brasileiro	24
Capítulo II – Consumo e cidadania: relações possíveis?	64
<b>PARTE II – A “nova classe média”</b>	<b>79</b>
Capítulo I – Antecedentes econômicos	82
Capítulo II – Estrutura social e estratificação na sociedade brasileira	93
Capítulo III – O conceito de classe média: delimitações, histórico e a perspectiva brasileira	106
Capítulo IV – A “nova classe média” na agenda oficial: o critério da SAE e os cadernos <i>Vozes da Classe Média</i>	120
Capítulo V – O debate acadêmico sobre a “nova classe média” brasileira	161
Capítulo VI – A experiência dos indivíduos da “nova classe média”: o que mudou em suas vidas	172
Capítulo VII – A “nova classe média” e a visão do Estado: verificação empírica	195
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>240</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>245</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, mais precisamente no período compreendido entre 2008 até meados de 2014, muito se falou sobre uma melhora na qualidade de vida dos brasileiros. Incrementos na ocupação e na renda graças a um bem-sucedido plano de estabilização da moeda (o Plano Real, ainda em 1994), à dinamização da economia brasileira a partir do cenário externo, à valorização do salário mínimo e também a programas de transferência de renda, além de uma grande expansão na oferta de crédito foram, *grosso modo*, responsáveis pelo que foi entendido por alguns como um momento de grande “inclusão social” (ARRETCHE, 2015, p. 436) e – ao menos hipoteticamente –, pelo surgimento de um “novo” estrato social que ficou conhecido pela denominação de “nova classe média” (ou, simplesmente, NCM, como muitos acadêmicos preferiram). Com relação a essa última, aliás, dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), davam conta de que nela ingressaram 44,7 milhões de pessoas entre 2003 e 2013 (BRASIL, 2014, p. 1).

Em boa parte, a percepção de “inclusão” deu-se por meio da constatação de que essa parcela considerável da população passara a consumir mais, tendo acesso a bens antes inacessíveis. Governo, mercado e mídia celebraram o que era entendido como um novo e auspicioso momento no Brasil; agências de propaganda e institutos de pesquisa buscaram com afincado entender o que queria, como pensava e quais as formas de conversar com esse “novo” e, agora, mais abastado consumidor.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* de 5 de setembro de 2015, o empresário Flávio Rocha, presidente da varejista Riachuelo, mencionou, como fruto de todo esse processo que descrevemos brevemente até aqui, o surgimento de um novo personagem no cenário nacional: o “eleitor-consumidor-cidadão”. Rocha afirmava que esse indivíduo seria o responsável por mudar a história do país:

Ele sucedeu o eleitor súdito, que era o fiel da balança e representava uma grande base de 60% de pobreza. Ficava com o pires na mão para o Estado. Houve uma grande transformação demográfica e

econômica. Hoje, o fiel da balança não é mais a base da pobreza. É o novo consumidor, com condição de resolver as paradas eleitorais que vêm pela frente. Ele enxerga o Estado de uma outra forma. Não cai mais no mito do Estado que resolve todos os problemas. Ele vê o Estado como vê sua operadora de telefonia celular, de TV a cabo. Paga e exige reciprocidade (SALOMÃO & SCHELLER, 2015).

O discurso de Rocha serviu como inspiração para o presente trabalho, levantando vários questionamentos. Em primeiro lugar: existiria, mesmo, essa figura de um novo “eleitor-consumidor-cidadão”? Se sim, o que, exatamente, teria levado ao seu surgimento, quais seriam suas características, atitudes, opiniões e comportamentos?

Aliás: faria sentido reunir, numa mesma “entidade”, os três papéis (eleitor, consumidor e cidadão)? Como o segundo deles – a função de consumidor - relaciona-se com os demais, dado que “eleitor” e “cidadão” parecem pertencer mais ao mundo das relações com o Estado, enquanto “consumidor”, ao mundo das relações privadas e de trocas comerciais?

Esse “novo consumidor” – e, aqui, caberia também perguntar por que somente esse papel foi destacado, dentre os três que formam o construto de Rocha – realmente enxergava o Estado de outra forma, com mais autonomia e sem esperar a resolução “de todos os seus problemas”? Ele efetivamente concebia o Estado como mais um dos vários prestadores de serviço à sua disposição, pagando e exigindo reciprocidade? Inclusive, seria essa uma forma legítima de se relacionar com o Estado? Ou representaria algum tipo de deturpação?

Por um lado, se muitos brasileiros de fato passaram a ter acesso a bens e a serviços desejados, seria natural imaginar que isso tenha resultado em uma sensação de melhora em suas condições de vida. Por outro lado, não se pode dizer que esse processo tenha necessariamente resultado na mudança sugerida por Rocha: uma espécie de incremento na consciência dos cidadãos da NCM a respeito do papel e do que o Estado deveria fazer ou não por eles.

Com nossa pesquisa, buscamos aprofundar e, na medida do possível, trazer soluções para essas questões. Em última instância, o que se quis descobrir é se existem relações – e de que natureza – entre consumo e cidadania. Melhor dizendo: um aumento ou intensificação do papel de alguém como consumidor poderia resultar em uma

mudança em sua relação com o Estado, conforme sugerido por Rocha? Em que direção? Será que, com seu avanço na esfera do consumo, a chamada “nova classe média” também passou a tratar o Estado como um “provedor de serviços”? Se sim, quais as possíveis consequências disso para cada um dos atores envolvidos e para a democracia como um todo?

Na parte inicial desta dissertação abordaremos a temática da cidadania. O ponto de partida será o entendimento do conceito de acordo com a visão clássica de T. H. Marshall (1962), mas recorreremos também a outros autores, como Bourdieu (2015) para podermos compreender seus significados em toda a sua inteireza. Segundo Marshall (1962), a cidadania está relacionada a uma noção de participação integral na comunidade, sendo que os cidadãos teriam “direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança que lhes permitisse viver como seres civilizados conforme os padrões correntes na sociedade” (ARRETCHE, 2015, p. 193). Importante notar que essa ideia traz, em seu cerne, a temática da igualdade, ou seja, a cidadania é algo que está além das diferenças de níveis econômicos. Deveria, portanto, estender-se a todos independentemente de sua renda.

Em seguida, examinaremos o desenvolvimento da cidadania no caso brasileiro. José Murilo de Carvalho será nosso principal guia nesse percurso, mostrando, em sua abrangente análise presente em *Cidadania no Brasil* (2002), como diversos aspectos históricos são chave para a compreensão. O caminho trilhado por Carvalho começa no período colonial, passa pelas fundamentais décadas de 1930 e 1940 – segundo ele, “o grande momento da legislação social” (CARVALHO, *op. cit.*, p. 110) –, pelo período ditatorial de 1964 a 1985 – com todas as suas restrições a liberdades – e pela redemocratização. O autor nos mostrará toda a peculiaridade da conformação da cidadania brasileira e como esse histórico pode afetar, ainda hoje, nossa relação com o conceito e, por esse caminho, com a instituição.

Além de Carvalho, recorreremos também a intelectuais como Cardoso e Faletto (2011), Furtado (1992) e, especialmente, Skidmore (2012, 2015), que evidenciarão de que maneiras o cenário político-econômico também interferiu de maneira fundamental na conformação de nossa cidadania.

Após percorrer e refletir sobre esse histórico, chegaremos àquela que consideramos ser a principal questão da cidadania brasileira hoje: o fato de termos sido condicionados a enxergar direitos como equivalentes a serviços. Em outras palavras: muitos brasileiros parecem entender que “ter direitos” é simplesmente o mesmo que poder usufruir serviços públicos gratuitos. Em nosso ponto de vista, cremos que prover serviços – em diversas áreas, como saúde, educação, saneamento etc. – certamente é uma função do Estado, mas isso não encerra, *per se*, o que deveria ser a concessão de direitos e a verdadeira cidadania. Para nós, a substância, o cerne da cidadania está ligado à liberdade para que qualquer cidadão, qualquer participante do *status*, possa ter voz na sociedade (logicamente que conforme as normas postas). Essa é a cidadania que deveria ser desejada por todos, muito mais do que somente aquela que se materializa via serviços públicos gratuitos.

Ademais de discorrer sobre a ideia de cidadania, seu desenvolvimento histórico e problemas no Brasil, ainda na primeira parte do trabalho, num segundo momento, abordaremos suas possíveis ligações com o consumo. Partindo de um raciocínio teórico, chegaremos à conclusão de que o consumo não só não se opõe à cidadania, mas é fundamental para que ela ocorra: por meio do consumo, garante-se que cada pessoa tenha acesso ao mínimo para levar aquilo que denominaremos “vida digna” – alimentar-se, vestir-se, abrigar-se etc.. Assegurando esse mínimo de dignidade, o consumo capacitaria ao exercício e ao gozo dos direitos e, ao mesmo tempo, contribuiria para apaziguar os ânimos, tornando os indivíduos mais propensos a aceitar as regras sociais. Ou seja: ao habilitar para a cidadania, o consumo também se prestaria à conformação, à coesão e à regulação entre sociedade, mercado e Estado.

Deve-se somar a isso o fato de que obter renda, poder manter-se a si mesmo e aos seus, assim como poder fazer escolhas de consumo são todas ações que autonomizam e dão maior poder de ação aos indivíduos. Mesmo os próprios processos envolvidos no ato de comprar algo – pesquisar, escolher, negociar etc. – ajudam a desenvolver habilidades nos indivíduos que poderão ser usadas em outras esferas de suas vidas. O consumo, portanto, também tornaria as pessoas mais senhoras de si e aptas a posicionar-se.

Se a primeira parte da dissertação será dedicada à temática da cidadania e, na sequência, às suas ligações com o consumo, a segunda parte será inteiramente voltada à chamada “nova classe média”. Iniciaremos por contextualizar o “surgimento” dessa “nova classe” tratando daqueles que foram considerados seus principais antecedentes econômicos: desde a estabilização da moeda, ocorrida há mais de vinte anos, passando pelo bom cenário econômico devido ao “boom das *commodities*” em meados dos anos 2000 e por fatores relacionados à demografia brasileira. Não deixaremos de fora, também, as políticas da era petista (especialmente no que concerne aos aumentos no salário mínimo e à concessão de crédito) que, juntamente com os itens anteriores, resultaram em amplas taxas de ocupação e em um grande volume de dinheiro no bolso dos brasileiros – especialmente de uma parcela que sempre tivera acesso limitado ao consumo de bens de maior valor, mas que, naquele momento, via-se, pela primeira vez, com possibilidades reais de adquiri-los.

Após termos compreendido o cenário econômico que, supostamente, deu origem à NCM, será necessário fazer uma discussão a respeito da estrutura social e, em seguida, um panorama das principais formas de estratificação existentes e usadas na sociedade brasileira. Passaremos, então, pelo critério proposto pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), pelo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), e mesmo por uma proposta de caráter mais qualitativo feita pelo sociólogo Jessé Souza (2009; 2012). Com esse quadro, queremos entender quais elementos costumam reger as diferentes maneiras de classificar os estratos de uma população – e, acima disso, pensar por que é selecionado um ou outro elemento, uma ou outra forma de estratificação. Essa compreensão será bastante útil para, posteriormente, pensarmos as motivações subjacentes às escolhas feitas na classificação desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), órgão que, como veremos, foi o responsável dentro do Governo para cuidar dos assuntos relacionados ao estrato.

Ainda antes de chegarmos ao objeto central desse segundo capítulo – ou seja, antes de falarmos propriamente a respeito da “nova classe média” brasileira do fim dos anos 2000 –, trataremos do controverso conceito de “classe média” (ou, como preferem

alguns, “classes médias”, no plural), especialmente na visão de Karl Marx, Max Weber, quer diretamente em suas obras, quer pelo recurso aos intérpretes. Em seguida, entraremos em território nacional, discorrendo acerca do desenvolvimento e das características da classe média brasileira. Ou melhor: do agrupamento que, até meados dos anos 2000, era conhecido como classe média brasileira – mas que, com o surgimento do discurso sobre uma “nova classe média” por volta de 2008, passou a ser qualificado de “antiga classe média” ou mesmo “classe média *tradicional*” brasileira, como preferiremos utilizar.

Revelaremos, na sequência, como a ideia do aparecimento dessa “nova classe média” no Brasil começou a ser difundida por volta de 2008, primeiramente na academia (com a obra de Marcelo Neri), depois ganhando espaço junto a alguns setores econômicos (com destaque para os institutos de pesquisa, que tomaram para si a missão de “traduzir” e revelar ao mercado o que esse público desejava), em seguida expandindo-se para a mídia e, por fim, atingindo o primeiro escalão do Governo, indo abrigar-se na SAE/PR. Por meio da análise dos materiais publicados pela Secretaria – os cadernos *Vozes da Classe Média* –, evidenciaremos como esse suposto novo estrato populacional foi caracterizado oficialmente, fosse por meio de números e estatísticas, fosse por meio de descrições qualitativas que, sob nosso ponto de vista, trataram de construir toda uma narrativa retratando uma espécie de “novo brasileiro ideal”, um personagem “batalhador”, sem medo de trabalhar duro, orgulhoso, empoderado e, principalmente, ávido por consumir mais e mais. Um brasileiro que seria o produto, a materialização do progresso social que teria ocorrido na era lulo-petista.

Não deixaremos de trazer à nossa discussão sobre a NCM, também, o debate acadêmico por ela suscitado, contrapondo setores mais à direita e mais à esquerda. Os primeiros, aparentemente mais favoráveis à ideia de que havia surgido um novo segmento populacional (e de que havia ocorrido mobilidade social), foram representados primordialmente por Marcelo Neri – espécie de “ideólogo” da “nova classe média” – e também por Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, que em 2010 publicaram a obra *A classe média brasileira*, patrocinada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). A grande preocupação do livro era a sustentabilidade do estrato, dado que, por um lado, os autores percebiam que muito do consumo realizado pelos

integrantes do segmento devia-se ao crédito abundante e, por outro, duvidavam que essas pessoas que supostamente ascenderam tivessem o necessário – na verdade, a educação – para manter-se no novo patamar e crescer mais.

Já o segundo grupo, o dos detratores da NCM, era, de certa forma, capitaneado por Jessé Souza, para quem classes ou estratos sociais não poderiam ser definidos somente por renda, mas sim por hábitos e estilos de vida. Souza (2012), então, preferia qualificar esses indivíduos que tinham passado a ganhar e a consumir mais como *batalhadores brasileiros*, ou *nova classe trabalhadora*. Eles contariam com uma cultura de iniciativa, muitas vezes propalada dentro do próprio núcleo familiar, e com uma forte ética de trabalho, mesmo em condições adversas (SOUZA, 2012, pp. 50-1). Para entendê-los, segundo Souza, seria necessário compreender também seu estilo de vida e sua visão do mundo (SOUZA, 2012, pp. 26; 32).

Outros críticos à proposição da existência de uma “nova classe média” brasileira foram Marcio Pochmann (2012; 2014) e os diversos autores que contribuíram com artigos para uma publicação da Fundação Heinrich Böll Brasil de 2013, intitulada *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Tanto quanto possível, suas ideias serão debatidas.

Nossa exposição não estaria completa se não buscássemos compreender se a maior renda e o conseqüente maior consumo trouxeram transformações de fato relevantes para a vida dos indivíduos da NCM. Assim, por um lado, traremos estatísticas sobre o consumo nos anos de maior euforia a respeito do estrato; por outro, apresentaremos a visão e as reflexões de alguns de seus integrantes sobre as mudanças ocorridas a partir da compra de bens muito desejados, mas que haviam se tornado acessíveis há pouco tempo. Veremos, por meio de alguns depoimentos originalmente publicados em reportagens, artigos e estudos acadêmicos sobre o segmento, que celulares, máquinas de lavar roupas e novas geladeiras significaram, além do sentimento de conquista e de maior pertencimento a uma sociedade que valoriza o consumo, também benefícios como economia de tempo, maiores possibilidades de geração de renda e de socialização para a “nova classe média”.

No último capítulo desta segunda parte do trabalho, verificaremos, empiricamente, a hipótese de que uma maior vivência com o consumo poderia provocar

alterações na forma como os indivíduos lidam com o Estado e suas instituições. Ou seja: buscaremos entender se, de fato, configurou-se a figura do “eleitor-consumidor-cidadão” apregoada por Flávio Rocha. Para essa checagem, usaremos o ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), realizado a cada quatro anos pelo CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), que, consistentemente, formula aos entrevistados questões a respeito de temas como a democracia, avaliação de instituições e dos serviços e políticas do Estado.

Sabemos que muito já foi falado e escrito tanto sobre cidadania e, mais recentemente, sobre “nova classe média”. Acreditamos, no entanto, que a contribuição principal deste trabalho será a de olhar a questão sob uma perspectiva aparentemente pouco explorada, a das possíveis inter-relações entre o exercício do consumo, de um lado, e o exercício da cidadania, do outro. Se consumir mais e uma cesta diferente foi o que mudou nos últimos anos e talvez somente por um período de tempo, cremos que um estudo que foque essa mudança possa colaborar para o debate sobre a relação do brasileiro com o Estado e com suas instituições.

## PARTE I – Cidadania e consumo

Esta primeira parte do trabalho tem dois objetivos. O primeiro deles é tratar da questão – e dos problemas – da cidadania no Brasil. Assim, começaremos por nos acercar do assunto por meio de sua conceituação, tomando como referência a clássica visão de T. H. Marshall. Pierre Bourdieu também nos auxiliará nessa empreitada, iluminando a temática das relações do indivíduo com o Estado.

Em seguida, buscaremos entender como se gerou e se consolidou a noção brasileira de cidadania. Para isso, será necessário traçar um panorama histórico, no qual nos referiremos, muitas vezes, não só à evolução da “implementação” da cidadania no país, mas também a questões relacionadas à vida e ao desenvolvimento econômico e político do Brasil, dado que são esferas intrinsecamente correlacionadas. Nessa empreitada, seremos guiados principalmente por José Murilo de Carvalho e por Thomas Skidmore.

A partir daí, buscaremos defender a hipótese segundo a qual uma das razões que impede uma plena cidadania por parte de nós, brasileiros, está no fato de termos aprendido a enxergar direitos somente como serviços e gratuidade: reduz-se, assim, o complexo universo dos direitos de cidadania à dimensão única das relações tipicamente mercadológicas, “encapsuladas” no direito do consumidor. Embora certamente não seja o único condicionante, nem esgote a questão, acreditamos que esse seja um aspecto marcante de nossa vivência cidadã. Buscaremos, então, demonstrar como, em nossa visão, a condução e as posturas do Estado brasileiro nos orientaram e condicionaram nossa visão, resultando em uma cidadania pouco amadurecida.

O segundo objetivo desta parte do trabalho será estabelecer possíveis relações entre consumo e cidadania. Partindo da fala de Flávio Rocha<sup>1</sup>, mencionada já em nossa Introdução e que inspirou este trabalho, tentaremos entender se, como sugerido pelo

---

<sup>1</sup> Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o empresário Flávio Rocha mencionou que o “eleitor-consumidor-cidadão” brasileiro, uma nova figura surgida a partir da expansão da chamada “nova classe média”, “enxerga o Estado de uma outra forma [...] vê o Estado como vê sua operadora de telefonia celular, de TV a cabo. Paga e exige reciprocidade” (SALOMÃO & SCHELLER, 2015).

empresário, uma maior experiência do indivíduo como consumidor poderia levar a modificações em sua postura como cidadão e em relação ao Estado – e quais as possíveis consequências disso. Logicamente, neste momento, toda a discussão decorrente será feita sob um ponto de vista apenas teórico.

## Capítulo I – Cidadania – conceituação e o problema brasileiro

Como é mais que sabido, uma primeira ideia de cidadania surgiu na Grécia clássica. Cidadãos eram aqueles que poderiam formar e fazer parte do governo – o que excluía escravos, mulheres e estrangeiros (COUTINHO, 1999, p. 43). Na pólis, os elos de fidelidade e a identificação formavam a base da comunidade (MOISÉS, 2013, p. 32), mas pode-se dizer que não havia direitos individuais e/ou oponíveis ao Estado. A cidadania resumia-se à cidadania política (CONSTANT, 2015, pp. 10-11; 79) e demandava participação direta:

A vontade de cada um tinha uma influência real; o exercício dessa vontade foi um prazer vivo e repetido. Em consequência, os antigos estavam dispostos a fazer muitos sacrifícios para a conservação dos seus direitos políticos e de sua parte na administração do Estado. Cada qual sentia com orgulho tudo o que valia seu voto e experimentava, nessa consciência da sua importância pessoal, uma ampla compensação. (CONSTANT, 2015, pp. 85-6).

Locke e Rousseau, com suas concepções sobre a democracia liberal, também contribuíram para se pensar a cidadania, “e as revoluções inglesa, americana e francesa validaram o seu uso ao estabelecer um vínculo jurídico-legal entre as noções de liberdade, igualdade, fraternidade e Estado-nação” (MOISÉS, 2013, p. 32). Posteriormente, já no século XX, mais precisamente no final da década de 1940, T. H. Marshall desenvolveu provavelmente a mais consagrada conceituação sobre cidadania moderna. Segundo ele,

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações perante o *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (MARSHALL, 1967, p. 76).

A comunidade a que Marshall se refere pode ser entendida como o próprio Estado. Cidadania, então, é algo que se dá dentro dos limites de um Estado, sendo o cidadão uma “entidade jurídica” que mantém relações formais, na qualidade de parte do Estado (BOURDIEU, 2014, p. 454). Em outras palavras, ser cidadão significa, em primeiro lugar, entender e aceitar que há uma instância que integra e estrutura a ordem social e que é “encarregada de definir o bem público, isto é, o que é bom para o público, em público, para o conjunto de pessoas que definem o público” (BOURDIEU, 2014, p. 128). Ser cidadão é cumprir as “regras do jogo” que garantem a participação em uma determinada comunidade. Ainda segundo Bourdieu (2014, p. 463), “o cidadão é aquele que tem direito ao jogo político”.

Contudo, somente o fato de ter direito a esse jogo não quer dizer, necessariamente, *entrar* simplesmente, e de bom grado, no jogo. Citando Hirschman, Bourdieu (2014, p. 468) deixa claro que há outras alternativas para os indivíduos, quais sejam, *exit* (sair) e *voice* (protestar): “Os dominados têm a opção entre sair, excluir-se, fazer dissidência, fazer secessão, ou protestar.” Entendamos, pois, cada uma delas e suas consequências.

A primeira, ou seja, a escolha por “sair”, não parece viável ou desejável. Por uma parte, laços de lealdade, fortemente emocionais, como aqueles que ligam as pessoas a seu país, são difíceis de romper. Por outra, do ponto de vista dos “dominados” (termo empregado por Bourdieu), colocar-se à parte tampouco é simples: significa abrir mão das vantagens advindas do sistema. Significa, pode-se dizer, excluir-se da cidadania.

Ao mesmo tempo, caso uma boa parte dos “dominados”, apesar de todos os custos implicados em deixar a ordem, optasse pela exclusão, os dominantes teriam também algum tipo de problema: o afastamento de uma parcela considerável da população, em última instância, poderia redundar em desordem ou, no limite, em guerra civil ou na dissipação do Estado. Em outras palavras, teríamos um jogo de derrotados.

Descartando, então, a opção *exit*, resta a opção *voice*, ou seja, caberia aos “dominados” manter-se no sistema, mas de maneira crítica e atuante, fazendo-se ouvir a fim de garantir o atendimento a suas demandas. Isso levaria a outra parte, ou seja, os

“dominantes”, a abrir espaço para aqueles primeiros, em uma dinâmica envolvendo controle e, ao mesmo tempo, assistência:

Max Weber falava de “domesticação dos dominados”: uma parte do trabalho do Estado está orientada para essas classes perigosas que é preciso domar [...]. Ao mesmo tempo, é possível dizer que se trata de assistir os dominados, de arrancá-los do estado insuportável de miséria em que estão. (BOURDIEU, 2014, p. 466).

Voltando à metáfora do jogo, é necessário, pois, que todos os participantes tenham possibilidades mínimas de ganhá-lo. Portanto, se, por um lado, os deveres relacionados à cidadania demonstram, por parte dos cidadãos, uma concordância com as normas propostas – as regras do jogo –, por outro lado, os direitos funcionam como a contrapartida, como as condições favoráveis que permitem vislumbrar uma vitória (e, assim, ter vontade de participar). Percebe-se, por fim, que a cidadania é um mecanismo de coesão e de regulação social; de busca de equilíbrio de poder entre Estado e sociedade. Aliás, Bourdieu (2014) reforça que a integração é fundamental à própria construção da nação:

Construir a nação a partir do Estado é favorecer a “integração” dos dominados. [...] É um movimento para o centro, é uma participação no *illusio* (entrar no jogo) e, ao mesmo tempo, integração se opõe a secessão, ao fato de sair do Estado. (BOURDIEU, 2014, p. 466).

A questão da “construção da nação”, inclusive, relembra-nos outra faceta da cidadania: conquanto seja um requisito para a participação no contexto formal do Estado, ela também contempla o engajamento dedicado a uma civilização que é tomada como um patrimônio geral (MARSHALL, 1967, p. 84). Bourdieu (2014, p. 454) refere-se à nação como uma “encarnação imaginária do povo”, apoiada sobre elementos que lhe são comuns (língua, história, paisagem etc.) e que, por isso mesmo, devem ser valorizados e difundidos, até mesmo como garantidores de uma maior coesão. Já Holston e Appadurai (1996, p. 192) aludem a uma *cidadania nacional*, na qual a nação seria uma comunidade de propósitos partilhados e indivíduos equânimes. Ela requereria, por parte dos cidadãos, uma percepção de que “são suficientemente similares para buscarem um propósito comum” e ainda

[1º] que há bens comuns significativos; [2º] que a participação ativa, mais do que o mero recebimento ou herança, estabelece o direito a reclamar esses bens; e [3º] que aqueles que participam têm direitos iguais – ou pelo menos ajustados – a despeito de suas diferenças. (HOLSTON & APPADURAI, 1996, p. 192, tradução nossa).

Percebe-se que a cidadania, portanto, é multifacetada. Inicialmente, e de forma bastante objetiva, ela funciona como um dos principais – se não o principal – mecanismo de ajuste das relações entre a sociedade e o Estado. É ela que assegura as condições para que a primeira perceba que pode participar da dinâmica de poder proposta pelo segundo – ou, novamente, para que as pessoas se sintam impelidas a “entrar no jogo”. Ao mesmo tempo que faz isso, ela (a cidadania) também assegura que haja o cumprimento das obrigações para com o Estado.

Ademais, a cidadania parece representar um entendimento intersubjetivamente compartilhado entre todos os participantes de uma dada comunidade – lastreado em características e em um histórico comum – de que se deve atingir objetivos ligados à promoção do bem comum. Ou seja, de que há certas condições de vida conjuntamente (Estado e sociedade) reputadas como dignas e justas, e de que é necessário fomentá-las de maneira a que todos possam desfrutá-las. A cidadania, logo, não pode prescindir da noção de igualdade: por se acreditar que todos os cidadãos são fundamentalmente iguais é que se crê e se procura atingir essa dignidade como um valor superior – o que, por sua parte, deve contribuir para a manutenção da própria igualdade.

Essas duas facetas – mecanismo de ajuste entre os indivíduos e ordem e compromisso dos indivíduos voltados ao bem comum – operando conjuntamente contribuem, em última instância, para a construção da nação e para o fortalecimento/manutenção do Estado. A cidadania, como já exposto, não deixa de ser um instrumento de regulação.

De acordo com Marshall (1967, p. 63), a cidadania moderna estaria composta fundamentalmente por três elementos<sup>2</sup> – ou melhor, por três tipos de direitos: os direitos civis (liberdade de opinião, de imprensa, de fé, bem como de ter propriedades e de estabelecer contratos – de poder participar da vida econômica de uma sociedade); os direitos sociais (direito ao bem-estar, à segurança, a ter uma vida civilizada conforme os costumes da época e do lugar); e, por fim, os direitos políticos (direito a ser membro de organismo político, a ser eleitor, a participar da vida política da sociedade). Vale ressaltar, novamente, que, se há direitos, há também a contrapartida, isto é, as obrigações, definidas pelo Estado e também balizadas por um senso de responsabilidade para com a comunidade.

Parece haver, ao menos no plano teórico, uma complementação e um “balanceamento” entre os três tipos de direitos. Os civis afixam as liberdades de pensamento e de expressão, de ir e vir, de imprensa, de fé, de ter propriedades, de firmar contratos – ou seja, dizem respeito à possibilidade dos indivíduos exercerem plenamente suas potencialidades e buscarem seus objetivos. Algo, teoricamente, limitado apenas pelas suas próprias habilidades (ou pela falta delas) e também pelos direitos de outros cidadãos (MARSHALL, 1967, p. 30). Relacionam-se, assim, à esfera privada da vida (interditando o todo da sociedade).

Já os políticos garantem, pela possibilidade de ser membro de um corpo político e pelo papel de eleitor, que exista uma ampla participação nas disposições que concernem ao todo. Em outras palavras, dizem respeito à vida pública, àquela arena que exige mais negociações e concessões e que, no mais das vezes, liga-se às instituições delimitadas pelo Estado.

De certa maneira, os direitos políticos – e as instituições forjadas a partir deles – ajudam a balizar e formam um arcabouço para as garantias individuais. Porém, ao mesmo tempo, decisões que consideram o coletivo também podem restringir escolhas pessoais – isto é, afetar os aparentemente ilimitados caminhos advindos dos direitos civis, representando a ingerência do Estado na vida dos indivíduos. Além disso, não há que se esquecer que as garantias provenientes das liberdades individuais, até certo

---

<sup>2</sup> Entendemos que, contemporaneamente, fala-se de outros tipos de direitos, como direitos ambientais, direitos difusos etc. Neste trabalho, porém, seguiremos a conceituação clássica de Marshall, ou seja, trataremos apenas de direitos civis, políticos e sociais.

ponto, atuam “contra” o coletivo e contra o Estado, protegendo cada homem de abusos cometidos por qualquer um desses dois últimos (COUTINHO, 1999, p. 46). De qualquer maneira, por conta do equilíbrio resultante das oposições mencionadas, os direitos civis e os direitos políticos são complementares. Ou, como posto por Benjamin Constant (2015, p. 96), “a liberdade individual, repito-o, é a verdadeira liberdade moderna. A liberdade política é a sua garantia; a liberdade política é, em consequência, indispensável”.

Os direitos sociais, por sua vez, surgiram devido à percepção de que, mesmo gozando de liberdades individuais e da abertura para a participação nas determinações mais gerais sobre determinada comunidade – em outras palavras, tendo acesso aos direitos civis e políticos –, nem todos conseguiam “viver como seres civilizados conforme os padrões correntes na sociedade” (ARRETCHE, 2015, p. 193), ou seja, levar uma existência com condições percebidas, num dado momento histórico, como dignas. Desse modo, os direitos sociais surgem como uma forma de equalização de oportunidades e de condições, como um mecanismo de proteção para que uma determinada parcela da população pudesse integrar-se ao Estado. Logicamente que – levando em consideração que estamos tratando do desenvolvimento dos direitos em uma sociedade capitalista (Marshall escreveu sobre a sociedade inglesa dos séculos XIX e XX) –, até certo ponto, os direitos sociais introduziram mudanças nessa sociedade, dado que “implicam uma invasão do contrato pelo *status*, na subordinação do preço de mercado à justiça social, na substituição da barganha livre por uma declaração de direitos” (MARSHALL, 1967, p. 103). Contudo, se a cidadania pressupõe considerar todos os membros de uma comunidade como equânimes, a ausência dos direitos sociais deixaria o conceito, como um todo, incompleto.

Baseado no que ocorreu em sua terra natal, Marshall menciona uma ordem na introdução dos direitos. Primeiro, viriam os direitos civis (garantias individuais), depois os políticos (participar nas deliberações coletivas) e, por fim, os sociais (garantidores de maior igualdade). Há uma lógica nisso: uma maior liberdade daria ensejo à vontade de participar das decisões do país. Essa participação – ao menos no caso inglês – teria promovido um olhar para uma fatia da população que necessitaria

de maior assistência, levando ao surgimento dos direitos sociais (CARVALHO, 2002, p. 9).

Convém mencionar, por fim – e com isso pretendemos encerrar a discussão a respeito deste conceito –, que a cidadania e seu desenvolvimento são históricos e específicos, dependem das condições particulares e da evolução de cada sociedade e de cada Estado. Assim, ser cidadão não é o mesmo ontem e hoje (tampouco o será amanhã), aqui ou em outros lugares. Conseqüentemente, a seqüência de introdução dos direitos preconizada por Marshall, com todo o encadeamento lógico que demonstre ter, não se deu em todos os países. Muito menos no Brasil, como veremos a seguir.

No Brasil, diversos fatores – sociais, econômicos, institucionais – moldaram nossa relação com a concepção de cidadania. Fomos uma colônia de exploração, baseada na mão de obra escrava e na grande propriedade rural. Escravos, na condição de bens, e não de humanos, não tinham – ou tinham pouco – acesso a direitos civis. Homens livres e senhores também não poderiam ser considerados exatamente cidadãos, já que os últimos, no período colonial, exerciam seu domínio com um bom desprendimento e descompromisso com o governo então estabelecido – o poder da Coroa portuguesa acabava, segundo José Murilo de Carvalho (2002, p. 21), “na porteira das grandes fazendas”.

Com a Independência em 1822 e a Constituição em 1824 – ou seja, com o efetivo desenvolvimento de um Estado brasileiro –, ocorreram avanços e uma espécie de sistematização no pensamento sobre a cidadania. A carta, de acento liberal – na medida do possível, seguindo as tendências norte-americanas e em congruência com a Inglaterra estudada por Marshall –, garantia especialmente os direitos civis dos cidadãos brasileiros dentro das condições da época, ou seja, com a manutenção da escravidão (OLIVEIRA TORRES, 1964, p. 245). De qualquer forma, as liberdades individuais essenciais constavam do documento: liberdade de expressão, religiosa, de deslocamento, além das garantias quanto a exageros cometidos pelas autoridades. Aspectos mais ligados à vida econômica dos indivíduos também faziam parte desse conjunto, como a liberdade de associação e de contrato, além do resguardo à propriedade (OLIVEIRA TORRES, 1964, p. 247).

Com relação aos direitos políticos, igualmente houve avanços, dada a definição sobre quem poderia votar e ser votado – de maneira até abrangente para os parâmetros da época, quando comparados a países europeus, mas delimitada por critérios de gênero, faixa etária, renda (100 mil-réis por ano), entre outros. No âmbito municipal, vereadores e juízes de paz eram selecionados diretamente pelos votantes. Já deputados e senadores eram eleitos indiretamente: votantes indicavam eleitores (esses, com renda acima de 200 mil-réis), que selecionavam os deputados e mais três senadores – a lista tríplice era repassada ao imperador, que tomava a decisão (CARVALHO, 2002, p. 30). Percebe-se, dessa forma, que se concebia a participação política (e, por conseguinte, a cidadania política) como algo que deveria estar circunscrito a pessoas teoricamente mais habilitadas (OLIVEIRA TORRES, 1964, p. 250) – o que, entretanto, acabava não se refletindo inteiramente na prática: a maioria dos votantes era composta por semianalfabetos, pessoas com pouca ou nenhuma noção do que era votar ou do que era um governo representativo e, pior, ainda dependentes dos grandes proprietários locais. As eleições, assim, mais do que um momento de exercer um direito de escolha de fato, transformaram-se numa espécie de referendo do poder desse chefe político, e encontravam-se sujeitas a toda sorte de fraudes e violências (CARVALHO, 2002, p. 32).

Direitos sociais – ao menos como os entendemos hoje, isto é, como instrumentos justos de promoção de bem-estar e de igualdade – não estavam inclusos no texto constitucional (como, de resto, não constavam de nenhuma lei de qualquer país, àquela época – eles só passariam a ganhar importância no século XIX). Ao menos, previa-se, numa concepção mais antiga e com tintas assistencialistas, o direito à “proteção e aos socorros públicos, dos quais resultam, por exemplo, a assistência social, e à instrução, que a Constituição, também, garantia” (OLIVEIRA TORRES, 1964, p. 249). Tudo indica que – como havia acontecido na Inglaterra quando do desenvolvimento dos direitos da cidadania (lembrando que os direitos sociais foram os últimos a serem estabelecidos) e mesmo continuando a seguir outras cartas da época –, as cabeças liberais brasileiras do período também entendessem algum tipo de proteção social mais estruturada não no diapasão da criação de justiça e de igualdade, mas sim como algum tipo de interferência indevida e mesmo injusta à iniciativa e capacidade

dos homens livres. Como nos lembra Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. 18), “a sociedade resultante será, certamente, permeada por desigualdades, porém tratar-se-á de desigualdades naturais que não incumbe ao Estado remediar”. Era, portanto, o Estado *laissez-fairiano*.

Em 1881, introduziu-se o voto direto, mas ainda censitário e agora proibido aos analfabetos (ou seja: ainda circunscrito a um público elitizado, teoricamente mais “capacitado”), bem como facultativo. Como decorrência, reduziu-se muito o contingente de eleitores e nem mesmo a Proclamação da República, oito anos depois, foi capaz de mudar a situação: em nova mudança, caiu a exigência de renda, mas manteve-se a interdição aos iletrados, além de mulheres, mendigos, soldados e religiosos (CARVALHO, 2002, p. 40). O coronelismo – aliança entre os grandes proprietários e o Estado para garantir a manutenção do poder local – contribuiu para a continuidade de práticas fraudulentas e da coação nas eleições. Também representou uma limitação aos direitos civis, dado que empregados e dependentes do coronel eram quase como seus súditos, e não exatamente cidadãos do Estado brasileiro (CARVALHO, 2002, p. 56). Dependiam das benesses, da proteção, da justiça, enfim, do coronel.

O aprendizado político dos brasileiros seguia, portanto, limitado, o que não melhorou nem mesmo com o surgimento da classe operária urbana nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Carvalho (2002, pp. 60-1), a polarização entre anarquistas, de um lado, e setores próximos ao governo, do outro, retardou a conquista efetiva de direitos nessa seara. Entretanto, se não colaborou para a conquista dos direitos políticos (ao menos até aquele momento), o movimento operário da época trouxe avanços para os civis – direito de organização, de manifestação e de greve, entre outros.

Os direitos sociais (novamente: estruturados da forma como os concebemos hoje) eram inexistentes. Algum tipo de amparo ou assistência social eram desempenhados pela sociedade civil, ou seja, faziam parte da esfera privada: ficavam a cargo de associações particulares como irmandades e associações de auxílio mútuo. Mesmo a educação e a regulação trabalhista não constavam das preocupações do governo liberal (essa última até 1926). As “caixas” (aposentadoria e pensão, ligadas a

setores profissionais) só ganharam algum relevo a partir da década de 1920 – isso nos centros urbanos, porque, no campo, valia o “auxílio” ainda fornecido de forma paternalista pelos coronéis (CARVALHO, 2002, pp. 63-4).

A partir de 1930, a situação da cidadania no Brasil passa por um influxo considerável, especialmente com relação aos direitos políticos: implantação do voto secreto – o que tornava esse instrumento menos sujeito às pressões externas existentes até então – e conformação de uma justiça eleitoral, contribuindo no sentido de uma maior lisura nos processos. O sufrágio também foi facultado às mulheres e surgiram agremiações de caráter nacional – ANL e AIB –, diferenciando-se e indo além das velhas oligarquias estaduais (CARVALHO, 2002, pp. 102 e 145).

Embora o amadurecimento da população quanto a seus direitos fosse lento, seria excessivo pintar os indivíduos de então como totalmente apáticos ou inconscientes. Por exemplo: se, por uma parte, os pleitos ainda eram viciados, por outra, com o tempo os participantes passaram a votar de maneira mais racional, barganhando, dentro do possível, da forma que mais lhes conviesse. Mais do que isso: desde logo começou a formar-se algum tipo de entendimento a respeito de direitos, deveres e limites do Estado, como testemunham o movimento abolicionista e, principalmente, as diversas revoltas ocorridas tanto durante o período monárquico como já na Primeira República. Quando o Estado se impunha demasiadamente sobre as vidas privadas, especialmente no que concernia à moral ou à religião, as pessoas reagiam (CARVALHO, 2002, p. 75).

Focamo-nos, até agora, na faceta da cidadania mais ligada à consciência sobre direitos e deveres – mais especificamente, no árduo caminho para que dada consciência se desenvolvesse. Quanto a outro aspecto fundamental do conceito de cidadania, qual seja, o desenvolvimento de uma maior afiliação nacional, de um sentimento de união entre todos, importante para a busca do bem comum, cabe mencionar que essa, também, não vinha se formando consistentemente. Lealdade, se alguma havia, estava mais relacionada às províncias nas quais se vivia do que ao país como um todo – embora a Guerra do Paraguai (CARVALHO, 2002, p. 37) tenha transformado a situação até certa medida, a Proclamação da República e o federalismo acabaram por reforçar o pertencimento mais local (CARVALHO, 2002, p. 81). Wanderley

Guilherme dos Santos associa esse fato à ausência de uma consistente estruturação do Estado. Nesse sentido, ele segue Bourdieu, quando o francês propõe, como vimos anteriormente, que a ideia de nação se constrói a partir do Estado, de suas instituições e do reforço às características comuns daquele determinado povo (2014, pp. 451 e 466). De acordo com Santos, no Brasil essa tarefa era contemplada desde a Independência, mas somente foi levada a cabo por Getúlio Vargas.

Restam poucas dúvidas de que o centro imperial brasileiro estava consciente de que a tarefa básica dos governantes, no século XIX, consistia [...] [em] promover compulsoriamente a integração para obter, ao final, o indispensável precipitado da identidade nacional. [...] Foi da simbologia de episódios dramáticos – a abdicação de Pedro I, a maioridade de Pedro II, a derrota das revoluções separatistas e, sobretudo, a guerra da Tríplice Aliança – que se nutriu a tecelagem da unificação. Ou, talvez, não. Em qualquer caso, ficaram por inaugurar, no mínimo, os fundamentos institucionais de um Estado moderno, aqueles que estabelecem as regras de relacionamento entre grupos sociais competitivos e entre estes e o próprio Estado. Para que a empresa seja bem-sucedida, é necessário que a própria existência material do Estado, e não apenas jurídica, pese significativamente na vida da sociedade. Façanha da Era Vargas. (SANTOS, 2006, p. 14).

Vargas, figura importantíssima da política brasileira a partir da década de 1930, foi o responsável por toda a montagem e organização da burocracia estatal (com a criação de agências e a contratação de funcionários especializados), bem como pelo concomitante desenvolvimento de uma infraestrutura para o país (como nas áreas de transporte e comunicação) (SANTOS, 2006, pp. 23-4), lançando alicerces fundamentais para sua posterior industrialização (SKIDMORE, 2015, p. 65). Do ponto de vista da administração pública, pode-se dizer que ele foi o primeiro presidente a levar o país a ter um governo “verdadeiramente nacional”, já que passou a incumbir-se de tarefas antes de responsabilidade dos estados (ou que os beneficiavam), especialmente aquelas relacionadas, *grosso modo*, à área econômica e tributária (um novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criação de institutos federais voltados a produtos específicos, como pinho, sal, mate; supressão de impostos interestaduais) (SKIDMORE, 2015, pp. 65-7). Vargas também incorporou – ordenando sua participação – segmentos da população até então relativamente pouco

considerados, como o movimento operário e mesmo associações industriais e comerciais (SANTOS, 2006, p. 14). Segundo a análise de Francisco Weffort, com todos esses esforços ele conseguiu equilibrar os principais atores da sociedade e foi capaz de costurar essa desejada maior integração nacional (SINGER, 2012, p. 42), mesmo que, em vários momentos da sua longa permanência no poder, tenha desagradado a alguns setores, como, por exemplo, a nascente classe média<sup>3</sup> urbana paulista do começo da década de 1930, a qual exigia reformas eleitorais que acabaram – pelo menos num primeiro momento – não atendidas. (SKIDMORE, 2015, p. 45).

Já da perspectiva econômica, Vargas tomou para seu governo o papel de grande indutor da industrialização, percebida, a partir daquele momento, como necessária à geração de riquezas e ao desenvolvimento do país. Se na República Velha éramos um país francamente agrícola, exportador de matérias-primas e importador de bens manufaturados – com o governo buscando controlar, via estocagem, os mercados dos principais, a borracha e, depois, o café –, com a crise de 1929, a situação começou a mudar (SKIDMORE, 2015, pp. 74-5). As exportações de café caíram drasticamente e, como consequência, perderam-se recursos em moeda estrangeira, dificultando as importações. O governo, porém, financiou o *deficit* e logrou proteger a elite cafeeira comprando excedentes do produto. Ao mesmo tempo, conseguiu ajustar a demanda interna por bens estrangeiros enquanto desvalorizava a moeda brasileira. O resultado foi que, aos poucos, os brasileiros começaram a substituir o que vinha de fora por artigos nacionais, enquanto investimentos começaram a ser canalizados para a produção industrial (SKIDMORE, 2015, p. 75).

A industrialização, portanto, começara de forma mais ou menos espontânea. Porém, ao final da Segunda Guerra Mundial, as expectativas eram altas, tanto para o Brasil como para alguns outros vizinhos da América Latina. Eram países que já tinham acumulado divisas e contavam com um mercado interno relativamente bem desenvolvido que, acreditava-se, seria suficiente para ajudar a manter o nascente processo. Ao mesmo tempo, mantinham uma importante articulação externa via exportação, fosse agropecuária ou mineira. Para que essas ambições se concretizassem,

---

<sup>3</sup> Skidmore (2015, p. 45) deixa claro que se trata de uma classe média no que se refere à circunstância econômica, não necessariamente em atitude ou mentalidade. Oportunamente, trataremos com detalhes das características da(s) classe(s) média(s) brasileira(s).

o importante seria incorporar tecnologia para fomentar a produtividade e investir na infraestrutura necessária, papel que caberia ao Estado, o qual deveria, também, fortalecer-se e modernizar-se para que as previsões chegassem a bom termo (CARDOSO & FALETTO, 2011, pp. 17-20). Além disso, no caso mais específico do Brasil, era mister que o Estado tomasse as rédeas do processo – e propalasse seus benefícios –, até por uma questão de poder e controle ou, melhor dizendo, de agir sobre a própria configuração da sociedade brasileira, que se ia modificando:

A explicação, ao nível político, da ação governamental para o surgimento do setor industrial consiste em que a existência de massas [possivelmente] mobilizadas, sem a efetiva contrapartida de um regime de empregos que as incorporasse, criava real ou virtualmente uma situação fluida e perigosa para aqueles que detinham o poder e, em certo sentido, para os setores politicamente organizados da nação. A dimensão nacional do desenvolvimento, quer dizer, a reivindicação em nome dos interesses de todo o povo, e a condução clara do Estado para uma situação de prosperidade eram um imperativo para um país que se urbanizava, que tinha sua economia agrária anterior deteriorada e não dispunha de um setor capitalista que tivesse acumulado o suficiente para responder rapidamente às exigências maciças de emprego (CARDOSO & FALETTO, 2011, p. 137).

Ainda no que tange à seara econômica, Marcio Pochmann (2014) sugere que, a partir da década de 1930, instituiu-se um padrão no desenvolvimento do Brasil que incorporava duas vertentes:

A primeira, relacionada à expansão e diversificação das foças produtivas promovidas quando da implantação de verdadeiros blocos de investimentos; e a segunda, revelada por ciclos de consumo decorrentes da capacidade ociosa ocasionada, existente em função da prévia expansão dos investimentos. (POCHMANN, 2014, pp. 85-6).

O primeiro desses grandes “blocos de investimentos” teria acontecido justamente entre a década anteriormente referida e a seguinte (1940), e foi caracterizado pela implementação das indústrias de base (POCHMANN, 2014, p. 85) e pelo impulso à infraestrutura (ferrovias, navegação, serviços públicos etc.), com o governo dirigindo o processo por meio de mecanismos de controle (impostos, cotas de importação, controles cambiais etc.) e de investimentos públicos. O engajamento do

Brasil na guerra ensejou mais inversões estatais no setor privado – contando, aí, com a contrapartida financeira dos Estados Unidos que, por exemplo, forneceram um empréstimo de 20 milhões de dólares para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (SKIDMORE, 2015, p. 76-7).

Vale dizer que, durante todo esse processo – e tratando particularmente da primeira passagem de Vargas pelo poder, bem longe de qualquer tendência democrática –, poucos eram, de fato, ouvidos ou levados em conta nas principais tomadas de decisão nacionais. Thomas Skidmore (2015, p. 79) deixa claro que nem mesmo os empresários foram contemplados, ou chegaram a demandar que o governo assumisse mais responsabilidades na condução da economia nacional – tratou-se, no fundo, de um arranjo feito pela elite política.

O único grupo importante que respaldou com firmeza a industrialização foi a cúpula militar, que queria muito uma moderna indústria siderúrgica. [...] A questão da industrialização em si não foi debatida amplamente naquele período, mesmo nos círculos empresarias. No fim da década de 1930, entretanto, os argumentos históricos do setor de exportação sobre o papel ‘natural’ do Brasil como exportador de produtos primários começou [sic] a desabar sob o próprio peso. A longa depressão mundial tinha mostrado aos países subdesenvolvidos como a divisão internacional do trabalho os tornava vulneráveis. Se o Brasil queria deixar de ser uma economia agrícola de exportação, e passar a ser um país industrializado, seria preciso destruir uma considerável barreira de sólidos costumes. Foi esse processo que o regime autoritário do Estado Novo ajudou a tornar possível. A nova política de industrialização [...] não foi o triunfo de um setor urbano dinâmico; foi uma política imposta de cima para baixo durante uma ditadura. (SKIDMORE, 2015, p. 79).

Assim, aparentemente, o entendimento que se tinha à época era que a modernização do país, que a promoção do seu desenvolvimento via industrialização e, por meio dele, da melhoria das condições de vida dos brasileiros, era uma tarefa que poderia facilmente prescindir de um debate, de uma participação maior da sociedade e de suas diversas esferas. Era algo que deveria ser encampado e dirigido pelo Estado. E esse, ao menos no campo econômico, parece ter chegado a um bom termo: tendo conseguido, se não ouvir, pelo menos integrar atores como a burguesia, partes das classes médias e mesmo das populares (apenas das cidades; o campo permaneceu à parte), bem como reconquistar a simpatia dos produtores de café, Vargas

Sustentou [...] a defesa do nível de emprego e, por conseguinte, do mercado interno e da indústria nacional, por meio de fortes investimentos estatais na infraestrutura assim como pela ampliação dos controles governamentais (CARDOSO & FALETTTO, 2011, p. 90).

Fica claro, então, que, além de orquestrar o necessário desenvolvimento urbano-industrial do Brasil, o que se fez durante esse período foi, também, agir sobre a própria configuração da sociedade brasileira. Passava-se, cada vez mais, a uma sociedade com classes ou, ao menos, com setores sociais mais bem delimitados.

Se na área da economia (industrialização e desenvolvimento) houve avanços, é igualmente inegável o legado de Getúlio Vargas no que tange à legislação social. Antes, contudo, de passarmos a esse legado – e para melhor explicá-lo –, é necessária uma pequena digressão: ao longo, pelo menos, das duas primeiras décadas do século XX – e mesmo que, com algumas tentativas opostas, durante esse período (em 1915 e, principalmente, em 1917, com a instauração de uma Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados) (SANTOS, 1979, p. 23) –, o foco dos governos brasileiros esteve, até como se pode perceber a partir do que já foi mencionado até aqui, muito mais voltado para a questão da *acumulação* do que para a da *equidade*. Elucidando esses conceitos, com as palavras de Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. 16): “entender-se-á por *equidade* o ideal de reduzir ou extinguir desequilíbrios sociais e por *acumulação* as ações destinadas a aumentar a oferta de bens e serviços disponíveis” (itálicos do autor). O Estado, desse modo, havia priorizado fomentar e controlar as atividades ligadas à geração de riqueza, deixando a resolução das possíveis disparidades nelas geradas a cargo diretamente de patrões e empregados (SANTOS, 1979, p. 31).

Todavia, essa situação começou a se transformar a partir de 1934, com uma constituição (de reduzida validade) que contemplava a interferência do Estado em assuntos relativos não só ao desenvolvimento econômico, mas também mais diretamente ao bem-estar social (SKIDMORE, 2015, p. 52) – como piso salarial mínimo, indenização por demissão e regulação das profissões (SANTOS, 1979, pp. 31-2) – e ganhou reforço fundamental com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943),

que estabelecia os mesmos direitos a todas as categoriais profissionais legalmente reconhecidas. Instituiu-se, pois, um casamento entre a política social – voltada para a equidade – e a de acumulação, pensadas conjuntamente para manter as desigualdades sociais em patamares, por assim dizer, aceitáveis (ou, ao menos, não a ponto de se tornarem uma ameaça à ordem); e, tanto quanto possível, favorecer o processo de criação de riquezas (SANTOS, 1979, p. 33).

Vargas, assim, foi o responsável por introduzir efetivamente os direitos sociais na dignidade constitucional. Além da CLT, o estabelecimento das caixas e institutos de aposentadoria e de pensão representaram avanços, ainda que parciais (deixaram de fora trabalhadoras domésticas e trabalhadores rurais – a maioria, no momento). A cobertura somente àqueles que se enquadravam na estrutura de profissões e sindical criadas pelo Estado também contribuiu para essa concessão restrita de benefícios, inaugurando um tipo de cidadania na qual os direitos dos indivíduos eram ligados à sua posição no processo produtivo (WEFFORT, 1981, p. 143) – ou, melhor dizendo, no processo de acumulação. “Por esta razão, a política social foi bem concebida por Wanderley G. dos Santos como ‘cidadania regulada’, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas.” (CARVALHO, 2002, p. 115) Tratava-se de uma cidadania, paradoxalmente excludente, contrária mesmo a elementos caros ao próprio conceito, como a questão da integração e da expansão do *status* (de cidadania) a todos os membros de uma mesma comunidade. Uma cidadania incompleta, na medida em que os “direitos” não eram exatamente direitos por não serem universalmente concedidos, mas sim uma espécie de *serviço* do governo provido somente àqueles que se enquadravam nas regras anteriormente mencionadas.

Essa maneira de encarar a cidadania, “compartimentalizada”, por um lado desencorajou a demanda mais geral pela busca de serviços e benefícios – políticas públicas, na realidade – que deveriam ser providos pelo Estado (saúde, educação, saneamento etc.) (SANTOS, 1979, p. 77), pulverizando-a entre grupos; e, por outro, estimulou entre os brasileiros uma cultura de reivindicações muito mais pelo que podemos entender como privilégios (ter, conquistar mais do que outros segmentos; “defender o seu”, como se diz na linguagem popular) do que por direitos para todos.

Dáí que os pleitos se tornam setorizados, fragmentados, e não comuns e/ou nacionais (CARVALHO, 2002, pp. 108-9).

Ao mesmo tempo, a “cidadania regulada” dificultou uma participação mais abrangente, dado que, para ser visto como um sujeito legítimo de direitos, era necessário estar ligado a uma categoria, a uma profissão reconhecida (SANTOS, 1979, p. 77) – e não simplesmente ser um partícipe da sociedade. Ser um detentor do *status* (de cidadão) tornou-se, nessa lógica, insuficiente. A “voz” mencionada por Hirschman/Bourdieu (2014) era parcialmente silenciada.

José Murilo de Carvalho, coroando sua análise sobre a política e os direitos sociais no período, aponta para o fato desses últimos não terem sido *conquistados* por meio da ação dos indivíduos, mas sim *recebidos* quase como uma benesse doada pelo governo. Para ele, como resultado, estimulou-se a formação de uma cidadania “passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (2002, p. 126), bastante propícia a uma espécie de “neutralização” dos brasileiros (o que, talvez, fosse realmente o que se desejava à época): ora, se os direitos sociais eram “ganhos” como um favor, nada mais justo do que ser grato e tornar-se leal a quem os conferiu.

Faz sentido imaginar que esse início da vivência dos brasileiros com os direitos sociais tenha marcado e continue marcando nossa experiência com eles. E embora o ponto de vista de Carvalho seja bastante válido e razoável, acreditamos que cabem algumas reflexões aqui. Em primeiro lugar, tínhamos, à época, uma sociedade em mutação, com um proletariado restrito e ainda bastante heterogêneo. Um grupo que estava buscando moldar-se para poder agir dentro do que a institucionalidade permitiria – em outras palavras, tentando descobrir qual a sua *voz*, a voz que lhe seria permitida usar dentro da ordem estabelecida. Precisamente, esse é o ponto que Hirschman e Bourdieu explicam adequadamente: a opção é se empoderar da voz – evidentemente dentro de um marco de dominação –, ou “sair” (*exit*) do sistema. Assim, é necessário problematizar a hipótese de Carvalho: dadas as circunstâncias históricas, somadas a um período ditatorial – conseqüentemente, de restrição de liberdades civis e políticas –, já haveria maturidade suficiente ou mesmo espaço para se mobilizar no sentido de buscar a conquista de direitos? Talvez, tudo o que se pudesse fazer, naquela ocasião, fosse justamente aceitar e agradecer?

Em segundo lugar, relativizamos o ponto de vista de que, nós, brasileiros, somos “passivos e receptores” no que tange à busca por direitos, especialmente os direitos sociais. Apenas como exemplo, expressões como “buscar seus direitos”, ou “ir atrás dos seus direitos”, ou mesmo “sou um cidadão e tenho os meus direitos”, são correntes no léxico da população, especialmente daqueles que só podem contar com o atendimento público para suas necessidades, mostrando que há, pelo menos até um certo ponto, o conhecimento de que é obrigação do Estado prover em diversas instâncias. Discordamos da sugestão que Carvalho faz, nas entrelinhas, de que essa primeira formatação dos direitos sociais (“doados” pelo Estado, em seus dizeres) tenha resultado em uma espécie de “falha moral”, uma atitude equivocada e lamentável por parte dos brasileiros, que não saberiam se posicionar para reivindicar o que julgam importante.

Acreditamos que o que ocorreu – quando da primeira formatação da legislação social, à época de Getúlio, mas perdurando depois – foi uma *aprendizagem* que levou a população a entender que os direitos sociais não são nada mais do que *serviços* gratuitos que devem ser formulados e providos por um Estado que sempre ou quase sempre interveio em praticamente todas as instâncias da vida nacional. Esse Estado onipotente e onisciente deveria, então, fazer tudo sozinho, sem ou com pouco espaço para discussão ou participação da sociedade civil. Consequentemente, parece não haver uma consciência mais geral de que os direitos vão além dos serviços públicos (saúde, educação, lazer etc.) através dos quais eles se materializam, mas que representam justamente o reconhecimento de que todos devem participar do *status* da cidadania como pessoas igualmente dignas e igualmente aptas a partilhar daquilo que foi definido como dignidade e bem-estar por aquela sociedade. De que todos, por fazerem parte desse *status*, devem ter direito à voz. Essa apreensão de direitos (especialmente os direitos sociais) como serviços, em nossa opinião, é um dos principais aspectos a impedir uma cidadania mais plena no Brasil. Retornaremos a isso ainda algumas vezes neste capítulo.

Voltando ao nosso panorama histórico: ao término do primeiro período autoritário (Estado Novo, de 1937 a 1945), a sociedade havia mudado bastante. A população urbana e alfabetizada aumentara consideravelmente e, mesmo que no Brasil

rural as práticas “clientelistas” ainda persistissem, o cenário era outro (SKIDMORE, 2015, p. 65). Entre 1946 e 1964, vivemos o que pode ser considerada, conforme Carvalho (2002, p. 127), nossa primeira experiência verdadeiramente democrática, com manutenção dos direitos civis e políticos. A Constituição de 1946 estendeu o voto a todos os maiores de 18 anos, de ambos os gêneros – exceção feita, ainda, aos analfabetos e também aos soldados das forças armadas –, e confirmou a justiça eleitoral, aprimorando o processo (CARVALHO, 2002, p. 145). Além de ligas camponesas, sindicatos e outras associações, como a UNE e a Ação Popular (SKIDMORE, 2015, p. 298), apareceram os primeiros partidos nacionais com seus devidos programas (CARVALHO, 2002, p. 146). As preferências começaram a se formar, participava-se mais ativamente da política e dos pleitos. O populismo, conquanto tivesse um caráter manipulatório, baseava-se numa estratégia de convencimento e de reciprocidade, e não de coerção (CARVALHO, 2002, p. 147).

Não se tratou, no entanto, de um período sem sobressaltos. Do ponto de vista político, mantiveram-se as constantes disputas e a necessidade da costura de alianças e consensos entre os grupos mais poderosos, feitas de maneira mais ou menos bem-sucedida pelos diferentes governos. Além disso, e como é mais do que conhecido, alguns eventos atípicos (para dizer o mínimo) marcaram a história nacional desse momento: um suicídio presidencial, uma mal explicada renúncia ao cargo por parte de um mandatário e a breve instituição de um regime parlamentar no país. Os principais personagens políticos da época aderiram a ideologias (e suas decorrentes táticas) como o populismo, o nacionalismo e o desenvolvimentismo, fosse para atingir seus próprios desígnios de poder, fosse para a consecução dos planos para fazer o país avançar. Nesses movimentos, agradaram ou afugentaram diferentes setores da sociedade, e acabaram por selar seus próprios destinos. Tudo isso ocorrendo sob a permanente e atenta vigilância dos militares que, no espaço de alguns anos, viriam a se tornar os protagonistas principais da história política e econômica do país.

Da perspectiva da economia, os desafios não foram poucos. A infraestrutura do país era insuficiente e atrasada (por exemplo, em termos de geração de energia e de sistemas de logística/transportes). Ao mesmo tempo, os investimentos, o cuidado com o capital humano necessário ao crescimento – em áreas como educação e saúde, por

exemplo – também deixavam a desejar (SKIDMORE, 2000, pp. 31-2). Não obstante as dificuldades, certo é que a indústria nacional se fortaleceu, sendo financiada por investimentos estrangeiros e públicos, naquilo que Pochmann (2014, pp. 55, 56 e 85) caracterizou como o segundo grande “bloco de investimentos” feito no Brasil: notadamente a partir do Plano de Metas de JK (década de 1950), acelerou-se a introdução de empresas de fabricação de bens duráveis (com forte presença de multinacionais, aliadas a estatais e a companhias privadas brasileiras), assim como potencializou-se a área de infraestrutura (energia, combustível etc.). Consequentemente, o mercado interno se desenvolveu e houve altas taxas de crescimento. Inclusive, acreditava-se, à época, que a chave para solucionar os principais problemas brasileiros (como aqueles relacionados às áreas da educação e da geração e distribuição de renda) era essa industrialização célere, pois assim todos os setores teriam seu quinhão (SKIDMORE, 2015, pp. 205-6).

No entanto, as estratégias econômicas, muitas vezes dentro do mesmo mandato, foram erráticas. Os custos políticos, com destaque para aqueles ligados à manutenção do suporte de aliados ou dos eleitores, acabavam muitas vezes por desviar os dirigentes dos planos elaborados. Esses – quando existiam de maneira propriamente estruturada, e eram mais do que meras intenções ou improvisado – terminavam por não ser seguidos e, via de regra, a opção era por soluções de curto prazo e que comprometessem menos o capital político do governante. Assim, a inflação, a inescapável recorrência ao capital estrangeiro – fosse para a concretização de investimentos, fosse para a importação de insumos (matérias-primas e combustíveis) – e a decorrente dívida externa (com a crescente dependência da anuência de credores internacionais para a condução da economia do país), bem como o alto custo de vida, tornaram-se fenômenos constantes e reincidentes, os quais castigavam boa parte da população (SKIDMORE, 2000, pp. 34-5). Nossos governos, possivelmente até por se verem atolados nos problemas mais urgentes e práticos, negligenciaram questões de importância suprema para o desenvolvimento econômico e social do país, como a definição dos papéis do Estado (até onde deveria se envolver, por quais setores, empresas e empreendimentos deveria se responsabilizar diretamente) e da iniciativa privada, e ainda sobre como financiar o

crescimento – e, mais especificamente, até que ponto depender de investimento estrangeiro (SKIDMORE, 2015, p. 221).

Ao mesmo tempo que o desenvolvimento, mesmo que de forma claudicante, ocorria, tomou-se consciência da necessidade de se promover reformas – como nas áreas da agricultura, da educação e administrativa – para garantir a melhoria no quadro social e a diminuição das desigualdades desde então presentes. Isso ocorreu especialmente no final do período, sob a batuta de Celso Furtado, no governo de João Goulart (SKIDMORE, 2015, pp. 277, 279 e 280). Contudo, novamente por conta de questões políticas, essas reformas não chegaram a sair do papel, fazendo com que muitos não pudessem desfrutar das benesses do crescimento.

Nesse período, os processos de industrialização e de urbanização ainda contribuíram para delinear mais claramente os contornos e as demandas de alguns setores relativamente novos da sociedade, como a classe operária e a classe média estabelecidas nas cidades, bem como de setores industriais (SKIDMORE, 2015, p. 117). Esses grupos, juntamente com aqueles mais tradicionais – a saber, (ainda) os produtores de café e os de alimentos (voltados para o consumo interno), os exportadores-importadores de bens diversos (em grande medida contrários à industrialização, por razões óbvias) e a população rural –, formavam a miríade de segmentos, cada qual com seus interesses e com menor ou maior poder de pressão, que o Estado precisou considerar para decidir como desenvolver o país (SKIDMORE, 2015, pp. 118-21). Enquanto os industriais e o operariado eram, ao menos em um primeiro momento, relativamente pouco organizados politicamente e limitavam sua atuação mais a garantir suas pautas – suporte e crédito, no caso dos primeiros; *serviços* e proteção, no caso do segundo –, o setor médio, reunido nas áreas de maior concentração da nascente indústria (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), sempre se mostrou mais preocupado com o destino político do país, visto que detinha, em boa parte, o direito ao voto e encontrava-se numa posição *sui generis*: eram os profissionais liberais, os executivos e administradores que se tornavam os responsáveis por tocar a burocracia e a modernização da cambiante sociedade brasileira. Em outras palavras, representavam um grupo com funções de alguma maneira inéditas e, conseqüentemente, cioso a respeito de seu lugar e do seu amanhã (SKIDMORE, 2015,

p. 119). O desenvolvimento dessa camada intermediária ganharia ainda mais vigor durante o governo de Juscelino Kubitschek e durante a ditadura militar (POCHMANN, 2014, p. 10), como veremos adiante.

No final de 1963 e começo de 1964, a situação econômica do país era crítica, com o governo perdendo cada vez mais o controle apesar das diversas tentativas e mecanismos implementados (tanto na área cambial como no controle de preços) (SKIDMORE, 2015, pp. 314-5). No campo político, João Goulart, visto à direita e à esquerda como um presidente fraco e indeciso, adotou uma postura ambígua, fazendo com que se desconfiasse de suas intenções e de seu compromisso com a legalidade (SKIDMORE, 2015, pp. 299-300). Finalmente, optou por inclinar-se à esquerda, comprometendo-se com as chamadas “reformas de base” (dentre elas, a agrária – talvez aquela que mais causasse apreensão em diversos setores da sociedade – e a política) e passou a emitir decretos, tudo isso com vistas, dizia-se, a modernizar e a democratizar as instituições nacionais (SKIDMORE, 2015, pp. 334-6).

Havia, no entanto, muito mais demagogia do que planos verdadeiramente bem estruturados para cada “reforma” proclamada (SKIDMORE, 2015, p. 337) e as atitudes do presidente não encontravam mais eco ou consenso nem mesmo entre a esquerda, agora dividida entre os mais radicais e os que ainda pregavam mudanças dentro da legalidade, com o apoio do Congresso e o respaldo da Constituição (SKIDMORE, 2015, p. 338). Jango também perdera, logicamente, qualquer apoio dentre a classe média urbana, temerosa de perder sua posição para a classe trabalhadora (SKIDMORE, 2015, pp. 343-4). Todos esses fatores conduziram à sua deposição, com o golpe militar em 1º de abril de 1964.

Ato contínuo ao golpe, houve a consequente restrição de direitos civis e políticos. Os primeiros foram certamente os mais atingidos: a ditadura cerceou a liberdade de opinião e de reunião; operou contra o direito de defesa, com prisões arbitrárias e a cooptação do judiciário; ameaçou a integridade física e mesmo a vida dos brasileiros com a tortura (CARVALHO, 2002, p. 164).

Os direitos políticos também foram bastante limitados, com a determinação do bipartidarismo, o uso de instrumentos como cassações e as aposentadorias compulsórias. O Congresso, contudo, foi mantido aberto na maior parte do período,

inclusive com membros eleitos, numa tentativa de conferir algum tipo de legitimidade a suas decisões e de conservar, até certo ponto, um canal de consenso e de diálogo – mesmo que parcial – entre os diversos atores sociais (elites econômicas, empresariado, movimentos sindicais, oposição etc.). O eleitorado, inclusive, cresceu, ou seja, um expressivo contingente de brasileiros começou a votar – em eleições legislativas – em um momento em que esse era um direito, se não esvaziado de sentido, ao menos desprovido de sua total potencialidade, visto que a ação dos representantes acabava sendo limitada pelo regime (CARVALHO, 2002, p. 179).

Na seara econômica, o governo tratou, num primeiro momento, de tentar controlar a inflação, de variar a pauta de exportações e de promover reestruturações chave no sistema brasileiro (incluindo mercado de capitais e sistema monetário). Além disso, buscou azeitar a administração pública (controle dos gastos e redução do *deficit* de empresas públicas; maior controle e punições relativos a impostos), atuar sobre o campo, com a aprovação do Estatuto da Terra, e controlar os aumentos de salários (SKIDMORE, 2000, 2015). A ênfase foi colocada no setor privado e olhava-se muito mais “para fora” do que antes. Em outras palavras, satisfazer os credores estrangeiros – até para poder lidar com a dívida e conseguir novos empréstimos – era fundamental (SKIDMORE, 2000, 2015). Boa parte dos objetivos até então ambicionados foi atingida, com um saldo final positivo para a macroeconomia, embora com ônus – como costumava ocorrer – para a população, especialmente para os extratos mais desprovidos (SKIDMORE, 2000, pp. 141-2).

A fim de “transformar o Brasil em uma democracia capitalista estável” (SKIDMORE, 2000, p. 101), pareceu necessário aos militares conservar-se no poder, mesmo às custas de intervir no processo democrático estabelecido (com, por exemplo, a mudança no calendário eleitoral e as eleições indiretas para governadores e presidente) (SKIDMORE, 2000, 2015). A Constituição de 1967 consolidou essas mudanças, bem como concentrou no Executivo maiores responsabilidades e controle sobre a economia e a política (proibição ao Congresso de formular leis estabelecendo ou aumentando despesas; adoção, no Executivo, de um planejamento ao estilo militar, encimado pelo presidente) (SKIDMORE, 2000, p. 119). Ao que tudo indicava, o autoritarismo servia como justificativa fosse para facilitar a aplicação de medidas

econômicas mais duras e impopulares – e que, por vezes, até obtiveram bons resultados –, fosse para assegurar o crescimento e o desenvolvimento do país, como na época do “milagre brasileiro” (SKIDMORE, 2000, pp. 183-4; 275-6). É mais ou menos durante esse período que Pochmann (2014, pp. 85-6) localiza o “terceiro grande bloco de investimentos” no Brasil, focado nas indústrias de bem de capital, na área da informática e em programas energéticos (Proálcool e energia nuclear).

Durante todo esse ciclo, o trabalhador foi penalizado pelos constantes arrochos salariais e pelos recívidos altos índices de inflação – sem que, na maior parte do tempo, pudesse usufruir mais plenamente das vantagens do crescimento que, de mais a mais, sobrevinha. O estímulo ao consumo de bens duráveis, em alguns momentos, chegou a aumentar a demanda – e, conseqüentemente, a capacidade produtiva –, ainda que, de maneira óbvia, os benefícios desse processo atingiram desigualmente os vários estratos de renda da sociedade brasileira (SKIDMORE, 2000, p. 132). A classe média assalariada, aliás, cresceu e consolidou-se nesses anos e pôde, graças a políticas públicas a ela direcionadas, tornar-se mais educada, ter acesso a crédito para o consumo e para a habitação (POCHMANN, 2014, pp. 10; 42). Foi notadamente agraciada no começo do governo Médici (1969-1974), com promoções e salários mais altos (verdade seja dita que, na base da pirâmide, os salários podem não ter subido muito, mas o crescimento do país levou à geração de empregos), o que, por seu turno, ajudou a angariar seu apoio, mesmo que parcial (visto que também se indignava com a repressão), ao governo (SKIDMORE, 2000, pp. 215; 282). Não é à toa que justamente nesse período deu-se, de acordo com Pochmann (2014, pp. 86-7), o segundo grande ciclo de consumo<sup>4</sup> do capitalismo brasileiro, tendo os extratos intermediários como protagonistas.

Ratificando o aparente bom momento, entre 1960 e 1980 a renda *per capita* brasileira teve crescimento médio anual de 4,6% ao ano (POCHMANN, 2012, p. 14). O dado, a princípio positivo, mascara, contudo, uma piora na desigualdade (medida

---

<sup>4</sup> Apenas a título de informação, Pochmann (2014, pp. 86-7) situa o primeiro grande ciclo de consumo antes da industrialização da década de 1950, constituído fundamentalmente pelo consumo de produtos importados e, portanto, restrito aos segmentos mais abastados; e o terceiro período mais recentemente, com a diminuição nos preços dos bens duráveis a partir dos anos 1990, o aumento no crédito e a menor concentração de renda.

pelo índice de Gini<sup>5</sup>), visto que a fatia do rendimento do trabalho na renda do país caiu 11,78%, e a disparidade na distribuição individual do mesmo índice (renda advinda do trabalho) cresceu em torno de 21,9% nesse intervalo de tempo. Em outras palavras, as melhorias no cenário econômico brasileiro, muitas delas fundadas na expansão da indústria (POCHMANN, 2012, p. 16), acabaram, como fica ainda mais claro, por beneficiar os setores já privilegiados do país. Foram poucos os esforços, na área de políticas econômicas, direcionados a atuar sobre as desigualdades regionais ou sobre a distribuição desigual da renda (SKIDMORE, 2000, pp. 182-3; 283-4): muitos dos responsáveis (especialmente Delfim Neto, durante o governo Médici) acreditavam que mais importante do que a busca pela equidade era alcançar, antes, o crescimento (SKIDMORE, 2000, p. 285) (e, por que não dizer, para continuar nos termos já usados, pela acumulação). Mesmo que houvesse alguma intenção mais concreta – como no governo de Geisel, o qual, juntamente com a liberalização pretendida na política, acreditava que deveria haver uma melhor repartição dos benefícios do crescimento (SKIDMORE, 2000, p. 322) –, pouco foi levado a cabo pelo menos até 1985 (ou seja, já durante a redemocratização), quando se elaborou uma espécie de plano, na verdade um relatório com uma estratégia para a melhoria das condições de vida dos brasileiros. Sarney, o presidente à época, comprometeu-se a destinar parte do PIB a ações voltadas ao bem-estar social (SKIDMORE, 2000, p. 556).

Apesar do aumento nas desigualdades, houve incremento dos bens e serviços à disposição de todas as classes de renda do país. Ao mesmo tempo, no campo dos direitos sociais, ocorreram progressos, ainda que parciais: universalização da previdência e maior assistência a trabalhadores rurais (CARVALHO, 2002, p. 171), ampliação do acesso à educação, à infraestrutura urbana e à proteção ligada à área da saúde (ARRETCHE, 2015, p. 6). Arretche (2015, p. 6), no entanto, reforça que se tratou de um período em que desigualdades se aprofundaram (algo que só começou a ser revertido com a volta à democracia, especialmente a partir dos anos 1990):

---

<sup>5</sup> O índice de Gini mensura a concentração de renda em um dado agrupamento apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e os dos mais pobres. Ele varia de 0 a 1, sendo que 0 significa total igualdade (a mesma renda para todos) e 1, que somente uma pessoa detém toda a renda (DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, 2004, disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)>. Acesso em: 25 jun. 2019).

“crescimento da desigualdade de renda, marcadas desigualdades ente indivíduos e regiões no acesso a serviços [...] acompanharam a expansão das políticas sociais do regime militar”.

Embora houvesse a repressão (ou até por causa dela), foi um período de iniciativas surgidas genuinamente a partir da organização da sociedade civil – especialmente com o esgotamento do “milagre econômico” – e estimuladas pela abertura gradual em meados dos anos 1970. Deve-se destacar, nesse contexto, o movimento sindical (um sindicalismo diferente daquele do Estado Novo, agora ligado autenticamente às lideranças operárias e descolado do Estado); a atuação da Igreja Católica, especialmente com as Comunidades Eclesiais de Base, lidando tanto com as condições sociais como também agindo para a conscientização política (CARVALHO, 2002, p. 183); os movimentos de favelados e a criação de associações de moradores de classe média; e o desenvolvimento ou fortalecimento de associações de profissionais, algumas com atuação bastante destacada, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Todas essas iniciativas, de alguma forma, traduziram um desejo autêntico de maior participação e contribuíram para o aprendizado da cidadania (CARVALHO, 2002, pp. 183-7). Em um dado momento, até mesmo parte do empresariado, buscando diminuir o papel do Estado na economia e ter mais voz ativa dentro na política para atuar contra os burocratas e o favorecimento a empresas estrangeiras, passou a apoiar a democratização (SKIDMORE, 2000, p. 393).

A partir de 1974, inicia-se o lento retorno à democracia, primeiramente impulsionado pelo governo, mas logo catalisado pelos movimentos de oposição. Cinco anos depois, a Lei da Anistia devolveu direitos políticos a quem os tinha perdido. No mesmo ano, o bipartidarismo foi abolido e, em 1982, a oposição levou a maior parte dos estados nas eleições para governadores. Três anos depois, José Sarney, um civil, assume a presidência – eleito indiretamente (e como vice na chapa de Tancredo Neves, que acabou por falecer) após um amplo movimento popular pedindo eleições diretas que, mesmo não tendo sucesso, rendeu aos brasileiros a sensação de terem participado efetivamente da mudança no país (CARVALHO, 2002, p. 193).

O ano de 1988 marca a promulgação de mais uma constituição, chamada de “Constituição Cidadã”. Ela representou a retomada de direitos suspensos durante a ditadura e a ampliação de outros. Do ponto de vista dos direitos políticos, as principais mudanças foram a extensão do voto (facultativo) aos analfabetos e maior liberdade para a formação de partidos. No campo dos direitos sociais, podemos citar o uso do salário mínimo como o balizador de aposentadorias e pensões, inclusive no campo; a introdução da licença paternidade de cinco dias; a garantia de renda mensal vitalícia para idosos e deficientes (CARVALHO, 2002, p. 207), além da obrigatoriedade de vincular fundos a políticas da área de educação e iniciativas como a criação de sistemas voltados à saúde (Sistema Único de Saúde) e à assistência social (Sistema de Assistência e Previdência Social) (POCHMANN, 2014, p. 12). Conforme Pochmann (2014, p. 63), com a nova carta, “a estrutura do Estado de bem-estar social passou a ser formalmente instalada”.

Com relação aos direitos civis, a nova constituição restabeleceu liberdades que haviam sido suprimidas durante o regime militar – de imprensa, de expressão e de organização – e expandiu a proteção aos cidadãos. Vale destacar, nesse sentido, que, a partir dela, o racismo tornou-se crime inafiançável e que passaria a caber ao Estado o resguardo dos direitos do consumidor (a Lei de Defesa do Consumidor foi regulamentada em 1990) (CARVALHO, 2002, p. 209).

Traçamos o histórico do desenvolvimento da cidadania no Brasil, buscando demonstrar, também, seus inescapáveis liames com o desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos do país. Conforme José Murilo de Carvalho – nosso “guia” nesse percurso –, tratou-se de um caminho *sui generis*, permeado por avanços e retrocessos. Para esse autor, resta uma percepção de que ainda é preciso fazer muito mais para diminuirmos nossas mazelas:

Os progressos feitos são inegáveis mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer. O triunfalismo exibido nas celebrações oficiais dos 500 anos da conquista da terra pelos portugueses não consegue ocultar o drama dos milhões de pobres, de desempregados, de analfabetos e semianalfabetos, de vítimas da violência particular e oficial. [...] perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade. (CARVALHO, 2002, p. 219).

Alinhamo-nos a Carvalho quando ele afirma que a cidadania ainda não foi plenamente atingida por muitos brasileiros. Isso é inegável. Porém, temos reservas e discordâncias quanto ao que ele elenca como algumas das possíveis causas dessa cidadania ainda por se fazer. O autor (2002, p. 219) associa-as, em boa parte, ao que compreende como uma alteração na ordem de introdução dos direitos com relação ao que foi inicialmente conceituado por Marshall. Para ele, Carvalho, a pirâmide dos direitos teria sido invertida no Brasil: justamente os direitos sociais precederam os demais e – como já explanado anteriormente – foram concebidos mais como regalias do que como direitos propriamente, visto que se referiam somente a algumas categorias profissionais e, assim, não ajudavam a construir uma desejada equalização (além de, claro, não configurarem uma cidadania plena). Ademais, foram outorgados em momentos de supressão ou limitação dos direitos civis e políticos, muitas vezes como – de acordo com a visão de Carvalho – uma espécie de “agrado” para compensar a falta dos outros.

Já os direitos políticos, ainda na visão de Carvalho, teriam tido uma trajetória conturbada. Isso porque o eleitorado expandiu-se no nosso segundo período ditatorial (décadas de 1960 e 1970), ou seja, justamente em um momento em que esse tipo de direito se encontrava desprovido de suas características mais plenas dada a impossibilidade de votar em determinados cargos, a menor liberdade para o diálogo e o cerceamento a uma participação e mesmo oposição mais efetivas. Quanto aos direitos civis, base da pirâmide de Marshall, ou seja, os mais elementares, Carvalho (2002, p. 211 e 220) os considera, como visto, ainda restritos, inalcançáveis para certa parcela da população.

É importante mencionar que próprio autor faz a seguinte advertência: a suposta inversão na ordem de introdução dos direitos não significa, *per se*, uma sentença negativa, condenatória para a cidadania e para a democracia brasileiras. Ele compreende que os caminhos do desenvolvimento da cidadania foram e são diversos entre os países. No entanto, enxerga uma lógica na sequência proposta por Marshall (baseada no caso inglês):

Uma lógica que reforçava a convicção democrática. As liberdades civis vieram primeiro, garantidas por um Judiciário cada vez mais

independente do Executivo. Com base no exercício das liberdades, expandiram-se os direitos políticos consolidados pelos partidos e pelo Legislativo. Finalmente, pela ação dos partidos e do Congresso, votaram-se os direitos sociais, postos em prática pelo Executivo. A base de tudo eram as liberdades civis. A participação política era destinada em boa parte a garantir essas liberdades. Os direitos sociais eram os menos óbvios e até certo ponto considerados incompatíveis com os direitos civis e políticos. [...] Só mais tarde esses direitos passaram a ser considerados compatíveis com os outros direitos, e o cidadão pleno passou a ser aquele que gozava de todos os direitos [...] (CARVALHO, 2002, p. 220).

Ainda segundo Carvalho, com a dianteira dos direitos sociais, doados basicamente como privilégios e em momentos de exceção (ditaduras, com pouco ou limitado poder efetivo do Legislativo) – e não como fruto de embate, de negociação e da resultante criação de consenso –, as consequências foram duas: primeiro, o Executivo parece ter adquirido uma feição de “todo-poderoso” e de principal, quase único, responsável pela condução do Estado, ora cerceando e exigindo, ora distribuindo benesses (CARVALHO, 2002, p. 221) –, num comportamento, aparentemente, pouco racional/institucional, valorizando personalismos e colaborando para o surgimento de uma cultura eleitoral que, muitas vezes, busca “salvadores da pátria” (CARVALHO, 2002, p. 221) para ocupar esse poder. Além disso, a percepção de uma menor importância do Legislativo (CARVALHO, 2002, p. 222), somada à mencionada sobrevalorização do Executivo, também pode ter ajudado a conformar gerações de eleitores pouco ou menos preocupados com a representação parlamentar, sempre deixada em segundo plano na maioria das escolhas. Concordamos, também, com a perspectiva de Carvalho nesse ponto: só para se ter um exemplo, um estudo divulgado no começo de 2018 deu conta de que 79% dos ouvidos não se recordavam em quem tinham votado para o Congresso Nacional em 2014.<sup>6</sup> Esse descasamento entre eleitores e eleitos parece resultar em uma sensação generalizada de falta de representação – o mesmo estudo mostrou que, na opinião de 84% dos entrevistados, esse mesmo Congresso não representava bem a população.

---

<sup>6</sup> Estudo realizado pela Idea Big Data com uma amostra de 5.003 respondentes em 37 cidades do Brasil e com margem de erro de 1,95 para mais ou menos (informações disponíveis em: <https://exame.abril.com.br/brasil/79-dos-brasileiros-nao-lembram-em-quem-votaram-para-o-congresso/>; acesso em: 07 jun. 2018).

Em segundo lugar, a priorização dos direitos sociais em detrimento dos demais, e seu tratamento como “concessão de regalias”, teria, na visão de Carvalho, contribuído para disseminar o corporativismo, a busca por benefícios circunscritos a categorias e não para a comunidade como um todo (CARVALHO, 2002, p. 222). Ter-se-ia surgido, pois, uma cidadania que se distanciou da ideia de igualdade contida na conceituação original de Marshall, na medida em que se criaram grupos com e sem acesso a direitos e, mais do que isso, cada qual buscando ampliar suas próprias prerrogativas. Ou, como salientou Weffort (1981, p. 143), há não muito tempo: “temos aqui uma cidadania que espelha a desigualdade e, deste modo, a reforça.”

Vale mencionar, ademais, como pontua Marshall (1967, p. 84), que “seu desenvolvimento [da cidadania] é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos”. Em outras palavras, o tal “enriquecimento do *status*” da cidadania, a que nos referimos anteriormente, é um processo que se dá no debate por e no usufruto da mesma. Algo que, ao menos de acordo com Carvalho, aconteceu de forma truncada durante o desenrolar da história brasileira, visto que importantes direitos (especialmente os sociais) foram “ganhos” pelos brasileiros, quase sem refregas.

Retomando o que já havíamos explicado, temos algumas ressalvas à visão de Carvalho. Entendemos sua lógica e aderimos a ela na constatação da não efetivação completa dos direitos, na percepção de uma supervalorização do poder Executivo, no provável aprendizado de que direitos são simplesmente “ganhos” (um ponto que aprofundaremos oportunamente) e mesmo na apropriação corporativista de alguns direitos. No entanto, discordamos do que ele considera a razão por trás disso, ou seja, sua tese da “inversão da pirâmide” de Marshall. Isso porque os direitos civis, mesmo que de maneira diversa da de nossos dias, já se encontravam formulados desde a Constituição de 1824, ou seja, já eram uma preocupação de nossos governantes. Talvez a opção por desconsiderar isso deva-se ao fato de que, à época, e durante mais um bom tempo, esses direitos eram reservados a apenas uma parte da população (se levarmos em conta a manutenção, até 1888, da escravidão). Ou, então, a uma possível dificuldade de efetivação desses direitos, devida até a falta de uma maior institucionalização, uma maior estruturação do Estado brasileiro – o que, como vimos, ocorreria apenas com o

governo de Getúlio Vargas, que também foi o grande responsável por implementar a legislação social no Brasil. Ou, ainda, deva-se a uma preferência do autor por focar-se, por talvez considerar mais importantes, os direitos políticos e, principalmente, os direitos sociais.

Também diferentemente do autor aqui trabalhado, não percebemos que tenha sido fatal para o futuro da cidadania política que significativo aumento do eleitorado tenha ocorrido em regime ditatorial. Por tudo o que se sabe, desde a redemocratização, os pleitos vêm ocorrendo sem maiores sobressaltos, e a população vem aprendendo e tem podido escolher seus candidatos preferidos com liberdade, sem pressões estranhas ao processo eleitoral.

Acima de tudo – ainda diferentemente de Carvalho –, valorizamos o fato de que, de uma forma ou de outra, o Estado brasileiro – mesmo que de maneira imperfeita e, muitas vezes, infelizmente, ainda só no campo das intenções – veio trabalhando para a construção de um arcabouço de direitos da cidadania, ao longo de toda a sua história. A Constituição de 1988, com todas as suas possíveis falhas e imprecisões, parece coroar esse processo: logo em seu Preâmbulo, vemos que os direitos – e, logicamente, a cidadania – têm destaque como uma função precípua do Estado:

[...] um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988).

Esse pequeno texto, além de enfatizar a importância dos direitos para a nossa sociedade, também consolida, de alguma maneira, o que seria o ideal da cidadania brasileira – lembrando que, de acordo com Marshall (1967, p. 76), “as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida”. Nessa visão, é interessante notar que os direitos sociais surgem primeiro, antes mesmo dos civis – aqueles que, classicamente, de acordo com a conceituação de Marshall, seriam os mais elementares. Apenas como uma rápida e despreziosa comparação, e guardadas as devidas distâncias culturais e de formação de cada um dos países, as cartas dos Estados

Unidos e de nossa vizinha Argentina, em seus respectivos Preâmbulos, não fazem alusão tão rapidamente aos direitos sociais ou similares: tanto o documento americano<sup>7</sup> quanto o argentino<sup>8</sup> relacionam “promover o bem-estar” (respectivamente, *Welfare* e *bienestar general*) como a quinta “função” da carta, depois de temas como garantir a união, a justiça e a tranquilidade/segurança doméstica. Dar essa primazia aos direitos sociais poderia ser uma confirmação da tese da “inversão na ordem de introdução dos direitos” de José Murilo de Carvalho. Ou – e é nisso que acreditamos – talvez seja somente uma constatação da importância, quando da elaboração e publicação da carta, de se dar maior destaque a essa área naquele exato momento e nos vindouros.

Logicamente, a problemática da não efetivação dos direitos no Brasil é bastante complexa, e não pretendemos, neste trabalho, esgotá-la. Cremos que, dentre outros fatores, ela passa – nesse ponto, concordando novamente com Carvalho – também por nosso histórico escravista e nosso presente ainda racista, machista e preconceituoso, dificultando uma noção mais geral e o atingimento da igualdade inerente à cidadania. Também é fundamentalmente afetada pelos rumos econômicos do país. Como vimos, praticamente toda a História brasileira aqui retratada, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial – e que correspondeu, também, à industrialização, à urbanização, à modernização do país – foi imensamente complicada dessa perspectiva. De acordo com Skidmore (2015, p. 360), “o Brasil se revezara entre a expansão e a tentativa de estabilização”. Mesmo que com períodos de melhorias na seara econômica, parece que sempre houve uma grande dificuldade em se chegar a uma estratégia de desenvolvimento sólida, que fizesse o país entrar em um caminho de prosperidade,

---

<sup>7</sup> “We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defense, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.” Constituição dos Estados Unidos (1787). Disponível em: <[https://www.senate.gov/civics/constitution\\_item/constitution.htm?utm\\_content=buffer05951#preamble](https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm?utm_content=buffer05951#preamble)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

<sup>8</sup> “Nos los representantes del pueblo de la Nación Argentina, reunidos en Congreso General Constituyente por voluntad y elección de las provincias que la componen, en cumplimiento de pactos preexistentes, con el objeto de constituir la unión nacional, afianzar la justicia, consolidar la paz interior, proveer a la defensa común, promover el bienestar general, y asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad, y para todos los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino: invocando la protección de Dios, fuente de toda razón y justicia: ordenamos, decretamos y establecemos esta Constitución, para la Nación Argentina.” Constituição da Argentina (1994). Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

mais estável e financeiramente sustentado. Altas taxas de inflação (às vezes, concomitantes a um grande crescimento) e ampla dependência do capital externo (aliás, pode-se dizer que esse último foi o verdadeiro motor do crescimento) marcaram o período, bem como as constantes tentativas de combater esses processos – via de regra abortadas devido a questões políticas.

Sabe-se que, além de toda uma estrutura de proteção social, o desenvolvimento econômico e suas decorrências – dentre elas, a conservação dos níveis de emprego, da produtividade e do consumo, além mesmo do provimento de recursos para que o Estado possa financiar políticas sociais e de promoção da igualdade – são essenciais para a criação e a sustentação do bem-estar de uma determinada população. Segundo Celso Furtado (1992, p. 52), a superação do subdesenvolvimento<sup>9</sup>, condição que caracterizou o Brasil por muitos anos, requereria contar com uma economia que funcionasse eficazmente, o que ocorreria, em sua visão, com “relativa autonomia tecnológica”, “descentralização de decisões que somente os mercados asseguram” e abertura a mercados internacionais – tudo sob a orientação estratégica do Estado. Porém, esse necessário processo não ocorreu de forma constante.

De qualquer maneira, acreditamos que um outro ponto, já mencionado aqui algumas vezes, seja crucial para o debate sobre a cidadania no Brasil: que o não atingimento desse *status* por boa parte dos brasileiros passa por uma compreensão equivocada de direitos somente como *serviços* – e isso se dá particularmente no caso dos direitos sociais. Em nossa concepção, esse mal-entendido estaria relacionado tanto à origem desses direitos no Brasil quanto à forma de atuação do Estado em diversas instâncias da vida do país.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, quando da Independência, os direitos sociais não apareciam claramente como função do Estado. Nossa primeira Constituição, liberal, não os contemplava (assim como, repetimos, a de nenhum outro

---

<sup>9</sup> Na conceituação de Furtado (1992, pp. 39 e 40), “a teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população. Essa teoria tem como ponto de partida a visão de Prebisch do capitalismo como um sistema que apresenta uma ruptura estrutural, sistema que ele chamou de ‘centro-periferia’. Prebisch atribuiu essa ruptura ao fato de que em certas áreas o progresso técnico penetrou lentamente, concentrando-se nas atividades que produzem matérias-primas destinadas à exportação”.

país o fazia à época). Assim, a preocupação com os “necessitados” ficava fora do mundo público, não era tarefa do Estado, mas sim uma liberalidade de particulares – eram iniciativas que, para sermos mais exatos, deveriam ser classificadas como assistenciais. Portanto, nosso primeiro contato com o tipo de cuidado que depois seria encampado pelos direitos sociais associa-se ao mundo dos favores, de atividades realizadas com base em “boa vontade”, em caridade – e caridade não se discute, mas se aceita –, e não em uma noção de igualdade e de justiça social, uma percepção de que todos os indivíduos de uma determinada sociedade importam e por isso precisam viver em condições dignas.

Uma primeira estruturação desses direitos surgiu, não coincidentemente, em um momento de reorganização do Estado. Vimos que Vargas foi responsável pela institucionalização e pelo desenvolvimento da burocracia estatal, ao mesmo tempo que atuava fortemente sobre a economia (primeiros impulsos voltados à industrialização). Certa regulação e contenção social também se faziam necessárias, o que foi realizado por ele pelo ordenamento das ocupações e das relações trabalhistas, às quais se ligou a legislação social. Assim, Vargas, de certa maneira, “criava” um novo Estado, uma nova economia e uma nova sociedade brasileira.

Dirigindo a economia e, em boa parte, a sociedade, nada mais natural que o Estado também tomasse para si a decisão sobre o que ofereceria como resposta às necessidades não atendidas da população. Ou seja: quais políticas compensatórias seriam imprescindíveis para que o povo atingisse um determinado nível de bem-estar que, por conta própria, não conseguiria alcançar. Como ocorreu em outras áreas, as escolhas foram feitas com pouca discussão com as demais instâncias da sociedade – o Estado, sozinho, dava conta de tudo.

Como bem sabemos, essas políticas – melhor falando, os direitos sociais – não foram disponibilizadas para os brasileiros como um todo, e sim para aqueles segmentos que o Estado identificava como habilitados (a “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme dos Santos). Assim, por um lado, o dirigismo estatal não possibilitou maiores discussões sobre direitos – o que foi oferecido, acabou sendo aceito, já que não havia outra forma. Por outro lado, a necessidade de agradar e controlar setores da

sociedade acabou colocando em xeque a universalidade, característica fundamental de qualquer direito.

O Estado se tornava, conseqüentemente, uma espécie de provedor de serviços para alguns estratos da população – o que provavelmente foi aprofundado durante o regime militar (1964-1985). Segundo Moisés (1986), houve, nesse período, um esforço de “despolitização do Estado”, posicionando-o como uma instância meramente gerencial e, conseqüentemente, diminuindo a voz do cidadão:

Tentativa de despojar o Estado de sua dimensão política e apresentá-lo, tanto quanto possível, como mero aparato administrativo [...] a ditadura acredita que, dessa forma, pode desenvolver uma noção de neutralidade dos aparatos administrativos no enfrentamento das disputas sociais. Os conflitos se autarcizam e procura-se desenvolver mecanismos burocráticos para resolvê-los que, em essência, não dependem da decisão coletiva. [...] A despolitização de que se fala refere-se à despolitização da base do Estado, onde a ação dos cidadãos (demandas e/ou controle social) não pode mais se exercer (MOISÉS, 1986, pp. 134-5).

Nosso aprendizado em termos de cidadania, resultou, então, no seguinte: espera-se que direitos sejam dados, doados aos indivíduos por um Estado provedor, superpoderoso e, de certa forma, onipotente. Isso sem a necessidade de maiores discussões, e sem as eventuais limitações necessárias para se garantir a universalidade desses mesmos direitos. Afinal, conceder direitos seria uma das obrigações do Estado, já que, afinal, ele é o principal, quando não único, condutor e responsável por todas as esferas da nação.

Os direitos concedidos pelo Estado – especialmente os direitos sociais – muitas vezes materializam-se, naturalmente, na forma de prestação de serviços gratuitos (atendimento médico, aulas em uma escola pública). Assim, muitos cidadãos começaram a entender que direitos são, quase que somente, *serviços gratuitos providos obrigatoriamente pelo Estado*, e que ser cidadão é apenas poder usufruir deles. Logicamente, não desconsideramos o fato de que direitos são operacionalizados via políticas públicas – e essas, por sua vez, são efetivadas por meio do atendimento à população, como fica patente quando se trata dos direitos sociais, concretizados, por exemplo, na consulta médica em postos de saúde ou nas aulas de uma escola pública.

Contudo, reiteremos o nosso entendimento de que a substância dos direitos, da cidadania, é mais do que isso: é também saber-se igual a todos os outros integrantes de uma determinada sociedade e, assim, alcançar um *status*, uma dignidade básica acessível a todos os seus membros. Além disso, ser cidadão significa poder participar, ser ouvido tanto como os outros daquela comunidade. Voltamos a Bourdieu e Hirschman: ser cidadão é ter voz e ser ouvido, e não somente *ter direito a* usar um hospital público por ter nascido e por pagar seus impostos naquela localidade.

Dessa forma, direitos sociais não são somente a mera prestação de serviço (ou a caridade) estatal para remediar dificuldades que alguns indivíduos tenham em alcançar, por si próprios, as condições necessárias a levar a vida e alcançar um nível aceitável de bem-estar. Eles existem, antes, porque há um reconhecimento de que aquelas pessoas são parte da comunidade e, como tal, devem partilhar do *status*, da dignidade da cidadania. Podem ser mecanismos compensatórios bastante concretos, mas seu fundo é outro.

Essa lógica fica bastante clara quando pensamos nas áreas de saúde e educação. Não se trata, somente, de fornecer atendimento clínico, hospitais, vacinas, creches e escolas. Mas sim do entendimento de que ter saúde e ter educação são condições basilares para um indivíduo conseguir inserir-se socialmente, exercer suas funções, ir em frente. Como bem explica Saviani (1986), tratando da educação:

Para ser cidadão, para participar ativamente da vida da cidade é necessário o ingresso na cultura letrada, sem o que não se chega a ser sujeito de direitos e deveres. [...] Assim, a educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania. Ela, entretanto, não constitui a cidadania mas sim uma condição indispensável para que a cidadania se constitua. (SAVIANI, 1986, pp. 75-6).

Ou seja, educação e saúde são pré-condições para a vivência das liberdades civis e para o exercício dos direitos políticos (demonstrando, mais uma vez, a complementariedade entre os três tipos de direitos que vimos tratando aqui, civis, políticos e sociais). Parece-nos, destarte, natural, lógico, o interesse e a maior presença do Estado nessas searas.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser curioso que, justamente nessas duas áreas, o sistema político tenha criado diversas ambiguidades na concessão de direitos, modificando, de alguma maneira, sua substância e, mais uma vez, criando disparidades (talvez isso ocorra por serem campos em que tanto o setor público quanto o privado atuam, com o segundo ganhando destaque e crescendo por conta das falhas do primeiro, além de algumas superposições). No caso da educação, isso ocorre, por exemplo, com os programas de financiamento estudantil, notadamente o Prouni (Programa Universidade para Todos), no qual o Estado financia, total ou parcialmente, os estudos em nível superior em instituições particulares de estudantes com baixa renda. Para estar apto ao benefício, há que se ter uma renda familiar bruta mensal entre 1,5 e 3 salários mínimos e, necessariamente, ter passado por escolas públicas durante o ensino médio.<sup>10</sup> Temos uma política compensatória que é, naturalmente, balizada por um critério (renda), mas restrita por outro (ensino médio em escola pública) – ou seja, um direito que não é universal.

Se na educação temos um exemplo, a área da saúde nos parece ainda mais emblemática dessas ambiguidades geradas pelo próprio Estado. Vejamos por quê.

A atenção à saúde da população, no Brasil, começou por meio de ações de filantropia (enquanto os direitos sociais ainda não existiam formalmente e vivíamos sob a égide de um Estado *laissez-fairiano*), ou seja, assistencialistas e privadas. No começo do século XX (década de 1920), ou seja, ainda na Primeira República, surgem as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), responsáveis por seguros de acidentes de trabalho, pecúnia e atendimento médico a trabalhadores – sendo que a atenção aos casos de saúde era prestada por particulares via credenciamento. Contando com aportes financeiros de empregados, empregadores e União, não tinham no Estado um administrador, mas – além de financiador – um instituidor e regulador (COHN *et al.*, 2017, pp. 18-9).<sup>11</sup> Pareciam, assim, mais privadas do que públicas.

---

<sup>10</sup> Conforme explicado no sítio do programa (<[http://siteprouni.mec.gov.br/tire\\_suas\\_duvidas.php](http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php)> – Acesso em 14 abr. 2019).

<sup>11</sup> Cohn *et al.* (2017, p. 31) refere-se inclusive a uma “tradição brasileira de direitos sociais vinculados a um contrato compulsório de caráter contributivo, contrapostos a medidas assistencialistas aos carentes.”

Na década seguinte (1930), surgem os IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), divididos por setores econômicos (bancários, comerciários etc.) e ainda sustentados por recursos das três fontes anteriormente mencionadas. Eram exemplos acabados da “cidadania regulada” resultante da legislação social de Vargas, que incluía os que se enquadravam em alguns segmentos produtivos e deixava parte da população de fora.

A grande novidade com a constituição dos IAPs é que, a partir desse momento, o Estado passa a ser também um gestor – em outras palavras, o setor público passa a atuar mais diretamente na saúde, agora também na área da cura e não somente com medidas de caráter preventivo e coletivo (controle de endemias, por exemplo), como era antes (COHN *et al.*, 2017, pp. 17-20). Inicia-se um modelo de prática de direitos confuso, dominado pelo público, mas, mesmo que parcialmente, com financiamento privado.

Em 1966, já durante o regime militar, a criação do INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) unifica – exceção feita ao funcionalismo público, tanto civil quanto militar – o sistema previdenciário (que contemplava, também, a saúde), passando o seu controle totalmente para o Estado (CARVALHO, 2002, p. 171). Anos depois, em 1974-5, aprofunda-se a dicotomia no atendimento ao público, com a criação do ministério da Previdência e Assistência Social e a repartição entre suas atribuições e as do ministério da Saúde:

Estabelece-se, então [...] uma seletividade de clientela de ambos para os seus respectivos serviços de saúde. O primeiro [ministério da Previdência Social] destina-se à população mais diferenciada, dadas as características sociais do nosso país, por estar formalmente inserida no mercado de trabalho, e os serviços públicos vinculados ao outro ministério [da Saúde], às populações de mais baixa renda, excluídas do setor formal da economia.

[...] Em decorrência, estabelece-se uma aguda diferenciação entre os setores urbanos e rural em termos de um grande marco divisório entre carentes – orientados para o setor público e filantrópico – e assalariados – orientados, por intermédio da previdência social, para o setor privado [...], e só mais recentemente orientados também para o setor público de serviços. (COHN *et al.*, 2017, p. 20).

Portanto, por intermédio da forma como as instituições foram se estruturando, o direito à saúde dividiu, diferenciou a população, indo contra preceitos fundamentais da cidadania. Para os que podiam contribuir por estarem inseridos no mercado formal de trabalho (mais um exemplo da cidadania regulada?), uma prestação melhor, mas levada a cabo por particulares conveniados. Para os outros, verdadeiramente carentes, o atendimento público e o filantrópico, mal estruturado.

Ao diferenciar a população, truncando a cidadania, o Estado consolidava-se como um provedor, com, pode-se dizer, “planos de saúde” diferenciados por estratos. O entendimento de saúde havia se consolidado em torno da ideia de “saúde curativa”, voltada ao tratamento de doenças em consultas, hospitais, clínicas (locais nos quais se oferecem os *serviços*) e não a medidas destinadas a promover uma vida mais saudável para toda a população – isto é, uma saúde assentada sobre políticas públicas preventivas e universais (COHN *et al.*, 2017, p. 17). A despeito de ações contra endemias, o foco era mesmo a prestação de serviços relacionados à extinção da doença.

A Constituição Federal de 1988 trouxe novidades capazes de mudar esse cenário: em primeiro lugar, a previsão da criação do SUS, o Sistema Único de Saúde, integrando ações e instâncias. Em segundo, uma perspectiva mais abrangente sobre saúde, postulando, no artigo 196, que a mesma será garantida “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua *promoção, proteção e recuperação* (grifo nosso)”, e, no artigo 198, que haverá “prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” (BRASIL, 1988). Ou seja, anuncia-se uma atenção mais holística, menos pontual, sem um enfoque somente curativo, e um planejamento em termos de políticas públicas abrangentes, integradas e pensadas conjuntamente com outras instâncias (econômica, por exemplo) na busca do bem-estar da população (MORAES *et al.*, 2018, p. 1452).

Acima dessas – e, possivelmente, a transformação mais importante –, a carta acaba com a necessidade de uma contrapartida financeira para se ter acesso ao sistema e aos equipamentos. Enfim, o direito à saúde, por lei, era verdadeiramente universalizado (MORAES *et al.*, 2018, p. 1452).

A despeito dos avanços, as mazelas da saúde pública em nosso país são mais do que conhecidas, tornando esse direito ainda parcialmente inacessível a uma parte da população. Além disso, as ambiguidades do sistema não cessaram de existir e criaram-se outras. Cordaro (2015, p. 48-50 *apud* MORAES *et al.*, 2018, p. 1461), tratando das parcerias estabelecidas entre o SUS e as Oscips (Organizações Sociais e de Interesse Público), instituições privadas contratadas para gerir equipamentos públicos, menciona a existência de uma “dupla porta”, isto é, de padrões de atendimento e mesmo de acomodações distintas para público pagante e não pagante dentro da mesma unidade de saúde. Outro exemplo é a obrigação, aos seguros e planos de saúde privados, de ressarcir o SUS quando um dos beneficiários utilizar o serviço público de saúde<sup>12</sup>: ora, se se trata de um cidadão, por que ele não poderia usar livremente o serviço público, sem que fosse necessário qualquer tipo de pagamento (não contando, logicamente, o pagamento de impostos) para isso?

Portanto, além das questões relacionadas à nossa história e das inegáveis dificuldades econômicas, acreditamos que a própria ação e a estruturação/institucionalização do Estado tenham contribuído sobremaneira para gerar o tipo de cidadania, incompleta, que temos hoje. Temos um Estado que, há muito tempo, dirige, controla fortemente todas as instâncias da vida nacional: a economia (ele “fez” a industrialização), a estrutura social (também “fez”, como subproduto da industrialização, as classes sociais)... Natural, assim, que ele tenha, também, tomado para si a tarefa de “dar” direitos sem muita discussão – concedendo-os, em um primeiro momento, somente a alguns “escolhidos” (e controlados) e, principalmente, transformando-os em prestação de serviços estatal. Destarte, o Estado brasileiro esvaziou o cerne da cidadania, ou seja, o *status* de igualdade e de participação entre os membros de uma comunidade.

---

<sup>12</sup> Conforme o artigo 32 da Lei nº 9.656/1998.

## Capítulo II – Consumo e cidadania: relações possíveis?

Tratamos, até agora, de questões conceituais e, especialmente, das questões relacionadas ao desenvolvimento da cidadania no Brasil e seus problemas ou incompletudes. Neste capítulo, abordaremos a temática do consumo, procurando entender se e como podemos estabelecer uma correlação positiva entre consumo e cidadania. Se o objetivo deste trabalho como um todo é responder à questão “indivíduos que têm seu poder de consumo aumentado – no caso, aqueles que ascenderam à chamada ‘nova classe média’ – têm, também, sua consciência em relação à cidadania aumentada?”, esta seção busca compreender os possíveis nexos entre os dois papéis, o de consumidor e o de cidadão. Em outras palavras, buscaremos refletir sobre em que medida um interfere, inibe ou contribui para o outro – e as possíveis consequências disso para a cidadania.

Vale dizer que nos aventuraremos, em alguns momentos, a tentar responder à nossa pergunta norteadora. Essas tentativas, contudo, serão logicamente feitas apenas no campo das especulações teóricas.

Para começar, é preciso dizer que quase todos (nascidos no Brasil) somos, ao mesmo tempo, cidadãos e consumidores. Com relação à cidadania, questiona-se a sua *qualidade* (como, aliás, acabamos de fazer, refletindo sobre se nós, brasileiros, alcançamos algo próximo a uma cidadania plena), mas não o fato de sermos cidadãos, de fazermos parte do sistema político.

Já o papel de consumidor, embora bastante generalizado, não necessariamente é exercido por todos os cidadãos. Acabam sendo excluídos – ou não o desempenhando com tanta intensidade – aqueles que estão à margem do sistema econômico, os que vivem em condições precárias – aliás, justamente os que mais precisam das garantias previstas pelo estatuto da cidadania (especialmente dos direitos sociais). Outros buscam consumir menos – optam pelo “consumo consciente” ou “sustentável” – mas, mesmo assim, ainda precisam atender suas necessidades pela compra e uso de produtos e serviços.

Ao afirmar que somos cidadãos e consumidores a um só tempo, buscamos asseverar que não enxergamos, ao menos a princípio, um antagonismo entre os dois papéis. Em primeiro lugar, porque, como visto, somos de fato cidadãos. E cidadãos que vivem em uma sociedade de consumo (BORGES, 2012, p. 10), ou seja, uma sociedade que coloca as relações de consumo como centrais, seja em seus valores, seja em sua economia. Isso é incontestável, embora essa centralidade seja, naturalmente, passível de críticas.

O que queremos dizer com isso é que não é possível tomar parte no Brasil contemporâneo e não ser um consumidor (ou não *querer ser*, no caso daqueles que não o conseguem plenamente por limitações financeiras). De qualquer maneira, tomando o consumo como referência, e correndo o risco de simplificar demais um processo complexo, podemos esquematizar o papel do consumo em nossa sociedade da seguinte maneira: a demanda por bens e serviços impulsiona a produção e a comercialização; essas atividades fomentam o emprego e garantem renda aos trabalhadores; renda que, por sua vez, será, em boa parte, reempregada em mais consumo, retroalimentando o ciclo. Logo, fica claro que nossa economia, em uma boa medida – bem como a de praticamente todas as nações capitalistas – revolve-se em torno do consumo.<sup>13</sup>

Em nossa percepção, a crença em uma suposta incompatibilidade entre consumidores e cidadãos resulta de uma apreensão equivocada do ato de consumir. Equivocada porque confere às trocas no mercado uma aura de superficialidade, de menor importância em comparação com uma suposta maior relevância ou nobreza das relações entre os indivíduos e o Estado (cidadania). É como se todo ato de consumo redundasse em *consumismo*, em comprar exagerada e irracionalmente. Essa perspectiva não leva em conta que, na realidade, como buscaremos demonstrar a seguir, o consumo faz parte e é fundamental à cidadania.

Hirschman (1983, p. 24) define consumir como um encadeamento de escolhas e trocas feitas entre os indivíduos para preencher carências ou necessidades, nas quais busca-se chegar a uma “posição ótima” com relação a valores e preferências. Enquanto aquele atém-se a uma visão mais ligada à economia, Canclini (1999, p. 77) inclui na

---

<sup>13</sup> E também, como se sabe, em torno dos investimentos centrados nos fluxos de capital. Esses, porém, não são objeto de nosso trabalho, razão pela qual, aqui, atemo-nos à questão do consumo.

sua concepção também uma noção do *contexto* nos quais as transações ocorrem: para ele, o consumo seria “o conjunto de processos *socioculturais* em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos”. Trata-se de uma definição em que fica implícito, por um lado, que a ideia de consumo abarca diversas atividades (desde o desenvolvimento dos produtos ou serviços, passando pela comunicação mercadológica e, finalmente, pelo seu uso) e, por outro, que essas mesmas atividades se dão no e são influenciadas pelo meio social, por suas disposições culturais. O mesmo autor, em outro momento, também acrescenta em sua visão do consumo dimensões relacionadas aos agentes econômicos envolvidos no processo: no limite, pode-se mesmo compreender o ato de consumir como parte das disputas de classe:

O consumo, diz Manuel Castells, é um lugar onde os conflitos entre classes, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade através da distribuição e da apropriação de bens. Consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo. (CANCLINI, 1999, p. 78).

O consumo tem, pelo menos, duas motivações principais. Aqui, vamos nos referir a elas de forma separada apenas para fins de análise; na prática, no dia a dia das pessoas, essa divisão não ocorre. Em outras palavras, quando um indivíduo adquire um bem ou serviço, procura, mesmo que de maneira inconsciente, satisfazer ambos os tipos de necessidades.

A primeira função do ato de consumir, mais objetiva e pragmática, é prover-se daquilo que é necessário para viver. Por meio do consumo, suprem-se necessidades básicas, como alimentação, vestuário, abrigo, higiene etc.

Já a segunda função – mais intangível e que sempre existiu, mas que intensifica à medida que o capitalismo evolui e se sofisticava – está ligada aos conteúdos social e culturalmente compartilhados pelas diferentes sociedades: o consumo também se presta a estabelecer e a comunicar significações. Através daquilo que compramos, e de quanto compramos, pretendemos, mesmo que inconscientemente, (auto)afirmar e enviar uma mensagem sobre nossa identidade, sobre os grupos a que nos filiamos, sobre como nos posicionamos na sociedade, a respeito do que já conquistamos, das causas que defendemos, de quem gostaríamos de ser etc. Resumidamente, o consumo

serve para mostrar quem são, diferenciar e, por que não, hierarquizar os indivíduos perante os outros e perante si mesmos. Não à toa, como bem colocado no trecho acima, Canclini menciona uma concorrência por bens – nela, procura-se acessar mais e/ou melhores mercadorias e serviços, numa busca cujo objetivo final é a exclusividade, ou seja, possuir aquilo que outros não podem ter (CANCLINI, 1999, pp. 78; 80).<sup>14</sup>

Deixaremos de lado, por ora, essa segunda vertente do consumo. Não que ela não nos interesse, mas acreditamos que ela poderá ser abordada de forma mais coerente e profunda quando tratarmos da “nova classe média” brasileira, na parte II do trabalho. Foquemos, então, no lado mais objetivo do consumo, isto é, a sua função de suprir necessidades concretas.

Nessa acepção, o consumo nada mais é do que a linha de chegada de um processo cultural e socioeconômico que, do ponto de vista do consumidor, na maior parte das vezes, inicia-se no trabalho, passa pela conquista da renda, depois por toda uma sorte de racionalizações a respeito de como aquele montante será despendido e, enfim, resulta na compra/apropriação/uso do bem ou serviço. O consumo serve para, como já indicado, a manutenção da vida de uma pessoa ou de uma família. Ou seja, ele coroa uma série de esforços feitos pelos indivíduos para acessar aquilo de que precisam para sobreviver.

Thompson (1997, p. 71), ao falar das revoltas do proletariado inglês dos séculos XVIII e XIX por conta dos preços de artigos básicos (como alimentos em geral e, especialmente, pão), menciona a existência de uma “economia moral” que, aos olhos da população, informava sobre o que era entendido como as condições de uma existência decente. Tendo como base os costumes<sup>15</sup>, essa economia deveria, por isso mesmo, sobrepor-se à economia de mercado. De acordo com o autor, tratava-se de uma “economia moral mais antiga, que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de

---

<sup>14</sup> Adiantando o tema da segunda parte do trabalho, que versa sobre a “nova classe média”, essa disputa por bens talvez esteja na raiz de uma espécie de ressentimento da classe média *tradicional* com relação à “nova”: que alguns bens e serviços tenham deixado de ser exclusivos (ou excludentes?) e tenham sido apropriados pelos indivíduos que tiveram uma melhora na renda e mudaram seu padrão de consumo. A ideia de que “o aeroporto virou uma rodoviária” tornou-se um exemplo anedótico disso.

<sup>15</sup> Sen (2015, p. 103) menciona que, em *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith trata do assunto nos seguintes termos: “Artigos de necessidade são, no meu entender, não só os bens indispensavelmente necessários para o sustento da vida, mas tudo o que os costumes do país consideram indecente uma pessoa respeitável, mesmo a mais humilde, não possuir.”

aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo” (THOMPSON, 1997, p. 66). Ou seja, havia um entendimento implícito, baseado na tradição, a respeito de até onde os poderosos – representados pelo Estado ou por setores sociais mais abastados – poderiam impor suas condições ao povo. Ultrapassado esse limite, haveria o tumulto, a revolta. Ou, para voltarmos ainda mais uma vez aos termos de Hirschman/Bourdieu (2014), o povo, sentindo-se desrespeitado, usaria sua voz para reclamar do que era entendido como abuso. Daí que um mínimo de consumo, de possibilidade de acesso a um consumo, diremos, *dignificador*, faz-se necessário à participação do povo no jogo e, conseqüentemente, à manutenção da ordem.

Cabe aqui lembrar que esse conceito de “mínimo” é histórico, ou seja, é identificado com sua era e localidade específica. Aquilo que era indispensável para se levar uma vida honrada na Inglaterra georgiana ou vitoriana não necessariamente é igual ao que é preciso para se viver hoje, seja no Reino Unido, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo. Aliás, o mesmo Thompson (1997), por meio de um trecho de uma palestra de um dos líderes do movimento, John Thelwall, mostra-nos o que se esperava no momento das revoltas inglesas:

Afirmo que *cada* homem, e *cada* mulher, e *cada* criança deve obter algo mais, na distribuição geral dos frutos do trabalho, além do alimento, farrapos e uma miserável rede com uma manta pobre a cobri-la; e isso sem ter de trabalhar doze ou quatorze horas por dia... dos seis aos sessenta anos. – Eles têm uma reivindicação, uma sagrada e inviolável reivindicação... por um pouco de comodidade e divertimento... por algum tempo livre razoável para essas discussões, e por alguns meios ou informações que possam levá-los à compreensão de seus *direitos*... (THOMPSON, 1997, pp. 175-6, *itálicos do autor*).

Àquela época, portanto, a “vida honrada” conformava-se por meio, primeiramente, do acesso a alimentação e vestuário decentes. Isso, porém, não era suficiente: poder descansar e entreter-se também era entendido como vital, bem como poder trabalhar em condições razoáveis e com uma jornada razoável. Buscava-se, enfim, uma existência em que cada um pudesse exercer sua humanidade com segurança e mais plenamente. Eis o porquê das linhas finais, postulando que ter espaço para

discutir e formar consciência a respeito dos seus direitos também era considerado valioso.

No Brasil, nos dias de hoje, temos um referencial oficial do que seria “viver dignamente” – melhor dizendo, da renda que garantiria isso: o salário mínimo. Segundo o artigo 6º da Constituição Federal, a quantia deveria ser “capaz de atender a suas [do trabalhador] necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social [...]” (BRASIL, 1988). Curiosamente, em boa medida, a CF traz os mesmos itens elencados no caso da Inglaterra de séculos atrás. Logo, podemos constatar que, mesmo com o correr dos anos, alguns elementos mais basais – realmente o mínimo para a manutenção de uma vida suficientemente honrada – vêm se mantendo.

Não nos enganemos, contudo: houve mudanças significativas. Hoje, vivendo em uma sociedade de consumo, cuja lógica de sustento é sempre a do *máximo* (mais produtos, melhores, mais tecnológicos e, geralmente, a um preço maior), somos constantemente instados a alargar a nossa definição daquilo que seria necessário ao nosso bem-estar, adicionando, tanto quanto possível, mais artigos à nossa cesta de consumo. Essa dinâmica de funcionamento de nossa sociedade, sem dúvida nenhuma, contribuiu para o sucesso do discurso a respeito da “nova classe média” brasileira: os indivíduos que ascenderam a esse suposto novo estrato puderam, via aumento de renda, sair do básico, ou seja, consumir produtos e serviços que, anteriormente, só poderiam ser adquiridos pelos segmentos tradicionalmente mais endinheirados; teoricamente, por conta disso, suas vidas melhoraram; o mercado tratou de entender o segmento para vender mais para esse novo público-alvo e o governo pôde vangloriar-se da suposta mudança que promoveu. Satisfação para todos.

De qualquer maneira, por tudo o que foi explicitado até aqui, fica claro que o consumo não se opõe, mas é, sim, necessário à cidadania. Primeiramente porque, por seu intermédio, assegura-se ao menos o suficiente para a conservação e a continuidade da “vida digna” – e essa representa o cerne da cidadania que, como vimos no capítulo anterior, está calcada em um acordo entre todos os membros da comunidade política visando à promoção da justiça e à garantia dessa existência honrada para todos.

Garantindo essa dignidade mínima, o consumo acaba por capacitar ao gozo e ao exercício dos direitos.

Em segundo lugar, porque, ao suprir as necessidades mais prementes dos indivíduos, o consumo pavimenta o caminho para garantir que não haja a rebelião, ou seja, para que os cidadãos aceitem as regras e mantenham-se no jogo (Hirschman/Bourdieu). No limite, permitindo a cidadania, o consumo também se presta à conformação, à coesão e à regulação entre sociedade, mercado e Estado.

Por outro lado, se esse mínimo de consumo para o bem-estar é variável, e se viver em uma sociedade de consumo nos leva a sempre desejar ter mais e melhor, então nada como expandir o poder de consumo. Ele seria, portanto, uma ferramenta para fomentar ainda mais o engajamento naquela sociedade, bem como para contentar e, por que não, também controlar melhor uma determinada população.

Acreditamos, porém, que as razões por que o consumo é fundamental e também contribui para a cidadania vão ainda mais além. A “dignificação via consumo” parece ter consequências mais profundas do que – repetindo de uma maneira simplificada – garantir um *quantum* suficiente de segurança e tranquilidade para os indivíduos e suas famílias e, assim, concorrer para a aceitação das regras colocadas pelo Estado. Possuir renda, manter-se e poder fazer escolhas de consumo parecem ser elementos capitais para o desenvolvimento da autonomização dos indivíduos – eles ajudam as pessoas a ter *agência*, isto é, a capacidade de realizar atos que julgam como valiosos e que lhes seriam impossíveis caso sofressem privações básicas (SEN, 2012; 2015). Com isso, de acordo com Rego e Pinzani (2014), as pessoas estariam habilitadas a enxergar-se como sujeitos de direitos (ecoando, aliás, a fala de Thelwall mais acima) e, assim, entenderem que podem e devem fazer parte do sistema político-econômico, conformando-se a ele, mas também exercendo sua prerrogativa de voz:

[...] independência financeira [seria] o primeiro passo potencializador da chegada ao autogoverno da pessoa. A ausência desse mínimo grau de autonomia atuando nos níveis mais profundos de sua subjetividade impede que os indivíduos adquiram condições para se converterem em sujeitos de direitos, em personalidade determinada, como diria Georg Simmel, na sua obra *Filosofia do dinheiro* (1977), e, portanto, indivíduos demandantes de direitos e de justiça. A consequência disso é que também não são capacitados a

respeitar pactos coletivos de convívio cívico, comprometendo assim o nível civilizatório de qualquer desenvolvimento econômico de uma nação. (REGO & PINZANI, 2014, p. 63).

Com efeito, em um amplo estudo<sup>16</sup> realizado junto a beneficiárias<sup>17</sup> do Programa Bolsa Família (PBF), Rego e Pinzani (2014, p. 79) perceberam que, ao mesmo tempo que remediavam o problema concreto e imediato da miséria, as mulheres que recebiam a renda advinda do benefício formavam uma nova consciência de si, passando a se ver muito mais como protagonistas de suas vidas. A existência de dinheiro e a possibilidade do consumo, ao solucionarem problemas vitais, emancipam e liberam espaço para que os indivíduos pensem sobre si e sobre suas relações com os outros, reflitam sobre necessidades não tão urgentes e possam desenvolver outras capacidades.

Dessa maneira, a vivência de carências rudes e tacanhas impede as pessoas de desenvolverem suas funções humanas, tolhendo suas capacidades de demandar e fruir direitos – e não apenas isso, o que não é pouco, mas reduz suas capacidades de humanização. [...] A pobreza não é somente privação de dinheiro e recursos materiais, é também privação de capacidades e não desenvolvimento de funções humanas importantes, o que torna os pobres ainda mais pobres. (REGO & PINZANI, 2014, p. 74).

Percebe-se, então, que, subjacente a tudo o que vem sendo ventilado aqui, está a temática da liberdade, em diversos níveis. Da liberdade advinda de ser/saber-se responsável e, mais importante, capaz de cuidar da conservação da própria vida – e da consequente consciência sobre seu valor próprio ao fazer isso. Consciência essa que, por sua vez, leva os indivíduos a se enxergar como protagonistas, isto é, merecedores e com potência para buscar novos espaços para atuar, para ter voz. Liberdade civil que acaba por ativar a liberdade política – de certa maneira, repetindo a pirâmide virtuosa de Marshall.

---

<sup>16</sup> O estudo, de natureza qualitativa, contemplou cinco anos de viagens para entrevistar beneficiárias do Bolsa Família em diferentes localidades dentre as mais desassistidas do Brasil: sertão nordestino, Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, periferia da cidade do Recife, interior do Piauí e do Maranhão, entre outras (REGO & PINZANI, 2014, p. 23-4).

<sup>17</sup> O benefício, materializado em depósitos em um cartão, é pago às mulheres, normalmente as mães da família atendida.

Até mesmo a própria experiência do consumo aciona teclas relacionadas à liberdade, já que, por seu intermédio, os diversos atores participam da vida econômica da sociedade da forma que melhor lhes aprouver. De acordo com Sen (2015, p. 20), Adam Smith considerava que trocar e transacionar fazem parte das liberdades básicas do ser humano. Constant (2015), na mesma toada, também exaltava a prática do comércio como forma de exercer e potencializar a liberdade individual, de preferência sem restrições ou intervenções do Estado:

Enfim, o comércio inspira nos homens um vivo amor pela independência individual. O comércio faz face às suas necessidades, satisfaz os seus desejos, sem a intervenção da autoridade. Essa intervenção é quase sempre, e não sei por que digo quase; essa intervenção é sempre uma inconveniência e um desconforto. Todas as vezes que o poder coletivo quer intrometer-se em especulações particulares, ele afronta os especuladores. Todas as vezes que os governantes pretendem realizar nossos afazeres, eles atuam de maneira pior e mais dispendiosa. (CONSTANT, 2015, p. 84).

Assim, o consumo, as trocas comerciais que ocorrem sem a mão do Estado, acabam fazendo com que os homens se tornem mais senhores de si. Isso porque o exercício do consumo, em nossa visão, pressupõe o aprendizado de inúmeros processos: pesquisar, analisar alternativas, negociar, avaliar satisfação e insatisfação, posicionar-se. Se considerarmos, ademais, os momentos em que há alguma fissura nessas relações, talvez o aprendizado até se potencialize. Em estudo feito junto a consumidores que buscaram a entidade em São Paulo, Borges (2012, p. 153) descobriu que

Ao procurar o Procon, como intermediário nas situações de conflitos com a empresa, o consumidor começa a acessar uma consciência sobre as possibilidades do exercício da cidadania, através do consumo. Percebe que a escolha feita no momento de compra tem um impacto coletivo. Muda o seu comportamento e passa a reclamar, sempre que necessário, nas situações de consumo, a fim de garantir os seus direitos de consumidor. Explica que procura o Procon para pressionar as empresas e forçá-las a reconhecer que devem respeito e que têm deveres para com os consumidores.

Enfim, ao passar por todos esses processos, os indivíduos aprendem sobre si, sobre o que querem ou não, sobre o que esperar e mesmo sobre o que cobrar da outra parte envolvida na relação. Autonomizam-se e empoderam-se. Adquirem toda uma carga de conhecimento e de autorrespeito que, imaginamos, não fica restrita somente a uma esfera de suas vidas, mas deve influenciar todas as outras – aí inclusa a relação com o Estado. Em outras palavras, faria sentido supor que, ao exercitar-se nas conexões e disputas travadas no mercado, as pessoas construiriam uma carga de conhecimento que, depois, seria levada para as relações com o Estado – mesmo que estejamos tratando de relações de natureza, a princípio, muito diferentes. A primeira, eletiva, com grande diversidade de opções (de produtos e serviços) e que resulta em laços fracos (dada a ampla concorrência e a conseqüente volatilidade dos consumidores). A segunda, obrigatória, una (em um mesmo território, há só um Estado), estreita e que impõe perdas consideráveis quando se rompe (o *exit* explicado por Hirschman e Bourdieu).

Assim – e, ao menos neste momento, teoricamente –, admitamos que ocorra uma transferência da vivência no mercado para o campo da cidadania. (Hirschman [1983], aliás, considera essa hipótese plausível, tanto que desenvolveu toda uma tese a respeito de como os indivíduos oscilam entre buscar satisfação via consumo e decepcionar-se e, em seguida, buscar contentar-se por meio do envolvimento com questões públicas, para também desiludir-se em algum momento e, depois, reiniciar o ciclo.) Se pensarmos dessa forma – que se carrega a vivência no mercado para a vivência da cidadania –, chegamos a uma resposta positiva para a questão que guia este trabalho, qual seja, “indivíduos que têm seu poder de consumo aumentado – no caso, aqueles que ascenderam à chamada ‘nova classe média’ – têm, também, sua consciência em relação à cidadania aumentada?”. Igualmente, teríamos uma confirmação da tese de Flávio Rocha, que nos serviu de inspiração, de que o “eleitor-consumidor-cidadão” brasileiro “enxerga o Estado de uma outra forma [...] vê o Estado como vê sua operadora de telefonia celular, de TV a cabo. Paga e exige reciprocidade” (SALOMÃO & SCHELLER, 2015). Ou seja: de fato, esse novo personagem veria, mesmo, o Estado como um provedor de serviços como qualquer outro, e com ele estabeleceria os mesmos tipos de relação.

É certo que, em muitos momentos, a relação do cidadão com o Estado passa efetivamente pelo consumo, dado que o Estado provê serviços para a população: serviços cartoriais (emissão de registros e certificados, por exemplo), fornecimento de itens essenciais como água e energia, e mesmo os serviços que materializam a entrega de direitos sociais, como saúde e educação (para ficar nas mesmas áreas a que já nos referimos diversas vezes). Sob esse prisma, se o juízo de Flávio Rocha estiver correto, poderíamos pensar em um incremento na cidadania. Se afirmamos, anteriormente, que um indivíduo mais experimentado nas relações de consumo usa os músculos que desenvolveu em outras esferas de sua vida, seria bastante natural que ele também passasse a exigir mais dos serviços prestados pelo Estado. Essa seria, então, uma consequência bastante positiva do incremento do consumo.

Contudo, conquanto seja benéfico e justo que o cidadão passe a demandar mais do Estado em termos de uma entrega de serviços com qualidade, há que se entender que não se pode cobrar o Estado da mesma forma que se cobra o mercado. Como já referido, no mercado impera a variedade e a disputa, e os consumidores beneficiam-se disso, mudando de fornecedor se um artigo ou serviço não o satisfaz. Isso faz com que a tendência do mercado (lembrando que estamos em uma sociedade de consumo, maximizadora em essência) seja a de sempre, por um lado, inovar e agregar qualidade, e, por outro, adequar-se às várias necessidades dos vários compradores, produzindo bens e serviços segmentados, desenvolvidos especialmente para contentar um ou outro grupo. Os consumidores, por sua vez, respondem a esses movimentos (dentro de suas possibilidades financeiras), usando seu padrão de consumo para se diferenciar socialmente.

No caso do Estado, todavia, a lógica é outra: não a da maximização, mas sim a da suficiência. As políticas públicas, materializadas em serviços gratuitos providos pelo Estado, considerando seus regulamentos e suas limitações orçamentárias, devem ser desenhadas de maneira que possam atender a todos. Se sub ou superdimensionadas, acaba-se por se cometer injustiças, pois algum cidadão poderá ficar descoberto, enquanto outro será privilegiado.

Além disso, o Estado oferece, ou deveria oferecer, os mesmos serviços para todos. Ou seja, ele é pautado pela busca da universalidade, à qual a segmentação que

rege o mercado se opõe. Em suma, o Estado deveria promover a justiça e a igualdade. O mercado reforça as diferenças.

Desse modo, reiteramos que nos parece positivo que um “eleitor-consumidor-cidadão”, empoderado pelas experiências no mercado, tenha consciência de que é um pagador de impostos e, por isso, requeira do Estado qualidade na sua prestação de serviços. No entanto, questionamos se este mesmo indivíduo, recentemente mais experimentado – e, talvez, até um pouco inebriado – como comprador, consegue compreender que há limitações naquilo que o Estado, dado o seu imperativo de prezar pela igualdade e pela justiça, pode ofertar como políticas públicas e, em última instância, serviços. Nossa dúvida advém do fato de entendermos que, até hoje – e considerando todo o histórico brasileiro exposto anteriormente – ainda não chegamos a uma maturidade em termos de como encaramos – de como significamos, melhor dizendo – a cidadania. Isso ocorreria, em nossa opinião, por pelo menos três razões, que serão explicadas na sequência.

Em primeiro lugar, conforme já apontado – e embora reconheçamos que houve avanços –, porque, ainda hoje, muitos direitos, especialmente os sociais, ainda estão por ser efetivados, não se encontrando ao alcance de todos (ou não plenamente). Assim, é quase como se a dificuldade de os acessar tornasse nossa vivência com esses direitos ainda muito limitada. Como decorrência, ao não se conseguir usufruí-los, não se entende ou entende-se mal suas características e dinâmica de funcionamento. Em outras palavras, não se sabe, exatamente, o que seria razoável esperar do Estado nessa seara.

Em segundo lugar, acreditamos que essa cidadania imatura estaria ligada à forma de introdução desses direitos, colocados a princípio como privilégios. Esse fato deixou marcas ainda hoje visíveis em nossa sociedade, na qual muitos setores ou mesmo indivíduos buscam obter vantagens para si, enquanto outros não se veem ou demoram a se ver como sujeitos de direito. É o indivíduo que busca a Justiça para conseguir uma vaga em creche para seu filho (enquanto os demais esperam na fila) *versus* a beneficiária do Programa Bolsa Família que tem dificuldade em precisar se o que recebe é um direito ou um favor (REGO & PINZANI, 2015). Ou seja, por vezes nem mesmo se sabe diferenciar o que é direito e o que é privilégio. Há, portanto, uma percepção difusa do que seja a cidadania e a igualdade que lhe é inerente.

Como uma terceira razão dessa imaturidade, elencamos o relativamente recente retorno à democracia (pouco mais de 30 anos). Esse fator, sob nosso ponto de vista, pode ter contribuído para termos, presentemente, gerações que ainda estão (re)aprendendo a se relacionar com um Estado democrático. Reaprendendo seu funcionamento, suas regulações, possibilidades e impossibilidades, e também como usar a sua voz nesse contexto.

Todavia, acima de tudo o que ponderamos até o momento, enxergamos uma faceta ainda mais nociva, subjacente à ideia de “cobrar do Estado como se cobra da operadora de telefonia celular”: que o cidadão se coloque num papel, numa relação de *somente consumidor* e, assim, reforce o *papel do Estado como provedor de serviços*. Papel esse que, como notamos, o próprio Estado, voluntária ou involuntariamente, escreveu para si e encenou (e ensinou) para o povo brasileiro. Aqui, sim, poderia haver algum antagonismo entre consumo e cidadania – melhor dizendo, entre consumo e uma cidadania *plena*.

Conquanto se espere que o Estado forneça serviços à população como materialização de políticas públicas, e que seja natural e saudável requisitar qualidade nessas prestações, não nos parece desejável que o entendimento sobre o que são direitos e o que é cidadania se resuma a isso, sob pena de continuarmos imaturos nesse quesito. Em nossa visão, deve-se almejar a que a população compreenda que uma cidadania plena significa ter acesso a um bem-estar, a uma dignidade que deve ser compartilhada por todos. E que, além disso, ela representa a possibilidade de participar das decisões a respeito do destino da nação, com equanimidade entre todos e certamente obedecendo a regras.

Mais do que isso, busca-se que os indivíduos apreendam cidadania também como a fundamental garantia de que cada um poderá fazer suas próprias escolhas e terá como se desenvolver e buscar o que mais lhe aprouver. O Estado, destarte, deve ser uma instância que, ordenando, regulando e garantindo o bem-estar social, também assegure, tanto quanto possível, e, principalmente – evocando Benjamin Constant –, *não obstaculize* a expansão das liberdades essenciais dos cidadãos.

Em outras palavras, consideramos que a cidadania é, no limite, a possibilidade de expansão da liberdade (logicamente, uma liberdade com responsabilidade). Tal

liberdade se adquire quando as carências são atendidas, quando a voz é ouvida e, principalmente, quando se pode ter agência (capacidade de fazer aquilo que se considera valioso) (SEN, 2015, p. 17). Uma liberdade que alimenta a dignidade, o autorrespeito e empodera. E que, se estendida para todos, se vista, mesmo, como uma política, redunde em desenvolvimento – um desenvolvimento que tem um sentido mais amplo do que somente o econômico:

A expansão da liberdade é vista [...] como principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente [...].

Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2015, pp. 10; 29).

Em suma, nesta primeira parte do trabalho, discorreremos sobre cidadania e sobre a trajetória de sua implementação no Brasil. Pudemos compreender de quais maneiras esse histórico afeta nossa compreensão atual sobre o tema – e encontramos aquele que, em nossa visão, é o cerne de nossas dificuldades: o aprendizado de que direitos são somente serviços gratuitos providos pelo Estado, e não a possibilidade de termos voz e de podermos expandir nossas liberdades.

Em seguida, analisamos a questão do consumo e seus liames com a cidadania. Entendemos que, por diversas razões, o primeiro contribui com a segunda: na materialização de uma “vida digna” (cerne da cidadania) pelo consumo de bens necessários, promove-se o autorrespeito e libera-se o indivíduo para buscar o que quer. No aprendizado adquirido nas trocas comerciais, a pessoa vê-se empoderada não só em seu papel como consumidor, mas também como cidadão.

A partir disso, tentamos dar algumas respostas sobre se um aumento do consumo poderia contribuir para a evolução da cidadania, ou seja, da consciência e do papel dos indivíduos como cidadãos. Pareceu-nos que, por tudo o que vimos, teríamos somente respostas positivas – e mesmo benéficas para o desenvolvimento de uma

cidadania mais plena. Deparamo-nos, no entanto, com questões bastante preocupantes: primeiro, uma maior experiência como consumidor poderia levar os indivíduos a cobrar do Estado como se cobra de qualquer outro prestador de serviços – esquecendo-se de que o Estado tem uma lógica diferente da lógica do mercado. O primeiro preza pela universalidade e suficiência; o segundo, pela maximização e diferenciação. Como resultado disso, um maior consumo poderia, em tais condições, dificultar o amadurecimento da nossa cidadania.

Em segundo lugar, esse treino maior na lógica do mercado poderia intensificar a percepção de que o Estado é, deve ser, somente um prestador de serviços. Manter-nos-íamos, assim, enxergando o Estado como o fazemos há muito, como uma entidade toda poderosa de quem se deve tudo demandar e esperar. E, ao mesmo tempo, não tomando os direitos como o que eles realmente são: como já mencionado, não apenas serviços estatais gratuitos, mas nossa possibilidade de ter voz e liberdade.

De qualquer maneira, é preciso ficar claro que o que fizemos neste capítulo foi muito mais um exercício de reflexão sobre as questões que norteiam nosso trabalho. Ainda estamos por verificar se, de fato, houve algum indício de incremento na cidadania a partir do aumento do consumo, o que será feito oportunamente.

Por ora, precisamos entender as características do grupo que passou por esse processo de incremento de consumo, ou seja, a chamada “nova classe média”. Esse será o tema da parte II do trabalho.

## PARTE II – A “nova classe média”

Nesta segunda parte do trabalho, abordaremos a proposição do surgimento de uma “nova classe média” (ou NCM, como também usaremos<sup>18</sup>) na sociedade brasileira. Qualificada até mesmo como “a principal inovação recente nesta década” (NERI, 2008, p. 6), a chamada “ascensão da nova classe média” foi amplamente discutida, festejada e criticada, com o “novo” grupo sendo percebido como parte fundamental da engrenagem que moveu a economia brasileira em uma direção aparentemente positiva na primeira década do século XXI. Aqui, discutiremos esse “fenômeno” de maneira ampla, objetivando compreender as intenções que presidiram o interesse em se propor o aparecimento desse suposto novo estrato.

Em nosso percurso, precisaremos abordar diversos temas que nos auxiliarão na contextualização e na compreensão da “nova classe média”. Em primeiro lugar, verificaremos os antecedentes econômicos que propiciaram e deram sustentação a essa presumida mobilidade social de parte da população. O “*boom das commodities*”, fatores demográficos e as ações dos governos Lula na área econômica serão os protagonistas dessa história.

Em seguida, faremos uma breve discussão a respeito da estrutura e das diferentes formas de estratificação comumente empregadas nas análises de nossa sociedade. Sem o intuito de nos aprofundarmos em cada uma delas, buscaremos elementos para entender o que rege as diferentes maneiras de classificar uma população. Isso será fundamental para analisarmos, em outro momento, a proposta de divisão em estratos elaborada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), órgão do Poder Executivo que seria o responsável por tratar do tema “nova classe média” dentro do Governo.

---

<sup>18</sup> Vale ressaltar que alguns autores – e, principalmente, a mídia brasileira – usaram também a expressão “classe C”. Neste trabalho, optamos por privilegiar “nova classe média”, ou sua abreviação “NCM”, até por entendermos que são utilizadas dessa maneira de forma intencional. “Classe C” aparecerá aqui quando for a expressão mobilizada pelos autores citados, ou, se necessário, quando houver alguma comparação com outras classes também referenciadas por letras como, por exemplo, “classe AB”.

Continuando nosso trajeto até a “nova classe média” brasileira, vamos nos deter no esforço de compreensão do conceito de classe média em Ciências Sociais e seu desenvolvimento histórico – para isso, mobilizaremos Marx, Weber e alguns de seus intérpretes. Na continuação, será a vez de adentrarmos, finalmente, o território nacional, abordando a classe média brasileira, ou, melhor dizendo, o agrupamento que existiria em nosso país sob a denominação de “classe média” até meados dos anos 2000. Esse segmento, a partir do advento de uma “nova classe média” brasileira anunciada por volta de 2008 – agora ancorada no consumo, e não mais na produção –, passaria a ganhar outros qualificativos, como “antiga” ou, ainda, “tradicional” (*antiga* classe média brasileira ou classe média *tradicional* brasileira). Será importante entender a formação, as características e o papel desse estrato anterior para entender semelhanças e diferenças com o suposto novo grupo surgido nos anos 2000.

Depois de tudo isso, chegaremos finalmente à definição e à descrição estabelecidas pela SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) das principais características da NCM. Apesar da profusão de dados disponíveis sobre o tema, focaremos a produção do órgão, porque nosso intuito é justamente apreender o discurso oficial sobre o segmento, ou seja, entender como ele foi concebido, desenhado e apresentado. Depois, em leitura crítica, aí sim contaremos com o auxílio de autores que também refletiram sobre o segmento, em geral contrapondo-se à postura oficial.

Na sequência, buscaremos entender e refletir sobre os significados da suposta mobilidade social para aqueles que teriam passado por ela, isto é, queremos saber se a vida, se as percepções dos integrantes da chamada “nova classe média” se transformaram, e de que maneira. Para isso, recorreremos a números e estatísticas, especialmente aquelas relacionadas ao consumo de bens; também ao trabalho de acadêmicos que estudaram o estrato, bem como a reportagens e artigos da imprensa que tiveram representantes da NCM como personagens. Isso nos ajudará a compor um retrato mais vívido, real dessas pessoas.

Por fim, o último capítulo desta segunda parte de nosso trabalho será dedicado à verificação empírica de nossa hipótese de que uma maior experimentação com o consumo poderia provocar mudanças na forma como os indivíduos lidam com o Estado

e suas instituições. Para fazer tal checagem, usaremos microdados de um estudo que vem consistentemente reunindo informações sobre o comportamento dos brasileiros não só com relação às escolhas feitas nas últimas eleições (pois é um estudo pós-eleitoral), mas também a respeito da democracia e das impressões sobre o Estado em geral. Trata-se do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado a cada quatro anos, desde 2002, pelo CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública), sediado na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).



É certo que a situação externa foi fundamental para esse cenário. Globalmente, vivia-se o chamado “boom das *commodities*” – que, de acordo com Carvalho (2018, p. 9), durou de 2003 a 2011. Tratou-se de um momento em que a exportação desses bens – no caso brasileiro, notadamente de petróleo, minério de ferro e soja – ganhou força por conta da demanda de países emergentes, especialmente a China. O Brasil e outras nações da América Latina beneficiaram-se desse movimento, com incrementos em recursos, no salário e no emprego dos setores exportadores, bem como do natural espraiamento da “onda de bonança” para as demais áreas da economia, inclusive com reflexos na arrecadação pública, contribuindo para os investimentos governamentais (BALAKRISHNAN; TOSCANI, 2018; CARVALHO, 2018). Além disso, a grande entrada de dólares em nosso país apreciou o real, ajudando a controlar a inflação principalmente entre 2006 e 2010 (com o valor da moeda americana mais baixo, barateou-se o custo de insumos importados, por um lado, e, por outro, contiveram-se aumentos nos preços de produtos que possuíam concorrentes internacionais [CARVALHO, 2018, p. 35-6; 47-8]).

Apesar de alguns analistas creditarem praticamente toda a boa situação econômica brasileira no período ao “boom”, fatores internos também tiveram o seu papel. Primeiramente, fatores demográficos. Vivíamos o “bônus demográfico”, quando há mais indivíduos em idade economicamente ativa do que inativos, resultando em fortalecimento da produção, venda e compra de bens. Além disso, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho (chegou a 51% em 2015, sendo mais intensa nos estratos mais altos da população, mas presente também nos inferiores) e a diminuição da taxa de fertilidade (de 6,21 filhos por família, na década de 1960, para 1,72 em 2015) colaboraram: significaram mais uma fonte de renda para domicílios com menos gente, ou seja, uma possível sobra de dinheiro para ser gasta, muitas vezes, com bens considerados supérfluos ou que facilitassem a vida da dona de casa (micro-ondas, liquidificador etc.) (DEAK, 2018, pp. 101-4).

Em segundo lugar, a já referida estabilização da moeda, ocorrida ainda nos anos 1990, com o Plano Real (1994) (VICENTE, 2013, p. 81) e, já na década de 2000, políticas voltadas aos menos favorecidos, especialmente no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também concorreram para os resultados positivos

(CARVALHO, 2018, pp. 9; 18-9). Conforme sintetizou Singer (2012, p. 146), o contexto mundial “contribuiu para que no Brasil houvesse ganhos no topo (incremento no valor das exportações e altas margens de lucro em geral) e no pé da pirâmide social (transferência de renda e aumento dos salários, do crédito e posteriormente do emprego)”. Mas, para ele, o panorama internacional, por influente que fosse, foi capitalizado por escolhas internas:

As opções pela transferência de renda e expansão de crédito aos mais pobres, feitas desde o início do governo, ainda na vigência da “política de apertar os cintos bem forte, com a despesa pública caindo em todas as suas categorias”<sup>19</sup>, permitiram que a oportunidade aberta pela expansão mundial fosse aproveitada de maneira singular. [...] Foi a *fortuna* da conjuntura internacional associada à *virtú* de apostar na redução da pobreza com ativação do mercado interno que produziu o suporte material do lulismo.<sup>20</sup> (SINGER, 2012, pp. 179-180; itálicos do autor).

Dweck, Chaves e Chernavsky<sup>21</sup> (2013 *apud* ABDALA, 2014, pp. 31-2) postulam justamente que o modelo de desenvolvimento adotado pelo PT baseava-se no binômio consumo (por parte da massa trabalhadora) e investimento em infraestrutura

---

<sup>19</sup> “Apertar o cinto...”, aqui, refere-se a diversas medidas adotadas logo no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) para controlar a economia – além do freio às despesas públicas, da continuidade do câmbio flutuante, da elevação de juros etc. – e ao fazer frente a compromissos assumidos em campanha (SINGER, 2012, p. 144) – notadamente com a *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual o futuro presidente já advertia que “a ‘margem de manobra da política econômica [seria] pequena” (CARVALHO, 2018, p. 14).

<sup>20</sup> O termo “lulismo” refere-se à maneira de governar instituída principalmente a partir do segundo mandato de Lula (2007-2010), no contexto do que André Singer nomeia como “reformismo fraco”. Grosso modo, esse seria o projeto que o Partido dos Trabalhadores usou para conseguir, depois de inúmeras tentativas, aceder e manter-se no poder. Ele concilia e, conseqüentemente, “doma” os interesses das duas principais classes, quais sejam, capitalistas e proletários, satisfazendo a ambas. Reformismo fraco e lulismo têm como características, entre outras, enfatizar o abrandamento da pobreza (e não necessariamente da desigualdade, a qual seria lentamente diminuída); fortalecer o mercado interno via geração de empregos (precários), disponibilizar crédito e, assim, obter um maior consumo. Logicamente, no lulismo ressalta-se a figura do presidente como um “grande líder” (SINGER, 2012, pp. 200-2).

<sup>21</sup> Conforme informação de Abdala (2013, p. 31), Esther Dweck era a Chefe para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O coautores do artigo aqui citado, denominado “O modelo de desenvolvimento brasileiro: análise de seus fundamentos e papel das macropolíticas federais”, ou seja, Miriam Chaves e Emilio Chernavsky, eram seus assessores.

(inversões públicas ou privadas a partir de induções públicas<sup>22</sup>) como os principais mecanismos de ativação da economia. A fórmula geraria um círculo virtuoso de produtividade – “tanto em razão do aumento das escalas de produção [...] como pela redução de custos sistêmicos” – e maior competitividade dos produtos brasileiros, resultando em uma maior atração dos mercados internacionais. Logo, haveria a desejada mitigação das desigualdades e o crescimento econômico ao mesmo tempo – o que posteriormente foi chamado de “Milagrinho”, na terminologia cunhada por Edmar Bacha (CARVALHO, 2018, p. 19).

Portanto, fomentar o aumento do consumo das famílias fez parte da estratégia de primeira hora adotada pelo governo para fazer a economia girar. Esse processo foi alimentado por pelo menos quatro fatores, diuturnamente mencionados nas análises sobre o período: maior nível de emprego (especialmente, como veremos adiante, em setores que tradicionalmente requerem menor experiência e qualificação, ou seja, mais direcionados à “base da pirâmide”) e consequente aumento na massa salarial, valorização do salário mínimo, democratização do crédito e programas sociais e de transferência de renda (com grande destaque para o Programa Bolsa Família) (MERCADANTE, 2008; POCHMANN, 2014; SINGER, 2012). Passemos, então, ao entendimento das transformações nessas quatro áreas. Nosso recorte temporal focará, principalmente, a primeira década dos anos 2000, dado que a constatação da “ascensão da nova classe média” data do final desse decênio.

#### a) Maior nível de emprego

Embora aspectos como a redução das migrações campo-cidade, a sensível queda na natalidade e o aumento da permanência de jovens na escola tenham sido relevantes (em boa parte, por diminuírem a pressão de entrantes), muitos dos estudos sobre a redução das desigualdades de renda ocorridas mais recentemente em nosso país creditam-na ao aquecimento da economia e à consequente melhora na geração de

---

<sup>22</sup> O destaque, aqui, é o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em janeiro de 2007 (SINGER, 2012, p. 149-150) e importante plataforma eleitoral de Dilma Rousseff, chamada na campanha de “a mãe do PAC”. Não se pode deixar de lado, também, ações que, por um lado, tratavam do social e, por outro, estimulavam importantes segmentos, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida, movimentando o setor da construção civil.

empregos, especialmente os formais (POCHMANN, 2014; COMIN, 2015) e os voltados a segmentos mais pauperizados. A partir de dados do IBGE – Censo e PNADs –, Pochmann (2012, p. 19) mostra que, entre 2000 e 2010, 95% dos empregos gerados no Brasil tinham vencimentos mensais de 1,5 salário mínimo. Citando o Centro de Políticas Sociais da FGV-RJ (CPS-FGV) e considerando o período de 2001 a 2009, Singer (2012, pp. 181-2) refere-se a um crescimento de 456% na renda dos 10% mais pobres em relação à dos 10% mais ricos, destacando a ocorrência, também, de uma redução na “desigualdade funcional de renda”, ou seja, uma maior participação do trabalho na composição da renda.

Informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) dão conta de um aumento médio anual de 5,8% (2,095 milhões) em empregos celetistas e estatutários entre os anos de 2004 e 2011 – e dados oficiais confirmam que se tratou da primeira vez em que a formalização suplantou a informalidade. Em 10 anos (2001-2011), abriram-se 16 milhões de postos, aumento que seguiu o incremento da população em idade ativa, favorecendo a manutenção na taxa de ocupação. O desemprego, logicamente, caiu: números da PME (Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE) evidenciavam queda de 12,36% em 2003 para 5,5% nove anos depois, em 2012 (BRASIL, 2013b, pp. 9-10; 29). O impulso à criação de vagas parece ter sido catalisado sob a gestão de Guido Mantega à frente do Ministério da Fazenda (2006) e por uma mudança na condução econômica: o novo ministro “afrouxou o cinto”, ou seja, entre outras medidas, flexibilizou gastos públicos e reduziu juros. Assim, com relação ao primeiro mandato, no segundo mandato de Lula criaram-se 40% mais empregos (SINGER, 2012, p. 147).

Enquanto Pochmann (2012, p. 27) nos explica que, das oportunidades de trabalho criadas no decênio inicial do século XXI<sup>23</sup>, 94,8% tinham rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal, Abdala (2014, p. 27), por sua vez, demonstra que elas surgiram, por ordem de magnitude, nos setores de serviços, no comércio, na indústria de transformação, na administração pública e, por fim, na construção civil. Os dois primeiros (serviços e comércio), em 2012, respondiam por pouco mais da metade (53,5%) dos postos de trabalho formais brasileiros – e, somados à construção civil,

---

<sup>23</sup> Pelos seus cálculos, com base em PNADs, foi gerado um total líquido de 21 milhões de postos.

perfaziam 60% de todas as vagas do país. Trata-se dos três setores com as menores remunerações, segundo a RAIS (2012), e com as maiores taxas de rotatividade de pessoal, de acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, em 2011). Logo, estamos tratando de ocupações precárias – refletindo o menor grau de escolaridade e experiência dos entrantes no mercado –, ainda que formais (POCHMANN, 2012; SINGER, 2012).

De qualquer forma, segundo a SAE/PR, os trabalhadores pertencentes à classe média<sup>24</sup> tiveram um incremento de 1,7% ao ano em suas remunerações médias (entre 2002 e 2012), sendo que mais de ¾ da renda dessas famílias provinham do trabalho. Em 2012, dentre a população em idade ativa, 58% estavam ocupados, sendo que o número crescia para 61% na classe média. Marcelo Neri, à época ministro da SAE/PR, era categórico ao reforçar a importância do emprego: “a combinação de mais educação<sup>25</sup> e trabalho é o que tem tornado o movimento de ascensão sustentável. Este é o que pode ser chamado de lado brilhante dos pobres (*The bright side of the poor*)” (BRASIL, 2013a, p. 105).

Para além da melhoria nas remunerações, o expressivo incremento no emprego formal representou o ingresso de muitos brasileiros no universo das proteções e coberturas garantidas pela “carteira assinada” (seguro-desemprego, FGTS etc.). Além disso, significou maior estabilidade na renda e acesso ao crédito (um dos outros pilares do incremento no consumo) (SINGER, 2012, p. 153), permitindo uma praticamente inédita possibilidade de planejamento financeiro e capacidade de, minimamente, projetar o futuro.

#### b) Valorização do salário mínimo

Atuando conjuntamente com a melhora na seara do emprego, incrementos no salário mínimo (SM) também contribuíram para o aumento na renda, a dinamização do mercado e o recrudescimento do consumo.

---

<sup>24</sup> Vale dizer, desde já, que a série de cadernos publicada pela Secretaria governamental trata, em geral, da classe média como um todo. Ou seja: os dados apresentados, na maior parte das vezes, referem-se ao “estoque” de indivíduos de classe média, isto é, àqueles que já se encontravam nela somados aos entrantes. Esse tema e suas implicações serão mais detalhados oportunamente.

<sup>25</sup> Neri, nesse trecho, iguala “mais educação” a “melhora na quantidade do ensino”, ou seja, mais anos de estudo (BRASIL, 2013a, p. 105).

Embora nos primeiros anos dos governos do PT – aqueles em que se “apertou o cinto bem forte”, como já mencionamos aqui – a elevação tenha sido contida (para se ter uma ideia, com reajustes de apenas 1,2% acima da inflação em 2003 e no ano seguinte) (SINGER, 2012, pp. 145-6), uma panorâmica do período evidencia a importância dada à política de aumentos do mínimo, especialmente sob a condução, na Fazenda, de Guido Mantega: entre 2002 e 2013, seu valor foi de R\$ 200,00 para R\$ 678,00, um acréscimo real de 70,49% (BRASIL, 2013, p. 19). Como influencia também o piso de boa parte das categorias profissionais, políticas relacionadas ao mínimo têm um impacto amplo: o IBGE mostra que, no mesmo período, ocorreu uma elevação de 46,26% para 58,40% na participação dos salários como um todo no PIB (Produto Interno Bruto) (BRASIL, 2013b, p. 19). Ademais – e corroborando sua proeminência para a economia nacional –, o valor do soldo é o piso das aposentadorias e a referência para o BPC (Benefícios de Prestação Continuada), pago a idosos ou portadores de necessidades especiais com renda familiar *per capita* menor do que  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo (para se ter uma ideia, em 2006, o BPC favorecia 2,4 milhões de beneficiários) (SINGER, 2012; POCHMANN, 2014).

Números de 2014 (Abdalla, 2014, p. 46), levando em conta o reajuste de R\$ 46,00 concedido naquele ano, estimavam que o salário mínimo seria responsável por um aporte de R\$ 28,4 bilhões na economia, com R\$ 13,9 bilhões em forma de tributos sobre o consumo. Ou seja, ele de fato foi um importante instrumento usado pela política econômica do governo. Nas palavras de Singer (2012, p. 146), “foi posto em marcha, por intermédio do salário mínimo [...], reforço fundamental à ativação do mercado interno de massa [...]” – com uma injeção de R\$ 1 trilhão nos ganhos de trabalhadores da “base da pirâmide” entre 2003 e 2010 (POCHMANN, 2014, p. 97).

Abdala (2014, p. 46), com base no primeiro Programa de Governo do presidente Lula (2002), conclui que, juntamente com a melhora no emprego, as constantes elevações do salário mínimo fizeram parte de uma estratégia que privilegiava uma espécie de continuidade entre o social e o econômico. Esse casamento parece ter sido fundamental para o sucesso do governo e mesmo para o surgimento do discurso sobre a “nova classe média”.

### c) Democratização do crédito

Quando se trata da concessão de crédito durante os governos do PT, os valores são grandiloquentes. Dweck, Chaves e Chernavsky (2013 *apud* ABDALA, 2014, p. 52) deixaram clara a necessidade dos montantes expressivos para propiciar, “a grandes parcelas da população”, a compra de bens duráveis. Pochmann (2014, p. 98), referendando essa posição, afirma que só dessa maneira a “base da pirâmide social” pode modernizar seu padrão de consumo. O fato é que, segundo dados oficiais, o crédito sob os governos Lula expandiu-se de R\$ 381 milhões em 2003 para R\$ 1,4 trilhão sete anos depois (SINGER, 2012, p. 189-190). O acumulado das operações, que correspondia a 25,5% do PIB nacional no começo de 2002, passou para 49,2% em dez anos (CARVALHO, 2018, p. 25). Foram diversas iniciativas com vistas a aumentar a oferta de dinheiro: maior concessão de empréstimos à agricultura familiar – segundo Pochmann (2014, p. 98), o montante foi de R\$ 2,4 bilhões em 2003 para R\$ 10,8 bilhões seis anos depois –, especialmente no Nordeste; ênfase ao microcrédito e à bancarização da baixa renda, entre outras. Destacou-se, também, a criação de uma nova modalidade de crédito pessoal, o consignado, com desconto diretamente em folha de pagamento, voltado a assalariados (já que, como vimos, houve um grande aumento nas vagas formais) e a aposentados. Com riscos – e, conseqüentemente, juros – substancialmente menores, em 2005, dois anos após sua criação, ele injetou bilhões no mercado (SINGER, 2012, pp. 67-8). Em 2011, chegou a R\$ 143 bilhões de saldo, o que representava, à época, mais da metade – 67,5%, para sermos exatos – de todo o crédito concedido a pessoas físicas. O financiamento de veículos, outro bem durável bastante almejado, viu, em um ano (2009-2010), seu saldo crescer em 49% – com volumes que chegaram a 149 bilhões em 2011 (ABDALA, 2014, pp. 50-1). Posteriormente, já tratando mais especificamente da “nova classe média”, abordaremos novamente o tema crédito e o crescimento em diversas modalidades voltadas à pessoa física no período.

Logicamente, ao se tratar de empréstimos, surge logo a preocupação com o endividamento das famílias a longo prazo. Carvalho (2018, p. 27), porém, afirma que, quando considerado em conjunto com o aumento do emprego (e, conseqüentemente, da renda) ocorrido concomitantemente, o crédito foi fator fundamental para dinamizar

a economia do período – um maior comprometimento da renda com o pagamento de dívidas, segundo ela, viria a ser um problema apenas depois, quando a economia brasileira desaqueceu-se (também voltaremos a esse tema posteriormente).

#### d) Programas de transferência de renda

Sem dúvidas, esses programas – como a Previdência Rural, o BPC e, principalmente, o Bolsa Família – também tiveram seu papel no “surgimento da nova classe média”: “a renda não derivada do trabalho por adulto da atual classe média passou de R\$ 85 por mês para R\$ 134” (BRASIL, 2012d, p. 27) – ou seja, um acréscimo de quase R\$ 50,00 somente por conta das transferências. Pochmann (2014, p. 97) calcula que, entre 2002 e 2008, os programas ligados aos sistemas de Previdência e Assistência Social tiveram seus valores multiplicados nominalmente em 2,3 vezes, passando de R\$ 134,7 bilhões para R\$ 305,3 bilhões. Dentre eles, vale uma atenção especial ao Programa Bolsa Família (PBF), menina dos olhos de boa parte do período Lula.

Lançado em 2003, o PBF destina-se à população pobre, tendo como contrapartidas a frequência escolar de jovens e crianças, bem como os cuidados com a saúde dessas últimas e de gestantes. Um ano após sua criação, já alcançava 3,6 milhões de famílias e, em dez anos, contava com 21 milhões (ABDALA, 2014; CARVALHO, 2018). Abdala (2014, p. 48), citando estudo realizado por Marcelo Neri em 2013, afirma que, “para cada R\$ 1,00 investido pelo Governo no PBF, o PIB aumenta R\$ 1,78 e o total do consumo final da economia R\$ 1,98 [...]”. Não foi à toa que o programa recebeu verbas crescentes: 64% a mais em seu segundo ano (2004), 26% superior em 2005 (ano do “mensalão”), chegando a um orçamento treze vezes maior entre 2003 e 2006 (SINGER, 2012, pp. 63-4).

O Bolsa Família – em conjunto, neste caso, com os aumentos no salário mínimo – também ajudou a movimentar a economia de pequenas cidades, dependentes do varejo local (SINGER, 2012, pp. 66-7). Em um amplo estudo junto a beneficiárias<sup>26</sup> do programa, Rego e Pinzani (2014, p. 97) verificaram a existência do que denominaram de “economia de pobres para pobres” – mobiliário barato vendido a prestações, vestuário artesanal a baixo custo, etc. – surgida a partir do PBF. Para além da questão

---

<sup>26</sup> Lembrando que o benefício sai em nome da mulher, mãe de família.

da renda, receber o benefício, ao menos para as mulheres estudadas por esses autores (REGO; PINZANI, 2014, p. 208), representou também um outro acréscimo valioso: tendo, pela primeira vez em suas vidas, rendimentos regulares, elas passaram a gozar de credibilidade entre os comerciantes de suas localidades, o que redundou em uma sensação de respeito por si e de maior dignidade pessoal (conforme visto na parte anterior deste trabalho, sobre cidadania).

De qualquer maneira – e sem deixar de considerar que tiveram, sim, seu quinhão –, não se deveria atribuir a esses programas, muito menos ao Bolsa Família, a maior contribuição para o crescimento da NCM: a SAE/PR é categórica ao afirmar que não mais do que 30% do crescimento da renda das famílias de classe média deveu-se a esse tipo de transferência. Como vimos, para esse órgão, a expansão dos empregos e o aumento dos salários foram os aspectos mais importantes (BRASIL, 2012d, p. 27).

Por fim – e embora não sejam comumente tratadas, na literatura sobre o assunto, como um dos “pilares” que antecederam o surgimento da “nova classe média” –, vale mencionar, mesmo que não tão detidamente, o impacto das desonerações tributárias na economia como um todo e, especialmente, no consumo. Conquanto algumas já existissem antes (sendo,  *grosso modo*, incentivos a setores produtivos já previstos nos planos do governo), foram ampliadas após a crise econômica internacional de 2008, a princípio como medidas paliativas ou mesmo emergenciais, mas que acabaram se estendendo por anos (ABDALA, 2014, p. 53).

Das medidas com maior impacto sobre o consumo das famílias, destacaram-se a diminuição na alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) no crédito para pessoas físicas; a redução no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de automóveis, dos artigos de linha branca, de construção e de mobiliário; e a extinção da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) – lembrando que as duas últimas ocorreram por volta de 2008-2009 como uma resposta à crise econômica mundial (ORAIR, 2015; CARVALHO, 2018). Laura Carvalho (2018, p. 38) relata, ainda, que outros atos do governo para manter o crescimento e proteger a economia interna do cenário internacional foram parcerias de investimentos entre os entes federativos, aumento no valor e no tempo de pagamento do seguro desemprego

e mesmo a criação do programa Minha Casa Minha Vida (movimentando o mercado da construção civil).

Em suma, todos esses fatores – especialmente os quatro aqui destacados, ou seja, expansão do emprego, valorização do salário mínimo, democratização do crédito e programas de transferência de renda –, conjuntamente, são tidos como os que mais concorreram para o aumento na renda de muitos brasileiros. A partir deles, por um lado, reduziram-se as desigualdades e resgatou-se parte da população da pobreza; por outro, muitos “ascenderam à (nova) classe média”. Singer resumiria o que ocorreu no período da seguinte forma:

O maior poder aquisitivo das famílias de baixa renda [...] direcionou parte da atividade econômica para os pobres. As empresas voltadas para dentro incrementaram o investimento para aproveitar as oportunidades, gerando postos de trabalho, os quais por sua vez realimentaram o consumo num círculo virtuoso que conseguiu, finalmente, tocar na contradição fundamental: a massa miserável que o capitalismo brasileiro mantinha estagnada começava a ser absorvida no circuito econômico formal (SINGER, 2012, pp. 150-1).

Portanto, aparentemente, a “massa” pôde, finalmente, participar plenamente das trocas no mercado. A questão que fica é se isso, somente, pode ser considerado condição suficiente para caracterizar mobilidade social, ingresso em uma nova classe e, mais ainda, melhoria efetiva na qualidade de vida. Pretendemos, ao final desta parte do trabalho, responder a essas perguntas. Antes, porém, será necessário discutir questões como estrutura social e estratificação na sociedade brasileira, o que será feito a seguir.

## Capítulo II – Estrutura social e estratificação na sociedade brasileira

De acordo com Ossowski (1976, pp. 20-22), a expressão “estrutura social” refere-se aos diversos arranjos e relações entre os membros e os grupos de uma determinada sociedade. Seria um “sistema de relações humanas, distâncias e hierarquias”. A estrutura de uma determinada sociedade é temporal, específica e derivada do momento, interações e características encontradas nesse dado agrupamento (HIRANO, 1974, p. 46).

Como espaços, ideias, renda, bens, prestígio etc. estão em constante disputa entre os integrantes de qualquer estrutura social, as diferentes posições conquistadas levam naturalmente ao surgimento de estratificações. Daí que, de acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. 39), “não se conhecem exemplos históricos de sociedades não estratificadas [...]”. Já para T. H. Marshall,

Estratificação [...] significa a divisão de uma sociedade em estratos ou camadas, situados uns sobre os outros. [...] determinamos a existência da estratificação pela identificação daquelas partes da estrutura que possuem esse caráter de camadas sobrepostas e ao ver como se relacionam entre si e com o funcionamento do sistema social como um todo. Cada parte ou estrato se compõe de um grande número de pessoas que ocupam as mesmas, ou aproximadamente as mesmas, posições na estrutura social (MARSHALL, 1962, pp. 146-7).

Historicamente, com a passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista, houve também a transição de um sistema conformado por estados para outro assentado em classes. Somente nesse modelo – em vigor, *grosso modo*, desde meados do século XVIII até hoje –, foi possível o florescimento da cidadania, dado que ele abole o formato anterior (com “ordens” estanques, fixadas jurídica e culturalmente) em prol da igualdade legal e da livre concorrência entre os homens. Como se trata de uma competição especialmente por riqueza e pelas decorrentes posições e privilégios (HIRANO, 1974; MARSHALL, 1962), a estratificação advinda do sistema de classes,

centrada na posse dos meios de produção, baseia-se em um critério fundamentalmente econômico (HIRANO, 1974; OSSOWSKI, 1976; SINGER, 2012) – ainda que os indivíduos participantes das diferentes classes acabem naturalmente por desenvolver, em alguma medida, atitudes, comportamentos, uma cultura similar. Como afirma Marshall:

“Classes”, diz Max Weber numa de suas obras, “são grupos de pessoas que, do ponto de vista de interesses específicos, têm a mesma posição no sistema econômico”. A combinação dos termos “posição” e “interesses” subentende que as posições devem ser consideradas como as mesmas se a vida daquelas que as ocupam é condicionada pelas mesmas forças e influenciada, de modo semelhante, pelas mesmas circunstâncias – se tais pessoas têm, na fraseologia de Weber, as mesmas oportunidades de vida no sistema econômico. Um sistema de classes é uma estrutura social na qual este princípio rege a estratificação (MARSHALL, 1962, pp. 148-150).

Se, por um lado, todas as sociedades, pela sua própria dinâmica, disputas e evolução, acabam por estratificar-se de alguma maneira, num processo relativamente *espontâneo*, por outro, em um dado momento, atores dessas sociedades passam a definir marcadores e a formular maneiras de classificar os indivíduos em agrupamentos menores e supostamente mais homogêneos. Fazem isso por meio dos chamados critérios de estratificação.

Lançar mão desses critérios e estratificar uma determinada sociedade é algo quase inevitável devido a sua utilidade prática em diversos campos: realização de estudos socioeconômicos, determinação e aplicação de políticas públicas, definição dos chamados “públicos-alvo” e ações a eles direcionadas, na área mercadológica, entre outros. Contudo, propor uma certa forma de classificar e agrupar indivíduos significa determinar atributos que definirão e que funcionarão como espécie de “fronteiras” entre um grupo e outro, mas sem nunca conseguir descrever plenamente aquele conjunto (GONZALES; PRADO; DEAK, 2018, p. 10). Isso porque nenhuma coletividade humana pode ser caracterizada por somente um ou mesmo por parte de seus vetores (econômico, cultural, étnico etc.) – necessariamente, pontos relevantes ficarão de fora (MARSHALL, 1962, p. 118). Estratificar, portanto, não deixa de ser uma

simplificação, uma redução – ainda que necessária – de pessoas a um conjunto finito e incompleto de características.

Há uma grande pluralidade de critérios de estratificação social e/ou econômica usados no mundo. Conceitualmente, a literatura sobre o tema menciona critérios unidimensionais (baseados em somente uma variável) e multidimensionais (baseados em uma combinação de variáveis), objetivos (aspectos palpáveis, passíveis de comprovação) e subjetivos (mais dependentes da interpretação de quem classifica) (ROSA, 2015, p. 19). Sem o compromisso de fazer um arrolamento completo e nem de aprofundar a análise das formas de classificação existentes nos diferentes países – e sem esquecer de mencionar que também existem critérios definidos por organismos supranacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), úteis justamente para estabelecer comparações entre nações –, pode-se dizer, *grosso modo*, que essas classificações giram em torno de atributos ligados ao tipo de ocupação e ao nível educacional dos indivíduos; à posse de bens duráveis; à renda (montante auferido na residência; razão entre integrantes do domicílio que contribuem e o total dos que vivem no domicílio etc.); e a condições de habitação (número de cômodos, aspectos como local do domicílio, seu tipo de pavimentação ou de seu entorno, além de acesso a serviços públicos como água encanada, entre outros quesitos) (KAMAKURA E MAZZON, 2013). De uma maneira geral, todos esses pontos, aplicados isolada ou conjuntamente, buscam fornecer indicações a respeito da condição de vida, do bem-estar de determinada pessoa ou família – tanto no momento presente quanto das possibilidades de mantê-los ou aumentá-los no futuro.

A formulação e/ou escolha de um determinado atributo ou de um conjunto deles para dividir uma sociedade está ligada, principalmente, ao objetivo, ao uso que essa classificação terá (KAMAKURA E MAZZON, 2013). Portanto, para segmentar uma determinada população de acordo com seu potencial de consumo, utiliza-se um critério centrado na posse de bens (como o Critério de Classificação Econômica Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP). Já para dar a dimensão de como melhorias na situação econômica de um país – com maior geração de empregos formais, entre outros aspectos – resultaram em aumento da renda de trabalhadores, em

maior consumo e, presumivelmente, em mobilidade social, faria mais sentido colocar o foco justamente no quesito renda (como foi o caso da estratificação definida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República).

No Brasil, já foram concebidas diversas formas de estratificar a população.<sup>27</sup> Além das anteriormente mencionadas (Critério Brasil e o da SAE/PR), podemos citar, também, a classificação formulada pelo Instituto Data Popular, instituto dedicado a estudos sobre a chamada “base da pirâmide”, em meados dos anos 2000, e bastante similar à da SAE/PR<sup>28</sup> (COSTA FILHO; MACEDO; SALES; REZENDE, 2015, pp. 5-7). Ademais, temos aquela desenvolvida por Kamakura e Mazzon em 2013, mais voltada à área mercadológica e abarcando pelo menos 35 variáveis (como grau de instrução, posse de bens, região do domicílio, renda, entre outras) (ROSA, 2015, p. 29)<sup>29</sup>. Por fim, temos também a classificação exposta no recém-lançado livro *O Brasil mudou mais do que você pensa*, baseada em renda domiciliar *per capita*<sup>30</sup> – e justificada pelos autores por conta da facilidade de compreensão pelos mais diferentes públicos, da centralidade para o entendimento da forma de vida dos indivíduos estudados, bem como por uma razão bastante prática: ser um fator presente em toda a série histórica da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, produzida pelo IBGE), principal base usada na obra e fonte inescapável de informações sobre a população brasileira (GONZALES; PRADO; DEAK, 2018, p. 10).<sup>31</sup> Além dessas, de caráter mais objetivo, isto é, baseadas em dados e suportadas por cálculos estatísticos, temos, como contraponto, proposições mais subjetivas, fundamentadas em características

---

<sup>27</sup> Novamente, não temos a intenção, aqui, de realizar um arrolamento completo de todos os critérios de estratificação existentes no Brasil, mas sim de analisar alguns mais proeminentes e que podem nos ajudar a melhor compreender aquele que é nosso foco, isto é, o critério desenvolvido pela SAE.

<sup>28</sup> Vale ressaltar que o principal dirigente do instituto à época, Renato Meirelles, esteve envolvido e foi um dos ideólogos da “nova classe média”, atuando como fornecedor de estudos para a SAE/PR e contribuindo com textos na série de materiais lançados pela Secretaria denominados *Vozes da Classe Média*. Até porque analisaremos mais detidamente a estratificação proposta pela SAE/PR, não abordaremos aqui a proposta do Instituto Data Popular.

<sup>29</sup> Esse critério de estratificação serviu de base para a atualização mais recente (2016) do Critério Brasil.

<sup>30</sup> Na obra, os indivíduos pertencentes às classes C, D e E (foco da publicação) seriam aqueles com renda domiciliar *per capita* abaixo de um salário mínimo (GONZALES; PRADO; DEAK, 2018, p. 10).

<sup>31</sup> Na mesma obra, informa-se que a renda é uma medida tradicional de aferição da pobreza: em nossa sociedade, a maior parte das necessidades seria suprida via mercado – assim, faria sentido calcular uma quantidade de dinheiro suficiente à manutenção mínima da existência (DEAK, 2018, p. 88).

observadas na população. Por exemplo aquela apresentada por Jessé Souza em obras como *A Ralé Brasileira* e *Os Batalhadores Brasileiros*.

Poderíamos discorrer longamente sobre cada uma dessas formas de estratificação, mas vamos focar, por enquanto, apenas algumas delas: primeiramente, na classificação proposta pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), o Critério Brasil e, por fim, na proposição de Jessé Souza. A escolha por essas três não é aleatória: os estudos desenvolvidos pelo CPS deram origem à discussão sobre a “nova classe média”.<sup>32</sup> Já no caso do Critério Brasil, a importância resulta do fato de que se trata de uma forma de classificação que aborda, prioritariamente, a posse de bens como aspecto predictor de consumo – e o consumo, ou a “inclusão via consumo”, foi um dos aspectos mais característicos da discussão sobre a “nova classe média”. Além disso, renda (diferentemente das classificações do CPS e da SAE) não é uma variável desse critério (ao contrário, a renda de cada um dos estratos resultantes da classificação é inferida), o que tornará a comparação mais interessante.

Por fim, a escolha pela classificação subjetiva proposta por Souza dá-se em razão de o sociólogo ter se debruçado sobre a “nova classe média” (“nova classe trabalhadora” ou “batalhadores brasileiros”, como ele prefere denominar) e ter contado suas histórias, sendo uma das principais (se não a principal e mais contundente) vozes críticas da ideia e da forma de definição do segmento. Será, também, instigante entender seu trabalho e compará-lo, na medida do possível, às outras formas de estratificação.

A estratificação formulada pelo CPS da FGV fundamenta-se nos dados do IBGE. Ela é multidimensional e agrega não só a “fotografia” do momento, mas também contempla a “capacidade de geração e manutenção de riqueza a prazo mais longo” (NERI, 2008, p. 24). Assim, por um lado, considera renda mensal *per capita* (renda essa advinda do trabalho, aluguéis, aposentadorias etc.) e posse de bens. Por outro, verifica o acesso ao ensino universitário, a frequência dos filhos à escola de qualidade (no mais das vezes, privada), acesso a computador/Internet, bem como emprego

---

<sup>32</sup> O pesquisador Marcelo Cortes Neri, do CPS, na segunda metade da década de 2000, coordenou diversos estudos sobre a “nova classe média” (aliás, credita-se a ele o próprio emprego da expressão para se referir ao hipotético novo estrato). Além disso, presidiu o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) entre 2012 e 2014 e foi ministro da SAE/PR.

formalizado (o qual garante proteção social e elegibilidade maior a crédito). O sítio do CPS mostra, hoje, cinco classes *econômicas* e suas respectivas faixas de renda familiar conforme a tabela abaixo.

**Tabela 1: Estratificação CPS/FGV – faixa de renda familiar das classes econômicas – Brasil – 2014**

<b>CLASSES ECONÔMICAS</b>	<b>LIMITE INFERIOR</b>	<b>LIMITE SUPERIOR</b>
Classe E	0	R\$ 1.254
Classe D	R\$ 1.255	R\$ 2.004
Classe C	R\$ 2.005	R\$ 8.640
Classe B	R\$ 8.641	R\$ 11.261
Classe A	R\$ 11.262	-

Fonte: CPS/FGV (Disponível em: <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>>. Acesso em: 15 jan. 2019.) Classes definidas a partir da renda familiar *per capita* e expressas em valores (R\$) de janeiro de 2014.

Ressaltamos o uso da designação *classes econômicas* – provavelmente a fim de mostrar que o compromisso assumido pela instituição é com uma classificação somente dessa natureza (econômica) – e, assim, resguardar-se das críticas mais comuns dirigidas às estratificações desse tipo: não abordar ou não dar a devida atenção a aspectos culturais e/ou sociais.

O critério do CPS parece bastante completo e, acreditamos, poderia prestar-se bem à tarefa de detectar, se não a própria mobilidade social, ao menos as tendências de melhoras ou pioras nas condições de vida dos estratos, justamente por enxergar presente e futuro. Sua multidimensionalidade, no entanto, pode trazer dificuldades à sua aplicação, limitando seu uso quase que somente a seus desenvolvedores (diferentemente, por exemplo, do Critério Brasil, de manuseio relativamente fácil). Além disso, é curioso notar que, apesar de ter sido desenvolvida no centro onde se iniciaram as discussões sobre a “nova classe média” – e por Neri, que chegou a ser ministro da SAE/PR, órgão governamental encarregado de tratar das questões relativas

ao estrato –, não foi a forma de classificação que prevaleceu quando o Estado decidiu encampar e promover essa ideia (como veremos posteriormente, o governo deu preferência a um critério unidimensional por considerar que poderia ser mais simples e transparente [BRASIL, 2012a, p. 15]).

Apenas a título de observação, gera estranhamento o fato de os valores da renda familiar para cada classe estarem expressos, na página do CPS, ainda hoje em preços de janeiro de 2014. Isso nos leva a pensar em uma possível perda de interesse em atualizar o dado – por um lado, possivelmente ligada ao fato de que as discussões sobre a “nova classe média”, e mesmo sobre mobilidade social no Brasil, ambas tão caras ao Centro e a Neri, arrefeceram com a crise dos últimos anos; por outro, talvez relacionada à própria passagem do economista pelo governo, aos embates ali vivenciados e a eventuais compromissos assumidos, que poderiam tê-lo levado a afastar-se do assunto – ao menos momentaneamente, posto que, em 2016, Neri voltava à carga e dava entrevista ao jornal *Extra* sobre o tema (BARROS, 2016).

Já o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), majoritariamente usado pelas empresas e institutos de pesquisa de mercado para selecionar o público alvo de estudos qualitativos ou quantitativos, foi desenvolvido originalmente em 1991 por organizações ligadas à área de pesquisa, *marketing* e propaganda (KAMAKURA; MAZZON, 2013). Desde então, passa por atualizações periódicas, a última datando de 2016, numa busca por melhor refletir as mudanças da sociedade no que tange à aquisição (e à popularização, pode-se dizer) de bens de consumo.

De acordo com a própria ABEP, seu objetivo é padronizar, ou seja, “permitir a comparação entre estudos realizados em diferentes regiões do país, momentos e por diferentes empresas” (ABEP, 2016). É importante notar que, como sua própria denominação indica, ele é posicionado pela associação – assim como a classificação do CPS – como um critério *econômico*, e não social.

O CCEB considera, *grosso modo*, a posse e a quantidade de alguns bens possuídos (segundo a ABEP, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, trata-se de itens que seriam usados pela maioria da população), o acesso a alguns serviços privados (como o de empregada doméstica mensalista) e públicos (pavimentação do entorno e existência de água

encanada na residência), bem como o nível educacional do “chefe da família”<sup>33</sup>. Operacionaliza-se mediante a aplicação de um questionário relativamente simples, no qual pontos são atribuídos para cada item e suas respectivas quantidades. A cada intervalo de pontos corresponde uma das seis classes: DE (inferior), C2, C1, B2, B1 e A (superior) (ABEP, 2016). Abaixo, a divisão com as correspondentes rendas médias domiciliares estimadas.

**Tabela 2: Estratificação CCEB – renda média domiciliar por estrato socioeconômico Brasil – 2014**

<b>ESTRATO SOCIOECONÔMICO</b>	<b>RENDA MÉDIA DOMICILIAR</b>
A	R\$ 20.888
B1	R\$ 9.254
B2	R\$ 4.852
C1	R\$ 2.705
C2	R\$ 1.625
D-E	R\$ 768

Fonte: ABEP (Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 12 Fev. 2019.) Valores baseados na Pnad 2014.

A despeito de ser bastante usado – especialmente na área mercadológica, como já mencionado –, o Critério Brasil sofre diversas críticas: há questionamentos sobre o quão discriminadores são os itens avaliados, principalmente com a massificação de alguns deles, e mesmo com as constantes atualizações; ele não leva em conta o tamanho das famílias ou dos domicílios (o que pode influir diretamente na quantidade de bens possuídos), nem o estado ou a qualidade dos bens possuídos; ele é único para o país como um todo, apesar das grandes diferenças regionais existentes no Brasil (KAMAKURA; MAZZON, 2013; PAIVA; SILVA; FEIJÓ, 2013; ROSA, 2015 ). Neri

<sup>33</sup> Definido como aquele que mais contribui para a renda do lar (ABEP, 2016).

(2010, p. 25) defende ainda que a variável renda, base de seu trabalho, é mais fácil de ser compreendida, especialmente por leigos, do que um sistema de pontos.

Na contramão das classificações que denomina de “economicistas” (em especial aquelas que buscaram delimitar o que seria a “nova classe média”), Jessé Souza postula que estratos sociais não poderiam ser definidos “apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo ‘prática’, que se torna corpo e mero reflexo, mera disposição para o comportamento” e que, ainda, “[a classe social] produz diferencialmente os indivíduos na sociedade e, assim, os hierarquiza” (SOUZA, 2012, pp. 26; 270). Ou seja, Jessé propõe uma classificação sociológica.

A divisão da sociedade por ele proposta contempla duas grandes classes: as “classes populares” (sendo a “ralé”<sup>34</sup> o estrato inferior e os “batalhadores”<sup>35</sup>, ou “nova classe trabalhadora”, aqueles que comporiam o que estamos denominando como “nova classe média”) e as “classes do privilégio” (a classe média “tradicional” e a classe alta). Usando o conceito de *capitais* de Bourdieu, Souza afirma que contar ou não com o chamado “capital cultural” é um dos principais delimitadores desses grupos. Logo, as classes populares encontram-se mais desprivadas desse tipo de capital (especialmente a “ralé”; os “batalhadores”, mesmo sem contar tanto com ele, possuem outras facetas que os impulsionam – e que serão retomadas quando tratarmos mais especificamente das características da “nova classe média”), e as classes do privilégio possuem capital cultural, social e, no caso da classe alta, também o capital econômico. Esse agregado de capitais municia os grupos considerados privilegiados com ferramentas para se perpetuarem em suas respectivas posições sociais, o que não ocorreria tanto com as classes populares (COSTA FILHO; MACEDO; SALES; REZENDE, 2015, pp. 5-7).

---

<sup>34</sup> “...uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de ‘ralé’ estrutural [...]. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de ‘indivíduos’ carentes e perigosos [...]” (SOUZA, 2009, p. 21, *itálicos do autor*).

<sup>35</sup> “...uma nova classe trabalhadora, cuja definição se dá: a) na incorporação, em sua economia emocional, de uma forte ética do trabalho economicamente útil e um sólido rigorismo econômico; b) uma origem familiar estruturada, na qual a presença de uma solidariedade moral garante a segurança existencial e social mínima; c) pelo fato de as urgências mais imediatas da esfera do trabalho e da subsistência (familiar) se imporem a eles enquanto um imperativo social de classe inescapável” (SOUZA, 2012, p. 270).

No caso específico da classe média – e, aqui, Souza refere-se à classe média a que chamaremos “tradicional” (em oposição à “nova classe média”) –, ocorreria uma transmissão “afetiva”, por imitação, das características e formas de viver que predispõem filhos dessas famílias ao “sucesso”, ou seja, a se perpetuarem no mesmo estrato (SOUZA, 2009, p. 20).

O esquema proposto por Souza traz um ponto de vista relevante para a discussão sobre estratificação social, especialmente ao considerar o aspecto da perpetuação das famílias dentro de um mesmo estrato e também por humanizá-la: por meio da conceituação de cada segmento, já é possível ter uma ideia melhor, visualizar quem seriam os seus componentes – provavelmente de uma maneira bem mais clara do que somente se pensarmos em, por exemplo, um “homem/mulher da classe B2”. Todavia, questionamos se se pode encará-lo como um critério propriamente ou se se trata mais de uma análise complementar a outras formas de classificação. Isso porque, se usado como critério, o sistema idealizado por Souza teria uma instrumentalização trabalhosa e provavelmente cara – por ser muito dependente de pessoal qualificado e de amplo treinamento –, além de bastante suscetível à subjetividade de quem o aplicasse. Além disso, dificilmente apenas por meio dessa classificação seria possível chegar a estratos que pudessem ser usados para a definição e a aplicação de políticas públicas.<sup>36</sup>

No quadro a seguir, apresentamos as principais características de cada um dos critérios aqui analisados. Sem buscar fazer uma comparação mais pormenorizada, o que exigiria um trabalho matemático que não contemplamos no escopo desta pesquisa (e que seria impraticável no caso da proposta de Souza), percebemos que ficam ainda mais destacados os propósitos de cada um dos critérios. O do CPS-FGV, lidando tanto com o presente quanto com o futuro, isto é, contemplando tanto características atuais do domicílio/família, como também sua capacidade de sustentar um determinado padrão de vida no futuro (aliás, o “pensamento projetivo”, ou seja, a habilidade de preparar-se para, e confiar em, um futuro promissor, subjacente a esse critério, é um traço sempre associado à classe média); o Critério Brasil representando mais um retrato da família e buscando inferir a capacidade de consumo de acordo com os bens já

---

<sup>36</sup> Voltaremos a tratar mais detidamente dos “batalhadores”, como definidos por Souza, quando discutirmos suas críticas ao conceito de “nova classe média”.

possuídos; e, por fim, a proposta de Jessé Souza, assentada nos “capitais” e no estilo de vida como delimitadores de classe.

**Quadro 1: comparação entre critérios/esquemas de estratificação**

	CPS*		Critério Brasil**		Jessé Souza
Tipo	Objetivo e multidimensional		Objetivo e multidimensional		Subjetivo
Variáveis	Renda mensal <i>per capita</i> (todas as fontes); posse de bens; indicativos de bem-estar e sustentabilidade dentro do estrato (educação, acesso a tecnologias da informação e comunicação, emprego formal).		Posse e quantidade de bens de conforto; acesso a serviços privados (empregada doméstica mensalista) e públicos (pavimentação do entorno e existência de água encanada na residência); nível educacional do “chefe da família”.		Acesso a “capitais”: cultural, social e econômico que se refletem em atitudes, comportamentos e estilos de vida.
Estratos e correlação com renda familiar estimada (se houver)	A	A partir de R\$ 11.262	A	R\$ 20.888	Classes populares: ralé e batalhadores (ou nova classe trabalhadora). Classes do privilégio: classe média (“tradicional”) e classe alta.
	B	R\$ 8.641 – R\$ 11.261	B1	R\$ 9.254	
			B2	R\$ 4.852	
	C	R\$ 2.005 – R\$ 8.640	C1	R\$ 2.705	
	D	R\$ 1.255 – R\$ 2.004	D-E	R\$ 768	
E	0 – R\$ 1.254				

Fonte: elaboração da autora com base em dados do CPS-FGV, da ABEP e de Souza, 2012.

\* CPS: faixas de renda familiar em valores de janeiro de 2014.

\*\* Critério Brasil: renda média domiciliar; valores de 2014.

De qualquer forma, não expusemos esses diferentes critérios com o intuito de apontar correções ou incorreções, vantagens ou desvantagens de um ou de outro. Na realidade, como já ficou notório, cada um deles presta-se a diferentes objetivos e parte de premissas diversas. Mais importante foi deixar claro que estratificar está longe de ser uma tarefa empírica ou isenta, mas é algo um tanto arbitrário, originado na visão, nos interesses, no “recorte”, enfim, de quem define os principais critérios que norteiam essa hierarquização (OSSOWSKI, 1976, p. 206). E é sob essa perspectiva que analisaremos o critério adotado pela SAE. Em outras palavras, o que se quer descobrir e discutir são os interesses por trás da formulação proposta pela Secretaria para dizer o que é ou não a “nova classe média”. Antes, porém, seguindo nosso percurso, será importante tecer algumas considerações sobre o que, conceitualmente, é classe média e como foi seu desenvolvimento, especialmente no Brasil.

### Capítulo III – O conceito de classe média<sup>37</sup>: delimitações, histórico e a perspectiva brasileira

Existe uma espécie de consenso de que a classe média é um segmento controverso, de difícil definição para além de todos os desafios que, como vimos, são inerentes a qualquer forma de estratificação. Souza e Lamounier (2010, p. 21) deixam clara a inexistência de uma significação que agrade a todos os estudiosos; já Guerra *et al.* explicam as dificuldades referentes a uma definição do estrato nos seguintes termos:

Falar sobre a classe média sempre gerou polêmica. Seu crescimento dentro do capitalismo, a dificuldade de identificá-la com esse ou aquele grupo de interesse, sua importância na formação da opinião pública e mesmo, por que não, na criação de ideologias, seu peso crescente nas máquinas de decisão de empresas e Estado etc., tudo, enfim, torna sua análise uma floresta fechada. E é natural que seja assim, afinal, sua posição intermediária e muitas vezes insegura na estrutura social faz com que a cada novo quadro, nova conjuntura, as divergências dentro do grupo e a balança de ganhos e perdas levem os atores a mudanças de opinião e até de posição social (GUERRA *et al.*, 2006, p. 9).

Assim, buscaremos, aqui, expor não uma definição acabada de classe média, mas sim aproximarmo-nos, delimitar seus principais significados e características por meio de importantes autores – Marx, Weber e seus intérpretes – que sobre ela refletiram, bem como por meio de seu desenvolvimento histórico. Isso será fundamental para, em um momento posterior, abordarmos e, eventualmente, estabelecermos paralelos dessas visões com as concepções a respeito da classe média (tradicional) no Brasil e, logicamente, da “nova classe média” brasileira.

---

<sup>37</sup> Importante lembrar que, aqui, trataremos da conceituação, da evolução e, em seguida, da perspectiva brasileira referentes à classe média mais *tradicional*, ou seja, aquela já existente antes do advento da chamada “nova classe média” brasileira. De qualquer maneira, para evitar confusões, sempre que necessário os termos serão melhor delimitados.

Marx, a princípio, referia-se às *classes médias* (e o plural, aqui, não é por acaso) como camadas com contornos pouco precisos. Elas seriam residuais, transitórias ou provisórias. Residuais porque em parte constituídas por agricultores, comerciantes ou produtores urbanos, todos eles proprietários, mas representantes de um tempo pré-capitalista. Transitórias ou provisórias por contarem, ademais dos já citados, também com assalariados em posições superiores às do proletariado – mas que, devido ao funcionamento do sistema capitalista, logo iriam se incorporar àquele grupo (POCHMANN, 2014, pp. 21-2).

Mas o exposto acima é apenas uma das visões – talvez a mais disseminada – sobre o conceito de classe média na obra de Marx. Haveria pelo menos mais duas, levadas a cabo por diferentes vertentes de seus intérpretes. Não vamos, aqui, fazer uma explanação extensiva sobre cada uma dessas perspectivas, mas, dado o interesse e a contribuição para nossa reflexão, vale apresentá-las resumidamente, com base no trabalho elaborado por Salata (2016).

A segunda interpretação a respeito de classe média na obra de Marx – cujo representante mais proeminente seria Nicos Poulantzas – considera que se trata de um segmento não tão relevante como os dois outros (burguesia e proletariado), mas ainda assim com um papel claro. Sua menor importância dar-se-ia por conta de ela, a classe média, não ter se desenvolvido a partir do âmbito econômico da sociedade, mas sim do político e do ideológico (SALATA, 2016).

Para Nicos Poulantzas (1975, 1977), as classes seriam definidas não somente no nível econômico – apesar de, como veremos, esse ser considerado o nível fundamental –, mas também nas esferas política e ideológica. Na esfera econômica os trabalhadores de colarinho branco seriam identificados pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção (como a burguesia) mas, ao mesmo tempo, por não participarem do trabalho produtivo. No nível político eles teriam controle sobre as atividades dos trabalhadores manuais, já que estariam habilitados a exercer sua autoridade e a supervisionar os trabalhadores produtivos. Finalmente, na esfera ideológica, eles teriam o monopólio sobre o conhecimento e concepção do processo produtivo, também em contraste com o proletariado (SALATA, 2016).

Assim, a função desse segmento, dada sua posição, seria justamente a de intermediar as disputas entre os dois outros estratos fundamentais (SALATA, 2016). Porém, ela mesma seria coadjuvante na luta de classes.

A terceira concepção marxista sobre o estrato parte do princípio de que a classe média tem uma função e, sobretudo, posições contraditórias no capitalismo. Todavia, diferentemente das duas proposições anteriores, enxerga-a como uma classe plena. Essa abordagem foi proposta por Erik Olin Wright: alicerçando-se no conceito de exploração<sup>38</sup>, ele cria uma classificação abarcando os seguintes elementos: “propriedade (dos meios de produção), posição na organização (autoridade) e credenciais/habilidades” (SALATA, 2016). Assim, a classe média seria, a depender da relação em questão, com os “de baixo” ou com os “de cima”, exploradora ou explorada. No primeiro caso, a capacidade de ser o “explorador” derivaria de seus conhecimentos (credenciais/habilidades) e de seu espaço de mando sobre os “explorados”. No segundo, o segmento tornar-se-ia “explorado” por não deter os meios de produção (SALATA, 2016). Versões mais exacerbadas dessa ideia chegam mesmo a creditar à classe média uma maior centralidade: ao deter o conhecimento, ela se tornaria a classe mais poderosa da modernidade (SALATA, 2016).

Weber, por seu lado, também reconheceu a existência de estratos médios convivendo com os principais. Eles seriam formados por indivíduos que possuíam bens e/ou educação, e que, a partir disso, conseguiriam obter alguns ganhos (HIRANO, 1974, p. 72). Ainda segundo Salata (2016), há autores que entendem que a teoria weberiana é mais permeável à ideia de classe média do que a teoria marxista, visto que a primeira considera outros fatores além da propriedade - como habilidades e posições de comando - em sua estratificação. E ainda:

Para Weber o fundamento da divisão de classes não seria a exploração econômica, mas sim a distribuição desigual de poder/recursos a serem aplicados no mercado. Como consequência, poderíamos identificar inúmeras “situações de classe” dentro de uma dada ordem econômica; e poderíamos encontrar não somente uma, mas diversas situações de classe entre os grandes proprietários e os

---

<sup>38</sup> “Ele define exploração como qualquer ‘apropriação economicamente opressiva dos frutos do trabalho de uma classe por outra’ (Wright, 1985, p. 77), expandindo assim a noção de exploração como somente o lucro retirado pelo empregador às custas dos trabalhadores.” (SALATA, 2016)

trabalhadores manuais não qualificados (SALATA, 2016, sem paginação).

Embora a concepção weberiana – tanto aquela formulada pelo próprio como as interpretações de seus seguidores – pareça, como já mencionado, mais aberta à ideia de classe média, ela também não chega a definir, exatamente, o estrato. Isso porque, conforme Salata (2016), essas “inúmeras ‘situações de classe’” dificultariam a tarefa de delimitar, claramente, as fronteiras da classe média.

Do ponto de vista histórico, é sabido que o desenvolvimento desse estrato esteve ligado intimamente ao desenvolvimento capitalista e às suas mudanças. Guerra *et al.* (2006, p. 20) fazem um interessante panorama de seu surgimento no mundo mencionando “três importantes padrões capitalistas de reprodução da classe média”. Em um primeiro momento (indo até o final do século XIX), faziam parte do que se entendia por classe média proprietários, rurais ou não, mas que detinham algum meio de produção (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 20-2). São aqueles a quem Wright Mills se refere como “antiga classe média” no clássico *A nova classe média (White Collar)*. Tratando dos Estados Unidos, Mills aponta que uma das principais características desse grupo era a forte ligação entre “renda, *status*, trabalho e propriedade”. Ao mesmo tempo, essa última (a propriedade) era relativamente bem dividida entre a sociedade, o que garantiria certa harmonia social (MILLS, 1969, p. 31).

Continuando com o panorama proposto por Guerra *et al.* (2006), numa segunda fase, a partir do final do século XIX, o predomínio entre a classe média foi do assalariamento urbano, com o aprofundamento da industrialização gerando uma maior proliferação das funções gerenciais, de supervisão, coordenação ou mesmo mais executivas (como auxiliares e técnicos) nas grandes indústrias (principalmente) e na burocracia pública. Ao mesmo tempo, profissionais liberais também passaram a ser absorvidos pelas empresas, e o setor de serviços (com suas necessidades específicas de mão de obra, como vendedores, caixas etc.) ganhou impulso (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 22-4). Trata-se da ascensão dos *white collar*, “colarinhos brancos” – representantes da “nova classe média” do título da obra de Mills. Nesse momento, as habilidades possuídas e o tipo de trabalho, e não mais a posse de terras (agora mais concentradas após a crise agrícola americana das décadas de 1920 e 1930 e, portanto, quase que

totalmente inalcançáveis para os membros da nova classe), passam a ser determinantes para a obtenção de dinheiro, *status* e poder pelo indivíduo de classe média (MILLS, 1969, pp. 37; 83). Em outras palavras, o cerne da estratificação social deixou de ser a propriedade e passou a ser a ocupação (MILLS, 1969, p. 85).

Essa classe média – nova em relação àquela anterior, formada por pequenos proprietários –, da forma como é descrita por Mills, é heterogênea, formada por diversas camadas, desde aquelas que quase se confundem com os níveis mais baixos da hierarquia social até aquelas que tocam os que estão no topo (MILLS, 1969, p. 84). O autor prevê para ela uma condição de, pode-se dizer, “moderadora” das disputas entre as classes essenciais no capitalismo – condição da qual adviria sua importância:

A nova classe média continuará a crescer em número e força e, embora não se torne um poder independente, será a força principal de estabilidade e equilíbrio entre as diferentes classes. Como elemento capital no equilíbrio entre as classes, garantirá a continuação da sociedade capitalista liberal. Seu desenvolvimento põe em xeque a proletarização gradual; ela funciona como uma espécie de para-choque entre o capital e o trabalho. Já que assume determinadas funções da antiga classe média, mas mantém relações com o operariado, poderá colaborar com os dois, extinguindo portanto as diferenças de classe e mitigando os conflitos. Ela é uma espécie de contrapeso dos interesses de classe, e o grande estabilizador e harmonizador da sociedade. É a intermediária da nova solidariedade social que porá fim às disputas de classe. Por isso, é cortejada por qualquer partido ou movimento que almeje o poder eleitoral ou, por esse mesmo motivo, tente a revolução (MILLS, 1969, p. 308).

O novo estrato, além do tipo de ocupação (e da renda), buscaria diferenciar-se dos trabalhadores manuais por meio de símbolos como vestimentas, local de moradia e hábitos de lazer (SALATA, 2016). Logicamente, a partir desse momento, o consumo também passou a funcionar como mais um emblema das diferenças desse segmento em comparação à classe trabalhadora (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 22-4). Assim, o tripé aqui mencionado – ocupação/renda, marcadores de *status* e padrão de consumo – ajudou a conformar uma ideia sobre o que seria “ser de classe média”.

Seguindo a proposição de Guerra *et al.* (2006), expusemos os dois primeiros momentos do desenvolvimento histórico da classe média (dentro do capitalismo), quais

sejam: 1) predomínio de pequenos proprietários (até o fim do século XIX) e 2) preponderância do assalariamento urbano (final do século XIX e até meados do século XX). Resta-nos o terceiro momento: esse localiza-se na chamada era “pós-industrial” (a partir do século XX) e surge como decorrência das transformações tecnológicas e daquelas ocorridas nas grandes corporações, com uma “fragmentação” da indústria tradicional (advinda da adoção de métodos como a terceirização e a desverticalização da produção, por exemplo). Resultante disso, ocorreu uma diminuição da classe média assalariada vinculada a empresas e o surgimento de outras modalidades e tipos de trabalho (ocupações mais ligadas ao conhecimento, por um lado; surgimento de *freelancers*, por outro) (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 20, 24-5). Ao que tudo indica, ainda estamos vendo o desenrolar desse processo nos dias atuais.

Toda a explanação feita até aqui – mostrando as essenciais perspectivas marxista, weberiana, de seus respectivos intérpretes, bem como o desenvolvimento histórico do segmento – ratifica a dificuldade de se alcançar uma definição mais precisa sobre a(s) classe(s) média(s). Trata-se de um estrato que, em primeiro lugar, não se enquadra nas oposições fundamentais da sociedade capitalista (burguesia *vs.* proletariado, classe positiva *vs.* negativamente privilegiada), tornando seu papel na estrutura social mais difuso; e que, em segundo, é internamente heterogêneo, formado por diversas camadas ou subcamadas – o que complexifica e complica a delimitação do perfil de quem o compõe.

Apesar disso, parece-nos acertado supor que a classe média, do ponto de vista dos indivíduos – melhor dizendo: da vida prática por eles levada e do bem-estar por eles buscado –, é um grupo do qual pareceria, de acordo com as circunstâncias, relativamente possível, assim como vantajoso, fazer parte. Não sendo uma elite (da qual participar, para a maioria da população, seria algo praticamente inatingível), ela diferencia-se das porções inferiores da sociedade por meio das habilidades, do conhecimento e, a depender dos atores envolvidos na relação, até mesmo pela autoridade de seus integrantes. Esses – ainda que sejam sensíveis a mudanças e choques econômicos – conseguiriam, então, gozar de um pouco mais de segurança e de estabilidade em sua posição social, bem como de um nível satisfatório, relativamente elevado, de *status* e de renda/consumo (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 15-7), o que também

lhes garantiria tranquilidade e a possibilidade de poder planejar um pouco mais o futuro. Aliás, Thomas Friedman (2014, p. 380) chega a referir-se até mesmo a um “estado de espírito” de classe média, uma mentalidade fundada na confiança na conquista de um padrão de vida e em um futuro melhor (para si e para os filhos) como produto do trabalho e da obediência das regras da sociedade.

Por tudo isso, seguimos Aristóteles e qualificamos a classe média como a “classe ideal” de qualquer sociedade, aquela que garantiria a seus integrantes maior tranquilidade e segurança,

Pois os cidadãos que a compõem não cobiçam os bens dos outros, como fazem os pobres, e não são, como os ricos, objeto da cobiça dos pobres; como eles não tramam contra os outros, nem os outros tramam contra eles, os componentes da classe média passam a vida livres de perigos (ARISTÓTELES, 1985, p. 144).

Além disso, é um segmento que – mais até do que as funções, notadas por Marx e seus seguidores, bem como por Weber, de garantir o equilíbrio social – funciona como uma espécie de esteio para as sociedades, como bem nota relatório recentemente publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) denominado *Under Pressure: The Squeezed Middle Class (Sob Pressão: A Classe Média Espremida*, em tradução livre):

Uma classe média forte e próspera é crucial para qualquer economia de sucesso e sociedade coesa. A classe média sustenta o consumo, é responsável por muito do investimento em educação, saúde e moradia, e tem um papel chave em suportar sistemas de proteção social por meio do pagamento de impostos. Sociedades com uma classe média forte têm taxas de crime menores, níveis maiores de confiança e de satisfação com a vida, assim como uma maior estabilidade política e boa governança. (OCDE, 2019. Tradução nossa).

Logo, não é de se estranhar que se dizer responsável pela “façanha” de, supostamente, ter ajudado milhares de brasileiros a chegar a esse estrato e poder hastear a bandeira do “somos um país de classe média” (como muito se fez durante o auge da discussão e da difusão da ideia da “nova classe média” brasileira) seria algo desejável

para qualquer governo e seu projeto de poder. Essa discussão, contudo, será aprofundada em um momento subsequente, já que, por ora, trataremos do histórico da classe média (tradicional, isto é, anterior à “nova classe média”) em nosso país.

No Brasil, as primeiras noções de classe média surgiram mais consistentemente nas primeiras duas décadas do século XX, espelhando-se nos Estados Unidos e, principalmente, na Europa, e prestavam-se a uma diferenciação, por parte dos crescentes estratos urbanos de “colarinho branco”, com relação aos setores mais populares (SALATA, 2016). Citando Brian Owensby (1999)<sup>39</sup>, Salata (2016) postula que “o mito da Classe Média universal e modernizadora – formado a partir de uma generalização simplista da experiência inglesa [...] no século XIX – sempre fora parâmetro de comparação para a Classe Média brasileira” (embora poucos, de fato, conseguissem levar a vida de acordo com esse modelo). Mirando-se no exemplo vindo de fora, os integrantes do segmento buscavam incorporar valores associados a um ideal de modernidade – especialmente igualdade, individualismo e mérito – que contribuiria para levar o país ao desenvolvimento percebido nas nações centrais. Contar com uma classe média robusta, sob esse prisma, tornar-se-ia preditivo de um futuro promissor para o Brasil (SALATA, 2016).

Em termos mais objetivos, o crescimento da classe média deu-se a partir da década de 1930, como decorrência dos processos de urbanização e de industrialização do país, e concomitantemente ao desenvolvimento da máquina e à maior participação do Estado na economia, fatores esses que resultaram no aumento de postos de trabalho não braçais nos setores privado e público (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 13; 28-30; 45). Como mencionado no capítulo sobre cidadania, o estrato ganhou impulso por volta da década de 1950, com o intenso esforço de desenvolvimento industrial promovido por Juscelino Kubitschek, e teve uma grande evolução nas duas décadas seguintes, durante o período militar, com aumento de postos de trabalho e a elaboração de políticas de educação, crédito e habitação direcionadas especialmente ao segmento (POCHMANN, 2014, p. 42).

---

<sup>39</sup> OWENSBY, B. *Intimate Ironies: modernity and the making of the middle class lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

Durante o “Milagre Econômico” – com o recrudescimento do emprego urbano e, conseqüentemente, das ocupações de “colarinho branco”, assim como das diretrizes econômicas que favoreceram a concentração de renda nos estratos sociais intermediários e superiores –, o consumo, para essa camada, ganhou ainda mais espaço como forma de diferenciação social (GUERRA *et al.*, 2006; QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2013) e o acesso a alguns bens e serviços viria a se consolidar como símbolo de uma expressão de identidade de classe média: “casa própria, carro novo, empregada doméstica, viagens internacionais, nível superior de escolaridade, escola particular para os filhos etc.” (O’DOUGHERTY, 2002, *apud* SALATA, 2016). Em outras palavras, o tipo de ocupação (trabalho não manual e emprego estável), de educação (superior, particular) e de consumo (particularmente de bens e serviços de alto valor) e, a reboque desses fatores, uma suposta diferenciação via nível cultural, a realização profissional como decorrência do mérito educacional e as comodidades advindas do consumo como prêmio para uma “trajetória de sucesso” – aqui, também, tornaram-se importantes marcadores do que passaria a ser entendido como o que era “ser de classe média” (O’DOUGHERTY, 1998; GUERRA *et al.*, 2006).

As décadas de 1980 e 1990, ao contrário do que se havia passado antes, não foram tão positivas para a classe média. Ela sofreu com inflação e recessão (especialmente nos anos 1980) e com uma maior estagnação econômica, desemprego e queda de renda (anos 1990). Teve, também, de conviver com as mudanças no mercado de trabalho, agora mais exigente e, como citado anteriormente, com menor oferta de postos assalariados e estáveis – o que propiciou o aumento, no segmento, de micros e pequenos empreendimentos: dados dos anos 2000 dão conta de que menos de 3/5 dos trabalhadores ocupados nesse estrato eram de assalariados (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 14; 32). Ou seja: ao final do século XX, a classe média brasileira sofreu abalos nos mais importantes pilares de sua condição: estabilidade ocupacional, renda e consumo.

Guerra *et al.* (2006), em seu *Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil*, no volume dedicado à classe média, fazem uma radiografia bastante completa sobre o segmento utilizando estudos do IBGE (Censo 2000 e POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares – 2002/2003). A fim de termos um retrato um pouco mais preciso sobre a

classe média *tradicional* brasileira<sup>40</sup> do começo dos anos 2000, continuaremos a nos basear na obra. Além de informações elementares, como o tamanho da classe média e sua representatividade frente à população brasileira em geral, optamos aqui por focar dados ligados à renda, à ocupação, à educação e ao consumo do estrato, por considerarmos esses, como já dito, os principais pilares do que se construiu como “ser de classe média” no Brasil, ademais de comporem um conjunto particularmente importante nas análises da cidadania.

De acordo com o Censo 2000, a classe média tradicional brasileira contava com 15,4 milhões de famílias, 31,7% do total do país.<sup>41</sup> Com perfil mais urbano e concentrada nas regiões Sudeste e Sul (com, respectivamente, 57,2% e 18,3% das famílias do estrato), sua renda mensal giraria em torno de R\$ 985,00 e R\$ 10.982,00 – que, corrigidos pelo INPC para valores de novembro de 2005, ficariam entre R\$ 1.556,30 e R\$ 17.351,56 (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 64-5; 81).

A escolarização e a escolaridade dos chefes de família da classe média tradicional era, como já se poderia prever, bastante alta. A quase totalidade deles (97,3%) estudava ou já havia estudado, contra 87,5% dos chefes de família do universo brasileiro como um todo (GUERRA *et al.*, 2006, p. 83). O grau atingido por eles também era elevado: 48% dos que ainda estudavam e 18,5% dos que não estudavam mais encontravam-se/tinham atingido os níveis superiores (graduação ou pós-graduação), *versus* 24,9% e 9,5% do total da população, respectivamente (GUERRA *et al.*, 2006, p. 84). Em média, a parcela empregada desses representantes da classe média tinha 8,32 anos de estudo, cerca de 40% a mais do que os 5,95 dos demais chefes de família brasileiros empregados (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 85-6).

No que tange ao trabalho, as jornadas, os rendimentos, além da situação e da posição na ocupação, via de regra eram melhores na classe média do que no restante da população. Os chefes de família da classe média, pelos dados do Censo 2000, trabalhavam 48,3 horas por semana (*versus* 46,85 do total), tinham uma renda média

---

<sup>40</sup> Lembrando novamente que, aqui, ao usarmos o termo “tradicional”, estamos tratando da classe média brasileira como entendida anteriormente ao advento da NCM.

<sup>41</sup> Guerra *et al.* (2006, p. 64) consideram como pertencentes ao estrato “o contingente de famílias cuja participação se localiza nos três mais altos decis de distribuição nacional da renda pessoal. Abstraída a participação relativa na distribuição pessoal da renda daqueles que representam o 1% mais ricos do país, restou o contingente familiar definido”.

51,5% superior (auferiam 9,9 salários mínimos mensais *versus* 4,8 dos demais chefes de família da população brasileira), possuíam mais carteiras assinadas (34,1% *versus* 27,9% do total) e, em comparação aos demais, tinham uma probabilidade maior de serem empregadores (6,1% dos chefes de família de classe média eram empregadores, contra 3,2% do total dos chefes de família no Brasil) (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 85-7).

A tabela abaixo resume os principais dados mencionados acima.

**Tabela 3: Ocupação e escolaridade – chefes de família da classe média e chefes de família da população em geral – Brasil - 2000**

	CLASSE MÉDIA	POPULAÇÃO
<b>ESCOLARIDADE</b>		
Estuda/já estudou	97,3%	87,5%
Nível superior (feito/cursando)	24,9%	9,5%
Anos de estudo (empregados)	8,32 anos	5,95 anos
<b>TRABALHO E RENDA</b>		
Renda média/mensal	9,9 S.M.*	4,8 S.M.
Posse de carteira assinada	34,1%	27,9%

Elaboração própria com base em Guerra *et al.* (2006).

\*S.M.: salário mínimo. Em 2000, seu valor era de R\$ 151,00 (fonte: <[http://buscajus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2319&catid=8](http://buscajus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2319&catid=8)>).

Por fim, com relação ao consumo – e o segmento, de acordo com Guerra *et al.* (2006, p. 89) respondia por 50% do mercado consumidor do país à época –, o que se destacava na classe média, especialmente na comparação com aqueles considerados pobres<sup>42</sup>, era a maior inversão em rubricas ligadas ao crescimento pessoal e à manutenção/reprodução de sua condição de classe (educação, lazer, cultura, investimentos em geral). Além disso, eram notórios os gastos em áreas que denotam a possibilidade de “escapar” de serviços públicos geralmente considerados falhos (assistência médica, educação). Em outras palavras: como se já se poderia imaginar – e mesmo considerando as crises vividas nos anos 1980 e 1990 que, de acordo com Guerra *et al.* (2006, pp. 98-100), teriam levado a uma popularização em seu padrão de despesas, com cortes de gastos em artigos/rubricas mais supérfluos –, trata-se tradicionalmente de um estrato com certa “folga” orçamentária para gastar em itens que vão além dos básicos alimentação, vestuário e habitação, que perfazem boa parte

<sup>42</sup> Aqui, dadas as peculiaridades da pesquisa usada como fonte de dados (POF), Guerra *et al.* (2006, p. 88) usam uma metodologia diferente daquela usada para os dados do Censo 2000 para discriminar os estratos: consideram como famílias de classe média aquelas com renda mensal familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 6.000,00 e “pobres” as que percebem até R\$ 400,00. Como se pode notar, aqui a comparação da classe média é feita não só com o total da população (caso dos dados advindos do Censo), mas também com o estrato inferior da pirâmide social.

dos gastos dos “pobres” (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 90-3), como demonstra a tabela 4. Mais do que isso, como já mencionado, é um grupo social que tem, no consumo, uma das chaves de sua diferenciação social (GUERRA *et al.*, 2006, p. 98).

**Tabela 4: Despesas de famílias “pobres”, de classe média e população – Brasil – 2002-2003**

	“POBRES”	CLASSE MÉDIA %	POPULAÇÃO
Alimentação	31,0	16,5	17,1
Habitação	36,9	29,4	29,3
Vestuário	5,5	4,9	4,7
Saúde	0,9	3,7	3,4
Educação	0,9	3,7	3,4
Lazer e cultura	1,0	2,2	2,0
Aumento do ativo	2,2	3,8	4,8

Elaboração própria com base em Guerra *et al.* (2006).

Não poderíamos terminar essa exposição sobre a classe média tradicional brasileira sem mencionar sua importância política. Por um lado, estando intrinsecamente ligada aos processos de industrialização e de urbanização de nosso país, e contando com maior capacitação, ela forneceu os quadros para a gestão e as cabeças que pensaram nosso desenvolvimento (GUERRA *et al.*, 2006, pp. 100-101). Por outro, dada a sua importância para a sociedade como um todo, ela representa uma fatia do eleitorado e da opinião pública sempre visada, fundamental de ser acompanhada e conquistada.

Fizemos um breve histórico da classe média *tradicional* brasileira (isto é: aquela anterior ao surgimento da “nova classe média” dos anos 2000). Dele, podemos apreender pelo menos duas lições: a primeira é que, muito mais do que somente uma posição na pirâmide social, pertencer à classe média representa ter acesso a um estilo de vida associado à modernidade e ao desenvolvimento – e, por isso mesmo, diferenciado dos estratos inferiores e com um suposto papel central no progresso do país. Diante disso, é de se supor que qualquer indivíduo (que, logicamente, não

pertencesse às elites) gostaria de pertencer a esse estrato, bem como qualquer nação adoraria robustecê-lo.

A segunda – e talvez mais importante – lição decorre do fato de que a classe média, no Brasil, forjou-se no processo das mudanças econômicas e sociais que sobrevieram no país a partir da primeira metade do século XX (industrialização e urbanização). O que seria perfeitamente esperado para qualquer sociedade – não fosse uma particularidade brasileira: muitas dessas mudanças se deram a partir de esforços feitos diretamente pelo Estado. O que queremos dizer, por conseguinte, é que, em última análise, não seria exagero creditar ao próprio Estado a criação da classe média brasileira. Reiteramos, assim, nossa posição já especificada anteriormente: no Brasil, mesmo que de uma maneira não explícita, o Estado parece ter sobrepujado a sociedade tanto no desenvolvimento econômico como na própria estruturação da sociedade. E, como veremos mais à frente, parece ter tentado fazê-lo novamente com a proposição do surgimento de uma “nova classe média”.

## Capítulo IV – A “nova classe média” na agenda oficial: o critério da SAE e os cadernos *Vozes da Classe Média*

Focamo-nos, até o momento, na classe média *tradicional*, aquela que, conforme Souza e Lamounier (2010, pp. 25-6), já “realizou suas conquistas no passado e hoje tem seus ganhos estabilizados”. Agora, finalmente, abordaremos a “nova classe média” brasileira – essa que, também de acordo com esses mesmos autores, por volta de 2010 ainda se encontrava em um movimento ascensional, melhorando de vida e adquirindo bens desejados, mas sem certeza da sustentabilidade desses movimentos no longo prazo.

Salata (2016) localiza o início de toda a discussão sobre a chamada “nova classe média” no trabalho de Marcelo Neri realizado no CPS-FGV em meados de 2008, quando esse último afirmava que o Brasil havia se tornado um “país de classe média”.<sup>43</sup> Ampliando nosso foco, parece ter havido, à época (na realidade, um pouco depois), uma tendência maior nesse sentido: Pochmann (2014, p. 38) informa sobre um artigo<sup>44</sup> publicado pela OCDE a respeito da classe média emergente nos países em desenvolvimento, dando conta de que, em 2009, um quarto da população planetária, pelo critério desse órgão (renda média familiar *per capita* ao dia entre US\$ 10 e US\$ 100), já poderia ser considerada de classe média; o mesmo Salata (2016) refere-se a pelo menos duas matérias na revista *The Economist*, datando de maio e de julho de 2011, reportando o crescimento do estrato respectivamente na África e na Indonésia. Já em 2013, um relatório do Banco Mundial repercutia a mobilidade e o crescimento do segmento na América Latina e no Caribe, dando conta de que, entre os anos de 1995 e 2010, pelo menos 40% das residências da região tinham passado por um movimento

---

<sup>43</sup> Salata não deixa explícito qual o estudo em questão, mas, em 2008, foi feita pelo Centro uma publicação denominada *A nova classe média*. Certo é que o órgão, sob a batuta de Neri, elaborou diversos documentos sobre o suposto novo estrato, das quais se destaca *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres (the bright side of the poor)*, de 2010. Como já mencionado, Neri presidiu o Ipea (2012-2014) e foi também o ministro responsável pela SAE entre 2013 e 2015.

<sup>44</sup> Conforme citado por Pochmann (2014, p. 38), o material denominava-se *The Emerging Middle Class in Developing Countries*, tendo sido publicado em 2010.

de ascensão e, embora muitas ainda se encontrassem vulneráveis à pobreza, 30% já pertenceriam à classe média<sup>45</sup> (FERREIRA *et al.*, 2013, pp. XI; 2).<sup>46</sup> Portanto, parece que toda a euforia com o diagnóstico de um crescimento da classe média, em algum momento, foi além das fronteiras brasileiras e atingiu, ao menos, os países em desenvolvimento.<sup>47</sup> Enquanto Salata (2016) credita isso a uma percepção, por parte dos estudiosos de economia, de que sempre se olhara muito para os mais ricos e para os mais pobres, sem que se desse a devida atenção à robusta parte intermediária da pirâmide, Kopper (2016, p. 99) nos relembra que organismos internacionais, como o Banco Mundial, são alimentados com dados dos institutos dos diferentes países. Ou seja: embora faça sentido imaginarmos uma mudança de foco dos estudos na direção da classe média, dada a importância do segmento na estrutura social e no desenvolvimento dos diversos países, parece ter havido, mesmo, toda uma agenda – envolvendo atores como governos, organismos internacionais e mesmo o mercado, certamente muito interessado em ter à disposição uma massa ávida por consumir – para levantar a discussão sobre os estratos intermediários da pirâmide:

Em diversas partes do chamado mundo em desenvolvimento, a combinação de economias em crescimento e estratégias políticas pós-neoliberais ao longo da década de 2000 instigou debates sobre as portas de saída da pobreza e a formação de novos coletivos sociopolíticos. As “novas classes médias” globais (Graham *et al.*, 2000; Lange e Meier, 2009; Heiman *et al.*, 2012) [...] foram apontadas por críticos, jornalistas, políticos e marqueteiros como os baluartes de novas bandeiras políticas, vozes críticas com poder de mobilização para se fazer ouvir na esfera pública. No Brasil, em

---

<sup>45</sup> A definição constante do relatório coloca como pertencentes à classe média aquelas famílias que recebiam entre US\$ 10 e US\$ 50 *per capita*/dia, valores que, de acordo com os autores, lhes garantiriam certo grau de estabilidade e segurança econômica (ou seja, uma baixa probabilidade de cair em uma situação de pobreza). O documento menciona a situação brasileira, mas com um ponto de vista mais cuidadoso: de acordo com sua metodologia, o que foi considerado como classe média no Brasil (e, especificamente, por Neri) englobaria, também, uma parte daqueles que são vistos pelo Banco Mundial como vulneráveis. Além disso, o texto questiona a sustentabilidade desse estrato no longo prazo, dado o protagonismo do crédito para o consumo e a decorrente baixa acumulação de ativos (FERREIRA *et al.*, 2013, pp. 151-2).

<sup>46</sup> Kopper (2016, p. 98) relata que, em conversa com um dos autores do relatório, o mesmo lhe disse que o trabalho do Banco Mundial teve relativamente pouca repercussão no Brasil porque boa parte do frenesi com a “nova classe média” tinha ocorrido quando do lançamento do trabalho de Neri em 2008.

<sup>47</sup> Apenas como informação, vale notar que, em relatório divulgado recentemente, a OCDE menciona que, nos países desenvolvidos (seus membros), a classe média, se não diminuindo em tamanho, vem perdendo riqueza (OCDE, 2019, p. 21).

particular, a combinação de estabilidade econômica e políticas públicas [...] que vigorou por mais de uma década levou ao aumento de renda de dezenas de milhões de pessoas na “base da pirâmide”. Cidadãos-consumidores de uma emergente “nova classe média” foram deslocados para o centro de controvérsias científicas, governamentais e mercadológicas sobre sua classificação taxonômica, sobre as políticas públicas e iniciativas de mercado necessárias à sua sustentabilidade, e sobre os efeitos políticos, econômicos e subjetivos dessa mobilidade em suas vidas (KOPPER, 2016, p. 397).

Por aqui, a discussão sobre a “nova classe média” ganhou grande repercussão midiática<sup>48</sup>. Além disso, como demonstraremos, o tema acabou sendo totalmente encampado pelo governo e o órgão que se tornou a voz oficial usada para definir, delimitar e estudar o que seria – e o que queria – esse estrato foi a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Vale a pena, então, e mesmo que rapidamente, entender o histórico dessa instituição.

A Secretaria foi criada em 1990 como um organismo cujas funções seriam auxiliar o presidente com estudos, desenvolvimento e coordenação de planos em diversos setores como segurança e defesa, desenvolvimento econômico, meio ambiente e outros – ou seja, um órgão com caráter consultivo e de assessoria. A princípio, ela substituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden) e congregou outros departamentos e instituições nas áreas de energia nuclear e mesmo a Agência Espacial Brasileira (AEB) (CPDOC-FGV, 2019).

Já na gestão de Fernando Henrique Cardoso, passou a ser dirigida por setores ligados à diplomacia e suas atividades voltaram-se a questões relacionadas à Amazônia brasileira e, conseqüentemente, aos países de seu entorno (CPDOC-FGV, 2019). Portanto, em seus momentos iniciais – e a despeito das diferentes orientações dos governos Collor, Itamar e FHC –, a Secretaria adquiriu feições mais ligadas aos temas da soberania nacional e da defesa.

---

<sup>48</sup> Em catalogação realizada por Kopper (2016, p. 43) em dez dos principais jornais brasileiros (*Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora*, *Estado de Minas*, *Valor Econômico*, entre outros), no período entre 2001 e 2014, foram encontradas 2.159 matérias ligadas à expressão “nova classe média”. O pico das menções deu-se justamente em 2012.

Extinta em 1998 (suas atribuições, foram, então, encampadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia), ela voltou a existir em 2003, vinculada agora à Secom (Secretaria de Comunicação de Governo e Planejamento Estratégico) e com a denominação de NAE (Núcleo de Assuntos Estratégicos). Neste novo período, voltou-se a uma gama mais diversa de temas relacionados ao desenvolvimento do país, e estruturou-se por meio de três grupos (empresarial, acadêmico e governamental) (CPDOC-FGV, 2019).

Quatro anos depois (2007), o NAE foi incorporado à Secretaria de Planejamento de Longo Prazo (na realidade, um ministério), logo renomeada Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos (que, além do Núcleo, passou a coordenar também o Ipea). Por fim, o ministério passou a chamar-se, mais uma vez, Secretaria de Assuntos Estratégicos (2008). Subsidiar a elaboração de políticas públicas de longo prazo, desenvolvimento sustentável e questões relacionadas à Amazônia e à defesa nacional apareciam como principais atribuições do órgão (CPDOC-FGV, 2019). Foi justamente nesse período, pode-se dizer, mais híbrido da Secretaria que ela publicou os diversos materiais sobre a NCM.

A pasta foi novamente extinta na reforma ministerial de 2015 (MATOSO; ALEGRETTI; PASSARINHO, 2015) e recriada em 2017. Atualmente, encontra-se subordinada à Secretaria Geral da Presidência da República e consta em sua página de Internet que é “responsável por assessorar diretamente o Presidente da República na agenda de assuntos estratégicos para políticas de longo prazo” (COSTA, 2019). Agora, parece readquirir o caráter de instituição voltada à “soberania [...] bem como à salvaguarda dos interesses do Estado Brasileiro” (COSTA, 2019). Suas prioridades, então, são “pensar o futuro, em especial, nas áreas de segurança, defesa nacional, política externa, inteligência, indústria, comércio e desenvolvimento, e ciência e tecnologia” (COSTA, 2019).

Logo, fica claro que a Secretaria é um órgão que, em sua história, parece ter tido como característica principal moldar-se ao perfil e às prioridades para o país de cada ocupante da presidência – mas quase sempre com um olhar direcionado a questões referentes à soberania nacional, e menos a questões, podemos dizer, sociais. Porém, durante os governos petistas, tornou-se “estratégico” vender a ideia de que,

efetivamente, tínhamos nos transformado em um “país de classe média”. Tanto é que foi formulado um cuidadoso projeto para “vender” a “nova classe média” para a população, a imprensa e os mercados. Veremos, na sequência, como.

Em agosto de 2011 – três anos após o fundamental estudo de Neri sobre o tema e de muita discussão a respeito na mídia e no mercado –, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, juntamente com o Ministério da Fazenda, promoveu um seminário<sup>49</sup> para discutir o segmento, denominado “Políticas Públicas para uma Nova Classe Média” (IPEA, 2011). A iniciativa de pensar com maior cuidado esse “novo estrato” teria partido do então ministro da pasta, Moreira Franco, ao notar a euforia com que a mídia tratava a tal “classe C” (KOPPER, 2016, p. 86). Conforme matéria a respeito do evento no site do Ipea,

A ideia foi identificar instrumentos que possam expandir as oportunidades para a nova classe média, como vem sendo chamada a Classe C, e propor políticas públicas que venham compor com as já disponíveis. “Não há possibilidade de uma sociedade ser desenvolvida se a classe média não é sólida. E essa nova classe média é o grande patrimônio que nós temos para ter uma sociedade justa, democrática e com qualidade de vida e de alcançarmos o objetivo de sermos a quinta economia do mundo”, afirmou o ministro da SAE, Moreira Franco. (IPEA, 2011).

Nota-se, portanto, que o governo parece ter percebido nesse “novo segmento” mais do que somente um novo norte para o qual direcionar suas políticas públicas. Aparentemente, ele vislumbrou, também, uma oportunidade de consolidar os frutos do bom momento que se vivia em torno da criação de uma espécie de símbolo, algo que concretizasse, ilustrasse de forma contundente as mudanças ocorridas. Seria uma espécie de “classe símbolo” resultante dos governos petistas, que mobilizaria características valorizadas pela sociedade (considerando o que mencionamos anteriormente, que a classe média poderia ser tomada como uma espécie de “classe ideal” das sociedades, e a própria fala do ministro Moreira Franco: “não há possibilidade de uma sociedade ser desenvolvida se a classe média não é sólida”) e

---

<sup>49</sup> No evento, estiveram presentes alguns dos mais importantes autores que, em algum momento, estudaram o tema: Marcelo Neri, Marcio Pochmann e Renato Meirelles (IPEA, 2011).

estaria revestida por um discurso de valorização da democracia, de um lado, sem perder o compromisso com o desenvolvimento econômico, de outro. Um símbolo conciliador, em linha com o “reformismo fraco” típico do lulismo<sup>50</sup> e que seria o tipo de legado que possibilitaria a manutenção do poder.

Em documento datado de 2011<sup>51</sup>, a SAE identifica as principais questões com que teria que lidar a partir da constatação da existência desse “novo estrato” – e que, de certa forma, pautaram a série *Vozes da Classe Média*, coleção de cadernos lançados pela Secretaria e que versavam sobre a o segmento. Os temas eram: a compreensão da heterogeneidade da “nova classe média”; a identificação de seus determinantes de ascensão; o entendimento sobre comportamentos e atitudes, bem como a respeito de valores e preferências; o mapeamento das consequências do seu surgimento para o desenvolvimento do país; o conhecimento sobre a relação da NCM com o Estado e o que esperava dele, além das necessidades do agrupamento em termos de políticas públicas. Antes, porém, de se debruçar sobre todos esses assuntos, seria preciso resolver aqueles que, provavelmente, eram os maiores desafios na abordagem da “nova classe média”: definir, exatamente, a partir de quais critérios seria delimitado o segmento (BRASIL, 2011) e entender exatamente quem o compunha (KOPPER, 2016, p. 87).

Assim, em setembro daquele ano (2011) foi instituído um Grupo de Trabalho para levar a cabo a missão de definir os contornos da “nova classe média” de forma “conceitualmente sólida, de fácil compreensão, prática e mais adequada à formulação de políticas públicas” (BRASIL, 2012b, p. 4). O grupo, dividido em duas comissões, uma técnica e uma de avaliação (formuladora das principais diretrizes e responsável pela aprovação da definição criada), trabalhou de novembro de 2011 a abril de 2012 (BRASIL, 2012a; 2012b). Sem detalhar todos os nomes – o que é feito nos documentos

---

<sup>50</sup>Como já mencionado anteriormente, “reformismo fraco” seria o projeto de poder adotado pelo “lulismo”, que, mais do que radicalizar posições e promover mudanças bruscas e rápidas, procura melhorar as condições de vida da população por meio da integração de trabalhadores via emprego, crédito e consumo, ao mesmo tempo que expande o mercado interno – ou seja, concilia interesses dos trabalhadores e do mercado, de certa forma agradando a ambos, mas não deixando que nenhum deles imponha seus desígnios. Reduções nas desigualdades ocorrem, mas lentamente, e não há maiores choques com o mercado (SINGER, 2012, pp. 200-1).

<sup>51</sup> Infelizmente, não conseguimos maiores informações sobre o uso que foi feito desse documento (oficialmente classificado como um “folheto”), mas, pelo seu teor, ele parece ser posterior ao evento promovido pela SAE – e é certamente anterior aos cadernos *Vozes da Classe Média*.

produzidos pela SAE –, vale ressaltar que as comissões foram bastante heterogêneas, formadas por representantes da comunidade acadêmica (FGV, Insper, UFRJ, USP), membros de ministérios (Fazenda e Desenvolvimento) e de outros organismos governamentais (IBGE, Ipea), assim como por consultores que já haviam se debruçado sobre o tema (como Amaury de Souza, coautor, com Bolívar Lamounier, de *A classe média brasileira*, de 2010; e Renato Meirelles, do Instituto Data Popular – esse último onipresente nos cadernos *Vozes da Classe Média*). Diferentes orientações e/ou matizes ideológicos também foram, de alguma maneira, contemplados, indo do economista Eduardo Giannetti à filósofa Marilena Chauí. Aparentemente, o governo buscava compor com diversos setores, unindo competência técnica e uma pluralidade de visões em sua tentativa de convencimento sobre o “novo” estrato.

Ao todo, foram pelo menos sete documentos oficiais produzidos pela SAE (além de diversas apresentações em PowerPoint, neles baseados e provavelmente utilizadas em eventos de divulgação), com destaque para os já mencionados cadernos intitulados *Vozes da Classe Média*<sup>52</sup>, com quatro edições.<sup>53</sup> Esses cadernos representaram uma iniciativa da Secretaria, juntamente com a Caixa e com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), contando com parceiros como Ipea, IBGE, CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Instituto Data Popular.<sup>54</sup> Com o objetivo de apresentar uma verdadeira radiografia do segmento – assim como o de demonstrar uma compreensão de atitudes, valores, comportamentos, necessidades e aspirações (BRASIL, 2012d, p. 8) –, deveriam mobilizar e impactar diversos setores

---

<sup>52</sup> Ou *Vozes da Nova Classe Média*, no terceiro e quartos cadernos, sob a gestão de Marcelo Neri na SAE.

<sup>53</sup> Para conseguir acesso à maioria dos materiais da SAE, recorremos à Lei de Acesso à Informação. Foi-nos indicado consultar o sítio da Biblioteca da Presidência da República (<<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>), no qual os documentos foram, quando da primeira consulta (em agosto de 2018) facilmente localizados – embora um documento novamente buscado em maio de 2019 tenha tido seu acesso negado. No caso das apresentações em PowerPoint, muitas delas constam do SlideShare, rede de compartilhamento de materiais no referido formato.

<sup>54</sup> Essas quatro instituições contribuíram como fontes de diversos estudos: na primeira edição dos cadernos, consta que seriam analisados 27 deles, de abrangência nacional e realizados em 2009 e 2012. Além disso, o Instituto Data Popular contaria também com um painel de dez mil domicílios e realizaria grupos focais para aprofundar o acompanhamento da “nova classe média” (BRASI, 2012d, pp. 8-9). Nos materiais aqui analisados, não encontramos referências a essas últimas pesquisas, o que nos leva a imaginar que não tenham sido efetivamente realizadas. De fato, Kopper (2016, p. 90), que chegou a entrevistar integrantes da SAE para sua tese de doutorado, menciona ter ouvido que alguns estudos não foram adiante por falta de um orçamento dedicado.

da sociedade (as três esferas governamentais, a iniciativa privada, o terceiro setor, a imprensa e formadores de opinião, além de instituições de pesquisa), sendo a principal peça de divulgação a respeito da “nova classe média”. O planejamento inicial era de que houvesse, após uma primeira edição, publicações bimestrais e uma coletânea anual (BRASIL, 2012c, pp. 11-3) – ao todo, localizamos quatro cadernos, sendo o primeiro de setembro de 2012 (chamado de “marco zero”) e o último de agosto de 2013, além de um documento de 2014 (que não parece fazer parte da série de “cadernos” e, por conta de suas características bastante peculiares, não será usado como referência e nem analisado aqui<sup>55</sup>). Não conseguimos encontrar nenhuma coletânea nem mesmo edições posteriores à última data referida, conquanto alguns autores (KOPPER, 2016, p. 42) mencionem que o projeto teria findado somente em 2015.

Embora o primeiro caderno seja um pouco mais generalista, como uma grande apresentação do “novo” estrato, os outros três têm temas definidos: “desigualdade, heterogeneidade e diversidade” (caderno 2), “empreendedorismo” (caderno 3), “classe média e trabalho assalariado” (caderno 4). Eles contam com uma profusão de dados, gráficos e tabelas com toda sorte de informações demográficas e econômicas sobre o segmento, bem como cálculos e comparações entre as três principais classes, baixa, média e alta. A principal base de dados utilizada é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, especialmente dos anos que vão de 2009 a 2012 (a depender da disponibilidade do dado em questão). Fato é que, por vezes, informações concernentes ao mesmo tema, se presentes em mais de um caderno, tornam-se um pouco confusas, visto que há mudanças em períodos abordados e em especificidades das informações (por exemplo, um caderno trata de um dado sobre renda familiar; outro caderno traz a mesma informação, mas considerando renda *per capita*).

Os cadernos têm, também, informações relativas a valores, atitudes e comportamentos do estrato, embora em menor quantidade e profundidade. Como base

---

<sup>55</sup> Trata-se de material escrito por Marcelo Neri, ministro efetivo da SAE naquele momento (2014). O artigo “discute a classe média brasileira, a sua definição, evolução, perfil, atitudes e durabilidade” (BRASIL, 2014, p. 8). Parece tratar-se de algo confeccionado com o objetivo de fixar a visão de seu autor – inclusive apresentando como cortes de classes econômicas o critério desenvolvido pelo CPS-FGV, e não o construído oficialmente pela SAE alguns anos antes. Como todos os documentos da lavra de Neri, é pródigo em cálculos estáticos com projeções, gráficos e tabelas. Justamente por usar uma classificação diferente, optamos por desconsiderar esse material como fonte de dados a respeito da “nova classe média”.

para essas informações, recorrem a estudos realizados pela CNI e pelo Instituto Data Popular – mas a sensação é de que deixam a desejar nesses quesitos.

As edições são prefaciadas por representantes dos patrocinadores do projeto (Caixa, Pnud, CNI), bem como por autoridades relacionadas ao tema em questão; também contam com textos de colaboradores – Renato Meirelles aparece sempre como colaborador permanente, ladeado por especialistas na temática abordada –, refletindo sobre o tema daquele volume e, muitas vezes, mencionando os principais desafios do governo naquela seara. Via de regra – e mesmo com as dificuldades em relação a alguns dados citada anteriormente –, são uma leitura bastante direta e mesmo palatável para um leitor bem informado.

Com a chegada de Marcelo Neri à SAE (a partir do terceiro volume), a linguagem econômica/estatística ganha peso, a quantidade de gráficos e simulações aumenta ainda mais; alguns capítulos, mais do que tratarem de tópicos e exporem dados, assemelham-se a pequenos artigos. Por exemplo: na primeira edição, o sumário traz tópicos como “sobre o tamanho da classe média”, “faces da classe média”, “comportamento da classe média”. Já no último caderno, temos “o mundo do trabalho no Brasil”, mas também “o novo desafio: empregos mais estáveis e produtivos para uma classe média fortalecida”. Neri, portanto, parece buscar imprimir sua visão, até mesmo incluindo escritos com subsídios e/ou proposições de políticas públicas, e de caráter bastante técnico, como faz no caderno 4: “Subsídios empíricos para proposta de redesenho do abono salarial e do salário-família e de cursos profissionalizantes para empregados formais de baixa renda”.

Antes de iniciar a publicação dos cadernos, a Secretaria preocupou-se em explicar e demonstrar o processo que levou à sua definição do que seria a “nova classe média”. Dois documentos (“Comissão para a Definição da Classe Média no Brasil” e “Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média”, ambos de 2012) prestaram-se a isso, destrinchando o trabalho realizado e justificando as escolhas feitas de forma bastante didática. Mesmo não entrando em todos os meandros estatísticos ou em todas as discussões metodológicas neles presentes, faremos uma explanação um pouco mais detalhada dos mesmos, já que trazem, com detalhes, todos os

procedimentos que levaram à definição do que seria a “nova classe média” na perspectiva da SAE.

Em primeiro lugar, registra-se o “alargamento” do estrato, no período entre 2003 e 2009, como função, em primeiro lugar, do crescimento da renda (de todas as fontes) daqueles considerados pobres, um aumento em torno de duas vezes e meia a média brasileira (sendo que a renda dos mais ricos cresceu a metade da média) (BRASIL, 2012a, p. 5). Em segundo lugar, essa expansão seria devida à diminuição à metade dos indivíduos classificados como extremamente pobres.<sup>56</sup> Dada a heterogeneidade desta agora “nova classe média” – e por conta das dificuldades inerentes a toda e qualquer discussão sobre essa camada, também admitidas pela Secretaria (BRASIL, 2012a, p. 7) –, far-se-ia necessário explicá-la, estudá-la, entendê-la, para, aí sim, poder acompanhar sua evolução e responder às suas necessidades (BRASIL, 2012a, 2012b). Quanto a isso, Kopper (2016, p. 86) transcreve a significativa frase que ouviu de uma técnica da Secretaria: ““A ideia é não tentar adivinhar o que essa classe média precisa. [...] Vamos ver se a gente consegue extrair as preferências e opiniões desse pessoal em termos de *serviços* que o Estado pode oferecer pra (sic) eles”” (grifo nosso). Ou seja: se, por um lado, parecia haver um genuíno interesse por parte (ao menos de alguns escalões) do Governo em atender o segmento; por outro, possíveis ações direcionadas a essa “nova classe média” seriam pensadas, como de hábito parece acontecer em nosso país, em termos de serviços, e não necessariamente em termos de direitos.

Em busca da definição do novo estrato, a Secretaria deixava claro que compreendia não ser correto o uso do termo “classe”, reconhecendo o caráter bastante diverso do novo grupo:

Embora o conceito possa admitir múltiplas interpretações, é pouco provável que o grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no País satisfaça qualquer das definições [de “classe”] existentes. **Não parece haver qualquer evidência de que aqueles que cruzaram a linha de pobreza nos últimos anos tenham similaridades marcantes – seja no campo dos valores, atitudes e expectativas,**

---

<sup>56</sup> Lembrando que todos os antecedentes econômicos que, em última análise, culminaram na chamada “ascensão da nova classe média” já foram abordados em capítulo anterior de mesmo nome.

**seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo de vida** – uma vez que a multiplicidade de caminhos para sair da pobreza propiciou a ascensão tanto de agricultores familiares na região amazônica como de empregados em grandes regiões metropolitanas, tanto de famílias estendidas (compostas por múltiplas gerações), como de casais jovens (com e sem filhos) e idosos vivendo sozinhos. **Tampouco existe evidência de que os subgrupos mais homogêneos estejam conscientes de suas similitudes.** Além disso, existem diferenças marcantes no interior do grupo pré-existente a que os emergentes se incorporam, isto é, aqueles que faziam parte do que se poderia chamar da classe média tradicional. Assim, **não há qualquer dúvida de que a junção dos emergentes com a tradicional classe média forma um grupo extremamente heterogêneo (seja graças às disparidades entre a nova e a classe média tradicional, seja no interior de cada um desses grupos), cobrindo um amplo segmento da sociedade brasileira sem qualquer identidade clara** (BRASIL, 2012a, p. 11, grifos nossos.)

E, ainda:

Na verdade, **o conceito de classe média é apenas um instrumento analítico** capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o **grupo no meio da pirâmide social**. Sua validade deve ser avaliada não em termos de sua fidedignidade, mas sim em termos de sua utilidade analítica, seja para a compreensão da dinâmica social brasileira, seja para a melhoria do desenho e da adequação dos diversos programas sociais, contribuindo, portanto, para a sua maior eficácia. (BRASIL, 2012a, p. 13, grifos nossos.)

Ou seja: chamar esse grupo de “classe média” ou “nova classe média”, a princípio, seria mera liberalidade, convenção ou, principalmente, estratégia de facilitação e aceitação, dado o uso já corrente da expressão à época. De certa maneira, e mesmo que implicitamente e de uma maneira bastante bem justificada, o governo admitia que estava, também, “surfando a onda” da “nova classe média”.

Segundo os materiais analisados, foram testadas mais de 30 diferentes metodologias para se definir e quantificar a NCM. Dentre elas, as do Banco Mundial e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); algumas que levavam em conta o padrão de consumo das famílias; definições calcadas em quartis da distribuição da renda brasileira ou em sua mediana... A Secretaria buscava,

como já mencionado, algo prático, de fácil interpretação e que pudesse ter perenidade ao longo do tempo considerando os dados normalmente disponíveis em nosso país. Escolheu, a princípio, um método unidimensional, focado, primeiramente, na variável renda (BRASIL, 2012a, p. 15), já que “boa parte do que as pessoas mais valorizam (inclusive saúde e educação) pode ser obtida no mercado. Nesse ambiente, apesar de a renda não ser o indicador sintético perfeito, dentre os indicadores unidimensionais disponíveis ela tende a ser o mais próximo do ideal” (BRASIL, 2012a, p. 16). Em meio a diferentes possibilidades, optou pelo “critério mais tradicional em uso no País” (auferido na PNAD): renda bruta mensal normalmente recebida *per capita* (BRASIL, 2012a, pp. 15-17).

A variável renda, então, foi aplicada ao grau de vulnerabilidade (ROSA, 2015, pp. 25-6). Trata-se de uma medida criada pelo Banco Mundial que corresponde à “probabilidade de retorno (ou permanência, se a pessoa já era pobre) à condição de pobreza” – nesse caso, adaptada às condições brasileiras, ou seja, considerando que esse processo ocorra nos próximos cinco anos e usando os dados disponíveis em nosso país (PNAD) (BRASIL, 2012b, p. 5; 9). As comissões da SAE optaram, finalmente, por esse critério por considerarem que ele está relacionado a temas como visão prospectiva e capacidade de planejamento (BRASIL, 2012a, p. 57), seguindo uma “nova ótica”<sup>57</sup> que prega que, mais do que questões ocupacionais e relacionadas ao padrão de consumo, “o que as famílias que formam a classe média teriam em comum [...] [seria a] capacidade de planejar e desenhar o futuro” (BRASIL, 2012a, pp. 40-1). Nessa perspectiva, diferentemente dos desassistidos, justificadamente mais imediatistas e com baixa abertura a riscos, a classe média, distanciando-se da perspectiva da pobreza, teria maiores condições de planejar-se, preparar-se e agir para construir o amanhã (e, aqui, o uso do termo “classe média”, e não “nova classe média” não é à toa: trata-se de características que parecem válidas tanto para o “novo” estrato como para aquele que viemos denominando como “classe média tradicional”). A linha

---

<sup>57</sup> Embora o documento da SAE não faça referência a fontes ou a teóricos dessa “nova ótica”, percebemos nela ecos do pensamento de Friedman (2014, p. 380) mencionado anteriormente (dando conta de que a classe média teria uma mentalidade ligada à esperança de um futuro e um padrão de vida melhor para si e seus descendentes), bem como o de outros pensadores que elencam como característica das classes médias o chamado pensamento projetivo, *grosso modo*, a capacidade de se planejar para o futuro.

de pobreza considerada foi aquela definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social para localizar os beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria (renda inferior a R\$ 140 *per capita* /mês, em valores de 2012)<sup>58</sup> (BRASIL, 2012a, pp. 40-1).

A partir dessas premissas, a população foi repartida em percentis conforme a renda domiciliar *per capita*. Para cada um deles, foi associado um determinado grau de vulnerabilidade. Depois, por meio de exercícios de polarização (técnica que busca, *grosso modo*, dividir determinado universo em grupos internamente homogêneos, mas diferentes dos demais), chegou-se a três divisões: as “classes”<sup>59</sup> baixa, a média e a alta.<sup>60</sup> Julgando que os três grupos poderiam ficar grandes demais e, assim, pouco instrumentais para o acompanhamento de sua evolução e a aplicação de políticas públicas (inclusive pensando em programas já existentes), bem como para a comparação com outros critérios já consagrados, como o Critério Brasil, foi feito novo desdobramento (BRASIL, 2012a; 2012b). A primeira “classe” (baixa) foi subdividida em “extremamente pobres”, “pobres” e “vulneráveis” (de acordo com os padrões dos programas Brasil Sem Miséria e Bolsa Família); já a segunda (média) e a terceira (alta), através novamente do emprego da polarização, foram divididas em, respectivamente, três e dois outros grupos, conforme a tabela a seguir (BRASIL, 2012b, p. 6).

---

<sup>58</sup> O Plano Brasil Sem Miséria considerava como corte para a *extrema* pobreza o valor de R\$ 70,00 *per capita*/mês e, para a pobreza, a quantia mencionada de R\$ 140,00 *per capita*/mês. Para se chegar ao valor de R\$ 70,00 (e, conseqüentemente, ao de R\$ 140,00), o Ministério considerou informações de diversas fontes, especialmente outras linhas similares: linhas já usadas no Brasil, como a da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e as consideradas pelo Programa Bolsa Família (justamente R\$ 70,00 para pobreza extrema e R\$ 140,00 para pobreza); linhas calculadas por especialistas com base em consumo calórico mensal por pessoa e também a linha adotada pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas (ONU) para verificar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). À época, seu valor era de USD 1,25 *per capita*/dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC), o equivalente a R\$ 67,00. Além disso, foi considerado também o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um quarto do salário mínimo (o que correspondia, naquele momento, a cerca de R\$ 150,00) e o valor comumente utilizado para que o beneficiário fosse incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que ia até meio salário mínimo mensal *per capita* (FALCÃO & COSTA, 2014, pp. 72-3).

<sup>59</sup> Lembrando que, aqui, usamos o termo “classe” com a mesma liberalidade que a própria SAE empregou, ou seja, somente para fazer menção aos estratos, de uma forma que já estava em uso à época.

<sup>60</sup> Foram feitas, também, comparações com métricas de órgãos internacionais, como o Banco Mundial, para se avaliar a adequação dos limites de cada classe (BRASIL, 2012e, p. 12).

**Tabela 5: critério de estratificação da SAE - grupos definidos vs renda**

	Classes	Ponto de corte: renda <i>per capita</i> familiar (R\$/mês)\	Renda familiar média (R\$/mês)
Baixa	Extremamente Pobre	81	227
	Pobre	162	648
	Vulnerável	291	1.030
Média	Baixa Classe Média	441	1.540
	Média Classe Média	641	1.925
	Alta Classe Média	1.019	2.813
Alta	Baixa Classe Alta	2.480	4.845
	Alta Classe Alta	-	12.988

Elaboração própria a partir de documentos da SAE (BRASIL, 2012b, p. 6).  
Valores em R\$ de abril de 2012.

A definição oficial de classe média da SAE, seria, então, a seguinte:

A classe média é composta por todas as pessoas vivendo em domicílios com renda *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019 por mês (em valores de março de 2012). A definição da classe média utilizada é absoluta, o que torna os valores dos limites invariantes no tempo. Ou seja, são valores chamados reais. Por conseguinte, os valores nominais destes limites variam de ano para ano, variação esta proporcional à taxa acumulada de inflação. Por exemplo, como a taxa de inflação acumulada entre 2001 e 2009 foi de 109%, em 2009 os limites nominais da classe média eram 76% maiores que os correspondentes limites nominais de 2001. Note que tanto o limite superior como o inferior são 76% maiores. Para identificação da classe média, a taxa de inflação considerada para a deflação de seus limites foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, tomando 2012 como ano base para o cálculo dos valores reais dos limites. Assim, para se calcular o tamanho da classe média anualmente, estimamos seus limites nominais no ano, deflacionando-os utilizando o INPC [...] (BRASIL, 2012a, p. 63).

Uma consideração importante feita pela SAE diz respeito ao grupo resultante dessa definição de classe média. Lançando mão dos conceitos de “fluxo” e de “estoque”, ela pontua que se pode considerar como a “nova classe média” tanto aqueles

que adentraram o grupo (“fluxo”) ou o resultante total, isto é, aqueles que já lá estavam somados aos que ascenderam (“estoque”) (BRASIL, 2012a, p. 12). Na prática, em muitos dos documentos publicados, as referências são apenas a “classe média”, sem maiores diferenciações - ou seja, prioriza-se o conceito de “estoque”<sup>61</sup>. Ao proceder dessa maneira, a SAE se esquivou de fazer uma distinção entre a classe média tradicional e a “nova”, mesmo considerando que não havia “qualquer dúvida de que a junção dos emergentes com a tradicional classe média forma um grupo extremamente heterogêneo” (BRASIL, 2012a, p. 11) – o que, a nosso ver, corrobora o que percebemos como uma estratégia de posicionar o Brasil como “um país de classe média”, não importando que essa classe média fosse diferente do que, normalmente, se concebe como o que é o estrato (isto é, a classe média *tradicional*).

Abaixo, apresentamos um quadro em que justapomos o critério da SAE aos que apresentamos em nosso capítulo sobre estrutura social e estratificação na sociedade brasileira. Desconsiderando a proposição de Jessé Souza, cuja comparação com as demais, neste momento, torna-se inviável dada a sua concepção completamente distinta, vemos que não há uma grande discrepância entre as rendas dos segmentos (ressalvando que, no caso do CPS, o dado disponível era o de faixas de renda, e não renda média, como nos dois outros critérios). As principais diferenças, além das variáveis, estão nas quantidades e nas formas de dividir os estratos – presumivelmente com cada um dos atores buscando as linhas de corte e quantidade de segmentos mais instrumentais para si (e sendo que o critério governamental era o único que admite três agrupamentos sob a rubrica de classe média). Assim, parece-nos que o Estado, parte da academia (o Centro de Pesquisas Sociais da FGV, ligado a Neri) e o mercado estavam relativamente de acordo sobre como delimitar o que seria essa “nova classe média”.

---

<sup>61</sup> Por conta disso, a partir deste ponto, quando nos referirmos a “nova classe média” ou, preferencialmente, a “classe média” (como faz a SAE na maioria dos cadernos), também estaremos tratando do “estoque” de pessoas presentes no estrato (as que já lá estavam e as que haviam ascendido recentemente). Algo diferente disso será devidamente pontuado.

**Quadro 2: comparação entre critérios de estratificação: CPS, Critério Brasil, Critério SAE e proposta de Jessé de Souza**

Tipo	CPS*		Critério Brasil**		Critério SAE***		Jessé Souza
	Objetivo e multidimensional		Objetivo e multidimensional		Objetivo e multidimensional		Subjetivo
Variáveis	Renda mensal <i>per capita</i> (todas as fontes); posse de bens; indicativos de sustentabilidade dentro do estrato (educação, acesso a tecnologias da informação e comunicação, emprego formal).		Posse e a quantidade de bens; acesso a serviços privados (empregada doméstica mensalista) e públicos (pavimentação do entorno e existência de água encanada na residência); nível educacional do “chefe da família”.		Renda bruta mensal <i>per capita</i> aplicada à vulnerabilidade à pobreza.		Acesso a “capitais”: cultural, social e econômico que se refletem em atitudes, comportamentos e estilos de vida.
Estratos e correlação com renda familiar estimada (se houver)	A	A partir de R\$ 11.262	A	R\$ 20.888	Alta classe alta	R\$ 14.495	Classes populares: ralé e batalhadores (ou nova classe trabalhadora). Classes do privilégio: classe média (“tradicional”) e classe alta.
	B	R\$ 8.641 – R\$ 11.261	B1	R\$ 9.254	Baixa classe alta	R\$ 5.407	
			B2	R\$ 4.852	Alta classe média	R\$ 3.139	
	C	R\$ 2.005 – R\$ 8.640	C1	R\$ 2.705	Média classe média	R\$ 2.187	
			C2	R\$ 1.625	Baixa classe média	R\$ 1.719	
	D	R\$ 1.255 – R\$ 2.004	D-E	R\$ 768	Vulnerável	R\$ 1.149	
E	0 – R\$ 1.254	Pobre			R\$ 723		
						Extremamente pobre	R\$ 253

Fonte: elaboração da autora.

\* CPS: faixas de renda familiar mensal em valores de janeiro de 2014.

\*\* Critério Brasil: renda média domiciliar; valores de 2014.

\*\*\* Critério SAE: renda familiar média mensal; valores de abril de 2012 foram corrigidos pelo INPC para valores de janeiro de 2014 com o uso de ferramenta “Calculadora do cidadão” do Banco Central

(<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>).

Vimos que o trabalho realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos para definir os limites da classe média parece ter sido bastante bem fundamentado – no mínimo, pelo que transparece nos documentos gerados, houve uma grande preocupação com o rigor técnico com que a proposição foi elaborada. Contudo, ela logicamente não era à prova de críticas – e essas vieram principalmente de setores da academia<sup>62</sup>, especialmente aqueles posicionados mais à esquerda do espectro ideológico (e a despeito de o governo em questão ser de um partido de esquerda).

Alguns comentadores apontaram que a metodologia contava com uma boa dose de arbitrariedade ao deliberar sobre uma linha de pobreza para o cálculo da vulnerabilidade, (mesmo que a SAE mencione “estudos empíricos” para a definição desse corte) (ROSA, 2015, p. 26-7). A maior parte das contestações, no entanto, voltaram-se contra o que foi entendido como uma simplificação exagerada em um tema muito complexo – isso, segundo a Secretaria, em nome da praticidade e/ou de uma melhor aplicabilidade. Essas críticas sustentavam que a renda seria critério insuficiente para dar conta de todas as variáveis envolvidas nos processos de mudança social, ou seja, as variáveis sociológicas.

Jessé Souza, alinhando-se a essa corrente de pensamento, afirmava, como vimos, que as classes sociais deveriam ser delimitadas por seu estilo de vida e percepção do mundo – ou seja, prega um esquema que, ao contrário do elaborado pela SAE, seja feito *após* o estudo dos indivíduos (SOUZA, 2012, p. 26). Já outros acadêmicos entendiam que a proposta da SAE não incorporaria elementos que permitiriam avaliar a qualidade de vida presente e futura dos integrantes do suposto novo estrato – aliás, como o critério do CPS da FGV fazia, mirando também elementos que indicavam a possibilidade de geração de renda a longo prazo –, atendo-se somente a uma mudança circunstancial e não estrutural. Costa (2013, p. 51), por exemplo, afirmava que, embora importante, a variável renda unicamente seria falha para que se pudesse prever se os integrantes da NCM viveriam com o conforto, a segurança e o

---

<sup>62</sup> A mídia, por outro lado, parece ter muito mais propalado as informações sobre o “novo” segmento do que refletido criticamente sobre ele. Kopper (2016, pp. 149-151) menciona, sem declinar nomes, que assessores de imprensa dos institutos de pesquisa de mercado voltados ao estudo da NCM lhe confidenciaram que havia, no auge da euforia com o assunto, um frenesi dos jornalistas em conseguir mais e mais novidades e números. Eram prontamente atendidos, às vezes com dados “recortados”, pouco confiáveis.

“acesso à vida coletiva e ao espaço público” que se esperaria de um país de classe média. Kerstenetzky e Uchôa (2013, p. 16), na mesma toada, postulavam que seria preciso avaliar itens como “a estabilidade e sustentabilidade das novas posições atingidas [...], além de riscos óbvios, como [...] a situação dos chefes de domicílio no mercado de trabalho ou conjunturas econômicas adversas que cancelassem frágeis ganhos.” Claramente, subjacente a essas críticas, está a ideia de que, para ser efetivamente considerado classe média, o novo segmento deveria atingir e se manter em um patamar de vida suficientemente tranquilo e cômodo. Ou seja, a ideia mais clássica de classe média, mais próxima do que, aqui, viemos tratando como a classe média *tradicional*, ou seja, aquele agrupamento que até meados dos anos 2000 era o único que poderia ser denominado como tal no Brasil, a “classe média”, anterior ao surgimento do estrato que, neste trabalho, chamamos de “nova classe média”.

Embora não tenhamos encontrado, nos materiais consultados<sup>63</sup>, uma resposta oficial às contestações quanto à variável-chave do critério – isto é, uma réplica a questionamentos contra a escolha da renda para delimitar os estratos sociais –, no terceiro caderno da série *Vozes da Classe Média* há um esforço para se rebater, em uma linguagem bastante direta, críticas contra os limites monetários do segmento definido, que, aparentemente, na visão dos detratores, teriam resultado em uma classe média empobrecida. De acordo com a SAE, essa percepção – considerada equivocada – derivaria de três fatores. Em primeiro lugar, do fato de que a classe alta se via, erroneamente, como classe média. Como resposta, a Secretaria afirma que, no Brasil, estavam entre os 5% mais ricos as famílias com renda *per capita* acima de R\$ 2.400/mês, e que esses, necessariamente, deveriam pertencer à classe alta (BRASIL, 2013, p. 21).

O segundo fator estaria relacionado ao uso da renda *declarada* (tendo como fonte a PNAD), que poderia levar a uma subestimação dos ganhos reais dos indivíduos. Quanto a isso, a réplica apontava para a maior fidedignidade dos dados de rendimentos advindos da POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares –, mas colocava a sua periodicidade, quinquenal, como impeditiva para seu uso, pois impossibilitaria um melhor acompanhamento das mudanças populacionais (BRASIL, 2013, pp. 22-3).

---

<sup>63</sup> Ou seja, nos documentos elaborados pela SAE.

Por fim, o terceiro fator que geraria a impressão de uma classe média depauperada seria a apreensão desatenta do tipo de renda que se estava levando em consideração para a delimitação dos cortes. Alguns poderiam estar enxergando valores referentes à renda familiar total quando, na verdade, o critério elaborado pelo governo mirava a renda familiar *per capita* (BRASIL, 2013, p. 23).

Sobre essas respostas, vale lembrar que, a partir da terceira edição da série *Vozes da Classe Média*, a SAE já se encontrava sob o comando do economista Marcelo Neri. Assim, para ele e sua equipe, certamente seria mais fácil rebater críticas que se centravam em temas de seu total domínio (cálculos, estatísticas, a linguagem econômica, em geral) do que aquelas que mereceriam um olhar mais sociológico. Daí provavelmente a falta de réplicas – e de debate – da Secretaria à academia e suas contestações sociológicas. Ou, alternativamente, podemos entender que, ao governo, talvez não conviesse abrir um canal de diálogo: em meados de 2012, a economia ainda ia bem, os diversos segmentos sociais consumiam, a imprensa pintava uma “nova classe média” feliz com sua ascensão e com os bens recentemente adquiridos, a indústria queria vender para ela... De fato, expor-se a questionamentos não parecia necessário ou fazer sentido.

Enfim: estabelecido o critério, era necessário mostrar quem era a classe média resultante e quais suas dimensões e importância para o país (tarefa que, como citado, seria levada a cabo por meio dos “cadernos”). Assim, somos informados de que, no ano de 2012, 28% da população brasileira pertenceria à classe baixa, 52%<sup>64</sup> à média (conceito de “estoque”, ou seja, os que já se encontravam dentro do estrato somados àqueles recém-ingressados) e 20% à alta – sendo que o segmento intermediário, em 2002, isto é, 10 anos antes, representava 38% da população brasileira (BRASIL, 2012c; 2012e). Previa-se, também, que, ao final de 2012, a classe média contaria com mais de 100 milhões de indivíduos (BRASIL, 2012d, p. 20).

O agrupamento era descrito como sendo heterogêneo (aliás, como parece ser sempre feito com as classes médias e como a própria Secretaria já havia sinalizado que ocorreria, quando explicou o porquê do uso do termo “classe”), fazendo dele “um

---

<sup>64</sup> O primeiro caderno apresenta a porcentagem de 53%. No segundo caderno, porém, ela é corrigida para 52%, dada a divulgação, entre um e outro documento, da PNAD 2011, e a atualização dos números (BRASIL, 2012e, p. 8).

retrato do Brasil e, dessa forma, um ambiente ideal tanto para o aprimoramento do respeito à diversidade, como para o aproveitamento dessa diversidade como um ativo cultural, social e também econômico” (BRASIL, 2012e, p. 8). Em artigo na segunda edição dos cadernos *Vozes da Classe Média*, denominado “Tudo junto e misturado”, Renato Meirelles indica que o segmento poderia se tornar um possível produtor de maior igualdade na sociedade brasileira:

A boa notícia é que como a classe média é fruto direto da redução das desigualdades, tem na diversidade étnica regional uma de suas maiores características. E isso faz toda a diferença. A ascensão dessa camada social amplia as possibilidades de, enfim, reduzirmos um conjunto de preconceitos que insistem em permanecer em nossa cultura.

Com o crescimento da classe média através da redução das desigualdades [...] surgiu uma demanda econômica de inserir no cenário de consumo novos protagonistas. [...]

Mas o fato é que se o país estava acostumado a somar ao preconceito étnico a discriminação financeira, com o avanço da classe média, começamos a caminhar num sentido de quebra de um paradigma, conservado por centenas de anos mesmo após a abolição da escravatura. A valorização da etnia é conquistada através da melhora da autoestima. São milhões de pessoas que viram sua vida melhorar com a estabilidade da economia e o surgimento de uma gama de empregos formais que antes, ou eram privilégios apenas de uma elite branca, ou até mesmo inexistiam. [...]

São essas características, verde-amarelas heterogêneas, que fazem do nosso povo tão especial, com aspectos tão peculiares. [...]

A classe média atual é a mistura brasileira que não se restringe apenas à cor da pele, mas também se sustenta pelos valores. A tradição carnavalesca dos festejos populares e a alegria das cores primárias fundem-se com a garra daquele que veio de baixo e precisou juntar forças para não desistir e seguir em frente. Agora, com a oportunidade de crescimento, este cidadão multicores, antes encolhido perante a desigualdade social, encontra ferramentas e munições para lidar com as diferenças enraizadas. Prova que o que antes era visto como fraqueza, hoje torna-se sinônimo de força. [...]

Este avanço ainda está longe de ser uma conquista definitiva, pois não bastam apenas mudanças na renda, é preciso mudar a ideologia que está enraizada na cabeça das pessoas. No entanto é inegável a constatação que o crescimento da economia tem forçado diversos

setores da sociedade a serem mais tolerantes e menos preconceituosos. Viva a diversidade da classe média brasileira (BRASIL, 2012e, pp. 53-5).

Assim, o indivíduo da “nova classe média” começa a ser apresentado como alguém lutador, que “veio de baixo” – e que, (re)inserido na sociedade pelo *continuum* economia-crescimento-consumo, ganha “protagonismo” (termo, como veremos, bastante caro a Meirelles). Há ufanismo no tom do artigo, e a celebração de aspectos “tradicionais” – na verdade, quase caricaturais – de nosso povo e cultura (“tradição carnavalesca dos festejos populares”, “cidadão multicores”, “mistura brasileira”), presta-se a uma espécie de “ressignificação”: a partir daquele momento, as peculiaridades brasileiras seriam vistas como força e vantagem. Acima de tudo, transparece uma intenção de colocar a “nova classe média” como uma espécie de redentora de certas mazelas (no caso, o preconceito racial) de nossa sociedade.

A despeito de sua heterogeneidade, havia grupos mais e menos salientes dentro do segmento: essa “nova classe média” estaria “bastante concentrada na área urbana, na região Sudeste, nas pessoas com educação média, nos trabalhadores formais e nos segmentos de Indústria e Comércio” (BRASIL, 2012d, p. 20). O centro-sul do país abrigava a maior parcela da classe média: Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentravam, até por serem regiões mais populosas e ricas, 70% dela. O Nordeste, no entanto, foi a região na qual se deu a maior expansão<sup>65</sup> do estrato, de 20 pontos percentuais, entre 2002 e 2012 – mesmo porque, partia-se de uma base menor. O mesmo se deu com relação à zona de habitação: embora descrito como mais urbano, o estrato como um todo aumentou também no meio rural, passando de 21% em 2002 para 42% em 2012 (BRASIL, 2012d; 2012e).

Já com relação à raça, embora negros e brancos tivessem uma representação similar no grupo (respectivamente 53% e 47%), dentre aqueles que ascenderam à classe média (conceito de “fluxo”), as porcentagens ficaram respectivamente em 75% e 25%.

---

<sup>65</sup> Como, de resto, os grupos cuja participação na classe média brasileira mais cresceu foram justamente aqueles que, anteriormente (2002), tinham um tamanho bastante reduzido no estrato: negros, moradores da zona rural, indivíduos sem escolaridade ou somente com fundamental incompleto e com ocupações informais (BRASIL, 2012e, p. 39).

Assim, a participação dos negros na classe média subiu de 38% para 51% entre 2002 e 2012 (BRASIL, 2012d; 2012e).

A tabela a seguir, apresentada no segundo caderno da série (2012e, p. 31), condensa esses dados sobre a “nova classe média”, além de mostrá-los, também, para as outras duas classes conforme definidas pela SAE (classe baixa e classe alta).

**Tabela 6: distribuição por classes segundo os diferentes grupos socioeconômicos – Brasil – 2012**

(%)

Grupo	Classe			TOTAL
	Baixa	Média	Alta	
<b>Brasil</b>	<b>28</b>	<b>52</b>	<b>20</b>	<b>100</b>
Cor				
Branços e amarelos	19	53	29	100
Negros	36	52	12	100
Região				
Norte	39	48	13	100
Nordeste	49	42	9	100
Sudeste	18	57	25	100
Sul	15	58	28	100
Centro-Oeste	19	57	24	100
Área				
Urbana	24	54	22	100
Rural	52	42	6	100
Nível educacional do chefe				
Fundamental incompleto ou sem escolaridade	38	54	8	100
Fundamental completo	26	59	15	100
Ensino médio completo ou incompleto	20	57	23	100
Alguma educação superior	5	30	65	100
População em idade ativa				
Ocupados	18	55	27	100
Desempregados	47	44	9	100
Inativos	33	51	17	100
<b>População ocupada</b>	<b>18</b>	<b>55</b>	<b>27</b>	<b>100</b>
Formalização				
Formal	9	57	34	100
Informal	29	52	19	100

**Tabela 6: distribuição por classes segundo os diferentes grupos socioeconômicos - Brasil – 2012 (cont.)**

(%)

Grupo	Classe			TOTAL
	Baixa	Média	Alta	
<b>População Ocupada</b>				
Setor de atividades				
Agrícola	46	45	9	100
Outras atividades industriais	10	49	41	100
Indústria de transformação	11	62	27	100
Construção	22	62	16	100
Comércio e reparação	13	59	27	100
Alojamento e alimentação	16	63	21	100
Transporte, armazenagem e comunicação	12	58	30	100
Administração pública	9	45	46	100
Educação, saúde e serviços sociais	6	46	48	100
Serviços domésticos	26	65	9	100
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	12	53	35	100
Outras atividades	7	48	46	100
Atividades mal definidas	30	35	15	100

Fonte: BRASIL, 2012e, p. 31. Estimativas feitas com base na PNAD.

Os documentos da SAE eram enfáticos ao afirmar que o aumento no tamanho do segmento não se deveu somente a um crescimento “natural” (diferença entre a taxa de natalidade e a de mortalidade de seus membros) – ao contrário, em boa parte o estrato aumentou por conta da entrada de pessoas: “quase 80% do crescimento no tamanho da classe média foi em razão do aumento na sua participação relativa no total da população” (BRASIL, 2012d, p. 13). Ainda considerando o período entre 2002 e 2012, o movimento de entrada e de saída da classe média fez um total de 14 pontos percentuais – sendo 21 de entrada de integrantes (que eram da classe baixa) e 7 de saída para a classe alta (BRASIL, 2012e, p. 17), conforme demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 7: Evolução dos estratos populacionais brasileiros entre 2002-2012**

Classe	Tamanho (particip. na população – %)		Variação (pontos percentuais)
	2002	2012	
Baixa	48	28	-21
Média	38	52	14
Alta	13	20	7

Fonte: estimativas baseadas na PNAD (BRASIL, 2012e, p. 17), considerando um cenário de crescimento inclusivo.

As razões para essa expansão – claramente conectadas com o que apresentamos anteriormente como os antecedentes do surgimento da NCM – seriam o crescimento econômico somado à queda nas desigualdades<sup>66</sup>, sendo essa última considerada como o resultado de um maior incremento no emprego e na renda dos mais necessitados (BRASIL, 2012e, p. 15). Em outras palavras, fatores ligados ao mundo do trabalho foram reputados pela SAE como os principais responsáveis pelo Brasil ter se tornado “um país de classe média”.

Isso fica ainda mais claro quando se examina o que a Secretaria elencou como “determinantes imediatos” do crescimento da renda *per capita* da classe média:

<sup>66</sup> Por meio de estimativas baseadas na PNAD, explica-se que, caso tivesse ocorrido somente a diminuição nas desigualdades, a classe média teria tido uma expansão de 9 pontos percentuais. Ao contrário, somente com o crescimento, seriam 5 pontos percentuais. Assim, a redução nas desigualdades seria responsável por 2/3 do aumento da classe média, e o crescimento, por 1/3 (BRASIL, 2012e, p. 17).

aspectos ligados à demografia, transferências públicas, taxa de ocupação e ganhos de produtividade (esses últimos derivados de uma maior qualificação, isto é, escolaridade dos trabalhadores). Cada uma dessas variáveis foi considerada isoladamente para se saber sua influência no crescimento da renda da classe média. A partir daí, calculou-se a contribuição da variável ao crescimento dos rendimentos do estrato. O quadro abaixo resume os resultados encontrados.

**Tabela 8: evolução dos determinantes imediatos do aumento da renda das famílias de classe média e suas contribuições para o aumento desses rendimentos – 1999-2009**

	<b>1999</b>	<b>2009</b>	<b>Crescimento da renda da classe média ao ano se a variável fosse a única mudança ocorrida<sup>67</sup></b>	<b>Contribuição aproximada da variável para o crescimento da renda <i>per capita</i> da classe média<sup>68</sup></b>
<b>Demografia</b> (nº de adultos nas famílias)	73%	79%	0,7%	20%
<b>Transferências públicas</b>	R\$ 85/mês	R\$ 134/mês	1,0%	30%
<b>Trabalho</b> (taxa de ocupação)	60%	64%	0,4%	11%
<b>Ganhos de produtividade</b> (renda média por trabalhador)	Crescimento de 1,7% ao ano		1,4%	40%

Fonte: tabela elaborado pela autora com base em documento da SAE (BRASIL, 2012d, pp. 27-8).

<sup>67</sup> Esse cálculo não é explicitado no material da Secretaria. Apenas informa-se que o período considerado para o mesmo foi o decênio entre 1999 e 2009 (diferentemente da maioria dos outros apresentados nos “cadernos”, geralmente considerando os anos entre 2002 e 2012, ou mesmo 2003 e 2013), devido a “limitações na disponibilidade de informações (a última PNAD disponível se refere ao ano de 2009)” (BRASIL, 2012d, p. 27).

<sup>68</sup> Novamente, o cálculo não é explicado pela SAE.

Embora percebamos que os ganhos de produtividade sejam o elemento que efetivamente mais contribuiu para o aumento da renda da classe média, ao analisar os demais, é difícil entender por que a Secretaria ressaltou somente os fatores ligados ao trabalho, dado que as porcentagens referentes aos programas de cessão de renda e mesmo à demografia são superiores à da taxa de ocupação. Aliás, os programas de transferência de renda, destacadamente o Bolsa Família, são sempre arrolados – na literatura produzida por acadêmicos – dentre as causas da “ascensão da ‘nova classe média’”, mas, nos cadernos produzidos pela SAE, são relativamente pouco mencionados. Parece delinear-se, portanto, um esforço para colocar o trabalho como ponto nevrálgico das mudanças ocorridas, e o trabalhador como uma espécie de “herói conquistador/merecedor” delas. Vejamos mais um dos textos/artigos dos cadernos:

Nos últimos anos, a rara combinação de baixo nível de desemprego, crescimento real dos salários e aumento da formalização do trabalho foi, sem dúvida alguma, a grande responsável pelo Brasil ter avançado no sentido de se tornar um país de classe média – e deverá ser o pilar fundamental para a consolidação dessa condição. (BRASIL, 2013b, p. 95).

E ainda:

O combustível da ascensão social brasileira dos últimos anos é o trabalho, e não o consumo, nem mesmo o crédito ao consumidor. Estes últimos elementos fazem parte da ascensão da chamada Classe C, mas como coadjuvantes. O protagonismo pertence ao mundo do trabalho. [...] A combinação de mais educação e trabalho é o que tem tornado o movimento de ascensão sustentável. Este é o que pode ser chamado de lado brilhantes dos pobres (*The bright side of the poor*).<sup>69</sup>

Entre os trabalhadores, o maior símbolo da nova classe média brasileira tem sido a carteira de trabalho, e não os pequenos empreendimentos<sup>70</sup> [...] (BRASIL, 2013a, p. 105).

---

<sup>69</sup> O texto, de autoria do então ministro interino da SAE e presidente do Ipea Marcelo Neri, cita o nome de seu livro de 2008, considerado por muitos o pioneiro no tema “nova classe média” – ou classe C, como o autor a chama aqui.

<sup>70</sup> Curiosamente, o trecho encontra-se justamente ao final do caderno dedicado ao tema empreendedorismo.

Assim, vale a pena verificar como esses dois (considerados pela SAE) principais determinantes imediatos do aumento da renda da classe média – taxa de ocupação e aumento da produtividade do trabalho – comportaram-se. Em seguida, poderemos entender a magnitude do aumento da participação da classe média na renda e no consumo das famílias brasileiras no período.

Primeiramente, a taxa de ocupação. Os dados da SAE mostravam – como já era de se esperar, considerando o que vimos como “antecedentes da ‘nova classe média’” – um cenário bastante positivo: em 2012, a maior parte da classe média estava ocupada e em postos formais, conforme a tabela abaixo (BRASIL, 2012d, p. 24).

**Tabela 9: força de trabalho brasileira em 2012**

<b>Categorias</b>	<b>Classe Baixa</b>	<b>Classe Média</b>	<b>Classe Alta</b>	<b>TOTAL</b>
		%		
<b>População em idade ativa</b>	<b>24</b>	<b>54</b>	<b>21</b>	<b>100</b>
Trabalhadores ocupados	18	57	25	100
Desempregados	44	46	10	100
Inativos	31	52	17	100
<b>Trabalhadores ocupados</b>	<b>18</b>	<b>57</b>	<b>25</b>	<b>100</b>
Formal	9	58	33	100
Informal	29	55	16	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da SAE (BRASIL, 2012d, p. 17). Estimativas baseadas na PNAD.

O grande destaque era a área privada: estimativas baseadas na PNAD 2011 eram de que mais de 60% dos empregados formais nesse setor faziam parte da classe média; e dentre os trabalhadores que ascenderam ao estrato<sup>71</sup>, 67% ocupavam esse tipo de vaga (BRASIL, 2013b, pp. 32; 42). Indústrias de transformação e a construção civil, bem como o comércio, destacavam-se como empregadores dos trabalhadores do segmento, estando sobrerrepresentados, como vimos, na classe média. Aliás, assim

<sup>71</sup> Aqui, utiliza-se o conceito que denominamos de “fluxo”, isto é, usa-se como base somente os trabalhadores que ascenderam à classe média.

como as domésticas (64% pertenciam ao estrato), embora essas perfizessem, no total, 8% dentre todos os trabalhadores do país (BRASIL, 2012d, p.25). Vê-se, então, que boa parte dessa “nova classe média”, mesmo gozando dos benefícios da formalização, ainda se encontrava em postos de trabalho, se não precarizados ou instáveis, ainda distantes da ideia do emprego do *white collar*, típico funcionário de escritório da classe média tradicional. Eram, por exemplo, os trabalhadores de *call centers* descritos por Jessé Souza (2012), com jornadas exaustivas e condições inumanas (como a quantidade escassa de intervalos).

Apesar de ressaltar que as “novas ocupações formais [são] percebidas como um avanço significativo frente à informalidade e a trabalhos tidos como de baixo status social” (BRASIL, 2013b, p. 97), a própria SAE admitia que ainda havia espaço para melhorias. Por meio de dados de estudo do Instituto Data Popular<sup>72</sup>, o caderno 4 da série *Vozes da Nova Classe Média*, com o tema “Classe Média e Emprego Assalariado”, mostrava que os integrantes da NCM encaravam seus trabalhos muito mais como uma forma de sustento do que como uma carreira com a qual tivessem maior identificação (algo, aliás, mais frequente, de acordo com o estudo em questão, entre os profissionais qualificados – isto é, aqueles do segmento que viemos qualificando como classe média *tradicional*). Esse baixo apego, somado ao cenário geral de alta taxa de ocupação, levaria a uma alta rotatividade de empregos (BRASIL, 2013b, pp. 96-8).

Tratemos, agora, do segundo fator colocado pela SAE como “determinante imediato” do crescimento da renda da classe média: os ganhos de produtividade. Esses estariam ligados ao aumento da escolaridade dos trabalhadores brasileiros, conforme a tabela na sequência.

---

<sup>72</sup> Estudo realizado junto a 1.500 brasileiros, em 100 municípios das cinco Grandes Regiões, em maio de 2013 (BRASIL, 2013b, p. 96).

**Tabela 10: evolução da escolaridade dos trabalhadores brasileiros – 2001-2011**

Grupos de trabalhadores	Escolaridade média				Porcentagem com ao menos ensino médio completo (%)	
	2001	2011	Varição absoluta	Varição percentual total (%)	2001	2011
Todos os trabalhadores	6,7	8,5	1,8	27	29	47
Ocupados na classe média	7,1	8,0	0,9	12	30	43
Empregados no setor privado	7,3	9,0	1,7	23	32	52
Empregados no setor privado na classe média	7,7	8,6	0,9	12	34	48

Fonte: estimativas baseadas nas PNADs 2001 e 2011 (BRASIL, 2013b, p. 34).

De fato, houve algum incremento, especialmente entre a massa trabalhadora como um todo, que saiu de 6,7 para 8,5 anos, mas também entre os ocupados na classe média e, entre esses, no setor privado. Se, por um lado, o aumento não parece tão substancial, por outro a Secretaria estimava que, para cada ano a mais de escolaridade, haveria um acréscimo de cerca de 8% na renda do trabalho (BRASIL, 2013b, p. 34).

Chama a atenção, também, o crescimento daqueles que conseguiram completar o ensino médio: na classe média e entre os trabalhadores do estrato alocados no setor privado, há um acréscimo de, respectivamente, 13 e 14 pontos percentuais. A Secretaria, no entanto, era bastante honesta ao mencionar que esses dados, aparentemente positivos, ocultavam um problema: a influência da educação na remuneração vinha diminuindo. Se, no começo da década de 2000, um empregado com o nível médio finalizado tinha, em média, ganhos 32% superiores aos de outro com apenas o fundamental completo, à época da publicação do caderno (2013) tais ganhos seriam apenas 19% maiores (BRASIL, 2013b, pp. 33-4). Estudos realizados no âmbito do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) apontam na mesma direção: nos últimos anos, “o aumento da oferta relativa de educação [...] parece ter sido responsável pela redução dos diferenciais de salários associados à educação [...]” (FILHO & KIRSCHBAUM, 2015, p. 128). Pontuam, também, as dificuldades dos negros, especialmente filhos de pais sem graduação, progredirem para o nível superior (LIMA & PRATES, 2012, pp. 188-9). Além disso, novamente segundo a SAE, o grau de escolaridade da massa de trabalhadores brasileiros ainda permanecia muito baixo, pouco superior ao ensino fundamental completo (BRASIL, 2012b, p. 33).

Aliás, como já visto, à época a classe média era preponderante justamente nos dois primeiros níveis educacionais: abarcava 59% dos que tinham ensino fundamental completo e 57% das pessoas com ensino médio. Já no nível superior, os representantes da classe média chegavam a somente 30% (BRASIL, 2012d, p. 24). Logo, por um lado, o nível educacional vinha aumentando, com reflexos na renda do trabalhador de classe média – embora reflexos limitados e que, ao que tudo indicava, deixariam de existir com o passar do tempo. Por outro, porém, diferentemente do que ocorria com a classe média tradicional, chegar à graduação ainda não era uma total realidade para os integrantes da NCM.

Vale dizer, também, que os integrantes do estrato não pareciam tão convencidos (ao menos na comparação com a classe alta) a respeito dos ganhos futuros gerados pela educação: nem todos concordavam que a renda futura seria tanto maior quanto mais educação a pessoa tivesse (BRASIL, 2012d, pp. 42-3).<sup>73</sup> Para a SAE, essa menor crença na educação como fator para a melhoria de vida poderia estar relacionada a “alguma dose de desinformação” (ponto que não é elaborado no material da Secretaria, ou seja, não se explica, exatamente, desinformação sobre o quê, e nem como ela afetaria o trabalhador), ou a uma sinalização, por parte da classe média, de que ela acreditava que “conexões sociais na sociedade brasileira ainda permanecem necessárias para que os ganhos dos investimentos em educação se integralizem” (BRASIL, 2012d, p. 42). Ou seja: muito provavelmente a experiência pregressa daqueles que tinham recentemente “ascendido socialmente” lhes fazia crer que estudar, “apenas”, não seria garantia de um bom futuro. Era preciso, também, “conhecer as pessoas certas”.

De qualquer maneira, como vimos, a Secretaria atribuiu, a essas mudanças no mundo do trabalho – aumento da taxa de ocupação e da produtividade –, o aumento na renda da classe média. No período entre 2001 e 2011, a renda média dos brasileiros ocupados teria crescido 24% (em torno de 2% ao ano). Já a daqueles pertencentes à classe média, teria passado por um acréscimo de 31% (3% ao ano) (BRASIL, 2013b, pp. 28; 32), conforme a tabela abaixo.

---

<sup>73</sup> Dados advindos da Pesquisa CNI-IBOPE: Retratos da Sociedade Brasileira – Educação, de agosto de 2010.

**Tabela 11: Evolução da remuneração do trabalho principal no Brasil – 2001-2011 (R\$/mês)**

Indicadores	2001	2011	Variação percentual (%)	
			Total	Anual
Todos	976	1.215	24	2,2
Ocupados na classe média	655	858	31	2,7
Empregados no setor privado	967	1.141	18	1,7
Empregados do setor privado na classe média	812	980	21	1,9

Fonte: BRASIL, 2013b, p. 33. Estimativas baseadas nas PNADs 2001 e 2011.

Valores em R\$ de 15 de abril de 2012.

Esse cenário fez com que a participação da fatia da classe média na renda das famílias crescesse 4 pontos percentuais em 10 anos – com uma taxa de crescimento anual próxima aos 4%. A classe alta diminui sua participação, e teve crescimento negativo, conforme a tabela abaixo (BRASIL, 2012d, p. 18).

**Tabela 12: Evolução da participação da classe média na renda das famílias – Brasil - 1999-2009**

Classe	1999	2009	Taxa anual de crescimento (%)
Baixa	4	5	1,2
Média	32	36	3,9
Alta	63	58	-5,1

Fonte: elaboração da autora a partir de BRASIL, 2012d, p. 18. Estimativas baseadas nas PNADs 1999 e 2009.

Assim, as famílias de classe média responderiam, em 2012, por 36% da renda do país e por 38% do consumo, movimentando cerca de R\$ 1 trilhão por ano (BRASIL, 2012d, pp. 17-8; 46). Consumo que, de acordo com Pochmann (2014, pp. 76; 93),

também teria crescido por conta da comercialização de bens a menores custos produzidos em localidades que concentravam alta tecnologia e mão de obra barata, como a Ásia. Logo, teria ocorrido uma espécie de democratização no consumo, e uma parcela maior da população teve acesso a produtos e serviços que, antes, ficavam restritos somente àqueles de maior rendimento (POCHMANN, 2014, p. 113).

Infelizmente, os cadernos praticamente não trazem dados quantitativos a respeito do perfil de consumo da “nova classe média”.<sup>74</sup> Não se fala sobre bens que entraram em sua cesta, nem mesmo aqueles que tiveram o seu consumo aumentado. No primeiro caderno, apenas em seções denominadas “comportamento”<sup>75</sup> da classe média e “opinião”<sup>76</sup> da classe média, temos algumas poucas informações que poderiam nos fornecer pistas de suas preferências. Por exemplo, ficamos sabendo que a classe média teria uma avaliação ruim das escolas públicas e melhor das particulares, o mesmo ocorrendo no caso da saúde (hospitais públicos vs particulares). Até por isso, preferiria buscar esses serviços na rede privada (BRASIL, 2012d, pp. 33-4; 43-5). Ou seja: com mais dinheiro no bolso, essa nova classe média provavelmente “fugiria” das prestações do Estado.

Mas se faltam informações quantitativas, há bastante opinião e análise. Ainda no caderno inicial, lemos, no prefácio assinado por Robson Braga de Andrade, à época presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), este trecho em que fica bastante clara a importância comercial do segmento:

A expansão desse grupo está promovendo uma revolução no padrão de consumo brasileiro e conhecer o perfil e os anseios dessa parte da população é essencial para definição das políticas públicas e das estratégias das empresas industriais (BRASIL, 2012d, p. 10).

O material da SAE aponta para um consumidor mais preparado, com mais dinheiro, conhecimento e, conseqüentemente, maior liberdade de escolha e poder

---

<sup>74</sup> Apenas como informação, em documento de 2014 publicado pela SAE – e que, como mencionado anteriormente, não entrou em nosso rol de documentos analisados por utilizar outro critério (o do CPS) para a classificação do estrato –, temos as considerações de Marcelo Neri a respeito do “potencial de consumo e capacidade de geração de renda” da “nova classe média” (BRASIL, 2012, pp. 28-30).

<sup>75</sup> Com dados baseados na PNAD.

<sup>76</sup> Dados referenciados em estudos realizados pela CNI e pelo IBOPE.

(BRASIL, 2012d, p. 46). Como ocorria com o trecho anteriormente citado louvando a “diversidade da nova classe média”, neste tópico, também, compõe-se um retrato bastante idealizado não só do consumidor, mas do indivíduo pertencente ao estrato. Percebe-se isso no artigo denominado “Classe média: novas demandas de um novo Brasil”, de Renato Meirelles:

Exigente, prefere pagar um pouco mais por marcas que têm qualidade testada e aprovada. Os sonhos de consumo se transformaram em metas, em uma perspectiva real de conquista. A classe média se mobiliza pela lei da ficha limpa e exige dos governantes qualidade dos serviços públicos, universidade e plano nacional de banda larga.

Aprendemos, nesses últimos anos, que o tradicional e elitista conceito de aspiração passa longe desse novo brasileiro. Um cidadão com orgulho de suas raízes, ele tem como referência pessoas que, como ele, venceram na vida por mérito próprio. A aspiração está muito mais próxima à ideia de um vizinho que deu certo [...]. No universo do consumo ou nas discussões cotidianas sobre o bairro onde vive, a classe média brasileira passou a chamar para si a responsabilidade sobre a própria vida.

O que ela quer é transformar seus antigos sonhos em metas concretizáveis. Além de eletrônicos como TV, celulares, computador, ela se permitiu trocar o ônibus lotado por uma motocicleta ou pelo seu primeiro carro popular, fazer sua primeira viagem de avião e ingressar na universidade. E isso tudo é só o começo!

[...]

Nossas pesquisas apontam para um cidadão que, ao aumentar de renda, mantém valores de sua classe de origem, mas também incorpora hábitos e atitudes da nova classe. Entender como pensa uma classe média, que antropofagicamente devolve de forma ímpar tudo o que aprende, é o primeiro passo para vencer a barreira cognitiva muitas vezes presente na elaboração de estratégias de negócio ou na formulação de políticas públicas [...]. Esse cidadão é protagonista. Não aceita, portanto, ser coadjuvante de suas escolhas.

[...]

Por fim, diferentemente das estratégias de combate à pobreza que têm como princípio dizer para o cidadão o que precisa ser feito para melhorar de vida e em troca disso oferecer benefícios, o amparo do

Estado à classe média passa antes de tudo por saber ouvir tanto quanto saber falar. Mais do que política social, o fortalecimento da classe média é uma questão de política econômica (BRASIL, 2012d, pp. 46-7).

Esse “novo consumidor”, ou novo indivíduo, tem características interessantes: guarda uma certa singeleza do homem humilde, mas tem orgulho e não renega suas raízes. Ele pode até incorporar atitudes e hábitos novos, possibilitados pela sua suposta ascensão (e que, para a alegria do mercado, representariam a aquisição de novos e mais bens e serviços) – mas, se o exterior se transformou, seus valores, sua “alma”, mantêm-se intocados. Ele é um ser desejante, mas não mira muito longe, não tem aspirações impossíveis, não se torna, enfim, ganancioso – inspira-se no vizinho que “deu certo”, suas referências são próximas e, sugere-se, entrecortadas pelos afetos. Para Meirelles, querer, desejar, aspirar de outra forma – ou seja, “sonhar alto” demais e, principalmente, buscar transformar-se em algo que não se é – seria algo “elitista”, prática pertencente a uma outra classe (as próprias elites ou, mais provavelmente, a classe média tradicional).

A singeleza desse indivíduo, no entanto, não significa falta de assertividade. Ele sabe como se movimentar no universo das compras, conta com uma racionalidade que o ajuda a ponderar e escolher. Os sonhos se transformam em planos, em metas e, finalmente, em conquistas materiais.<sup>77</sup> Mesmo aquelas maiores, que o ajudam a escapar das prestações públicas de baixa qualidade – trocar o “ônibus lotado” por uma moto ou veículo popular –, ou as anteriormente consideradas inatingíveis (curso superior, viagem de avião) vão sendo realizadas. E “é só o começo”, isto é, ele quer mais (e o mercado, então, deveria se preparar para vender para ele).

Em um dado momento, o retrato feito por Meirelles se aproxima da ideia de “consumidor-eleitor-cidadão” de Flávio Rocha – e mesmo daquilo que defendemos como sendo uma influência positiva da atividade de consumir sobre a, por assim dizer, atividade cidadã: implicitamente, Meirelles sugere que as vivências no mercado são carregadas para a relação com o Estado e para a política – e os sujeitos passam a demandar mais qualidade nas prestações públicas. Porém, como vimos que costuma

---

<sup>77</sup> Ainda que, como observaremos posteriormente, ele ainda não dominasse ferramentas de planejamento financeiro e pudesse ter problemas com dívidas.

acontecer no Brasil, o pedido é por *serviços*, até mesmo pelo fornecimento (gratuito ou subsidiado, no nosso entender) de Internet banda larga! Alternando entre os caminhos do consumo e de uma suposta cidadania (mas que requisita apenas serviços), sobra espaço para um pleito, de fato, mais relacionado a essa última: a luta pela aprovação da “Lei da Ficha Limpa”.

O que parece se desenhar – aqui e no trecho anterior sobre diversidade – é um *novo brasileiro ideal*. Representante orgulhoso da “mistura brasileira” (ressignificada em vantagem e potência), sujeito cioso de si e do que quer, batalhador que veio de baixo, venceu pelos próprios meios – meios esses que seriam, não por esse último trecho, mas pelo que mostramos anteriormente e por tudo o que pregam os cadernos, o trabalho.

Ele é uma espécie de *self-made man*, que venceu pelo próprio mérito, não renega suas origens e traz em si um desejo por manter suas conquistas e ampliá-las. Acima de tudo, é *protagonista*, um indivíduo que, pelo que se pode entender, precisa que o Estado cuide das condições estruturais e deixe-o seguir seu caminho (“mais do que política social [...], política econômica”).

Esse “novo brasileiro”, aprendemos em outro trecho do primeiro caderno da série, já estaria começando a desenvolver a “visão prospectiva” tão característica das classes médias:

Ao contrário da população pobre, que tem de dedicar grande parte de sua atenção à formulação de estratégias de sobrevivência, a classe média já dedica a sua à visualização do futuro, ao desenho de estratégias voltadas à preservação dos ganhos alcançados ou à continuidade de seu processo de ascensão. [...] tem maior consciência de que precisa ou precisará no futuro próximo e tem interesse em formular suas demandas. (BRASIL, 2012d, p. 33).

Tenta-se comprovar isso por meio de opiniões<sup>78</sup> com relação à vida financeira e à preservação do meio ambiente. Quanto à primeira, afirma-se que a classe média tende a ser criteriosa, mais do que a classe baixa e menos do que a alta, mas ainda apresenta alguma dificuldade em gerenciar dívidas. Já sobre o segundo aspecto, as

---

<sup>78</sup> Baseadas em estimativas feitas a partir da Pesquisa CNI-IBOPE: Retratos da Sociedade Brasileira (sobre inclusão financeira e sobre o meio ambiente, respectivamente dos anos de 2012 e 2010).

percepções da classe média tendem a ser mais similares às da classe alta, focadas em questões mais globais como, por exemplo, o aquecimento global. Isso demonstraria que “a classe média [...] encontra o tempo, a motivação e o interesse em identificar preocupações e metas de longo prazo e formular visões e estratégias para superá-las e alcançá-las” (BRASIL, 2012d, p. 40-1).

Ao mesmo tempo, a SAE divide entre o Estado e os próprios membros do “novo” estrato a responsabilidade pela manutenção e evolução da nova condição:

A ascensão à classe média e a sustentabilidade desse processo dependem tanto da contínua disponibilidade de novas e melhores oportunidades quanto do interesse da visão, do esforço e da dedicação desse grupo emergente em aproveitar essas oportunidades. O progresso social é forjado pela combinação de oportunidades e de protagonismo. (BRASIL, 2012d, p. 38).

Ou seja, se os técnicos da SAE indicavam a intenção de desenvolver políticas públicas para esse setor, pelo que podemos entender, não seriam do tipo assistencialista, já que se esperava, celebrava e propalava o “protagonismo” da “nova classe média”.

Até aqui, fizemos uma leitura longa e detalhada de todo o material produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos sobre a “nova classe média”. Deparamo-nos com documentos preparados com rigor técnico e que demonstravam uma consciência de que ainda existiam muitos problemas com que lidar (por exemplo, a questão do nível educacional baixo dos integrantes do estrato) e muito a fazer para que as “conquistas” e a vivência positiva recém-alcançadas pela “nova classe média” fossem mantidas. O trecho abaixo, retirado do prefácio do quarto caderno (sobre trabalho), escrito por Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do DIEESE, exemplifica bem esse entendimento (embora, a nosso ver, e mesmo que de forma cuidadosa, deixe transparecer alguma desconfiança com relação à tese da conformação de um novo estrato):

Na atual contingência brasileira, a ideia expressa de classe média carrega um conjunto de atributos referentes à renda, ao acesso a bens, educação, cultura e cidadania, entendida como a resposta dada pelo Estado para o atendimento ao cidadão. Do ponto de vista profissional, um trabalhador de classe média insere-se, tipicamente,

de forma mais estável, com perspectiva de desenvolvimento e ascensão na carreira e alcance, ao longo da vida, da posse de “ativos”, como a casa própria. Apesar da formalização recente e da conseqüente melhora nos rendimentos, a insegurança relacionada à inserção nos postos de trabalho submete parte dos trabalhadores à possibilidade de bruscas variações na renda e no padrão de vida, o que não se coaduna com a percepção do que seja a “classe média”. Assim, a limitação da rotatividade pelas empresas, a melhoria do sistema educacional – em particular da educação profissional – e a conquista de maiores salários e menores jornadas continuam na ordem do dia, a fim de se alcançar, para o conjunto dos trabalhadores, padrões de vida hoje restritos.

A concepção de “nova classe média”, além de traduzir a suposta mobilidade econômica ascendente, deveria evidenciar também a necessidade de alcançar, integralmente, esse conjunto de dimensões. Deveria realçar, ainda, como essa mobilidade, quando se tornar completa, terá se traduzido em profundas transformações da atual estrutura de desigualdades (simultaneamente social, econômica, política e cultural). Constitui-se, portanto, uma agenda para o Estado e os atores sociais em direção a um processo de desenvolvimento que eleve a geração de valor (mercantil e não mercantil) e aumente a renda *per capita* com diminuição significativa da desigualdade de renda, o que requer mais do que apenas o repasse dos ganhos de produtividade aos salários [...] (BRASIL, 2013).

Todavia, apesar de realmente ter um lado ponderado e de não escamotear as dificuldades e desafios, o tom geral das publicações é de esperança, de celebração, de aposta no “novo” estrato. Interpretamos que os materiais desenvolvidos pela SAE tinham a intenção de tornar o “novo” segmento e, mais especificamente, o indivíduo da NCM, como já sugerido anteriormente, uma espécie de “novo brasileiro ideal”: aquele que não se envergonhava de suas origens marcadas pela diversidade, que “venceu” pelo trabalho, que já contava com o “pensamento prospectivo” e tinha racionalidade suficiente para fazer suas escolhas; que poderia, enfim, exercer seus desejos de consumo, à época e ainda hoje tão legitimados pela sociedade em que vivemos.

As vitórias desse indivíduo foram proporcionadas pela boa situação econômica do país; suas compras vinham sendo feitas graças a seu emprego, seu salário (impactado pelos aumentos no salário mínimo), o crédito abundante e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) reduzido em setores-chave (automóveis,

eletrodomésticos). Mas *ele* era o protagonista, que por mérito próprio tinha aproveitado e continuaria aproveitando as oportunidades que foram e deveriam continuar a ser proporcionadas – ou melhor: afiançadas – pelo governo. Se, para os miseráveis, programas assistenciais como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria tinham sido/eram fundamentais para garantir uma vida digna, para a “nova classe média”, ao menos de acordo com os cadernos da SAE, importava, especialmente, a manutenção do crescimento e das políticas públicas (que, infelizmente, os materiais não chegam a delinear).

Enfim, o que queremos dizer é que a “nova classe média” foi um grupo *criado* (ou, no mínimo, usado) pelo governo para personificar a ideia de um novo Brasil que se construía. Criado porque as condições para a “ascensão” foram, em boa parte, derivadas de ações desse governo.<sup>79</sup> Criado, também, porque no seio desse mesmo governo, em uma Secretaria ligada à Presidência da República, decidiu-se que seria necessário arbitrar as definições de um “novo” estrato social – estrato esse que, sem muitas cerimônias, foi incorporado, ao menos para fins estatísticos, e sob o pretexto da heterogeneidade, a outro já existente e tremendamente diferente (a classe média *tradicional*).

A narrativa da “nova classe média”, como um dos principais legados do reformismo fraco lulista (SINGER, 2012), também demonstra seu espírito conciliador: sem mudanças estruturais, contenta-se o povo – ou, por que não, a classe trabalhadora –, que sente melhorar de vida; ao mesmo tempo, agrada-se a diversos setores do empresariado, que, além das medidas de incentivo, também veem o mercado consumidor aumentado. O que se deixou por saber era se, a longo prazo, os avanços, a bonança, seriam sustentáveis. Como não vieram de mudanças mais profundas, pelo que sabemos hoje, não foram.

---

<sup>79</sup> Aqui, tomamos a liberdade de tratar os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff como um período só.

## Capítulo V – O debate acadêmico sobre a “nova classe média” brasileira

Os diversos posicionamentos sobre a proposição do surgimento de uma “nova classe média” no Brasil começaram a se formar desde a pioneira pesquisa de Marcelo Neri em 2008. Ou seja: antes mesmo de que a própria SAE, ou de que o próprio governo se decidisse por abraçar a ideia, já havia ocorrido bastante discussão sobre o tema.

Se a imprensa se interessou primordialmente por propalar os números, os dados e os “personagens” que formavam o suposto novo estrato (embora, muitas vezes, deixasse transparecer sua empolgação com o assunto), a comunidade acadêmica tratou de esmiuçar a proposta do surgimento de um “novo” segmento alinhado ao estrato intermediário da sociedade. Aqui, abordaremos, ainda que de maneira resumida, os autores e seus pontos, favoráveis ou contrários, à ideia de que haveria um novo agrupamento populacional no país.

Por um lado, acompanhando o pensamento de Marcelo Neri, ou seja, admitindo a existência do novo segmento, tínhamos – pelo que pudemos detectar, isolados em sua perspectiva – Amaury Souza e Bolívar Lamounier, autores de *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. O livro, de 2010, conta com ampla pesquisa – quali e quantitativa – realizada pelo IBOPE entre os anos de 2008 e 2009, e teve o patrocínio da CNI (também patrocinadora, anos depois, dos cadernos *Vozes da Classe Média* da SAE). Como boa parte das obras sobre a NCM, a publicação traz dados e estatísticas, com informações sobre volume de gastos, poder de consumo, bens mais consumidos<sup>80</sup> etc., a maioria referendadas em PNADs e no próprio estudo de Neri de 2008.<sup>81</sup> Além disso, conta também com um panorama da opinião das diversas classes sobre temas como autoidentificação (à qual segmento creem pertencer), relação com a democracia, pagamento de impostos etc.

---

<sup>80</sup> Abordaremos esses bens posteriormente.

<sup>81</sup> Aliás, a classificação das classes e de suas respectivas faixas de renda foi baseada naquela proposta por Neri no seu estudo pioneiro de 2008 e, na obra de Souza e Lamounier, era a seguinte: classe baixa ou E (até R\$ 768,00), classe média baixa ou D (R\$ 768,00 a R\$ 1.115,00), classe média ou C (R\$ 1.115,00 – R\$ 4.807,00) e classe média alta ou AB (a partir de R\$ 4.807,00), considerando renda domiciliar e R\$ de 2008 (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 33).

Os autores admitiam que tinha ocorrido mobilidade ascendente e, diferentemente dos críticos, não contestavam a ideia do surgimento de um novo estrato, nem mesmo sua denominação – passavam, realmente, ao largo desses temas. Se levarmos em consideração o patrocinador do livro/pesquisa (a Confederação Nacional da Indústria) e o provável público a quem se destinou (empresariado, imaginamos), de fato, não faria sentido abordar tais assuntos, já que os interesses seriam outros, ou seja, muito mais conhecer e pensar a “nova classe média” como consumidora do que problematizar a sua existência. A tônica do livro, então, girava em torno da preocupação, advinda em boa parte dos resultados da pesquisa realizada (isto é, eram as inquietações dos próprios respondentes – dos indivíduos da “nova classe média”, em última instância), com a sustentabilidade do processo de ascensão. Melhor dizendo: Souza e Lamounier se perguntavam se aqueles que conformaram essa “nova classe média” teriam as condições e a capacitação necessárias para manter-se no novo nível de vida (na verdade, nível de consumo) alcançado – e isso a despeito de reconhecerem uma melhora na educação dos trabalhadores brasileiros (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, pp. 157; 168).<sup>82</sup>

Estão os indivíduos e as famílias que o protagonizaram [que protagonizaram o movimento de ascensão social] devidamente equipados para explorar o novo universo de oportunidades (e de restrições) que a economia globalizada oferece? Dispõem das necessárias habilitações no tocante ao empreendedorismo e à educação? Estão desenvolvendo atitudes e valores adequados a essa nova modernidade? Compreendem a arena mais ampla em que passam a se situar e preparam-se para agir eficazmente dentro dela? (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, prefácio).

Eles apontavam as incertezas relacionadas a emprego e renda como os fantasmas que assombravam os sonhos desses emergentes de continuar mimetizando os hábitos de consumo da classe média tradicional. As conquistas, ocorridas graças ao aumento dos rendimentos, mas também à farta oferta de crédito, poderiam ser frágeis, até porque esses indivíduos que ascenderam, diferentemente da classe média

---

<sup>82</sup> Os autores mencionam um amplo crescimento na quantidade de anos de estudo dos ocupados: “o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo [...] [passou] de cerca de 20% para quase 40% da população ocupada [entre 1995 e 2007]” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 168).

tradicional (aqui chamada de classe AB), não possuíam tanto capital social. Por exemplo, transitavam por menos esferas, tendo suas relações limitadas a família, bairro e cultos religiosos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, pp. 1; 49; 110). Em outras palavras, não agregavam outros capitais ao capital econômico e, assim, tinham menos oportunidades para potencializar suas possibilidades de sucesso, ficando mais dependentes e expostos a fatores sobre os quais exerciam menos controle, como ter emprego e, assim, contar com renda. Em termos ocupacionais, realizavam trabalhos manuais de maior qualificação, não manuais de menor qualificação e também seriam autônomos ou mesmo microempresários (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 167). Ou seja, estavam em funções vulneráveis às mudanças no mercado laboral e na economia como um todo.

De forma bastante interessante, Souza e Lamounier incluíram no rol de temas relacionados à sustentabilidade da “nova” posição desses indivíduos a sua capacidade de participar e influir na política. Diziam eles:

A fim de melhorar suas chances de sustentação como estrato ascendente, a nova classe média precisa aproveitar melhor o seu potencial de participação política. Isto significa, de um lado, fazer valer o seu capital social, seu potencial de influência formal e informal, no sentido de firmar na sociedade os valores que preza; de outro, desenvolver percepções e atitudes que respaldem uma atuação contínua e atenta aos *outputs* da política, em vez de se manter voltada apenas para os momentos e *inputs* próprios do processo eleitoral (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 6).

Isto é, além de se educar, de buscar construir capital social para se tornar um pouco menos dependente dos rumos econômicos do país, Souza e Lamounier pregavam que seria fundamental, também, que a “nova classe média”, para se manter como estrato proeminente, aprendesse sobre e ficasse atenta à política continuamente, e não só nos períodos de eleição. Mais até do que isso: para manter sua relevância e conquistar espaço na sociedade, essa “nova classe média” deveria encontrar a sua voz e se fazer ouvir. (Salvo engano, vale pontuar que não encontramos preocupação semelhante nas considerações feitas pelos intelectuais que criticaram o conceito de “nova classe média”.)

Os aparentemente mais numerosos autores contrários à tese da conformação de uma “outra” classe média eram os mesmos que, em primeiro lugar, foram críticos às classificações sociais centradas no critério renda (preferiam, como vimos, os critérios sociológicos). O cerne de sua contestação era a percepção de que os indivíduos que supostamente ascenderam, apesar do efetivo aumento dos rendimentos e maior acesso a bens de consumo, não possuíam/tinham alcançado o estilo de vida comumente associado à classe média – e, aqui, logicamente, o referencial usado era o estrato a que viemos nos referindo como classe média *tradicional*. Havia, então, um entendimento de que qualificar a parcela da população que passara por um incremento nas condições de vida como parte do segmento intermediário, ou como uma “nova classe média”, seria, no mínimo, um equívoco – e, no máximo, uma forma de projetar e perpetuar um projeto político<sup>83</sup> (tese que nos parece bastante acertada, já que o próprio governo tratou de tomar o assunto para si e divulgá-lo). Além disso, já que as mudanças teriam sido apenas circunstanciais e superficiais, esses autores afirmavam que faltara ao Estado promover transformações mais profundas (LEAL, 2015, p. 16) – algo que, como vimos, não parecia fazer parte dos planos do lulismo.

Autores como Kerstenetzky e Uchôa (2013), Quadros, Gimenez e Nardy (2013), Pochmann (2012; 2013; 2014), entre outros, apontaram para a falta de correspondência entre o que consideravam marcadores fundamentais do estilo de vida da classe média (tradicional) e os encontrados – ou melhor, *não* encontrados – junto aos indivíduos que teriam formado a “nova classe média”. Ocupações mais qualificadas e maior nível educacional (dos pais e dos filhos), por exemplo, eram aspectos diuturnamente mencionados como ausentes nos integrantes do suposto novo segmento. Kerstenetzky e Uchôa procuraram comprovar isso tomando como ponto de partida a faixa de renda que seria auferida pela “nova classe média” – conforme definida por Marcelo Neri, em 2008, em *A nova classe média: the bright side of the poor* –, atualizando-a para 2013 e buscando, na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009, alguns elementos-chave que poderiam enquadrar o grupo como classe média “de fato” (ou seja, que o aproximasse da classe média tradicional): “casa

---

<sup>83</sup> Aliás, A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político é o título de uma coletânea de artigos lançada em 2013 pela Fundação Heinrich Boll, bastante citada pelos autores que se dedicaram ao tema – e mesmo neste trabalho.

própria com padrões elevados de habitação; acesso ao crédito; educação universitária e demanda privada por bens providos pelo Estado” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 18).

Os resultados encontrados mostraram que, apesar de muitos dos domicílios localizados no intervalo de rendimentos definido para o “novo” estrato serem próprios e pouco adensados, a grande maioria não atendia aos outros requisitos para serem considerados de classe média: a penetração de instrumentos de crédito (cartão de crédito e cheque especial) era baixa, poucos chefes de família possuíam nível universitário (aliás, as autoras encontraram 50% deles somente com o ensino fundamental e 10% de analfabetos), o acesso à saúde e à educação era basicamente feito por meio das redes públicas (ou seja: havia baixo acesso privado a serviços ofertados publicamente), o que não lhes parecia, também, muito auspicioso para o futuro das crianças residentes nesses lares (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, pp. 20; 22; 24).

Assim, as autoras concluíram que

Os brasileiros abrigados sob a classificação de membros da nova classe média ainda estão longe de corresponder à ‘promoção social’ que lhes foi atribuída: a maioria deles pode ser de fato considerada pobre sob qualquer critério que leve em consideração adequação nos níveis de bem-estar. [...] Claramente a promoção de fato dessas famílias à classe média depende de que possam acessar bens e serviços de qualidade, o que não conseguem exclusivamente por meio de seus rendimentos [...]. Classificá-los na classe média é ignorar o fato ordinário de que a pobreza (assim como a riqueza) é um fenômeno multidimensional e de que linhas de pobreza de renda são definidas muito frequentemente em função do orçamento público, e não das reais necessidades das famílias. (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 27).

Pochmann era mais contundente em suas críticas contra o discurso sobre a “nova classe média”, afirmando que o que vinha sendo tratado como tal era nada mais, nada menos, do que as “classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo” (POCHMANN, 2012, p. 10). No ponto de vista do economista, o aumento da renda e dos gastos com bens e serviços seria decorrente das bem conhecidas mudanças/intervenções promovidas durante os governos petistas

(aumento de empregos, valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda etc.) – mas, para ele, em momento nenhum essas transformações teriam levado a uma efetiva ascensão social (POCHMANN, 2013; 2014). Numa crítica certamente endereçada a Marcelo Neri (seu sucessor no cargo de presidente do Ipea), ele afirmava que “a adoção do conceito [de classe média] descontextualizado da base de sua materialização pode-se revestir apenas e simplesmente de um voluntarismo teórico inconsistente com a realidade” (POCHMANN, 2013, p. 167).

O maior e mais virulento crítico, porém, do conceito de “nova classe média” foi Jessé Souza. Como vimos anteriormente, ele condenava as classificações sociais baseadas no critério renda, dado que, em sua visão, o estilo de vida e o comportamento seriam os elementos fundamentais para a parametrização e o entendimento dos estratos (SOUZA, 2012, pp. 26; 270). Ademais, ele diagnosticava, na denominação “nova classe média” – e seu diagnóstico, neste ponto específico, parece-nos correto –, o desejo de emular, de mostrar que o Brasil estaria a caminho de uma sociedade mais evoluída, “de Primeiro Mundo”. Algo que, para ele, era falacioso:

Trata-se [a ideia de uma “nova classe média”] de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros [...] A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. (SOUZA, 2012, pp. 45-6)

Com o auxílio de colaboradores, Souza realizou um amplo estudo qualitativo para compreender quem eram os indivíduos que, naquele momento, vinham sendo tratados como integrantes da “nova classe média”. O resultado foi o livro *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, cuja primeira edição datou de 2010. O autor também publicou artigos sobre o mesmo tema, e foi acompanhado/interpretado por outros acadêmicos, aos quais também recorreremos aqui para aprofundar e/ou complementar nossa exposição sobre os pontos levantados por Jessé Souza.

Em *Os batalhadores brasileiros...*, rechaçava a conformação de uma “nova” classe média porque não se enxergava que os indivíduos estudados tivessem dois

“capitais” essenciais ao estrato: o capital econômico e o capital cultural (desde já fica claro, então, que Souza também fazia sua análise da NCM a partir do referencial da classe média *tradicional*). No entanto, o sociólogo detectou que essas pessoas contariam com uma característica peculiar e vantajosa: a origem familiar estruturada (uma espécie de “capital familiar”), por meio da qual lhes teriam sido transmitidos valores ligados ao mundo do trabalho – uma “ética do trabalho” que as informava sobre a importância de “ser esforçado”, de “trabalhar duro” e bastante, e que também fazia com que parte de suas preocupações girasse em torno de manter a harmonia familiar e de garantir um bom futuro para os filhos (SOUZA, 2012, pp. 50; 70; 327).

Juntamente com esse “capital familiar”, muitas vezes esses indivíduos também professavam uma religiosidade pentecostal, que lhes garantiria a “regulação racional da vida cotidiana e a crença na própria capacidade” (SOUZA, 2012, p. 65). Assim, a combinação desses fatores – “ética de trabalho” e, mesmo que em parte, a influência do pentecostalismo –, legaria a essas pessoas o autocontrole, a disciplina e o pensamento prospectivo que as habilitaria a participar com algum sucesso do mercado de trabalho, mesmo que em ocupações precarizadas (auxiliares – de escritório, de enfermagem –, vendedores, atendentes em *call centers*, professoras primárias etc.) e sem uma melhor qualificação educacional ou mesmo profissional (SOUZA, 2012; QUADROS, GIMENEZ, ANTUNES, 2013).

Souza mal disfarçava a empolgação com sua “descoberta”, pintando os indivíduos que foram seu objeto de estudo com tintas quase heroicas, admirando-os por sua jornada de “luta” e colocando-os, de certa forma, no papel de brasileiros ideais, modelo para outros:

[São] milhões de pessoas que lutam para abrir ou para manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e a novas associações, e que empunham uma cultura de autoajuda e de iniciativa. Quase desconhecida das elites do poder, do dinheiro e da cultura, já estão no comando do imaginário popular. Representam o horizonte que a maioria de nosso povo quer seguir. (SOUZA, 2012, p. 9)

E ainda:

Nossa pesquisa mostrou que essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. (SOUZA, 2012, p. 50)

Todas as suas características, conjugadas ao momento positivo da economia brasileira, teriam levado esses “batalhadores brasileiros” ou a “nova classe trabalhadora”, como Souza os denominou, a ter incrementos, a experimentar melhorias em suas condições objetivas de vida (que, contudo, não os catapultaram à classe média), as quais foram materializadas por meio da compra de bens que, antes, eram-lhes inacessíveis (SOUZA, 2013, p. 66). Consumir, logo, seria a coroação de suas conquistas e uma forma de inclusão numa sociedade que valoriza tanto esse ato – embora Souza e seus seguidores/intérpretes reputassem essa forma de inclusão como algo “superficial” (VICENTE, 2013, pp. 85; 88) e alertassem para a fragilidade das vitórias alcançadas, já que entendiam se tratar de um segmento ainda bastante vulnerável a mudanças econômicas ou sociais, dado que não contava, como vimos, com os capitais (econômico, cultural, escolar) que poderiam lhes garantir uma maior perenidade no tempo e resiliência a transformações (PAULA, 2013, p. 125). Formariam, assim, um grupo ainda dependente do auxílio do Estado, que, para eles, teria a obrigação (cristã) de “ajudar os pobres” e deveria se fazer presente por meio de políticas sociais e compensatórias, garantindo “dignidade aos cidadãos” (SOUZA, 2012, pp. 251; 367).

Ainda assim, a “nova classe trabalhadora”, embora não se despidesse das preocupações com o futuro, podia voltar suas atenções a temas como o lazer e o autoconhecimento – ou a “autodescoberta da própria originalidade”, como prefere Souza (2012, p. 327). Parece-nos, logo, que Souza demonstra que houve um acréscimo de autoestima como resultado do processo pelo qual essas pessoas passaram, tenha sido esse um processo de ascensão social ou somente de melhora circunstancial de vida – e ele é categórico ao afirmar que “essa classe se representa [...] como movida por outras preocupações que nada teriam a ver com classe social” (SOUZA, 2012, p. 327).

Certamente, o ponto alto da obra de Souza é expor a trajetória dos indivíduos que, formando ou não uma nova classe, e sendo essa uma “nova classe média” ou não, passaram por transformações em sua vida. É dar carne e osso a eles e mostrar que, ao lado das condições favoráveis, parece ter havido, mesmo, muito esforço. Curiosamente, nesse ponto, Souza aproxima-se da descrição que vimos Renato Meirelles fazer do trabalhador da NCM em um dos seus artigos para os cadernos da SAE<sup>84</sup>: alguém que “lutou” para alcançar e chegar onde está, com sacrifício, tornando-se uma espécie de brasileiro-modelo. Ou seja: as denominações eram diferentes (e, no caso, a de Neri e da SAE eram veementemente condenadas por Jessé Souza) e havia divergências nas visões... Mas o indivíduo protagonista que resultou das mudanças pelas quais o Brasil havia passado era, *grosso modo*, o mesmo, aquele que seria algo próximo a um “brasileiro ideal”. Talvez até por isso Souza tenha conseguido espaço no governo, assumindo a presidência do Ipea em 2015, com a missão de buscar formas de capacitar os trabalhadores que haviam ascendido (no dizer dele) nos anos recentes (KOPPER, 2016, p. 102).

Embora com visões opostas – com Souza e Lamounier, de um lado, aceitando a ideia de uma “nova classe média”; e, do outro, Kerstenetzky e Uchôa, Pochmann e, principalmente, Jessé Souza, refutando-a –, havia pelo menos dois elementos comuns a muitos dos autores aqui apresentados: em primeiro lugar, a aquiescência de que ocorreu, de fato, alguma melhora na vida de muitos brasileiros. Qualquer que fosse a posição – e mesmo que se considerasse a mudança superficial e/ou frágil –, não se negavam os avanços.

Em segundo, e mais fortemente, havia uma grande preocupação com a sustentabilidade do processo, ou seja, questionava-se se esse segmento da população teria as ferramentas indispensáveis – e se teria também o ainda necessário suporte do Estado – para lograr aprofundar e dar continuidade à trajetória positiva pela qual ora passava. Mais do que uma inquietação, parecia haver mesmo certa desconfiança, ou quase uma descrença de que o Brasil, econômica, social e institucionalmente, conseguiria manter por muito tempo essas pessoas no mesmo patamar de vida, já que

---

<sup>84</sup> Na realidade, se formos fiéis à cronologia, Meirelles é que, no caderno da SAE (de 2012), teria se aproximado de Souza, cujo livro data de 2010.

mudanças estruturais não tinham sido feitas. Grzybowski resumia suas apreensões – muito provavelmente as mesmas de seus pares – da seguinte maneira:

Não foram privilegiadas ou fortalecidas as políticas sociais universalizantes com uma perspectiva de cidadania [...]. Parece que o objetivo maior das políticas sociais adotadas é a inclusão monetária no mercado de consumo. Isto, para os milhões sem ou com muita pouca renda, é urgente e necessário, mas insuficiente. Ter renda para pagar escola privada e plano de saúde não é o mesmo que ter garantida a educação pública de qualidade e cobertura do Sistema Público de Saúde (SUS) como direito universal [...]. Ter facilitado o acesso ao crédito e IPI reduzido para a compra de carro não é garantir o direito de mobilidade (GRZYBOWSKI, 2013, p. 98).

Concordamos que não houve um movimento de ascensão social, de mudança ou de constituição de uma nova classe, mas, sim, uma melhora circunstancial na renda de muitos brasileiros e sua conseqüente inclusão (ou uma *maior* inclusão, já que, certamente, esses indivíduos já compravam, embora em menor quantidade e bens diferentes) no mundo do consumo. Não ocorreram – e, na vigência do fraco reformismo lulista, não haveria a possibilidade de ocorrer – mudanças de vulto que garantissem a manutenção da nova condição de vida daqueles que se viram agraciados pela bonança. Essa continuidade dependeria de circunstâncias alheias à vontade e à ação dos indivíduos que melhoraram de vida – e, de fato, com a deterioração da situação econômica e política, houve uma piora, com a perda de “conquistas”.

Assim, entendemos que a apropriação e a disseminação, por parte do governo, da ideia do surgimento de uma “nova classe média” – inclusive com a confecção de um critério para demonstrar sua existência, focado apenas na renda (e, conseqüentemente, no consumo) atual das famílias, sem nenhum olhar para sua sustentabilidade – fizeram parte de uma estratégia política. O objetivo dela, como já mencionamos, era tornar as mudanças alcançadas (embora superficiais e, possivelmente, transitórias) mais concretas, materializando-as numa “classe”, num “brasileiro ideal” e típico, trabalhador, “batalhador”, que se sentia orgulhoso, estava mais preparado para o dever (mesmo que, como já mencionado, nada no discurso e no critério criado pelo governo levasse o futuro em consideração), poderia fazer escolhas e ter acesso a um universo de consumo que, antes, era-lhe praticamente vetado.

Tendo contentado, ao mesmo tempo, o “povo” e o empresariado brasileiro (contemplado, direta ou indiretamente, pelas políticas econômicas e sociais), o discurso sobre a NCM cabia, então, como uma luva para o governo e, por isso, deveria ser por ele propagandeado. Ter transformado o Brasil em um “país de classe média” seria a grande herança do PT para a nação – uma herança a partir da qual, supostamente, seria possível antever um país mais democrático, justo, sem miséria (FLEURY, 2013, p. 73). E também, esperava-se, uma herança que funcionasse como uma plataforma a contribuir para manter o partido no poder ainda por muitos anos.

## Capítulo VI – A experiência dos indivíduos da “nova classe média”: o que mudou em suas vidas

Até aqui, tratamos da questão da “nova classe média” sob diferentes prismas: contextualizando-a historicamente, comparando-a à classe média tradicional, discutindo todo o critério e a narrativa criada em torno dela pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, debatendo as diferentes posições e críticas que ela suscitou na academia.

Não evocamos, contudo, uma questão de suprema importância: a vivência dos indivíduos que supostamente ascenderam à NCM.<sup>85</sup> Este capítulo será então dedicado a, na medida do possível, compreender e a analisar os efeitos das transformações ocorridas, por meio do consumo, na vida dessas pessoas. A abordagem levará em consideração duas vertentes: por um lado, olharemos para estatísticas que nos ajudarão a dimensionar as mudanças ocorridas – dados sobre o aumento do consumo ou a posse de bens em determinadas áreas, sobre o volume do crédito concedido em algumas modalidades, vendas de determinados setores, entre outras. Cabe ressaltar que os números usados são aqueles disponibilizados por instituições estatais de pesquisa – como o IBGE –, por entidades setoriais, livros e estudos acadêmicos, assim como por alguns institutos que estudaram mais profundamente a “nova classe média” ou, simplesmente, a classe média brasileira<sup>86</sup> do final dos anos 2000. Assim, em boa parte das vezes, não foi possível encontrar dados com todo o detalhamento que gostaríamos de exibir e que enriqueceriam o trabalho. Por exemplo, há números que não estão decupados por classes de rendimento – algo que nos ajudaria a circunscrever os fenômenos apresentados, mesmo que por aproximação, ao segmento que estamos estudando. Da mesma forma, nem todas as informações referem-se exatamente à época

---

<sup>85</sup> Mesmo não acreditando se tratar de uma nova classe, decidimos por continuar a usar os termos “NCM” ou “nova classe média” por entendermos que, a essa altura do trabalho, eles sejam os que comuniquem de forma mais eficiente o agrupamento a que estamos nos referindo.

<sup>86</sup> Relembrando, aqui, o conceito de “estoque” usado anteriormente – nesse caso, trata-se de fontes que estudaram as características do agrupamento final que passou a existir, e não somente daqueles indivíduos que haviam recentemente “ascendido” à classe média (esses, verdadeiramente, representantes da “nova classe média”).

que tomamos como sendo a do auge do discurso sobre a NCM, entre 2008-2009 – quando Neri “detectou” seu aparecimento –, até meados de 2014, ano que pode ser considerado o de início da crise econômica (e também quando a “nova classe média”, conseqüentemente, começou a “sumir” da mídia e, aparentemente, do radar do governo). Há dados que compreendem períodos anteriores ou posteriores a esses.

De qualquer maneira, como julgávamos ser imprescindível traçar o panorama e analisar as mudanças que se deram, acreditamos que os pontos apresentados a seguir realmente nos auxiliarão na empreitada. Sempre que necessário, faremos alertas e ressalvas a respeito das características e do recorte temporal dos dados analisados.

Na segunda vertente que trilharemos para entender o que teria mudado na vida dos integrantes da “nova classe média” com o aumento do consumo, vamos contar um pouco das histórias e das percepções dessas pessoas. Nossos “personagens” virão de estudos acadêmicos e também de algumas das inúmeras reportagens realizadas sobre o agrupamento – lembrando que a euforia da mídia com o tema ajudou a construir toda a narrativa e o imaginário sobre o estrato.

Aqui, também, consideramos relevante pontuar que nossas fontes usaram diferentes critérios para definir quem poderia ser considerado como pertencente ao segmento que estamos examinando: alguns documentos seguem o critério de renda definido por Neri, outros levam em conta a quantidade de salários mínimos recebidos, ou, ainda, usam o Critério Brasil... Tanto quanto necessário, essas diferenças também serão indicadas – no entanto, julgamos que, por estarmos procedendo a uma análise primordialmente qualitativa, esse fator não afetará a integridade de nossa análise.

Como mencionamos anteriormente, o consumo da classe média como um todo era grandiloquente: em 2012, fontes oficiais estimavam que as famílias do segmento movimentariam em torno de R\$ 1 trilhão por ano (BRASIL, 2012d, pp. 17-8; 46). A Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO SP) avaliou, com base nas duas últimas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) disponíveis, as despesas da classe média<sup>87</sup> que mais aumentaram. Infelizmente, essas ondas do estudo

---

<sup>87</sup> De acordo com o relatório, o critério para a definição de classes foi elaborado a partir de dados da POF (Pesquisa de Orçamento Familiares) de 2009, dados do Censo (ambos do IBGE) e de projeções populacionais. Assim, a classe A teria renda (monetária e não monetária, conforme as definições da POF) acima de R\$ 11.000,00; a classe B, no intervalo entre R\$ 7.000,00 e R\$ 11.000,00; a C, de R\$

foram realizadas/divulgadas pelo IBGE em 2003 e em 2009 – logo, o primeiro momento parece distante no tempo e mesmo bastante anterior ao que delimitamos como o “aparecimento” da “nova classe média” (2008); já a última tomada cobriu somente os momentos iniciais da NCM. De qualquer maneira, cremos ser válido analisar seus resultados, posto que trazem informações relevantes a respeito dos bens e serviços que vinham ganhando espaço nas casas e na vida desses brasileiros.

---

R\$ 1.400,00 a R\$ 7.000,00; a D, entre R\$ 900,00 e R\$ 1.400,00 e, finalmente, a classe E teria renda até R\$ 900,00. A renda média familiar mensal da “classe C” definida, segundo o documento, estaria próxima à medida brasileira, por volta de R\$ 2.900,00 (FECOMERCIO SP, 2012, pp. 4-5; 19).

**Tabela 13: Despesas da classe média brasileira – principais variações entre as POFs de 2003 e de 2009 em valores de 2010**

Itens	2003		2009		Variação 2003-2009	
	Valor médio mensal	Participação nas despesas mensais	Valor médio mensal	Participação nas despesas mensais	Valor médio mensal	Participação nas despesas mensais
Imóvel (aquisição)	R\$ 41,44	1,34%	R\$ 85,99	2,98%	R\$ 1,07	122,07%
Telefone celular	R\$ 17,52	0,57%	R\$ 29,82	1,03%	R\$ 0,70	82,17%
Almoço e jantar	R\$ 54,19	1,75%	R\$ 91,12	3,15%	R\$ 0,68	79,97%
Celular e acessórios	R\$ 7,85	0,25%	R\$ 10,21	0,35%	R\$ 0,30	39,18%
Serviços de cirurgia	R\$ 3,03	0,10%	R\$ 3,91	0,14%	R\$ 0,29	38,40%
Remédios	R\$ 72,28	2,34%	R\$ 89,02	3,08%	R\$ 0,23	31,83%
Empréstimos e carnês	R\$ 34,43	1,11%	R\$ 40,79	1,4%	R\$ 0,18	26,80%
Manicure e pedicure	R\$ 5,11	0,17%	R\$ 5,80	0,20%	R\$ 0,13	21,44%
Perfume	R\$ 22,96	0,74%	R\$ 25,93	0,90%	R\$ 0,13	20,88%
Cabeleireiro	R\$ 17,70	0,57%	R\$ 19,59	0,68%	R\$ 0,11	18,44%

Fonte: FECOMERCIO SP, 2012, p. 57. Valores inflacionados pelo INPC.

Por “telefone celular”, entenda-se despesas com contas. Já por “celular e acessórios”, gastos com aparelhos e seus acessórios.

Em primeiro lugar, não é de se estranhar que a despesa que mais aumentou tenha sido a compra de imóvel – um bem de maior valor e de mais difícil aquisição, com custos certamente elevados pela alta demanda da época, e cuja posse traz vantagens muito objetivas (não arcar com aluguel; mesmo pagando parcelas de financiamento, possuir um bem, que é inclusive investimento e legado), além de um grande peso simbólico (a sensação de alcançar o tão decantado “sonho da casa própria”, a segurança e a tranquilidade de dar/deixar um “teto” para os seus). Números do Banco

Central do Brasil<sup>88</sup> mostram que, em 2009, o saldo total da carteira de crédito<sup>89</sup> de recursos voltados ao financiamento imobiliário para pessoas físicas era de R\$ 61.094 milhões – valor que, 5 anos depois, em 2014, passaria a ser de R\$ 347.417 milhões. Desses, 85% correspondiam a financiamentos realizados com taxas reguladas, ou seja, vinculadas a recursos do FGTS ou a programas governamentais (lembrando que o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado e teve seu auge justamente nesse período). Ainda enfatizando a importância do setor imobiliário, o Instituto Data Popular revelava que, por volta de 2010, havia 22 milhões de famílias construindo ou reformando seus lares (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 53).

Além do imóvel, outros itens da lista apontam para um incremento na qualidade de vida dos indivíduos: o crescimento das despesas com medicamentos e cirurgias, por exemplo. Já a rubrica “almoço e jantar”<sup>90</sup> indica um aumento da possibilidade de se ter lazer fora do domicílio (“sair para comer fora”) ou mesmo uma maior atenção dispensada à alimentação no dia a dia, se considerarmos as refeições realizadas nos intervalos de trabalho. Os produtos alimentícios, aliás, parecem ter sido uma seara perfeita para a NCM praticar aquilo que os profissionais de *marketing* nomeiam de “consumo de indulgência”: a compra de itens desejados, normalmente de valor mais alto, supérfluos e com características de “mimo” (para si ou para os mais próximos). Apenas como ilustração, uma reportagem da revista *Época Negócios*, datada de novembro de 2009, relatava que os consumidores “emergentes” (na terminologia da publicação) tinham passado a comprar mais leite condensado, biscoitos recheados e já eram responsáveis por 40% de toda a venda nacional do iogurte ou “queijinho” do tipo *petit suisse*, um típico “agrado” para as crianças. Produtos como esse, segundo a

---

<sup>88</sup> Obtidos por meio do Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

<sup>89</sup> De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos, citando informações do Banco Central do Brasil, o conceito de saldo total de uma determinada carteira de crédito refere-se ao “saldo em final de período das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional. Inclui operações contratadas no segmento de crédito livre e no segmento de crédito direcionado” (disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20539-saldo-da-carteira-de-credito---total>>; acesso em 15 jun. 2019). Crédito livre, segundo o “Glossário de estatísticas monetárias e de crédito” do Banco Central, refere-se, *grosso modo*, a operações nas quais as instituições financeiras têm liberdade com relação à aplicação dos recursos. Já o crédito direcionado, segundo o mesmo documento, é regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional ou ligado a investimentos em setores específicos.

<sup>90</sup> Apesar de o relatório da FecomercioSP não deixar claro, entendemos que se trata de despesas com alimentação fora do domicílio.

matéria, seriam uma demonstração de que havia dinheiro sobrando (TODESCHINI; SALOMÃO, 2009, p. 3).

Voltando à tabela, o segundo e o quarto colocados – todos referentes à telefonia celular – também denotam a possibilidade de enriquecimento da vivência humana em um aspecto essencial, especialmente nos dias de hoje: a comunicação. Aliás, dados cobrindo um período mais amplo, entre 1995 e 2015, mostram que a penetração de telefones na casa dos brasileiros da classe C<sup>91</sup> aumentou em 72 pontos percentuais, com destaque para os celulares pré-pagos (PRADO, BARLACH; DEAK, 2018, pp. 168-9), certamente em boa parte responsáveis pela popularização dos aparelhos no país.

Por fim, os últimos três colocados na listagem das despesas que haviam ganhado impulso nos primeiros anos da “nova classe média” – manicure e pedicure, perfumes e cabeleireiro – poderiam, a princípio, soar como dispensáveis, ou como uma espécie de “capricho” de pessoas que, naquele momento, podiam se dar ao luxo de gastar com algo, teoricamente, desnecessário. No entanto, vale lembrar que, para esse grupo, os cuidados com a aparência representavam um dos sinais mais visíveis do momento positivo por que passavam, bem como prováveis passaportes para o trânsito em novos e agora mais acessíveis locais. A palavra “capricho”, então, ganhava outro significado: a atenção meticulosa tomada para facilitar e mesmo garantir a aceitação social.

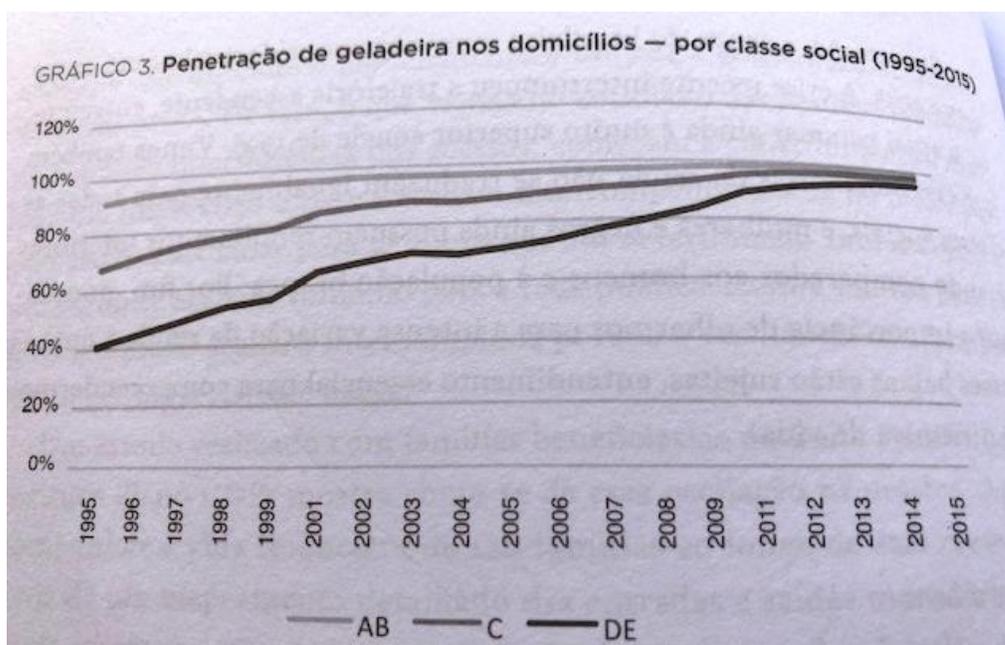
No auge do entusiasmo com a “nova classe média”, foram divulgadas, por diversas fontes (desde estudos acadêmicos até as inúmeras matérias e artigos na mídia), relações e mais relações dos produtos mais comprados e/ou desejados pelo estrato. Nessas listas, eletrodomésticos (com destaque para refrigeradores e máquinas de lavar roupa – lembrando que a linha branca teve seu IPI reduzido em 2009 e em 2011) e computadores eram figuras constantes (NERI, 2008; SINGER, 2012; ABDALA, 2014). Em relação aos primeiros, o aumento de sua penetração foi realmente

---

<sup>91</sup> No caso, a obra que traz essa informação (*O Brasil mudou mais do que você pensa*, de 2018), classifica como pertencentes à classe C os indivíduos com rendimentos *per capita* de meio a um salário mínimo – segundo os próprios autores, ela estaria próxima das classes baixa e baixa classe média do critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos (GONZALEZ; PRADO; DEAK, 2018, pp. 10-1). Apenas como referência, o valor do SM em 2018 era de R\$ 954,00 (fonte: Guia Trabalhista – disponível em: <[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm)>; acesso em 06 jun. 2019).

expressivo, mas já estava em curso há mais tempo: de acordo com Deak (2018, pp. 93-4), considerando dados advindos das PNADs, nos 20 anos compreendidos entre 1995 e 2015, a posse de geladeiras, por exemplo, aumentou consideravelmente. Por volta de 2009, a presença do bem nas residências se tornou praticamente universal, com a classe C atingindo níveis próximos aos das classes A e B.

**Figura 1: Penetração de geladeiras nos domicílios por classe social – Brasil – 1995-2015**

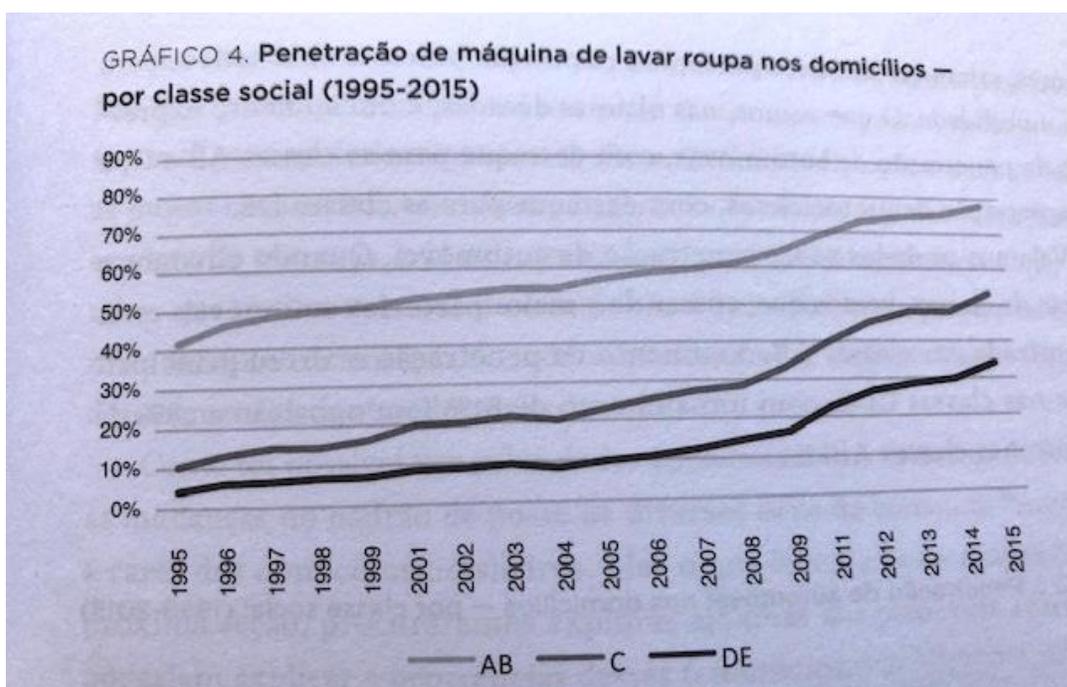


Fonte: DEAK, 2018, p. 94. Gráfico criado a partir de dados das PNADs.

Foto da autora.

Algo similar ocorreu com as máquinas de lavar roupa: sua posse aumentou entre 1995 e 2015 – especialmente na classe C (a penetração passou de 10% para 53%) (DEAK, 2018, pp. 94-5) e com um pouco mais de vigor a partir de 2009.

**Figura 2: Penetração de lava roupas nos domicílios por classe social – Brasil – 1995-2015**



Fonte: DEAK, 2018, p. 95. Gráfico criado a partir de dados das PNADs.

Foto da autora.

Já com relação aos computadores e também à presença de Internet nos lares, percebemos que, novamente, houve um crescimento contínuo durante todo o período do *boom* da “nova classe média”, conforme os dados do estudo TIC Domicílios, realizado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br). No final da série, praticamente a metade das moradias do estrato já contavam com esses itens.

**Tabela 14: Presença de computador e de acesso à Internet nos domicílios da classe média (classe C).<sup>92</sup> Porcentual sobre o total de domicílios do estrato - Brasil – 2009-2014**

Ano	Computadores	Acesso à Internet
2008	25%	16%
2009	32%	21%
2010	34%	24%
2011	42%	33%
2012	44%	36%
2013	46%	39%
2014	49%	48%

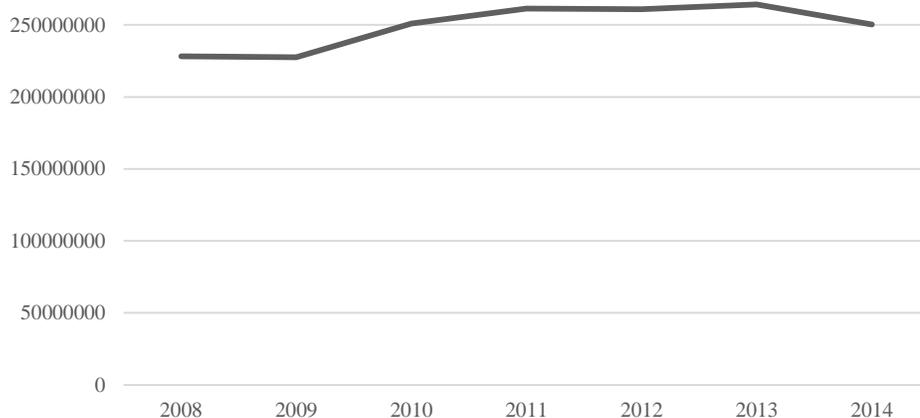
Fonte: pesquisa TIC Domicílios.

Um outro bem que sempre figurava nas relações de produtos mais desejados pela “nova classe média” eram os automóveis. Levando em conta um período de 20 anos (1995-2015), e com base em dados da PNAD, Deak (2018, p. 96) afirmava ter havido um aumento de 83% na penetração deles no conjunto das classes C, D e E. Focando o período que mais nos interessa, vemos, por meio das informações da Pesquisa Anual de Comércio do IBGE, um crescimento da ordem de 10% na receita do setor<sup>93</sup>, passando de R\$ 228 bilhões para R\$ 250 bilhões, com um incremento levemente acentuado a partir de 2009 (ano em que houve a redução no IPI desses bens) (AQUINO, 2014) e início de queda em 2013.

<sup>92</sup> O estudo TIC Domicílios usa como parâmetro de classe social o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), da ABEP.

<sup>93</sup> A Pesquisa Anual do Comércio considera a venda de veículos, peças e motocicletas.

**Gráfico 2: Receita operacional líquida real<sup>94</sup> (em R\$ mil) com o comércio de veículos, peças e motocicletas – Brasil – 2008-2014**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Anual de Comércio do IBGE.

Valores deflacionados pelo INPC-IBGE; cálculos realizados por meio da página DrCalc.net.

Se, em 2009, a Revista *Época* postulava que 22% da “nova classe média” já tinha automóvel próprio (TODESCHINI; SALOMÃO, 2009, p. 3), observando a série acima, pensamos ser prudente ponderar o quanto carros e motos foram apenas desejados e o quanto foram efetivamente comprados pelo segmento. As informações da Pesquisa Anual de Comércio não nos permitem saber quanto da ampliação na receita deveu-se às compras realizadas por integrantes da NCM (ou de qualquer outro estrato). Contudo, a representatividade do segmento na população brasileira – de acordo com a SAE, mais da metade (53%), em 2012 – poderia nos autorizar a pensar que, em qualquer setor de atividade econômica, suas aquisições teriam um impacto considerável. E, sim, houve um crescimento expressivo nas receitas do setor, mas não uma explosão.

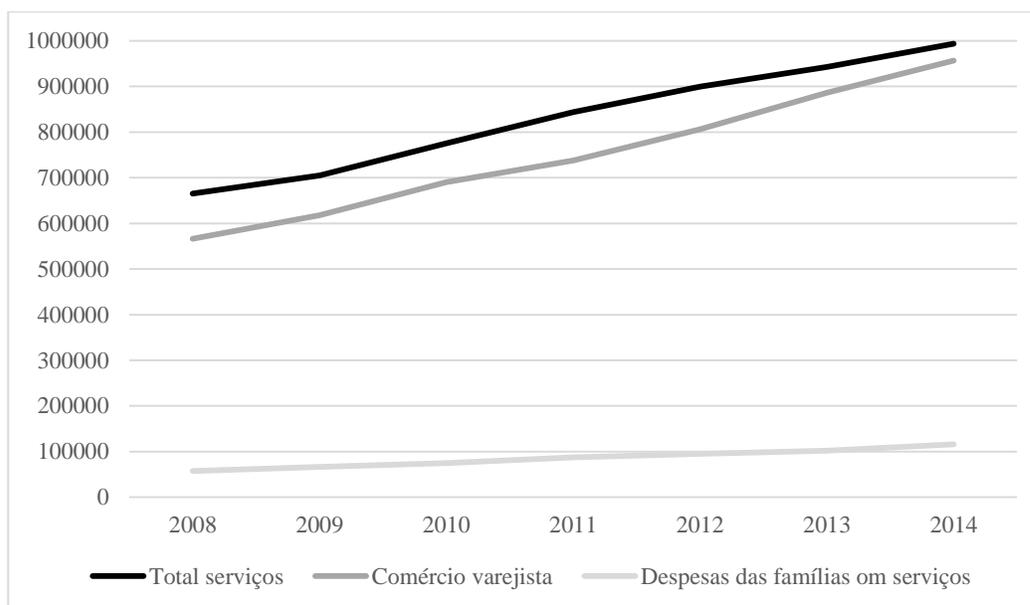
Já com o varejo foi diferente: o cenário que mostramos anteriormente, de aumento na penetração de diversos produtos, resultou em um incremento mais

---

<sup>94</sup> De acordo com o IBGE, o conceito de receita operacional líquida refere-se “às receitas brutas provenientes da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições (ICMS, PIS/PASEP, IPI, ISS, Simples Nacional, COFINS etc.), das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais” (IBGE, 2016, p. 10).

proeminente. É o que mostram os dados da mesma Pesquisa Anual de Comércio: a receita do setor aumentou constantemente durante o período, passando de cerca de R\$ 566 bilhões em 2008 para em torno de R\$ 957 bilhões em 2014, um crescimento de 69%. Aqui, também, não sabemos a participação da “nova classe média” nos resultados. Porém, tendo em conta seu tamanho e contemplando as outras informações apresentadas anteriormente (sobre aumento das despesas e na posse de bens), acreditamos ser seguro inferir que, em boa parte, ela tenha sido responsável por esse movimento. Algo similar poderia ser dito a respeito do setor de serviços, como pode ser visto no gráfico abaixo, que consolida os resultados desses dois setores, comércio varejista e de serviços.

**Gráfico 3: Receita operacional líquida real (em R\$ milhões) do comércio varejista<sup>95</sup> e do setor de serviços - Brasil – 2008-2014**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Anual de Comércio e da Pesquisa Anual de Serviço do IBGE.

Valores deflacionados pelo INPC-IBGE; cálculos realizados por meio da página DrCalc.net.

Vale lembrar que, no estudo sobre serviços, o total inclui todo e qualquer tipo de prestação ocorrida no território nacional, desde atividades voltadas às famílias até áreas como o transporte de cargas, serviços noticiosos (agências de notícias), vigilância e segurança, atendimento a empresas, dentre outras. Assim, é natural que esse primeiro montante seja bastante alto e que tenha crescido numa época de prosperidade econômica: passou, em valores reais, de R\$ 665 trilhões para R\$ 993 trilhões, um crescimento de 49%. Gostaríamos, porém, de destacar a rubrica “despesas das famílias”: embora ela representasse apenas cerca de 10% do total da receita do setor de

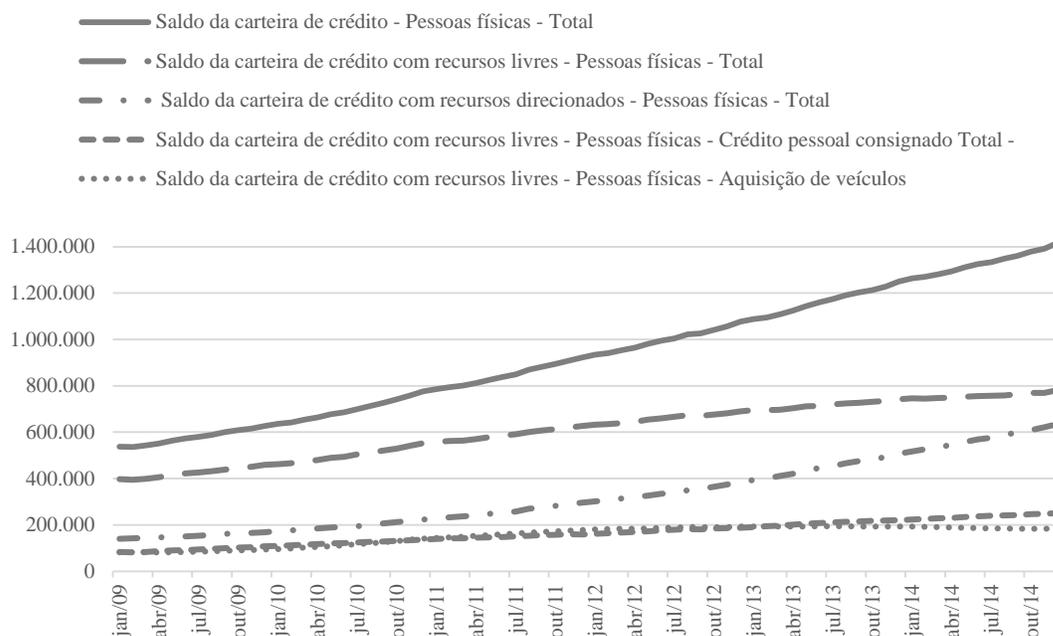
<sup>95</sup> Inclui as seguintes categorias: combustíveis e lubrificantes; GLP (gás liquefeito de petróleo); hipermercados e supermercados; outros tipos de comércio não especializado com predominância de produtos alimentícios; comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; tecidos e artigos de armarinho, vestuário e calçados; móveis e acessórios para o lar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, instrumentos musicais; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, ópticos e de perfumaria; livros, jornais, revistas e papelaria; equipamentos e materiais de escritório, informática, comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico; material de construção; artigos culturais, recreativos e esportivos; comércio de bens usados (IBGE, 2016, p. 21).

serviços, com números que variaram de R\$ 57 trilhões para R\$ 116 trilhões, o aumento entre os anos de 2008 e 2014 foi de 103%. Em outras palavras, no período áureo da NCM, as famílias mais que dobraram seus gastos com serviços relacionados a moradia, alimentação, lazer, esporte e cultura. Novamente, não sabemos o quanto disso deveu-se efetivamente aos lares da “nova classe média”; contudo, como nos setores anteriormente apresentados, há razões para acreditarmos que sua participação provavelmente foi expressiva.

Até aqui, mostramos os produtos mais comprados ou desejados, e o quanto o consumo da “nova classe média” pode ter contribuído para movimentar a economia brasileira no final da década de 2000 e no início da década seguinte. Já sabemos que esse renovado poder de compra derivou do aumento da renda das famílias, fruto, por sua vez, do maior número de vagas de empregos, da maior qualificação dos profissionais, da valorização do salário mínimo e, também, dos programas de transferência de renda. Todavia, uma variável – que já mencionamos em outros momentos – foi também essencial para colocar mais dinheiro nos bolsos da NCM: a grande disponibilidade de crédito.

Se, como posto anteriormente, no setor imobiliário o saldo total da carteira de crédito havia passado por um crescimento impressionante entre 2009 e 2014 (de mais de 400%), a mesma medida, para outras áreas ligadas às pessoas físicas, também teve aumentos vultosos, como atestam os números do Banco Central. Embora os valores totais impressionem (passaram de R\$ 537 bilhões para R\$ 1,4 trilhões em 5 anos, aumento de 164%), o destaque fica por conta dos recursos direcionados, ou seja, regulados, de alguma maneira, pelo governo: o crescimento, no período, é de 353%. Por outro lado, os recursos destinados à compra de veículos foram os que tiveram a ampliação mais modesta, de 8% em 5 anos – reforçando nossa percepção de que, no caso desse bem, houve mais falatório do que, efetivamente, um aumento significativo na posse.

**Gráfico 4: Saldos de algumas carteiras de crédito voltados a pessoas físicas em R\$ (milhões) – Brasil – 2009-2014**



Fonte: elaboração própria com base em dados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.

Como já mencionamos, tudo indica que, para a NCM, o crédito foi ingrediente fundamental para tornar o consumo viável (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 49). A Revista *Época*, para se ter uma ideia, informava, em 2008, que a maior parte dos carros vendidos para o estrato – 70% deles – era parcelado em até 60 meses (FRIEDLANDER; MARTINS; MOON, 2008, p. 3). Aparentemente, se o valor mensal da parcela do bem objetivado estivesse dentro do orçamento do consumidor, o produto/serviço seria comprado, não importando a demora no término do financiamento (YACCOUB, 2011, p. 213). Para quem sempre tivera dificuldades para adquirir o que desejava, valia a pena aproveitar todas as facilidades disponíveis.

Essa situação poderia nos fazer pensar em um amplo problema com endividamento e inadimplência no período (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 158). Embora se refiram à população brasileira como um todo (isto é, não tenham cortes por

estratos de renda<sup>96</sup>), de fato os consolidados anuais da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor<sup>97</sup> (PEIC), realizada desde 2010 pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), demonstravam que, desse ano até 2014, o percentual de famílias brasileiras endividadas manteve-se em aproximadamente 60%, com cerca de 30% dos ganhos médios mensais comprometidos com o abatimento de dívidas<sup>98</sup> – concentradas, especialmente, nos cartões de crédito, carnês e nos financiamentos veiculares ou imobiliários (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2014, pp. 1; 3). No entanto, a situação parecia ser, até certo ponto, bem manejada: somente um número pequeno de famílias afirmava que não conseguiria honrar os compromissos atrasados.

---

<sup>96</sup> Esses cortes – menos de 10 SM e mais de 10 SM – estão disponíveis somente para as edições mensais da pesquisa.

<sup>97</sup> Realizada mensalmente pela CNC, contempla todas as capitais de Estado e o Distrito Federal (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2014, p. 10).

<sup>98</sup> Uma rápida olhada para os números de 2014 até hoje mostram que, *grosso modo*, esses números mantêm-se em patamares semelhantes.

**Tabela 15: Endividamento das famílias – médias anuais – Brasil – 2009-2014**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Famílias endividadadas	59,1%	62,2%	58,3%	62,5%	61,9%
Famílias com contas em atraso	25,0%	22,9%	21,4%	21,2%	19,4%
Famílias que não conseguirão pagar dívidas em atraso	8,8%	8,0%	7,1%	6,9%	6,3%
Porcentagem da renda mensal familiar comprometida com dívidas	29,9%	29,6%	30,0%	29,4%	30,4%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PEIC 2014 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2014, pp. 1; 4).

Assim, aparentemente, os brasileiros aprenderam a contar e a lidar com essa espécie de “renda extra” que o crédito facilitado representava – e aí de quem questionasse essa atitude: Renato Meirelles relata uma conversa com uma senhora “de classe C” em que inquiriu por que ela não esperara para comprar uma máquina de lavar roupas, já que ela demonstrara saber que, na compra a prazo, acabaria pagando mais caro pelo bem. A resposta veio nos seguintes termos:

Renato, com essa carinha de rico você nunca deve ter lavado roupa no tanque na sua vida. Se alguma vez tivesse lavado roupa no tanque, iria entender por que não vou esperar três anos [...]. Eu quero ter o eletrodoméstico agora (MEIRELLES, 2014, p. 51).

Realmente, a máquina de lavar, para essa consumidora, devia ser uma necessidade premente. Assim como também o eram as geladeiras, os telefones celulares, perfumes, computadores e Internet, os automóveis, muitas vezes adquiridos com parcelas a perder de vista... Todos esses produtos que, seguramente, só não haviam sido adquiridos antes por falta de condições financeiras. Lembrando que o consumo, como mencionamos na parte inicial deste trabalho, em sua acepção mais pragmática, presta-se à resolução de carências ou de problemas dos seres humanos – manter as roupas limpas, conservar os alimentos, comunicar-se, deslocar-se com maior comodidade etc. Ou seja: os produtos e serviços que passaram a ser mais consumidos pela “nova classe média” tinham uma funcionalidade clara no dia a dia de seus compradores. Aliás, não só uma como múltiplas. No caso dos celulares, por exemplo: além de facilitar a comunicação com familiares e amigos, contribuindo para a proximidade, e mesmo para a tranquilidade dos indivíduos, já àquela época (isto é: antes mesmo da popularização dos hoje onipresentes aplicativos de mensagem instantânea), eles se tornaram uma importante ferramenta de trabalho para esse estrato e seus diversos profissionais autônomos, como demonstra o trecho abaixo, retirado de uma matéria sobre a “nova classe média” constante da Revista *Época* de agosto de 2008:

Josineide Mendes Tavares [é] uma manicure de 34 anos, moradora da Rocinha [...]. Sua freguesia, formada por mulheres da zona sul, que Josineide atende em domicílio, proporciona uma renda de R\$ 1.500 a R\$ 2 mil por mês. [...] Josineide quer mais um celular. Ela já tem dois, mas diz precisar do terceiro para estar sempre à disposição da clientela (FRIEDLANDER; MARTINS; MOON, 2008, p. 1).

Já o computador com acesso à Internet, garantia, especialmente aos jovens, a ampliação das possibilidades de comunicação e de diversão, mas também lhes facilitava a necessária busca por emprego (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 94) e mesmo novos horizontes de estudo. Prado, Barlach e Deak (2018, pp. 190-3) relatam a história de uma jovem da periferia paulistana que se preparou para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) somente consultando *sites* e páginas em redes sociais dedicadas à prova – seu bom desempenho levou-a a conseguir bolsa integral em uma universidade particular no curso de engenharia de produção.

Os eletrodomésticos também faziam uma grande diferença na vida de quem tivesse a oportunidade de possuí-los. Deak, como Meirelles, mostrava isso com o depoimento de uma senhora de 47 anos a respeito da recém-adquirida máquina de lavar roupas que, ademais de executar o serviço pesado, liberou tempo em seu dia a dia – com proveitos para sua atividade profissional e convivência familiar:

Eu sempre fui aquela doméstica mesmo, de ir *pro* (sic) tanque para lavar roupa. [...] E eu perdia muito tempo com isso [...]. Aí eu testei a máquina de lavar roupa e me apaixonei [...]. Porque ela facilita muito a vida. O tempo que eu perdi na beira do tanque hoje eu estou ligando *pra* (sic) cliente, fazendo os meus doces e salgados e ainda sobra um tempinho para dar atenção ao meu filho... Me sobrou mais tempo. (DEAK, 2018, p. 109).

A antropóloga Hilaine Yaccoub (2011, pp. 198-200), por sua vez, relatou sobre sua participação em uma festa, numa residência de uma família da NCM, para comemorar a compra de uma nova geladeira. A dona do bem, exultante, fazia questão de “apresentar” a geladeira a cada um dos convidados, ressaltando sua qualidade e beleza, assim como suas vantagens (desde as mais funcionais até as mais intangíveis):

o eletrodoméstico representaria uma boa economia de tempo, já que dispensava o processo de descongelamento; possibilitaria, também, um maior convívio social, pois a anfitriã poderia, aproveitando o grande espaço interno do refrigerador, gelar bebidas e preparar pratos com antecedência para receber em sua casa.

Enfim: ter mais conforto, mais tempo para si mesmo, conseguir investir energia na geração de renda, dispensar maior atenção e cuidado à família e à vida social – todos esses foram alguns dos bônus das aquisições feitas pela “nova classe média”. Mas houve mais: como relatamos anteriormente, consome-se, também, por razões mais subjetivas e, até certo ponto, inconscientes. Comprar é *transmitir significados* (historicamente construídos, isto é, relacionados especificamente a uma determinada sociedade, cultura e época), é comunicar aos outros quem somos, como nos vemos, a que grupos pertencemos, onde nos posicionamos na sociedade (CANCLINI, 1999).

Logo, em uma sociedade “de consumo”, poder adquirir, possuir e exibir produtos valorizados, desejados ou mesmo anteriormente inalcançáveis é algo percebido como uma clara demonstração de sucesso e de conquista. Nesse cenário, os bens também simbolizam uma espécie de permissão para fazer parte dessa sociedade de uma maneira mais integral, com maior aceitação e, teoricamente, percorrendo um caminho ascensional. Todo esse processo, pelo qual passaram muitas pessoas da “nova classe média”, provavelmente culminou em um aumento de autoestima, como bem observou Deak:

Para além de proporcionar conforto e aumentar o tempo disponível para convivência familiar, os bens de consumo ainda são responsáveis por uma sensação profunda de valorização e aumento de autoestima, elementos fundamentais na vida de populações historicamente marginalizadas. [...] Nesse contexto, ter bens significa sair da situação de invisibilidade e adentrar o mundo de prestígio e alto valor simbólico. (DEAK, 2018, p. 90).

Se retomarmos o que já foi explicitado anteriormente, temos que, em primeiro lugar, o consumo – daquilo que é o mínimo para se existir – é uma garantia fundamental para que haja o que chamamos de “vida digna”, base da cidadania. Além disso, o fato de contar com renda e liberdade para fazer escolhas concorre, por um lado, para a autonomização dos indivíduos e, por outro, para a sua aprendizagem, pois, nos

processos de compra e embates no mercado, os homens aprendem sobre si e sobre os outros, empoderando-se e adquirindo maior autorrespeito. Toda essa carga de conhecimento adquirida nas relações comerciais, argumentamos previamente, poderia ser levada para as relações com o Estado, com reflexos – positivos e negativos – no exercício da cidadania.

Quando somamos, a todas essas práticas, também a maior aceitação social por conta da compra de bens valorizados, chegamos à conclusão de que o que alguns chamaram de “inclusão pelo consumo” pode, sim, ter significado um incremento importante na qualidade de vida dos indivíduos da “nova classe média” – claro que juntamente com as outras mudanças positivas que ocorreram no período (emprego, renda etc.) e a despeito de um endividamento considerável. Salata, em seu estudo sobre como representantes da NCM<sup>99</sup> enxergavam sua posição e como se classificavam na estrutura social<sup>100</sup>, detectava isso claramente, como se vê nos relatos de algumas de suas entrevistas:

---

Carolina [...] afirmava que atualmente sua vida era muito mais confortável que na sua juventude, pois conseguia ter acesso a um nível de “conforto” que antes não tinha, citando como exemplo a posse de uma máquina de lavar, ar-condicionado, aparelhos eletrônicos, acesso a crédito e trabalho com carteira assinada. Carolina dizia ter conseguido recentemente tirar férias e fazer duas viagens, sendo uma de avião, para Natal e Fortaleza, coisas que ela dizia nunca ter imaginado que fosse conseguir. (SALATA, 2016).

[...]

[Leonardo] afirmava também que sua situação nos últimos anos tinha melhorado, já que ele estava trabalhando e sua mãe tinha conseguido abrir seu próprio negócio (anteriormente ela trabalhava para uma empresa). Dessa maneira conseguiram construir uma casa e ele

---

<sup>99</sup> Salata busca seguir, em seu estudo, a mesma classificação proposta por Neri em seu estudo de 2008. Contudo, a base com que Salata trabalhou (“*Survey* sobre a classe média”, disponibilizada pelo CESOP e originalmente preparada para o estudo de 2010 de Souza e Lamounier) usava outros cortes de renda. Fazendo uma adaptação, a “classe C” de Salata seria aquela com renda entre R\$ 1.195,01 e R\$ 3.479,00.

<sup>100</sup> *Grosso modo*, a maioria não se via como classe média, mas alguns de graus abaixo dessa, com alguns identificando-se como pertencentes à “classe trabalhadora”, ou como “um pobre melhorzinho”. Havia, a percepção de avanços em suas vidas, mas o que definiam como classe média era aquela composta por indivíduos com vidas muito mais estabilizadas e que podiam se permitir luxos que eles mesmos não podiam.

ingressou em uma faculdade particular. Além disso, por conta do aumento dos rendimentos, Leonardo dizia agora poder comprar eletrodomésticos, como geladeira, freezer, ar-condicionado etc.; coisas que antes não era possível fazer. Por fim, tinha como objetivo adquirir um automóvel nos próximos anos. (SALATA, 2016).

Mesmo a Fundação Perseu Abramo, em estudo qualitativo realizado nas periferias da cidade de São Paulo em 2017, teve que assumir a importância que o consumo representou na vivência das famílias:

Consumo é sinal de distinção e materializa a ascensão. O acesso mais recente, após os governos Lula, a bens de consumo é lembrado, especialmente pelos mais velhos como forma de melhoria de vida em comparação à infância e à juventude. Demonstra que o país mudou, mas que sua família soube prosperar. Valorizam muito a possibilidade de fornecer os melhores alimentos e maior conforto para seus filhos do que receberam de seus pais (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017, p. 31).

Portanto, mais do que questionar se a “nova classe média” era ou não efetivamente classe média, ou se houve ascensão social – e, particularmente, por tudo o que vimos, responderíamos negativamente às duas perguntas –, acreditamos ser importante salientar o fato de que uma massa de indivíduos teve, ainda que por um período finito de tempo, o seu cotidiano melhorado, as suas vivências enriquecidas, a sua autoconfiança “lustrada”. Todo esse contexto certamente mudou a percepção que tinham sobre si mesmos, sobre suas habilidades e potências e também sobre como poderiam interagir com os demais e inserir-se no mundo à sua volta (OLIVEIRA-CRUZ; RONSINI, 2016, p. 31). Não à toa, estudo recente do Instituto Locomotiva<sup>101</sup> (a empreitada mais recente de Renato Meirelles) publicado no jornal *Valor Econômico* mostra que, apesar das dificuldades atuais, 77% da classe C afirma que a vida melhorou entre 2008 e 2018; 65%<sup>102</sup> consideram-se os principais responsáveis pelo progresso em suas vidas<sup>103</sup> no próximo ano (até porque têm uma “sensação de orfandade” em relação

---

<sup>101</sup> Realizado a partir de análises e projeções com dados do IBGE (SAFATLE, 2019).

<sup>102</sup> As respostas a essa questão eram múltiplas.

<sup>103</sup> Aliás, em debate realizado na Fundação Heinrich Böll Brasil para discutir um eventual “fim” da NCM, em 2017, Salata menciona com espanto que, em seus estudos com esse público – ou seja, desde antes da crise –, a grande maioria dos entrevistados atribuía sua melhoria de vida muito mais ao seu

ao Estado) e 89% demonstram grande confiança em sua capacidade de realizar (SAFATLE, 2019). Se a análise do Locomotiva estiver correta, a NCM realmente se tornou “protagonista de sua vida”, como Meirelles propalava nos idos de 2012, nos documentos da SAE.

Para além dos números, os entrevistados da reportagem são bastante enfáticos ao demonstrar que, apesar de sentirem um retrocesso em suas vidas por conta da crise econômica, percebem transformações duradouras, uma mudança na mentalidade das pessoas:

Carlos [um professor do ensino médio na rede pública] sente que um legado ficou. Entre seus alunos, não passa pela cabeça a ideia de não fazer curso superior. “Na minha geração, universidade parecia algo de outro mundo. A USP não existia para a gente. Com a implementação das políticas de inclusão universitária, a atual geração de 15 a 17 anos tem certeza de que vai para a faculdade”, diz. “Houve uma mudança no inconsciente coletivo” (SAFATLE, 2019).

Entendemos, enfim, que a “nova classe média” foi um conceito iniciado por setores acadêmicos, mas logo encampado pelo mercado (que percebeu o grande potencial de consumo do estrato), pelos institutos de pesquisa (que se arvoraram a “tradutores” da linguagem, das necessidades e desejos desse “novo” consumidor) e pela mídia (ávida por “manchetar” as inúmeras facetas do segmento). Com a NCM, o governo percebeu a oportunidade de materializar suas conquistas, ocasionadas pelo bom momento internacional (o “boom” das *commodities*) e pela estabilidade alcançada a partir do Plano Real (1994), mas também pelo modelo de desenvolvimento petista que, como já citamos, fundamentava-se em fomentar o consumo de massa (daí os aumentos no salário mínimo, as transferências de renda e as políticas de crédito) e investir em infraestrutura (com o PAC, o Programa Minha Casa Minha Vida, entre

---

esforço pessoal do que a políticas públicas. Ele relata uma conversa: “Mas você entrou na faculdade?”. ‘Entrei no Prouni’. Mas em momento nenhum reconhecia o papel do governo nessa ascensão e é uma falha do governo, porque não houve um discurso para colar a ascensão das pessoas com o projeto implementado. Em nenhum entrevistado eu conseguia relacionar a ascensão deles com o PT, com qualquer projeto do PT. Acho que a única vez em que eu conseguia fazer essa relação era com o Lula.” (BARTELT; PAULA, 2017, p. 43).

outros). Enquanto a bonança durou – ou seja, antes de o cenário externo deteriorar-se e de acabarem-se os recursos para que o Estado injetasse dinheiro na economia –, a NCM foi a aposta política, o projeto do PT para manter-se no poder.

Logo, o indivíduo da “nova classe média” foi alçado ao posto de, como vimos, “novo brasileiro ideal”, que “veio de baixo”, “lutou” e alcançou seus objetivos: o trabalho com carteira assinada, o sustento para a família, o consumo de bens antes inalcançáveis, o “passe”, enfim, para adentrar a “sociedade de consumo”. Acima disso tudo, ele era, deveria ser, alguém com motivos para ver sua autoestima crescer e renovada a sua fé na própria capacidade de realizar. Ou, como bem disse o próprio Lula em entrevista, quando questionado sobre “o legado dos *10 anos* de seu governo” – colocando-se, aliás, no lugar do brasileiro da “nova classe média”:

Nesses dez anos recuperamos o orgulho pessoal, o orgulho próprio, a autoestima. Conquistamos coisas que antes pareciam impossíveis. [...] Esse foi o grande legado desses dez anos: nós nos descobrimos para nós mesmos. Nós não somos mais tratados como cidadãos de segunda classe. Nós temos o direito hoje de andar de avião, de entrar num shopping e comprar coisas que todo mundo sempre quis comprar. E recuperamos o prazer, o gosto de ser brasileiro, o gosto de amar o nosso país (SADER; GENTILI, 2013, p. 12).

Pode parecer curioso, mas não é à toa que Lula enfatiza o consumo como uma de suas principais realizações e heranças: não se trata de glorificá-lo por si só, mas de perceber que ele é, provavelmente, a parte mais visível, mais concreta das mudanças ocorridas em seu período à frente da Presidência. Emprego, renda, crédito: o resultado, o que fica, é o consumo, é aquilo que, no dia a dia, vai fazer a diferença nas vidas das famílias e garantir sua maior integração à sociedade.

Resta-nos, agora, saber se o aumento das práticas no mercado refletiu-se, de alguma maneira, nas posturas dos brasileiros como cidadãos. Sabemos que, teoricamente, há potencial para que isso aconteça. Contudo, para entendermos se realmente aconteceu no Brasil da “nova classe média”, sigamos ao próximo capítulo.

## Capítulo VII – A “nova classe média” e a visão do Estado: verificação empírica

Como já dito algumas vezes, a inspiração para este trabalho foi a hipótese levantada pelo empresário Flávio Rocha de que, com a “nova classe média”, surgiria um novo ator na vida política nacional: o “eleitor-consumidor-cidadão”, um personagem com maior independência e autonomia em relação ao Estado e que enxergava esse último como mais um de seus fornecedores de serviço, a quem pagaria e exigiria reciprocidade (SALOMÃO & SCHELLER, 2015). A partir da proposição de Rocha, buscamos – até agora somente de maneira teórica – estabelecer relações entre a intensificação das práticas de consumo e as concomitantes transformações na postura dos indivíduos como cidadãos. Nosso raciocínio indicou que faria sentido pensar em uma relação de continuidade ou complementariedade entre as duas esferas, ou seja, relações consumidor-mercado e relações cidadão-Estado. Isso porque o consumo – aliás, ao menos um mínimo de consumo, aquele dos bens necessários para se viver – seria um garantidor de uma existência digna, o cerne da cidadania. Dessa forma, com suas necessidades básicas atendidas, os indivíduos consentiriam em participar da sociedade em conformidade com as regras postas. Assim, o consumo, em primeiro lugar, garantiria a coesão social.

Em segundo lugar, vimos que o fato de ter renda e de poder consumir resulta numa autonomização dos indivíduos. Com liberdade para fazer escolhas e ser responsável pelos próprios caminhos, ganha-se voz e potência, características indispensáveis ao exercício da cidadania. Além disso, as relações de consumo, com todos os processos de aprendizagem que envolve (pesquisar, negociar, decidir-se), criam uma carga de experiência e de conhecimento que, certamente, são levadas para outras esferas da vivência humana, inclusive para aquela das relações com o Estado.

Por fim, e não menos importante, se vivemos em uma era que valoriza tanto o consumo, intensificar o papel dos indivíduos como compradores, acreditamos, levaria a maiores níveis de contentamento. A partir daí, entendemos que ampliar o consumo seria também uma ferramenta para assegurar o controle e gerar maior engajamento

social – o que parece ter sido feito, aliás, pelos governos petistas com relação à “nova classe média”.

Ainda era necessário, contudo, buscar evidências empíricas de que esse processo havia ocorrido com a “nova classe média”. Em outras palavras, precisávamos tentar responder mais diretamente às seguintes questões: os integrantes da NCM que passaram por essa intensificação das experiências de consumo mudaram, de fato, sua postura com relação ao Estado? Se sim, em quais direções? Naquela apontada por Rocha, qual seja, a de “cobrar” o Estado como se faz com qualquer outro prestador de serviço? Ou em alguma outra diferente?

Ainda que muito se tenha falado e publicado sobre o estrato, relativamente pouco foi dito a respeito de suas visões políticas e de sua relação com o Estado. As raras exceções de que temos conhecimento são, em primeiro lugar, o estudo de Souza e Lamounier (2010, pp. 90-94), no qual os autores apresentaram, com base em pesquisa quali-quantitativa, alguns dados acerca da percepção da população de diversos estratos (inclusive a “nova classe média”) sobre os serviços prestados pelo governo *vis-à-vis* a quantidade de impostos pagos e também sobre a avaliação de como o dinheiro dos impostos era aplicado (se bem ou mal e em quais áreas deveria ser empregado prioritariamente). *Grosso modo*, poderíamos dizer que, quanto maior a renda do entrevistado, pior o juízo das ações do Governo – o que fazia com que a “classe C”<sup>104</sup> tivesse uma visão já bastante crítica.

Em segundo lugar, também trazendo um pouco do ponto de vista dos estratos de renda intermediários e inferiores sobre a política e o Estado brasileiros, tivemos a pesquisa qualitativa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2017, em regiões periféricas da capital paulista – e que deve ser olhada com reservas, pois não reflete, exatamente, o nosso público de interesse.<sup>105</sup> O material evidenciava um grande

---

<sup>104</sup> Lembrando que Souza e Lamounier usaram o mesmo critério de renda de Neri (2008): fariam parte da “nova classe média” as famílias com renda entre R\$ 1.115,00 a R\$ 4.807,00 (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 2). O estudo em que os autores se basearam utilizou metodologia quali e quantitativa, a primeira com o uso de grupos de discussão em capitais (São Paulo, Porto Alegre e Recife) e cidades interioranas (Lageado – RS e Timbaúba – PE); a segunda em 14 municípios do país, com 2.002 eleitores de 16 ou mais anos, ambas ocorrendo em novembro de 2008. Além disso, também foram usadas perguntas de outro estudo quantitativo, com características similares, realizado em março de 2009 (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, pp. 10-1).

<sup>105</sup> Vale pontuar que, como citado, a pesquisa da FPA tinha abrangência bastante restrita (somente periferias paulistanas). Além disso, das duas faixas de renda pesquisadas – até 2 e mais do que 2 até 5

descrédito na política, a percepção de que ela seria algo “contaminado” e de que a corrupção seria a responsável por diversos problemas do país, como o desemprego, a violência etc. Apesar disso, os entrevistados admitiam que a política tinha, sim, grande influência em suas vidas – no provimento de serviços essenciais, nas decisões que acarretam ou não inflação, na regulação de impostos etc. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017, pp. 55-6).

Embora esses dois estudos tenham relevância e tragam algumas questões de nosso interesse, ambos nos pareceram insuficientes para prover as respostas que estávamos buscando. Por um lado, porque, por serem pesquisas de temática mais ampla – abordando também assuntos como religião, família, trabalho etc. –, acabavam não se aprofundando tanto nas questões políticas. Por outro, porque, como eram estudos pontuais, ou seja, por não fazerem parte de uma série contínua, falhavam ao não proporcionar uma visão das possíveis tendências ou da evolução em seus assuntos – o que seria essencial para indicar eventuais mudanças ocorridas nas formas de pensar e de agir da “nova classe média” com o passar dos anos.

Além disso, no caso do trabalho da Fundação Perseu Abramo, tínhamos, como já citado, um público em parte distinto daquilo que era considerado como pertencente à NCM (pois, em boa parte, com renda inferior às faixas delimitadas pela SAE para nosso estrato de interesse), uma abrangência territorial muito restrita (apenas zonas periféricas da cidade de São Paulo) e também um intervalo considerável entre o período nele retratado e o momento “áureo” do discurso sobre a “nova classe média”. Isto é: acreditamos que um campo realizado entre o final de 2016 e início de 2017 – datas de coleta da pesquisa da Fundação – encontra-se muito distante do que temos tratado como os anos de surgimento (com alguns sinais já a partir de 2006, mas ganhando impulso entre 2008 e 2009), auge (por volta de 2010 e 2012) e declínio (2013, 2014) do discurso sobre a “nova classe média”.

---

salários mínimos –, apenas a faixa de renda superior poderia ser tomada como similar à da NCM, conforme os parâmetros definidos pela SAE/PR e com valores atualizados pelo INPC para novembro de 2016 (atualização feita mediante o uso da Calculadora do cidadão do banco Central, disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>; acesso em 20 jun. 2019).

Assim, percebemos que, para a verificação empírica das questões que nos mobilizavam neste trabalho, necessitávamos de um estudo que, em primeiro lugar, cobrisse um período maior de tempo – ou seja, tivesse sucessivas tomadas – e que fosse mais compatível com os anos de maior evidência da NCM. Ao mesmo tempo, era preciso que fosse uma pesquisa com maior abrangência, se possível nacional, e que contemplasse a faixa de renda da “nova classe média” conforme sua definição oficial. Buscando em bases disponibilizadas por diferentes centros de pesquisas, acabamos chegando ao ESEB, Estudo Eleitoral Brasileiro, realizado a cada quatro anos (a partir de 2002 – logo, com as ondas subsequentes em 2006, 2010 e 2014) pelo CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública), núcleo de pesquisa da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).

O ESEB é um estudo do tipo *survey*, nacional, levado a campo após as eleições, e que faz parte do *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES). De acordo com a explicação que consta no site do CESOP,

O projeto que embasa o CSES tem como premissa geral a ideia de que os contextos sócio-políticos e, em específico, os arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais, afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática. [O projeto] busca identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático. Busca ainda compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos, e como os cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas.

Além de aplicar o núcleo comum de questões do projeto CSES, o ESEB abrange questões sobre aspectos próprios do funcionamento político brasileiro, elaboradas pelos pesquisadores do CESOP [...] (CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA, 2019).

Portanto, o ESEB contempla boa parte do que procurávamos: é contínuo e periódico; abarca o país como um todo; traz a percepção dos eleitores a respeito da política e das instituições; considera toda e qualquer faixa de renda; e, até mesmo por fazer parte de um projeto internacional, tem grande credibilidade, consistência e rigor técnico. Além disso, consideramos que as datas de suas edições se prestariam a fornecer

um bom panorama das visões políticas da NCM, com uma onda antes do surgimento do discurso sobre ela (2002); a segunda mais próxima ao seu início (2006); uma onda durante seu apogeu (2010); e a última, no início de seu declínio (2014).

Com relação à metodologia, o universo do estudo é representativo da população brasileira maior de 16 anos e são contempladas cotas por, pelo menos, sexo, idade e condição de trabalho (CESOP, 2002, 2006, 2010, 2014). No quadro abaixo, reunimos as principais informações de cada tomada do ESEB.

**Quadro 3: Principais informações metodológicas sobre o ESEB**

<b>ANO</b>	<b>AMOSTRA</b>	<b>MARGEM DE ERRO (pontos percentuais)</b>	<b>ABRANGÊNCIA TERRITORIAL</b>	<b>DATA DE CAMPO</b>
2002	2513 casos*	2	Seis estratos geográficos: região Norte; região Centro-Oeste; região Nordeste; região Sudeste; região Sul e capitais de estados.	31 de outubro a 28 de dezembro de 2002.
2006	1000 casos	3,2	70 municípios divididos por região administrativa (todas as capitais incluídas).	17 a 27 de dezembro de 2006.
2010	2000 casos	2,2	Regiões Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.	04 a 20 de novembro de 2010.
2014	2.506 casos*	2	Regiões Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.	01 a 19 de novembro de 2014.

Fonte: elaboração da autora a partir de dados dos ESEBs e Amaral & Ribeiro (2015, p. 101).

\* Considerando as bases nacionais, já que, em ambos os casos, havia também uma base específica para o estado de São Paulo.

Selecionado o estudo, passamos à escolha das questões. Por ser uma pesquisa pós-eleitoral, naturalmente uma boa parte das perguntas feitas nos questionários de cada edição do ESEB estava relacionada ao pleito mais recentemente ocorrido e contemplava temas como envolvimento e participação na campanha; conhecimento, avaliação, confiança e voto em candidatos e partidos; afinidades partidárias e com determinados políticos; processo de informação e de escolha de candidatos;

posicionamento no espectro direita-esquerda, entre outras. Essas perguntas, claramente, não eram nosso foco. Felizmente, o estudo também contava com uma boa gama de questões sobre política em geral, inclusive questões consagradas em pesquisas similares, que trazem informações a respeito das percepções sobre a política nacional, sobre a democracia, sobre o papel do Estado e sobre o relacionamento do cidadão com ele. Desde sempre tivemos consciência de que nenhuma das perguntas selecionadas seria capaz de responder, sozinha ou mesmo de maneira inequívoca, à nossa dúvida principal: se o aumento do consumo da NCM, com tudo o que acreditamos que tenha aportado para a vida dessas pessoas, mudou a forma como elas se relacionavam com o Estado. De qualquer forma, acreditávamos que o conjunto de questões escolhido ofereceria um bom retrato do relacionamento dos indivíduos com a política e com o Estado, e que acompanhar sua evolução no decorrer de quatro ondas, por doze anos e justamente durante a ascensão e os anos mais importantes da “nova classe média”, deveria nos fornecer indícios bastante relevantes a respeito da evolução e de possíveis transformações nas opiniões do segmento. Vale ressaltar, no entanto, que não cabe e não será apresentada neste trabalho uma interpretação exaustiva de cada uma das perguntas utilizadas. Tentaremos, contudo, e na medida do possível, estabelecer relações entre a conjuntura político-econômica de cada momento e os resultados encontrados. Ao mesmo tempo, sempre que possível, utilizaremos alguns dos estudos contidos no livro *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*, organizado por José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello (2013), para estabelecer comparações e aprofundar reflexões.

As questões que usaremos para nossa análise estão dentro dos seguintes temas:

- a) Democracia: avaliação da satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil e preferência pela democracia como forma de governo. Acreditamos que, entendendo as percepções e a satisfação com o regime, conseguiríamos acessar uma espécie de “avaliação geral”, um termômetro de como a situação política do país era vista pela “nova classe média”;

- b) Voto: percepção da influência do voto nos rumos do país e interesse em votar caso isso não fosse obrigatório: aqui, cremos poder compreender o quanto cada indivíduo sentia que conseguia, de alguma maneira, ter um papel nos desígnios do país. Em outras palavras, o quanto ele percebia que poderia ter sua voz ouvida;
- c) Avaliação da atuação de instituições: selecionamos essa pergunta para podermos entender como eram vistas aquelas mais diretamente ligadas ao poder estatal (como Governo Federal, Congresso e Judiciário). Buscávamos descobrir se, com o passar dos anos, essa avaliação mudou entre os membros da NCM;
- d) Satisfação com serviços (2002 e 2006) e com políticas (2010 e 2014) públicas: esses dois temas seriam os que mais se aproximariam de fornecer uma confirmação da tese de que haveria um “eleitor-consumidor-cidadão”, que cobraria o Estado da mesma forma como cobraria fornecedores de serviços. A avaliação desses itens entre os integrantes da “nova classe média” modificou-se com o passar dos anos? Piorou? Melhorou?
- e) Mobilidade social e perspectiva de melhorias no padrão de vida: devido a toda a publicidade dada à suposta mobilidade ocorrida e ao suposto surgimento de uma “nova classe” – ou seja, justamente por conta da “ascensão” da “nova classe média” –, nas ondas 3 (2010) e 4 (2014) do estudo foram incluídas questões a respeito da percepção dos entrevistados sobre mudança de classe – se consideravam que haviam ou não mudado de classe social – e sobre suas expectativas para seu padrão de vida no futuro. Logicamente, ambas são questões de enorme interesse para nosso trabalho.

Além de escolher as perguntas mais relevantes, precisávamos delimitar, dentro da base de dados de cada onda do ESEB, quem consideraríamos como pertencente à “nova classe média”. Baseamo-nos, então, na estratificação proposta pela SAE em 2012 e, considerando suas faixas de renda mensal familiar, calculamos os valores equivalentes para cada ano da série do ESEB, conforme a tabela na sequência.

**Tabela 16: Distribuição de estratos econômicos para cada ano do ESEB, segundo a metodologia da SAE**

	<b>FAIXAS DE RENDA SAE* (R\$/mês) 2012</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Extremamente pobre	R\$ 227,00	R\$ 119,00	R\$ 166,50	R\$ 202,13	R\$ 259,05
Pobre	R\$ 648,00	R\$ 340,00	R\$ 474,72	R\$ 577,02	R\$ 739,50
Vulnerável	R\$ 1.030,00	R\$ 540,35	R\$ 754,56	R\$ 917,18	R\$ 1.175,44
Baixa classe média	R\$ 1.540,00	R\$ 807,90	R\$ 1.128,18	R\$ 1.371,31	R\$ 1.757,46
Média classe média	R\$ 1.925,00	R\$ 1.009,87	R\$ 1.410,23	R\$ 1.714,14	R\$ 2.196,82
Alta classe média	R\$ 2.813,00	R\$ 1.475,73	R\$ 2.060,77	R\$ 2.504,87	R\$ 3.210,21
Baixa classe alta	R\$ 4.845,00	R\$ 2.541,74	R\$ 3.549,38	R\$ 4.314,28	R\$ 5.529,15
Alta classe alta	R\$ 12.988,00	R\$ 6.813,64	R\$ 9.514,83	R\$ 11.565,31	R\$ 14.821,99

Fonte: elaboração da autora com base em dados da SAE (BRASIL, 2012b, p. 7).

\* Renda familiar média em R\$ de abril de 2012.

Valores corrigidos pelo INPC, com a utilização da “Calculadora do cidadão” do Banco Central (disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>).

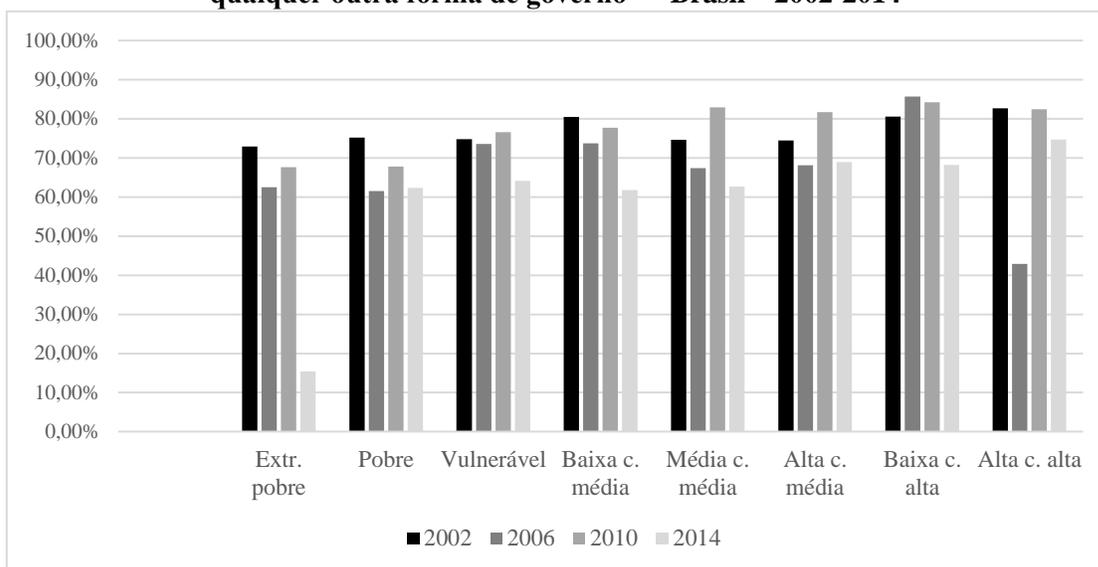
Em seguida, a partir da pergunta sobre “renda familiar mensal” presente em todas as ondas da pesquisa, criamos, dentro de cada um dos quatro bancos de dados, uma variável correspondente às faixas desejadas. Com isso, pudemos fazer tabulações cruzadas entre as questões que nos interessavam e essas faixas – conseguindo, assim, ler os resultados para a “nova classe média”.

Nossa análise será apresentada de acordo com os temas anteriormente mencionados e a leitura será feita tomando por base as respostas dadas dentro de cada segmento de renda. Optamos por utilizar as oito faixas definidas pela SAE (extremamente pobres, pobres, vulneráveis, baixa classe média, média classe média, alta classe média, baixa classe alta e alta classe alta), e não por aglutiná-las em três camadas (classe baixa, classe média e classe alta), por entendermos que, dessa maneira, teríamos maior liberdade e possibilidades em nosso exame dos dados. Vale dizer, também, que decidimos não apresentar os números referentes aos entrevistados que não tinham, não sabiam ou não declararam seus ganhos.

### **Democracia**

Como demonstra o gráfico 5, via de regra, havia apreço pela democracia: em geral, ela era preferida às ditaduras, confirmando uma tendência que Moisés (2013, pp. 64-5) já notara que vinha crescendo desde 1989.

**Gráfico 5: Preferência pela opção “a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo” – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Na sua opinião... (escolha entre três opções: “a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo”; “em algumas situações, é melhor uma ditadura do que uma democracia” e “tanto faz/nenhuma das duas é melhor”).

O favoritismo da democracia, nas quatro ondas do ESEB, parecia se tornar ainda maior conforme a renda aumentava; contudo, com algumas exceções, era abalado na segunda e quarta ondas – em 2006, especialmente entre os extremos de renda (ou seja, entre pobres e a alta classe alta – também entre os extremamente pobres, mas, neste ano, esses eram apenas oito respondentes na base de dados); e, em 2014, de forma um pouco mais consistente entre todos os estratos (observando que, no caso dos extremamente pobres, cuja porcentagem de preferência pela democracia chegava a apenas 15,40%, contávamos com somente 13 entrevistas). Isso poderia ser explicado pelo fato de que, nesses dois anos, o brasileiro assistiu ao desenrolar de grandes escândalos relacionados à corrupção – o “Mensalão”<sup>106</sup>, iniciado em 2005, mas afetando também 2006; a questão das “pedaladas fiscais” do governo Dilma Rousseff e a Operação Lava Jato, em 2014. Essas práticas, de acordo com Moisés, impactam as impressões sobre a democracia:

<sup>106</sup> O “Mensalão”, de forma resumida, consistiu no pagamento de “mesadas” a parlamentares para que votassem com o Governo.

A conduta irregular de líderes e de partidos políticos também compromete a percepção das pessoas sobre as vantagens da democracia em comparação às suas alternativas, pois, ao fazer crer que tal conduta é parte da rotina usual tanto do regime democrático como do autoritário, ela desqualifica os mecanismos adotados pelo primeiro para controlar o abuso do poder e para garantir a soberania dos cidadãos. Em contrapartida, ao desqualificar a relação dos cidadãos com os Estados democráticos, ela compromete a cooperação social e afeta negativamente a capacidade de coordenação dos governos para atender às preferências dos eleitores. Os seus efeitos influenciam, portanto, tanto a legitimidade quanto a qualidade da democracia, ao comprometer o princípio segundo o qual nesse regime ninguém está acima da lei, e contribui para o esvaziamento dos mecanismos de responsabilização de governos [...] (MOISÉS, 2013, p. 202).

Voltando ao gráfico, vê-se que a “nova classe média” – ou seja, a baixa classe média, a média classe média e a alta classe média – seguiu, *grosso modo*, as mesmas tendências das demais faixas de renda. Para ela – e especialmente para seu setor intermediário, a média classe média –, o ano de 2010 foi o grande destaque. Aqui, vale recordar que justamente por essa época ocorria o momento de maior euforia com (e quiçá, *do*) estrato. É bastante possível que essa fase positiva, experimentada em suas vidas pessoais e alardeada pela mídia, tenha afetado a percepção dos respondentes sobre o regime.

É importante mencionar que, em 2014, ano da série em que a preferência pela democracia teve o seu maior declínio – embora, na maioria dos segmentos, a porcentagem ainda fosse superior a 60% –, não houve uma migração expressiva para um favoritismo da ditadura. Conforme a tabela 17 evidencia, boa parte dos respondentes desiludidos com o regime escolheu a opção “tanto faz”, não soube ou não quis responder (especialmente os pobres e os vulneráveis). Para eles, não havia mais certezas quanto à democracia, mas tampouco havia segurança em relação às vantagens da alternativa autoritária.

**Tabela 17: Preferência por tipo de regime – Brasil – 2014**

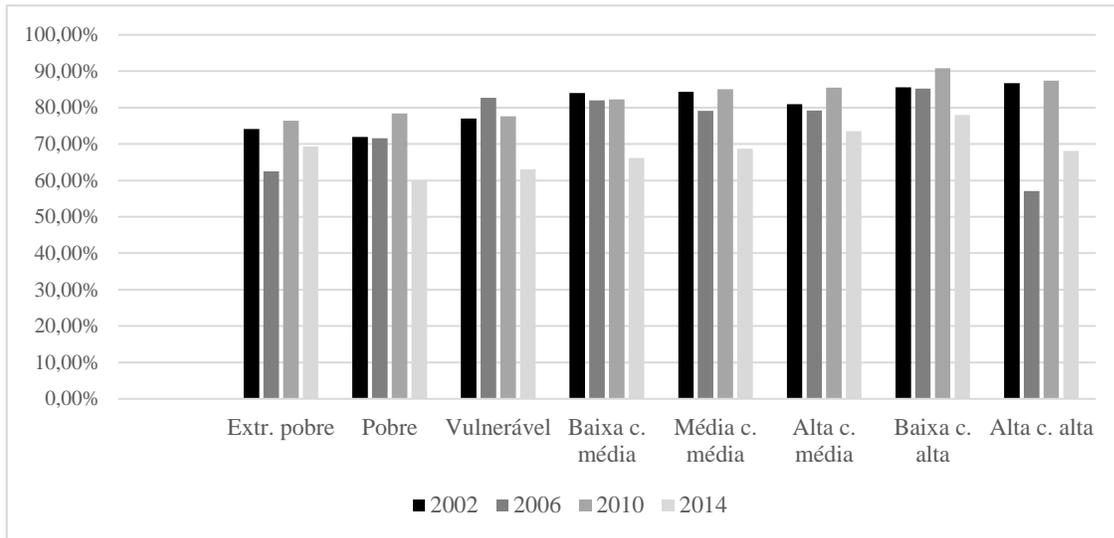
	<b>Democracia é sempre melhor</b>	<b>Em algumas situações é melhor ditadura</b>	<b>Tanto faz, nenhuma das duas é melhor</b>	<b>Não sabe/não respondeu</b>
Extremamente pobre	15,40%	0,00%	30,80%	53,90%
Pobre	62,30%	6,80%	4,10%	26,80%
Vulnerável	64,10%	6,90%	7,60%	21,30%
Baixa classe média	61,80%	11,70%	8,10%	18,40%
Média classe média	62,70%	10,10%	10,10%	17,10%
Alta classe média	68,90%	9,10%	10,80%	11,20%
Baixa classe alta	68,20%	15,40%	9,00%	7,50%
Alta classe alta	74,70%	14,90%	4,60%	5,70%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Outra pergunta do ESEB sobre a democracia questionava a respeito da concordância com a afirmativa “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo” (gráfico 6). Naturalmente, as respostas seguiram os resultados da pergunta anterior. Ou seja: a concordância era alta (em geral, passava dos 70%), crescia com a renda e diminuía nos anos de 2006 e de 2014, sendo que no primeiro ano novamente de maneira mais acentuada entre a alta classe alta (também entre os extremamente pobres, mas esses contabilizavam apenas oito respondentes, base insuficiente para análise). Entre a NCM, o ano de destaque continuava sendo 2010.

**Gráfico 6: concordância (total e parcial) com a frase “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo” – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

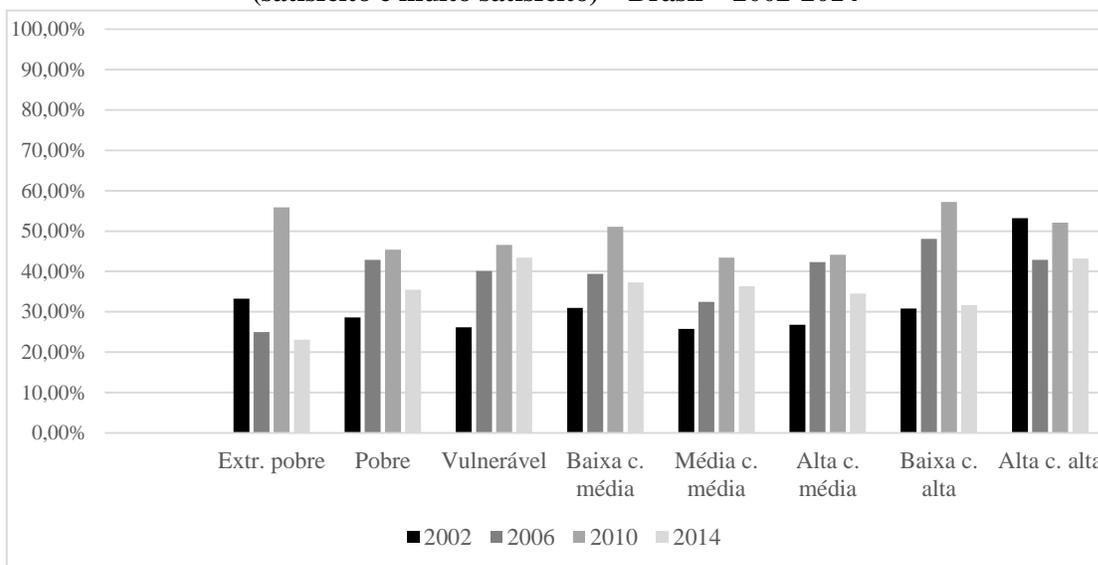
Pergunta: “Agora, mudando de assunto: a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) sr(a). concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco?”

Pode-se perceber, como indicamos anteriormente, que as incertezas quanto à democracia ocorreram em momentos de grande ebulição política (principalmente) e econômica: em primeiro lugar, com o “Mensalão”, certamente afetando os números de 2006; e, em segundo, com o tema das “pedaladas fiscais” e a Operação Lava Jato, em 2014. Aliás, nesse último ano, o cenário era ainda mais complexo: ainda no campo político, vínhamos dos protestos de junho do ano anterior, que trouxeram à tona uma gama de insatisfações. Já na área econômica, apresentávamos um flagrantemente baixo crescimento, inclusive com queda no consumo das famílias (JIMÉNEZ & MENDONÇA, 2015) e que já começava a reverter o entusiasmo no Brasil. Ainda que de maneiras distintas, e um pouco menos em 2006 (quando as melhorias nas vidas de seus membros estavam em seu início), todos esses aspectos afetaram também as avaliações das três fatias que compunham a “nova classe média”.

Conquanto ainda fosse considerada a melhor forma de governo, quando se inquiria sobre a satisfação com a democracia no Brasil – ou seja, quando se

particularizava a questão para o caso brasileiro –, percebíamos claramente que o regime, em nosso país, deixava a desejar. Vê-se no gráfico 7 que as porcentagens de satisfação se mantinham na casa dos 40%, 45% (o pico da série é de 57,2%, entre a baixa classe alta, em 2010).

**Gráfico 7: Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil (satisfeito e muito satisfeito) – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “De uma maneira geral, o(a) sr(a). está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?”

Não obstante a medida tenha crescido com o passar do tempo – ao menos entre 2002 e 2010 e na maioria da amostra –, a série termina em queda para todos os estratos. Moisés e Meneguello (2013, p. 17), com base em diversos estudos, concluem que a satisfação com a democracia estaria relacionada à atuação do governo e com sua habilidade para prover soluções para os principais problemas nacionais. Assim, entendemos que, pelo menos até 2010, a população, ainda que com ressalvas, fiava-se no regime – o país vivia um bom momento em sua economia, o estremecimento provocado pelo “Mensalão” teve, até certo ponto, uma boa resolução, dado que importantes acusados foram punidos. Porém, em 2014, os descontentamentos manifestados no ano anterior, a Operação Lava Jato, as “pedaladas fiscais” e a

deterioração das perspectivas econômicas muito provavelmente contaminaram o julgamento que se fazia da democracia brasileira, resultando num forte questionamento e numa divisão entre satisfeitos e insatisfeitos (tabela 18).

**Tabela 18: Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil - 2014**

	<b>Satisfeito e muito satisfeito</b>	<b>Nem satisfeito, nem insatisfeito</b>	<b>Nada e pouco satisfeito</b>	<b>Não sabe/não respondeu</b>
Extremamente pobre	23,10%	7,70%	38,50%	30,80%
Pobre	35,50%	15,90%	43,60%	5,00%
Vulnerável	43,40%	20,90%	31,60%	4,20%
Baixa classe média	37,30%	18,90%	38,10%	5,70%
Média classe média	36,30%	24,30%	34,90%	4,40%
Alta classe média	34,50%	22,30%	39,20%	4,00%
Baixa classe alta	31,70%	22,80%	44,00%	1,50%
Alta classe alta	43,20%	13,60%	39,80%	3,40%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “De uma maneira geral, o(a) sr(a). está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?”

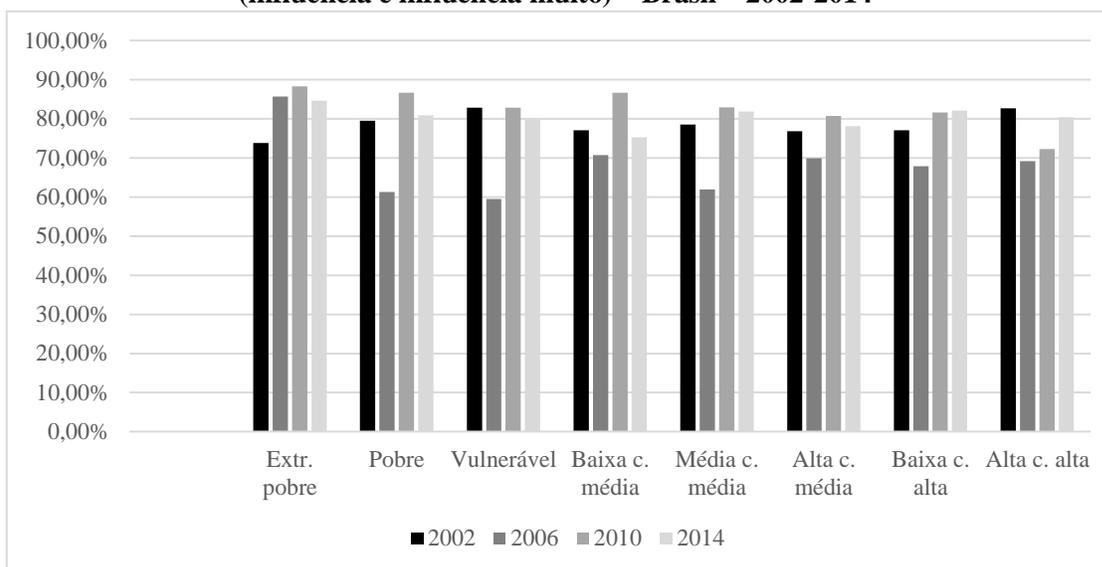
No que tange à “nova classe média”, percebemos que a satisfação com a democracia atingiu seus maiores níveis em 2006 e 2010, anos que estamos considerando como sendo, respectivamente, o de início de sua “ascensão” (isto é: quando seus integrantes já poderiam começar a perceber melhorias em suas vidas) e o de seu auge (tanto da percepção individual da boa fase como do discurso midiático sobre o estrato). De maneira semelhante a todos os outros agrupamentos de renda, os índices caem em 2014 – muito provavelmente pelos mesmos motivos que elencamos anteriormente, quais sejam, a piora na economia, o descontentamento generalizado que

emergiu com os movimentos de junho de 2013, as revelações de corrupção da Lava Jato e as “pedaladas fiscais”. Porém, assim como ocorreu entre pobres e vulneráveis, as porcentagens não chegaram a voltar aos patamares, mais baixos, do início da série. Podemos pensar, a partir disso, que as transformações pelas quais esses estratos passaram possivelmente tiveram efeitos na forma como viam a democracia brasileira. Fosse, por um lado, porque realmente ligassem seu progresso a ações do Governo – ou seja, a democracia colaborou para um incremento em suas vivências pessoais –; fosse, por outro lado, porque, por meio do papel empoderador das mudanças ocorridas em suas vidas e, em especial, do consumo (conforme descrito principalmente na primeira parte deste trabalho), puderam se dar conta de que, na democracia – e mesmo numa democracia complexa, como a brasileira –, havia possibilidades de progresso.

### **Voto**

Nas quatro ondas do ESEB, é bastante alta a percepção de que o voto tem grande influência nos rumos do país, em todas as faixas de renda e de maneira mais ou menos homogênea entre elas, conforme revela o gráfico 8.

**Gráfico 8: Influência do voto nos acontecimentos do país  
(influencia e influencia muito) – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) sr(a). desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que o nosso voto influencia muito, e 1 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o(a) sr(a). acha?”

Essa questão confirma, mais uma vez, o quanto os fatos ocorridos no período afetaram as opiniões sobre a política e seus mecanismos. Assim, em 2006, ano posterior ao “Mensalão”, é compreensível que haja um abalo na crença da relevância do voto para a definição dos rumos do Brasil em praticamente todos os segmentos (à exceção dos extremamente pobres, mas, como já informado, esses eram apenas oito respondentes). Uma das prováveis mensagens que o escândalo transmitiu aos eleitores foi a de que a representação, a escolha de um candidato com ideias e pautas afins às suas, tinha pouca importância, pois eram grandes as possibilidades de, uma vez eleito, o parlamentar ter suas posições “compradas” pelo dinheiro da corrupção.

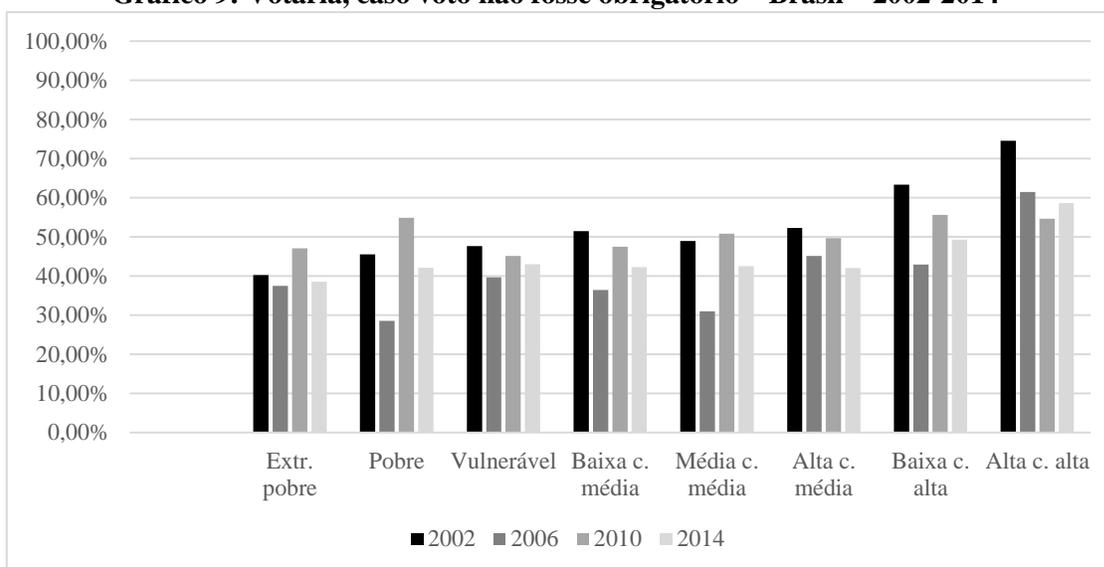
No ano de 2014 – momento que, como vimos, foi crítico para a política nacional –, embora tenha havido queda na medida em muitos segmentos, na maioria ela não é tão acentuada e, entre os estratos mais abastados, vê-se o contrário, isto é, um aumento nos números. Acreditamos que o incremento na crença de que o voto poderia alterar os caminhos do país, especialmente nesses estratos mais ricos, espelhava o desconforto

com a situação política e um forte desejo de mudanças (que, no caso, acabou não vindo por meio desse instrumento, dada a reeleição de Dilma Rousseff).

Aqui, a “nova classe média”, mais uma vez, teve seus maiores números em 2010. Os setores intermediário e superior do agrupamento pareceram acompanhar os resultados da classe mais alta.

Ainda que se acreditasse amplamente que o voto tinha ingerência no destino da nação, muitos não votariam, se isso fosse permitido. Excluindo-se as parcelas mais abastadas da amostra, para os demais segmentos e na maioria das ondas do ESEB, a inclinação a continuar sufragando caso o voto fosse facultativo não chegava a 50% (gráfico 9).

**Gráfico 9: Votaria, caso voto não fosse obrigatório – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Se o voto não fosse obrigatório, o(a) sr(a). votaria?”

O gráfico apresentado segue as mesmas tendências dos outros exibidos até aqui: queda nos números em 2006 (que reputamos à crise do “Mensalão”), melhora em 2010 (ano em que, em geral, o país vivia um bom momento) e nova baixa em 2014 (manifestações de 2013, piora na economia, Lava Jato, “pedaladas fiscais”). A alta classe alta era a mais engajada; os extremamente pobres, em geral, os que menos votariam. Schlegel (2013, p. 181) faz uma associação entre nível educacional e

disposição para votar, pontuando que os mais educados teriam menos custos, maior possibilidade de se informar e maior entendimento sobre o sistema político. Se admitirmos que os mais educados seriam os que têm maior renda e, ao contrário, os menos educados, ganhos menores, podemos pensar que esses últimos, então, provavelmente incorrem em maiores custos para votar, bem como possuem menos informação e menos capacidade de compreender o sistema. Ou, talvez, entendam que o sistema não lhes propicie boas alternativas.

Considerando a “nova classe média”, o estrato, *grosso modo*, segue o perfil de resultados do restante da amostra, sendo que a alta classe média é o segmento no qual há menor oscilação durante os anos.

É importante ressaltar que, nesse quesito, não havia muito espaço para dúvidas: em todos os anos da série, as porcentagens das respostas “não” – ou seja: não votaria, caso isso fosse opcional (tabela 19) – eram altas, sendo maiores ou, pelo menos, similares ao “sim” (continuará votando, caso não houvesse obrigatoriedade).

**Tabela 19: Eleitores que não votariam, caso voto não fosse obrigatório  
– Brasil – 2002-2014**

	2002	2006	2010	2014
Extremamente pobre	59,80%	62,50%	50,00%	53,80%
Pobre	52,9%	61,80%	41,70%	52,90%
Vulnerável	50,70%	57,90%	48,40%	48,70%
Baixa classe média	45,70%	57,60%	48,00%	49,60%
Média classe média	48,90%	66,70%	42,20%	49,60%
Alta classe média	47,10%	50,70%	44,40%	47,50%
Baixa classe alta	34,10%	53,60%	39,80%	39,30%
Alta classe alta	23,10%	38,50%	37,80%	40,20%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a). votaria?”

Parecia um contrassenso que os brasileiros achassem que o voto influenciava muito nos desígnios do Brasil e, ao mesmo tempo, estivessem dispostos a abrir mão dele caso pudessem. Vale uma reflexão, no entanto, concernente à natureza de cada uma das perguntas: a questão sobre a influência do voto remetia ao passado, à experiência vivida, à realidade, enfim: votei em determinado candidato, ele foi eleito e conduziu o país em certa direção. Logo, é claro, o voto teve seu papel nos rumos do Brasil.

A indagação sobre a hipótese do voto facultativo, por outro lado, ficava no campo das possibilidades. E, realmente, ter a liberdade de escolher votar ou não, especialmente levando em consideração as opções disponíveis em cada eleição, parece muito atraente. Ainda mais se considerarmos, pelo menos, dois elementos: em primeiro lugar, a visão em geral negativa que a população há bastante tempo tem da classe política, responsável por afirmações muito ouvidas, como “político é tudo igual”, “político não presta” etc. Em segundo lugar, e como citado na primeira parte deste trabalho, a baixa percepção de que os eleitos – especialmente os parlamentares – representam de fato seus eleitores.

Talvez, o que essa resposta nos mostre é que a população sente falta de opções em quem votar. Assim, ela pondera que uma melhor escolha (se essa estivesse posta) seria se abster.

### **Avaliação de instituições**

Ainda que o ESEB elenque mais de dez instituições (entre a Igreja Católica e a Evangélica, a Rede Globo e outras empresas de mídia, militares etc.), focaremos aquelas mais diretamente ligadas ao funcionamento do Estado.<sup>107</sup> Também abordaremos o item que foi denominado na pesquisa como “grandes empresas” – já que tratamos de consumo e de um possível olhar de “consumo” em relação ao Estado (tomá-lo como um outro fornecedor de serviços), acreditamos que essa avaliação poderá trazer revelações interessantes.

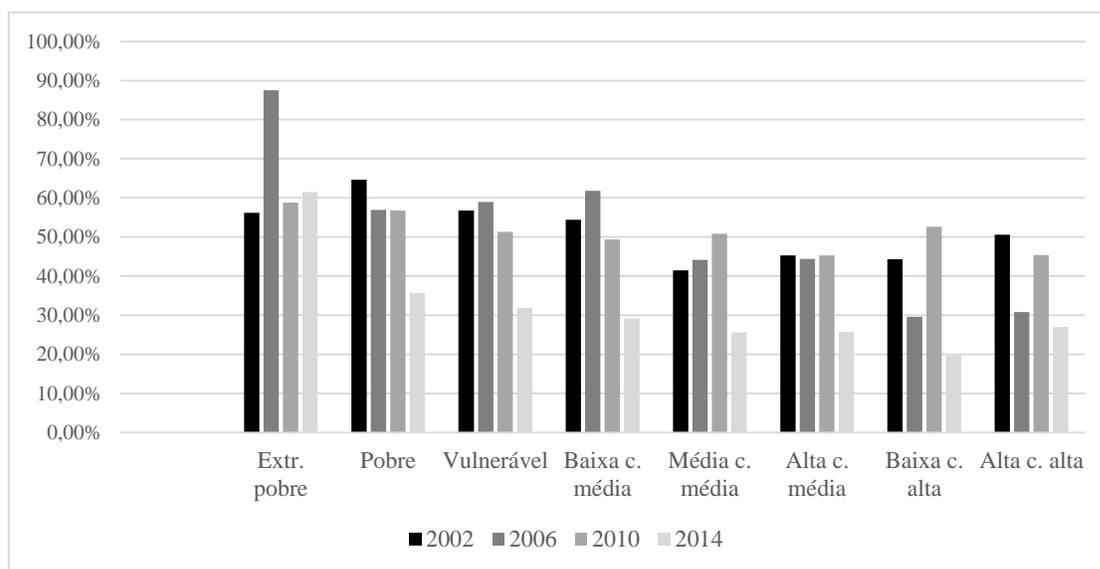
#### Governo Federal, Justiça e Congresso

Em geral, a avaliação dessas três instituições variou de regular para ruim, piorou com o tempo e conforme a renda crescia. Além disso, observamos aqui uma espécie de cisão nos resultados da “nova classe média”: enquanto a baixa classe média tinha um perfil mais parecido com o das classes de renda inferior (extremamente pobres, pobres e vulneráveis), as opiniões da média classe média e da alta classe média aproximavam-se mais daquelas dos segmentos mais endinheirados (baixa e alta classe alta

---

<sup>107</sup> Deixaremos de fora, no entanto, a avaliação dos militares por considerarmos que, no período estudado (2002 a 2014), eles não tiveram papel de tanto destaque no cenário brasileiro – talvez em questões relacionadas à segurança pública, mas essa será considerada nas avaliações sobre serviços e políticas públicas.

**Gráfico 10: Avaliação do Governo Federal (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a). avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a). avalia a atuação (LEIA INSTITUIÇÃO), o(a) sr(a). diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?”

Desconsiderando a porcentagem atingida pelos extremamente pobres em 2006 (base com apenas oito respondentes), notamos que, à exceção do ano de 2014, a avaliação do Governo Federal tendia a ser regular, com os melhores números não ultrapassando muito a casa dos 60%. Em 2006, a instituição teve suas melhores avaliações, ao menos até a baixa classe média. Já na baixa classe alta, a instituição era considerada boa ou ótima por somente 29,6% dos respondentes, e ruim ou péssima por 51,8%.<sup>108</sup> Fatores que poderiam explicar essa divisão são, considerando as faixas de renda mais baixas, os programas sociais já em funcionamento (como o Programa Bolsa Família) e mesmo as transformações que levaram à suposta conformação da “nova classe média” e que, logicamente, também atingiram os segmentos menos favorecidos. Já considerando as maiores rendas, o descontentamento poderia ser atribuído, novamente, ao “Mensalão” e, possivelmente, à reeleição de Lula – estudo de Holzacker e Balbachevsky de 2007, usando as bases de dados das duas primeiras

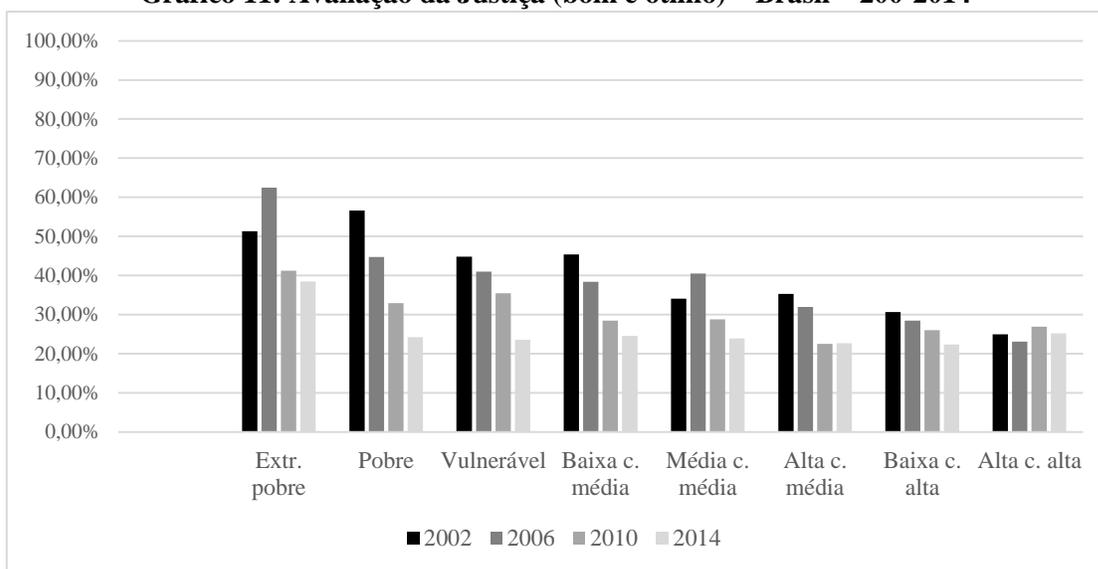
<sup>108</sup> Os resultados da alta classe alta parecem similares, mas não serão analisados, porque, no ano em questão, o banco de dados continha somente 13 respondentes com essa classificação.

ondas do ESEB (2002 e 2006), apontava para uma importante associação entre estratificação social<sup>109</sup> e voto nas eleições presidenciais de 2006, sendo que os estratos mais abastados tenderam a afastar-se do petista e a preferir o candidato Geraldo Alckmin (HOLZHACKER & BALBACHEVSKY, 2007).

Em 2014, coerentemente com outros resultados do estudo, temos as piores avaliações do Governo Federal, exceto pelos extremamente pobres, em outro número que deve ser olhado com cautela devido à baixa quantidade de respondentes (13).

A justiça brasileira foi outra instituição que teve uma avaliação bastante crítica – *grossa modo*, seguindo o padrão de piorar no decorrer dos anos (mais claramente até a alta classe média) e nas porções de renda superiores –, embora os números dessas, a despeito de serem mais baixos, não declinem tanto, permanecendo mais ou menos estáveis nos quatro períodos (gráfico 11).

**Gráfico 11: Avaliação da Justiça (bom e ótimo) – Brasil – 200-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

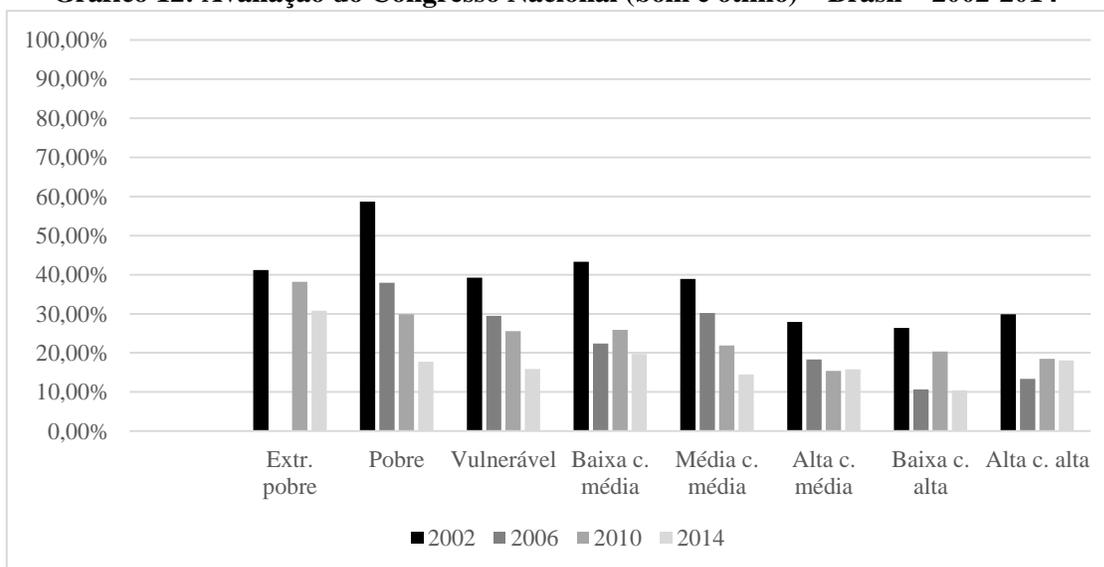
Pergunta: “Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a). avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a). avalia a atuação (LEIA INSTITUIÇÃO), o(a) sr(a). diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?”

<sup>109</sup> Lembrando que certamente a estratificação usada pelas autoras era diferente da que consideramos aqui.

Além daqueles acontecimentos já mencionados que consideramos terem afetado seriamente as percepções político-institucionais dos brasileiros nos anos de 2006 e de 2014, acreditamos que outras crenças e comportamentos tenham levado à má avaliação da justiça. Segundo Porto (2013, pp. 281; 284), muitos estudos têm demonstrado o baixo nível de informação dos cidadãos a respeito de seus direitos – algo que, naturalmente, afasta os indivíduos de qualquer busca por reparação em caso do não cumprimento dessas prerrogativas. Além disso, revelam também uma menor procura das instâncias da justiça para resolver conflitos – o que ocorreria devido à impressão de que essa última é ineficaz, parcial e desigual, bem como cara (altos custos dos advogados e dos processos).

Por fim, os resultados do Congresso Nacional, como já antecipado, acompanhavam o padrão visto nos casos do Governo Federal e da Justiça: pioravam de acordo com a renda e com o passar do tempo; no caso da baixa classe média, seguiam os números da classe baixa; já da média classe média e da alta classe média, pareciam-se mais com os da classe alta (gráfico 12).

**Gráfico 12: Avaliação do Congresso Nacional (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014**



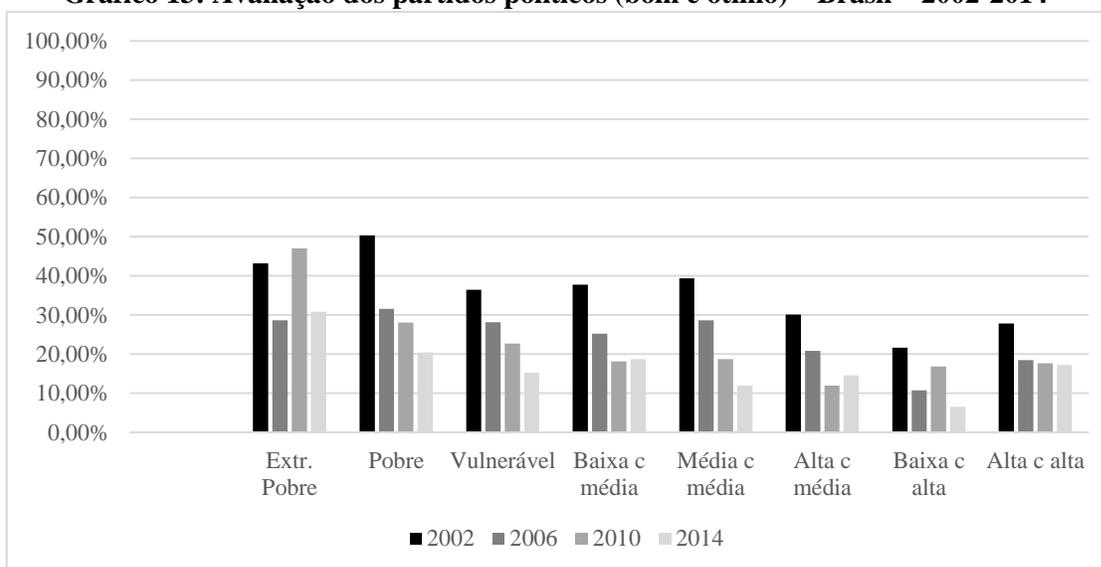
Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a). avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a). avalia a atuação (LEIA INSTITUIÇÃO), o(a) sr(a). diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?”

### Partidos políticos

O gráfico 13 evidencia, mais uma vez, um julgamento bastante crítico à instituição: a melhor avaliação dos partidos políticos (soma das respostas “ótimo” e “bom”) chegava, no máximo, a apenas 50,7% entre os pobres, em 2002. Seguia-se, aqui também, o padrão de diminuição nas visões positivas conforme se aumentava a renda e com o passar dos anos – à exceção dos extremamente pobres, com maior oscilação entre os anos; e da alta classe alta (possivelmente mais informada e, por isso, portadora de uma visão mais analítica e nuançada, fugindo de lugares comuns muito difundidos como o de qualificar todos os partidos e parlamentares como corruptos).

**Gráfico 13: Avaliação dos partidos políticos (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014**



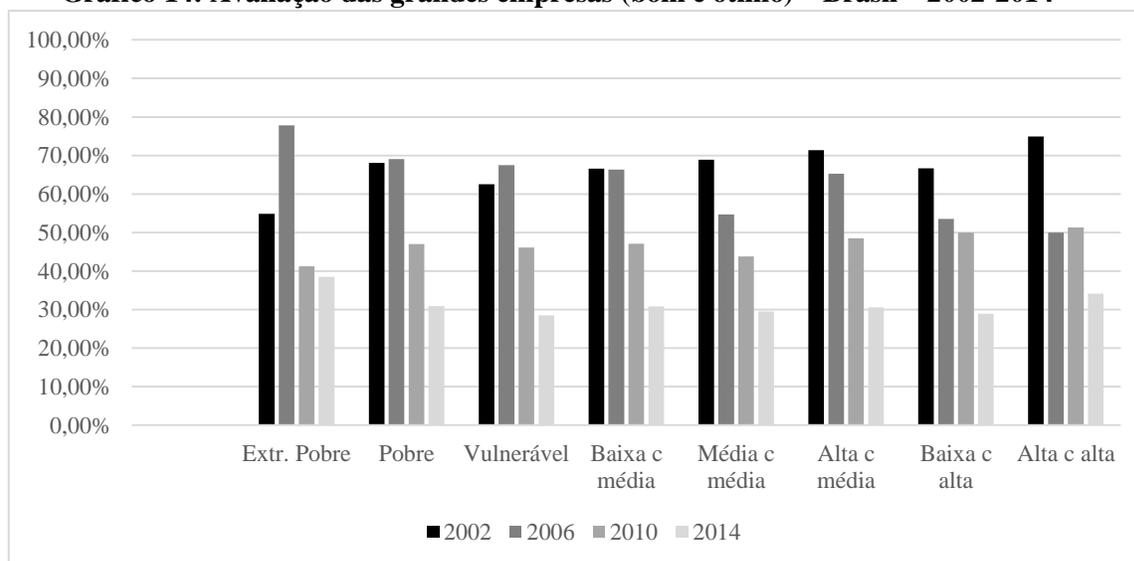
Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a). avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a). avalia a atuação (LEIA INSTITUIÇÃO), o(a) sr(a). diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?”

## Grandes empresas

Entre todas as instituições apresentadas até aqui, o item “grandes empresas” era o que possuía as melhores avaliações e, até certo ponto, as mais homogêneas nas faixas de renda (gráfico 14). Os dois primeiros anos da série concentravam as apreciações mais positivas; nos dois últimos, houve quedas importantes: uma considerável disparidade nos números entre 2006 e 2010 – especialmente entre os segmentos mais empobrecidos, na casa dos 20 pontos percentuais<sup>110</sup> – e também entre 2010 e 2014 (por volta de 15 pontos percentuais, chegando a 21 na baixa classe alta).

**Gráfico 14: Avaliação das grandes empresas (bom e ótimo) – Brasil – 2002-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a). avaliasse a atuação de cada uma delas. De maneira geral, como o(a) sr(a). avalia a atuação (LEIA INSTITUIÇÃO), o(a) sr(a). diria que é ótima, boa, ruim ou péssima?”

<sup>110</sup> Novamente, preferimos desconsiderar os resultados dos extremamente pobres (queda de 36,6 pontos percentuais entre 2006 e 2010) devido à baixa quantidade desses respondentes no ano de 2006 (apenas oito).

De qualquer maneira, não deixa de ser notável que, num rol de cinco, sendo quatro ligadas ao Estado ou à política, a instituição melhor avaliada tenha sido uma cujo sentido remete à área privada. Além disso, as quatro outras instituições eram percebidas como, no mínimo, regulares, se não ruins – ou seja, a visão da população brasileira sobre as instituições estatais e políticas parecia ser, mesmo, bastante negativa. O que não representava uma novidade: em estudo realizado em 2006, Moisés demonstrava que, “a despeito de a adesão normativa à democracia ser majoritária no Brasil, os brasileiros desconfiam das instituições democráticas em geral e, em particular, dos partidos políticos, do Congresso Nacional e do sistema judiciário” (MOISÉS, 2013, p. 53). Essa desconfiança derivaria de uma percepção de que essas instituições não desempenhariam a contento suas missões (MOISÉS & MENEGUELLO, 2013, p. 17), fosse por causa da corrupção ou de outros fatores. Esse quadro afetaria, em última instância, a própria cidadania:

Nesse sentido, a confiança em instituições é um modo por meio do qual os cidadãos asseguram que os seus direitos de cidadania são respeitados e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual confirmam o seu compromisso com as exigências de seu pertencimento à comunidade política. A confiança é, assim, uma condição necessária da cidadania, e o seu meio de realização são precisamente as instituições democráticas. (MOISÉS, 2013, p. 49).

### **Avaliação de serviços e de políticas públicas**

Aqui, houve uma mudança relevante no questionário no decorrer das ondas: nas duas primeiras (2002 e 2006), abordavam-se *serviços* públicos. Nas duas últimas (2010 e 2014), *políticas* públicas.<sup>111</sup> A lista avaliada, como era de se esperar, também foi alterada: em 2002 e em 2006, constavam dela áreas como saúde e educação, mas também coleta de lixo, limpeza de ruas e calçadas e iluminação pública. Já nos dois últimos anos da série, embora se mantivessem, com algumas diferenças, as áreas essenciais (como saúde e educação), constavam do arrolamento, ainda, itens como “diminuição das desigualdades sociais”, por exemplo. Seleccionamos, então, itens que guardassem algum sentido de continuidade nas quatro ondas, que se referissem a temas

---

<sup>111</sup> Na verdade, os questionários não mencionam “políticas públicas”, mas somente *políticas*.

fundamentais (novamente, saúde e educação, mas também segurança pública) e mais diretamente a direitos; ou ainda que, de alguma maneira, dissessem respeito especialmente à “nova classe média”. Logicamente, apresentaremos os dados dos dois primeiros anos separados dos resultados dos dois últimos.

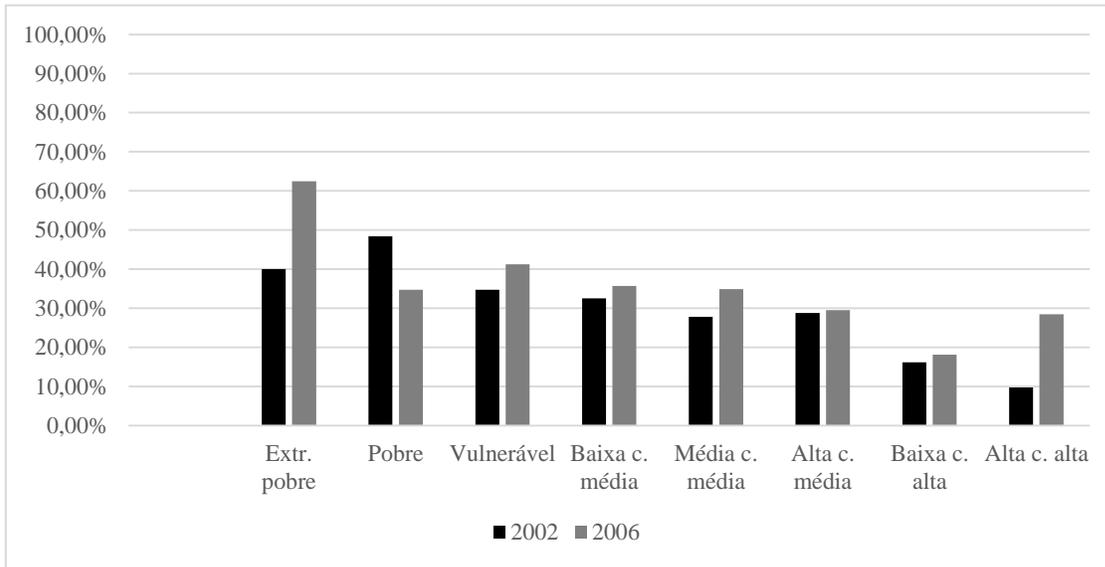
Optamos por não fazer, aqui, uma análise em separado para cada serviço ou política pública, visto que há padrões bastante claros na avaliação dos mesmos. Via de regra, os serviços eram julgados como sendo regulares ou ruins. As escolas públicas alcançaram os melhores números (em torno de 60% de “ótimo ou bom”, em 2002, entre extremamente pobres e pobres) e o serviço de saúde, os piores (cerca de 40% dos mesmos extremamente pobres e pobres percebiam o serviço como “ótimo ou bom” em 2002).

Já a apreciação das políticas públicas foi bem mais crítica. Em boa parte delas, a porcentagem de “ótimo ou bom” não passou de 10%. Não temos elementos para afirmar se as alterações no questionário – de “serviço” para “política” e também nos itens avaliados – tiveram alguma influência nos resultados, ou se houve outros fatores conjunturais que levaram a isso, mas a queda foi flagrante.

Além disso, *grosso modo*, para serviços e políticas públicas, continuou-se o padrão de queda no ano de 2014 e de uma pior visão quanto maior a renda – aqui, em consonância com o que Souza e Lamounier (2010) mostraram em seu estudo. Análises feitas por Bonifácio e Schlegel com base na pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, de 2006, também corroboravam essa tendência: os mais educados e incluídos (e, provavelmente, com maiores ganhos) eram aqueles que faziam a avaliação mais crítica dos serviços (BONIFÁCIO & SCHLEGEL, 2013, p. 356).

### Polícia e segurança pública

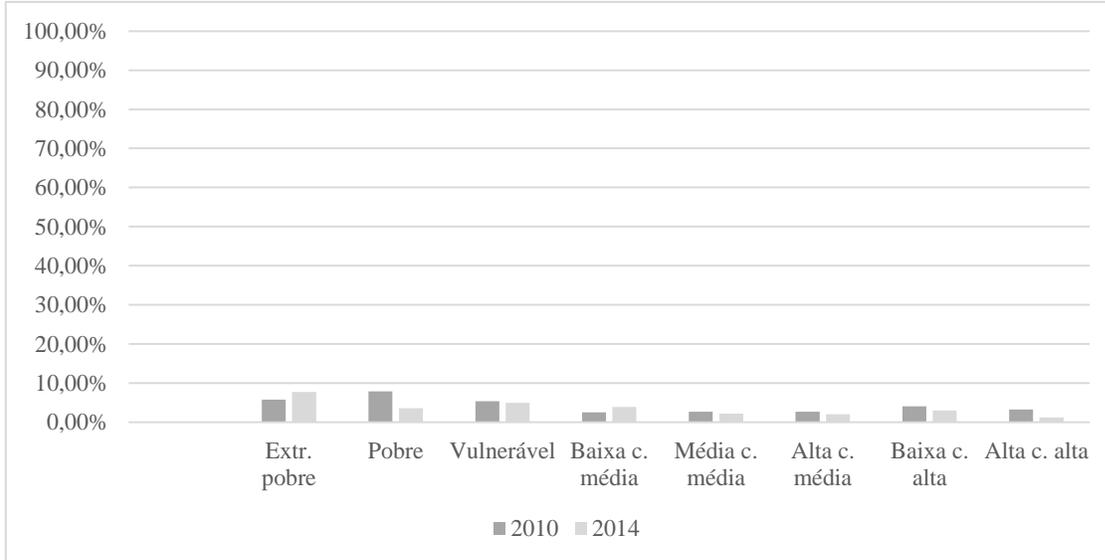
**Gráfico 15: Satisfação com a polícia (notas de 8 a 10) – Brasil – 2002-2006**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que o (a) sr(a). desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto está satisfeito com cada um deles. De 0 a 10, que nota o(a) sr(a). dá para...”.

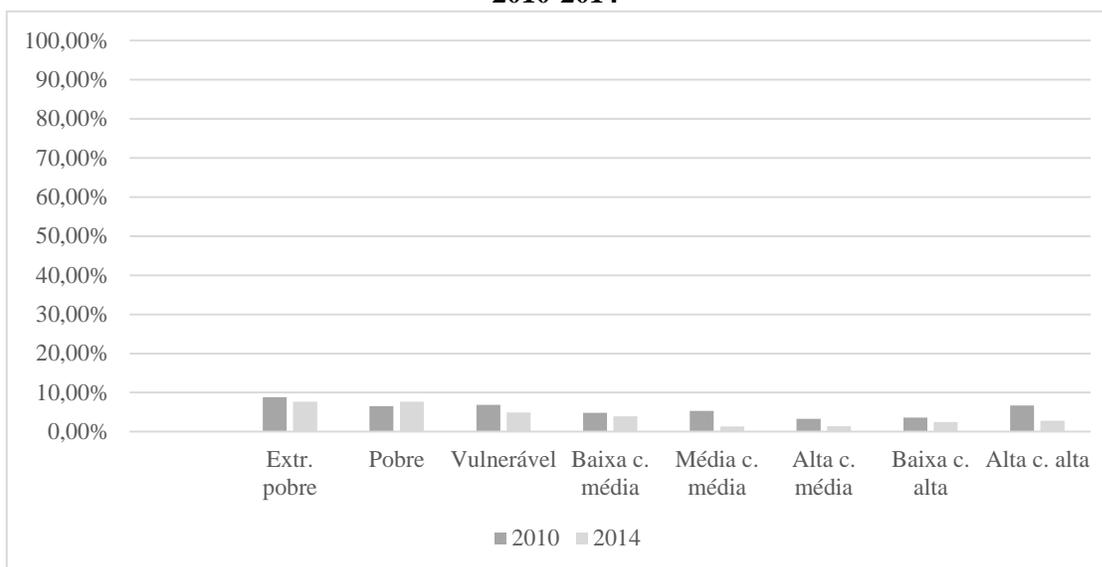
**Gráfico 16: Satisfação com o controle da criminalidade (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala (mostrar cartela) para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 o(a) sr(a). dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os)...”.

**Gráfico 17: Satisfação com o controle da violência policial (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014**

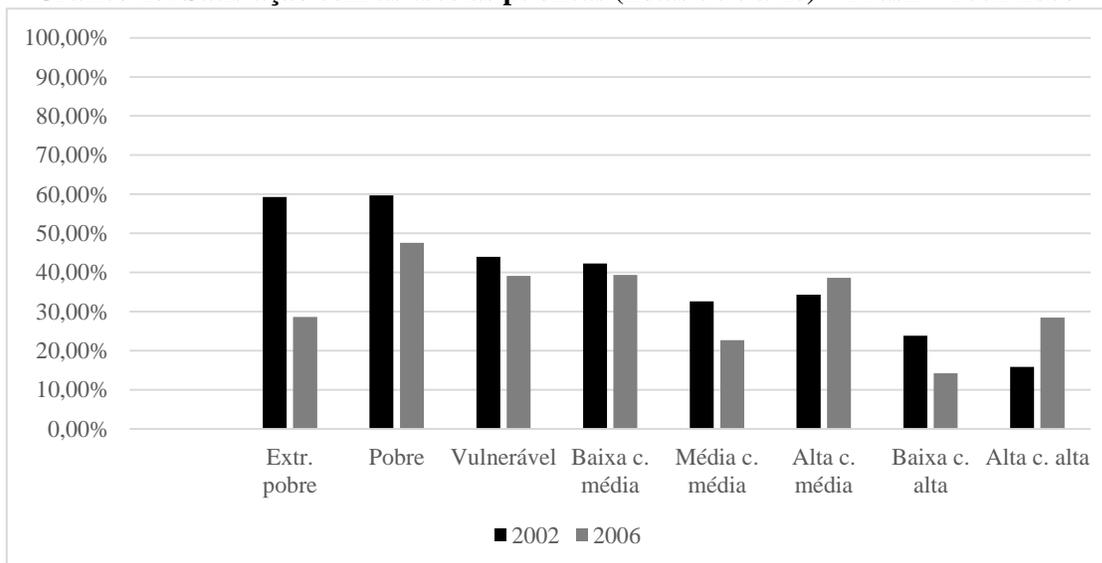


Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala (mostrar cartela) para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 o(a) sr(a). dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os)...”.

## Educação

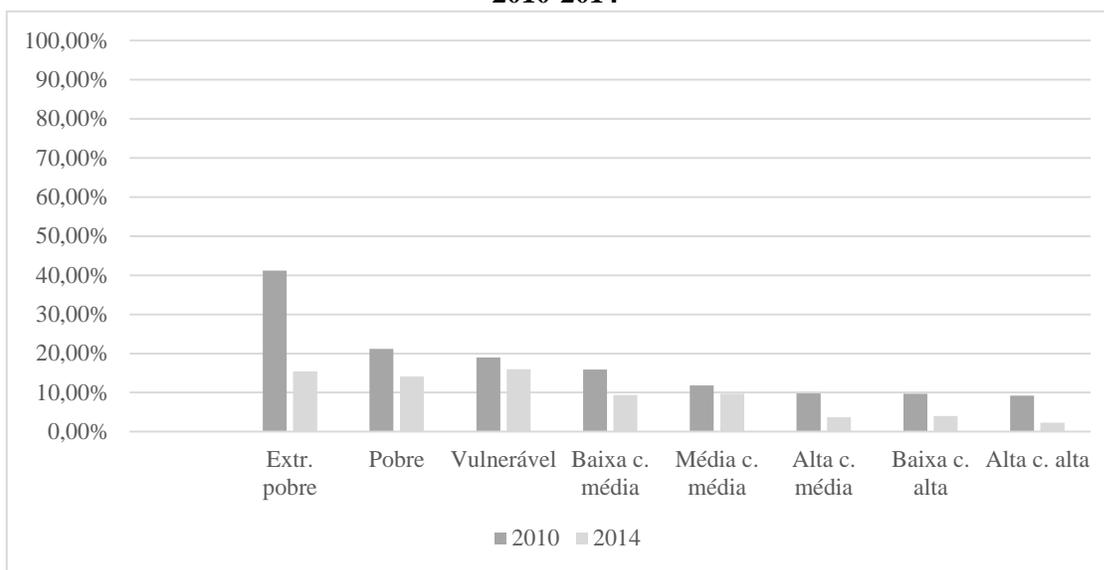
**Gráfico 18: Satisfação com as escolas públicas (notas de 8 a 10) – Brasil – 2002-2006**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que o(a) sr(a). desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto está satisfeito com cada um deles. De 0 a 10, que nota o(a) sr(a). dá para...”.

**Gráfico 19: Satisfação com a qualidade do ensino público (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014**

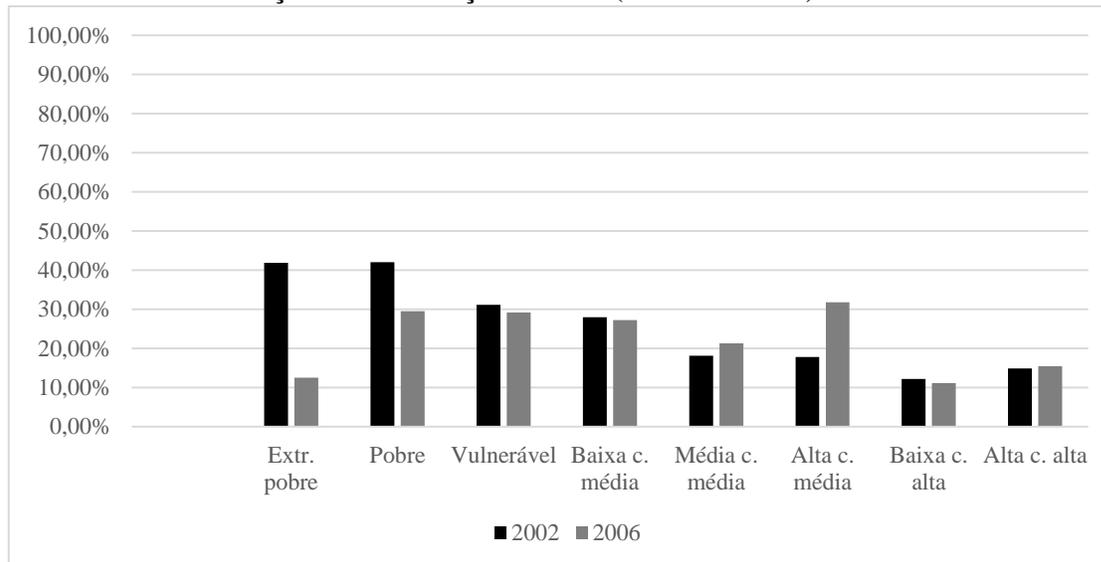


Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala (mostrar cartela) para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 o(a) sr(a). dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os)...”.

## Saúde

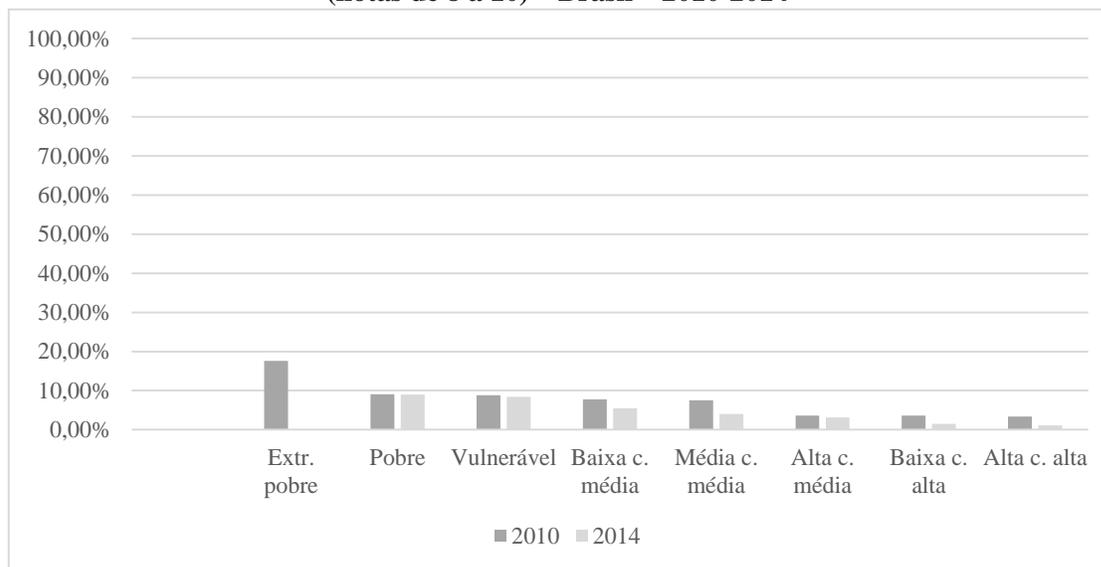
**Gráfico 20: Satisfação com o serviço de saúde (notas de 8 a 10) – Brasil – 2002-2006**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que o(a) sr(a). desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto está satisfeito com cada um deles. De 0 a 10, que nota o(a) sr(a). dá para...”.

**Gráfico 21: Satisfação com o acesso aos serviços de atendimento médico (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala (mostrar cartela) para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 o(a) sr(a). dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os)...”.

Bonifácio e Schlegel (2013, pp. 341-3) consideram que a avaliação de instituições ligadas ao Estado é função da interação de três fatores: dos valores dos indivíduos, que atuam como balizadores de seus julgamentos; do desempenho efetivo das instituições; e das percepções formadas por meio das informações recebidas (e, aqui, a mídia teria um papel chave). Os autores também veem como bastante provável a hipótese de que as impressões causadas por uma das partes afete, para o bem ou para o mal, a percepção do todo. Ou seja: a experiência com um serviço poderia influenciar as opiniões a respeito de todos os demais (BONIFÁCIO & SCHLEGEL, 2013, p. 345). Além disso, por meio de seu estudo, descobriram que o contato, o uso efetivo de um determinado serviço não era um fator fundamental para uma avaliação positiva ou negativa (BONIFÁCIO & SCHLEGEL, 2013, p. 357). Os pontos de vista eram formados também a partir de outros elementos – como, por exemplo, as notícias recebidas.

Podemos concluir, então, que a grande insatisfação com os serviços e políticas públicas no Brasil derivaria – em boa parte e talvez até mais do que de uma avaliação racional e baseada na experiência – de uma visão negativa, da desconfiança mesmo (MOISÉS, 2013) em relação ao Estado e a suas instituições. A queda em praticamente todas as porcentagens, e em quase todas as classes, no ano de 2014, não ocorreu à toa; ela simplesmente refletia o momento mais complexo pelo qual a sociedade brasileira passava em muitos anos. Esse cenário de descrédito tornava-se ainda mais grave se considerarmos que, como relatado na primeira parte deste trabalho, o brasileiro aprendeu a ver o Estado como um provedor de serviços. É como se tivéssemos, então, um fornecedor de serviços que simplesmente não cumprisse suas funções principais – e, além de ineficiente, fosse corrupto.

Assim, embora os resultados do ESEB, como já havíamos alertado, não se prestem a uma comprovação direta da tese de Flavio Rocha, eles tampouco nos revelam indícios suficientes que ajudem a demonstrar que ela estivesse correta. Na maioria dos temas examinados, a NCM simplesmente seguiu o padrão mais geral (caso da avaliação de serviços e de políticas) ou mesmo dividiu-se, com a baixa classe média acompanhando as percepções da classe baixa e, ao contrário, a alta classe média assemelhando-se à classe alta. Aliás, em todo o período examinado, onde houve

clivagens, elas opuseram a classe alta (baixa classe alta e alta classe alta) ao restante da sociedade.

Portanto, não temos como afirmar que, por meio da maior vivência com o consumo, o “eleitor-consumidor-cidadão” da “nova classe média” passou – conforme Rocha previu que aconteceria – a exigir mais, ou de maneira diferente, do Estado. Se houve uma piora na avaliação desse e de suas instituições no período do auge da NCM – o que, no ESEB, poderia ser lido nas ondas de 2010 e 2014 –, essa deterioração ocorreu entre todos os níveis de rendimento e provavelmente deu-se devido a questões relacionadas à cultura política brasileira e à conjuntura de cada momento.

### **Mobilidade social e perspectiva de melhorias no padrão de vida**

Não se pode dizer, todavia, que não tenha ocorrido uma melhora na qualidade de vida dos estratos, e talvez até mesmo a percepção de alguma mobilidade social. As edições de 2010 e de 2014 do ESEB contavam com uma questão sobre a classe a que os respondentes pertenciam há 8 anos (com relação à data da pesquisa) e aquela da qual fariam parte “hoje” (na data da pesquisa). Especialmente em 2010, vê-se que, à exceção das pontas da distribuição de renda (extremamente pobres e alta classe alta) – que acreditavam ter se mantido nos mesmos patamares –, as respostas dos demais segmentos à pergunta sobre o momento atual (à qual classe pertencem “hoje”) dividiam-se entre a continuidade e a subida na escala, com o deslocamento ao estrato imediatamente superior (tabelas 20 e 21).

**Tabela 20: À qual classe pertencia há 8 anos– Brasil – 2010\***

	<b>Extremamente pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Mais alta	0,0%	,4%	1,5%	0,5%	0,0%	0,9%	0,0%	3,4%
Média alta	2,9%	1,1%	1,1%	1,2%	2,1%	2,7%	5,6%	2,5%
Média-média	5,9%	8,0%	7,3%	8,8%	15,0%	24,0%	27,6%	44,5%
Média baixa	8,8%	19,7%	23,4%	34,7%	38,5%	34,6%	41,3%	36,1%
Baixa	52,9%	37,9%	41,0%	37,5%	34,2%	26,3%	20,9%	10,9%
Mais baixa	29,4%	28,4%	22,3%	15,7%	8,6%	9,5%	3,6%	2,5%
NS/NR	0,0%	4,5%	3,3%	1,7%	1,6%	2,1%	1,0%	0,0%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Nos últimos tempos, tem-se falado muito que muitas pessoas mudaram de classe social. Considerando os últimos oito anos até hoje, o(a) sr(a). diria que o(a) sr(a). e/ou sua família mudou de classe social ou ficou na mesma classe social? Qual era a sua classe social há oito anos? Você diria que era:...”.

\* A resposta a essa pergunta era estimulada: o entrevistador lia o nome das classes (de “mais baixa” até “mais alta”).

**Tabela 21: À qual classe pertence hoje – Brasil – 2010\***

	<b>Extremamente pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Mais alta	0,0%	1,9%	4,4%	1,9%	1,6%	3,3%	1,0%	3,4%
Média alta	0,0%	1,5%	2,2%	5,0%	7,5%	8,0%	12,2%	23,5%
Média-média	8,8%	15,5%	19,8%	29,9%	28,3%	36,4%	45,4%	52,1%
Média baixa	23,5%	39,0%	37,4%	41,8%	43,3%	36,7%	32,7%	19,3%
Baixa	50,0%	34,5%	29,7%	18,5%	17,1%	13,6%	8,2%	0,8%
Mais baixa	17,6%	3,8%	3,3%	1,9%	0,5%	0,9%	0,0%	0,8%
NS	0,0%	3,8%	3,3%	1,0%	1,6%	1,2%	0,5%	0,0%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Nos últimos tempos tem-se falado muito que muitas pessoas mudaram de classe social. Considerando os últimos 8 anos até hoje o(a) sr(a). diria que o(a) sr.(a) e/ou sua família mudou de classe social ou ficou na mesma classe social? Qual era a sua classe social há 8 anos atrás? Você diria que era:...”.

\*A resposta a essa pergunta era estimulada: o entrevistador lia o nome das classes (de “mais baixa” até “mais alta”).

Já no questionário do estudo de 2014, foi introduzida uma nova e importante pergunta: se o entrevistado achava que tinha ou não mudado de classe. Os resultados foram os seguintes:

**Tabela 22: Percepção de mudança de classe social em 8 anos – Brasil - 2014**

	<b>Extremamente pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Mudaram	46,2%	38,2%	34,7%	36,4%	32,2%	36,1%	45,5%	51,7%
Permaneceram	46,2%	55,0%	56,9%	58,4%	61,7%	56,8%	47,0%	48,3%
NS/NR	7,7%	6,8%	8,4%	5,2%	6,2%	7,1%	7,4%	0,0%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Nos últimos tempos, tem-se falado muito que muitas pessoas mudaram de classe social. Considerando os últimos oito anos até hoje, o(a) sr(a). diria que o(a) sr(a). e/ou sua família mudaram de classe social ou permaneceram na mesma classe que estavam há oito anos?”

**Tabela 23: A qual classe pertencia há 8 anos– Brasil – 2014\***

	<b>Extremamente pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Mais alta	0,0%	0,5%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%
Média alta	0,0%	0,5%	1,5%	2,6%	2,6%	3,1%	5,0%	13,6%
Média-média	7,7%	9,1%	14,4%	20,2%	22,9%	34,4%	37,8%	30,7%
Média baixa	23,1%	32,7%	36,1%	39,6%	46,7%	40,5%	38,8%	35,2%
Baixa	46,2%	40,0%	36,5%	28,2%	21,6%	17,0%	13,9%	15,9%
Mais baixa	23,1%	12,7%	5,7%	4,9%	3,1%	3,7%	2,5%	2,3%
NS/NR	0,0%	4,5%	5,7%	4,1%	3,1%	1,4%	1,5%	2,3%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Há 8 anos, o(a) sr(a). e a sua família pertenciam à classe:...”

\* A resposta a essa pergunta era estimulada: o entrevistador lia o nome das classes (de “mais baixa” até “mais alta”).

**Tabela 24: À qual classe pertence hoje – Brasil – 2014\***

	<b>Extremamente pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Mais alta	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	1,1%
Média alta	7,7%	2,7%	3,0%	4,2%	1,8%	2,4%	8,5%	12,5%
Média-média	7,7%	11,8%	12,1%	15,6%	15,9%	16,7%	21,4%	26,1%
Média baixa	15,4%	15,4%	15,5%	13,0%	11,1%	14,3%	12,4%	9,1%
Baixa	15,4%	6,3%	3,8%	2,1%	3,1%	2,4%	0,5%	1,1%
Mais baixa	0,0%	1,4%	0,4%	1,0%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%
NS/NR	0,0%	,5%	0,0%	,5%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
Não se aplica	53,8%	62,0%	65,2%	63,6%	68,1%	64,3%	54,7%	47,7%

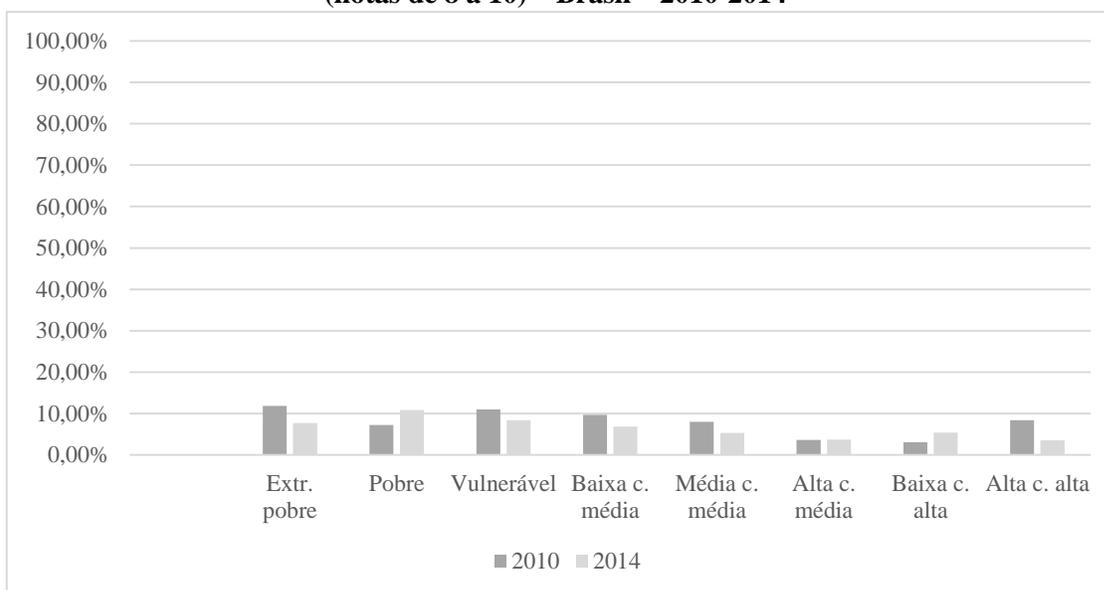
Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “E o(a) sr(a). diria que hoje pertencem à classe:...”

\* A resposta a essa pergunta era estimulada: o entrevistador lia o nome das classes (de “mais baixa” até “mais alta”).

Vemos, então, que a maioria dos estratos, incluindo a “nova classe média”, considerou que permanecera na mesma classe – as exceções são, novamente, a classe inferior (extremamente pobres) e a superior (alta classe alta). Podemos entender, então, que, em relação a 2010, em 2014 a percepção de mobilidade, de ascensão social com o passar do tempo, decaiu – provável efeito da crise econômica já em curso. Ao mesmo tempo, a satisfação com a queda da desigualdade social, já baixíssima, também diminuiu.

**Gráfico 22: Satisfação com a diminuição das desigualdades sociais (notas de 8 a 10) – Brasil – 2010-2014**



Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala (mostrar cartela) para me dizer o quanto está satisfeito(a) com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os)...”.

De qualquer maneira, seguimos acreditando que mais renda e, conseqüentemente, mais consumo podem ter, sim, um papel empoderador na vida das pessoas. Talvez esse efeito fique mais restrito e, conseqüentemente, seja mais visível, nas práticas cotidianas, nas vivências mais privadas dos indivíduos e menos na relação

com o Estado e suas instituições. Relações essas tão contaminadas pela barreira da desconfiança e tão mais suscetíveis às mudanças conjunturais.

Infelizmente, o ESEB, por ser um estudo de outra natureza, não contemplava questões que pudessem detectar esse movimento de empoderamento. Porém, trazia alguns indícios: cremos não ser por acaso que, quando questionados a respeito de suas perspectivas futuras, os respondentes das duas últimas ondas analisadas da pesquisa dão respostas majoritariamente positivas.

**Tabela 25: Percepção do padrão de vida em 10 anos – Brasil – 2010**

	<b>Extrem. pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Muito melhor do que agora	35,3%	46,2%	46,2%	46,1%	49,7%	48,8%	52,6%	47,1%
Um pouco melhor do que agora	52,9%	36,0%	37,4%	40,1%	32,6%	34,9%	35,2%	31,1%
Igual, a mesma coisa	5,9%	9,1%	6,6%	6,9%	9,1%	9,2%	9,2%	10,9%
Um pouco pior do que agora	2,9%	1,5%	0,4%	0,7%	0,5%	3,6%	0,5%	0,0%
Muito pior do que agora	0,0%	0,8%	1,5%	0,5%	0,0%	0,9%	0,5%	0,0%
NS/NR	2,9%	6,4%	8,1%	5,7%	8,0%	2,7%	2,0%	10,9%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Pensando no futuro, como o(a) sr(a). imagina que daqui a 10 anos o seu padrão de vida estará?” (RESPOSTA ESTIMULADA).

**Tabela 26: Possibilidade de ter um melhor padrão de vida em 10 anos – Brasil – 2014**

	<b>Extrem. pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Vulnerável</b>	<b>Baixa c. média</b>	<b>Média c. média</b>	<b>Alta c. média</b>	<b>Baixa c. alta</b>	<b>Alta c. alta</b>
Totalmente possível	7,7%	13,2%	10,3%	11,5%	14,9%	17,3%	15,3%	22,7%
Possível	61,5%	62,3%	64,9%	68,8%	61,0%	67,1%	66,8%	61,4%
Impossível	23,1%	16,8%	16,0%	14,1%	18,4%	11,9%	13,9%	10,2%
Totalmente impossível	0,0%	1,8%	1,9%	1,0%	2,2%	1,7%	1,0%	2,3%
NS/NR	7,7%	5,9%	6,9%	4,7%	3,5%	2,0%	3,0%	3,4%

Fonte: elaboração da autora a partir de microdados do ESEB.

Pergunta: “Pensando no futuro, daqui uns 10 anos, o(a) sr(a). acha totalmente possível, possível, impossível ou totalmente impossível que o seu padrão de vida será melhor?”

Ou seja: por tudo o que já vimos, até mesmo pelos depoimentos de integrantes da “nova classe média” apresentados no capítulo anterior, percebemos que existe, de fato, um aumento na autoestima, na crença em sua capacidade de realizar e de crescer, um aprendizado, enfim, que decorre das melhorias nas condições de vida, mesmo que momentâneas.

## Considerações finais

O “eleitor-consumidor-cidadão”. Esse seria um novo personagem que teria surgido no Brasil no período entre o final dos anos 2000, início dos anos 2010. Alguém que passara a comprar mais e, supostamente, ascendera de classe. Mais, até: que, junto com diversos outros indivíduos que viveram o mesmo processo, formara uma “nova” classe social: a “nova classe média”. E que, além, ou por causa dessa ascensão, passaria a ver e a se relacionar com o Estado e suas instituições de uma nova maneira, mais exigente, buscando a mesma reciprocidade e atendimento que passara a encontrar em suas relações comerciais. Entender esse personagem e, em especial, descobrir se a intensificação das práticas de consumo por ele vivenciadas de fato mudou ou interferiu em sua relação com as instâncias estatais – melhor dizendo, se alterou em algo as suas posturas como cidadão – foi o principal intento deste trabalho.

No caminho para responder à nossa indagação (de maneira sintética: para a “nova classe média” brasileira, consumir mais resultou em uma nova visão do Estado e de suas instituições?), passamos, primeiramente, pelo entendimento do conceito de cidadania e da sua trajetória de implementação no Brasil. Percebemos que, em nosso país, uma questão fundamental que impede a efetivação da cidadania é o fato de termos aprendido (devido à ação do próprio Estado) que, muitas vezes, direitos, especialmente os direitos sociais, devem ser vistos meramente como serviços públicos gratuitos. Com isso, perde-se a substância da cidadania: por um lado, a igualdade e a dignidade, as quais devem ser partilhadas por todos os membros de uma dada sociedade (ou seja, por todos aqueles que fazem parte do *status* da cidadania); e, por outro lado, a oportunidade de ter voz naquela sociedade, isto é, de poder ser ouvido, de participar conforme as regras acordadas. Enxergar os direitos somente como prestação de serviços públicos gratuitos esvazia e empobrece a experiência brasileira com a cidadania.

Em segundo lugar, dedicamo-nos a deslindar o fenômeno da chamada “ascensão da nova classe média”. A “detecção” do suposto novo estrato social deu-se na academia, mas a ideia de que havia uma parcela da população com mais recursos e

ávida por consumir logo se espalhou para a mídia e, como não poderia deixar de ser, conquistou o mercado. Os integrantes da “nova classe média”, então, tornaram-se objeto de estudos que buscavam compreender suas atitudes, hábitos e anseios de consumo.

O Governo viu, no frenesi com a NCM, uma oportunidade: a de transformar o “novo” estrato numa espécie de materialização das conquistas por ele alcançadas (especialmente na era Lula). Tínhamos um segmento com uma grande taxa de ocupação, com empregos formais e remunerações melhores, que progredia e que tinha se tornado “protagonista” de sua própria vida – ou, como dissera o ex-presidente Lula em uma entrevista, um brasileiro que poderia ter orgulho de si mesmo, que reconquistara seu amor-próprio. Um brasileiro que representava, nada mais nada menos, a melhor propaganda para os governos petistas.

Para se apropriar e fomentar a narrativa a respeito da “nova classe média”, foi, então, destacada a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), que, mobilizando quadros técnicos do Estado, bem como intelectuais de diversos matizes, tomou uma importante primeira providência: definir um critério para delimitar o “novo” estrato (e, logicamente, os demais que compunham a sociedade). Com essa medida, o órgão governamental afiançava a existência da NCM e ditava, como voz oficial, quem a comporia. Ato contínuo, foram lançados diversos estudos sobre o segmento – todos executados com grande rigor técnico e baseados nas principais estatísticas sociais brasileiras –, os cadernos *Vozes da Classe Média*, nos quais se desenhavam as principais transformações que levaram à conformação do estrato, além de suas características principais.

Entendido o conceito de cidadania, compreendida a “nova classe média” em seus principais aspectos, procedemos à verificação empírica de nossa principal indagação, com base nos microdados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro). Deparamo-nos com um cenário de apreço pela democracia, mas incertezas quanto à democracia brasileira; de reconhecimento da importância do voto para determinar os rumos do país, mas grande desejo de não votar caso houvesse essa alternativa. Descobrimos, além disso, uma população descontente com as instituições ligadas ao

Estado e à democracia, e que, de maneira geral, avaliava negativamente a prestação de serviços estatais.

Mais do que isso, pudemos perceber que o quadro apresentado acima era, *grosso modo*, verdadeiro para todos os estratos sociais (com tendência a uma avaliação pior entre os segmentos mais altos). Em outras palavras: não encontramos indícios de que pertencer à “nova classe média” (e ter vivenciado, portanto, um aumento no consumo) tenha resultado numa visão mais crítica do Estado. Essa era muito mais dependente, além da maior renda, de fatores conjunturais, como escândalos políticos e/ou situação econômica. Ademais, outros estudos apontaram para um outro aspecto cultural que, seguramente, teve – e, pelo que pudemos entender, tem, recorrentemente – seu papel nas avaliações negativas que encontramos: a falta de confiança dos brasileiros nas instituições políticas.

De qualquer maneira, nossos achados não nos fazem desmerecer o papel do consumo para o empoderamento dos cidadãos. Como vimos, acreditamos que o consumo não se opõe – como sugerido por muitos –, mas é essencial a uma melhor vivência dos indivíduos e mesmo à cidadania: por meio dele, garante-se o acesso a uma vida minimamente digna, que capacitaria ao gozo e ao exercício dos direitos. Assim, habilitando para a cidadania, o consumo também tornaria os indivíduos mais dispostos a aceitar regras sociais e contribuiria para a regulação entre sociedade, mercado e Estado (até por isso, fomentar o consumo era importante para os governos petistas, estratégico para o “reformismo fraco” lulista).

Ponderamos, ao mesmo tempo, que as práticas relacionadas ao universo do consumo – pesquisar, escolher, negociar etc. – representam experiências, geram reflexões e conhecimento que certamente são levados a outras instâncias da vida dos indivíduos. Nesse sentido, o ato de consumir reflete-se em ganhos de autonomia e mesmo de autorrespeito. E se levamos em conta, também, os benefícios mais visíveis que ele traz para o cotidiano das pessoas, entendemos que sua importância não pode ser desprezada – isso ficou claro nos depoimentos de membros da NCM, que evidenciaram como a compra de certos bens gerou para eles uma economia de tempo, um incremento nos rendimentos e mesmo uma maior convivência familiar.

Por fim, não podemos deixar de considerar que vivemos em uma sociedade de consumo. Logo, para o bem ou para o mal, mais consumo acaba por gerar uma maior sensação de pertencimento, algo tão caro a qualquer ser humano.

O objetivo de nossa reflexão, em nenhum momento, foi tratar o consumo como “panaceia para todos os males” da cidadania brasileira. Sabemos que há muito a ser feito em termos de efetivação de direitos (para começar, mudar a visão de que direitos são serviços seria primordial) e que a falta de confiança nas instituições também atinge em cheio a cidadania, posto que os cidadãos deixam de acreditar que terão seus direitos respeitados de fato (MOISÉS, 2013, p. 49). Entendemos, por outro lado, que o consumo sempre foi bastante “vilanizado” quando se trata do tema cidadania – como se consumir fosse abandonar a busca constante por aprimorar a cidadania – e, ao mesmo tempo, que as interações entre consumo e cidadania são algo ainda pouco estudado. Este trabalho, então, seria uma pequena contribuição nesse campo.

Para terminar, gostaríamos de tecer uma última reflexão sobre a “nova classe média”. Uma boa parte dos críticos à narrativa sobre o segmento afirma que, na realidade, não se conformou um novo estrato. Concordamos com esse ponto de vista: em nossa visão, uma parcela da população teve seus rendimentos aumentados e passou a consumir mais graças à boa situação econômica somada a políticas governamentais. Não houve, portanto, mudanças estruturais que justificassem a ideia de que havia ocorrido mobilidade social.

Por outro lado, percebemos que, ao negar a NCM e ao insistir (ainda que com certa razão) que, aos seus integrantes, faltavam, ainda, muitas conquistas, os detratores do estrato parecem ter negligenciado um fator de extrema importância: essas pessoas, esses indivíduos alçados à posição de membros da “nova classe média”, finalmente, ganharam espaço. Foram estudados, tiveram suas histórias contadas, apareceram nas revistas. Algo que, para qualquer ser humano, em qualquer época, não pode ser menosprezado, como bem observava o *founding father* John Adams, citado por Hannah Arendt:

O homem pobre tem a consciência limpa, e mesmo assim ele se sente envergonhado [...]. Sente-se fora da visão dos outros, tateando no escuro. A humanidade não se apercebe dele. Ele vagueia e perambula

ignorado. No meio de uma multidão, na igreja, no mercado [...] está nas sombras como se estivesse num sótão ou num porão. Ele não é desaprovado, censurado ou repreendido; *simplesmente não é visto* [...]. Passar totalmente despercebido e saber disso é intolerável [...] (ARENDDT, 2013, p. 104; itálicos da autora).

Enfim: a despeito de toda a controvérsia, do seu uso político e, mesmo que hoje não se fale mais sobre o estrato – e não se saiba se as melhores condições de vida alcançadas foram mantidas –, todo o discurso sobre a “nova classe média” teve um grande mérito: o de trazer essas pessoas à luz; fazer com que fossem vistas. Oxalá isso possa ser feito com todo e qualquer brasileiro.

## Referências Bibliográficas

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. **Organização do conceito “Nova Classe Média”, dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho**. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração da UFRGS, 2014. Orientadora: Maria Ceci Araújo Misoczky. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96862/000917453.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ABRANTES, Talita. 79% dos brasileiros não lembram em quem votaram para o Congresso. **Exame**, São Paulo, jan. 2018. Brasil. Disponível em:

<<https://exame.abril.com.br/brasil/79-dos-brasileiros-nao-lembram-em-quem-votaram-para-o-congresso/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/44188/26725>>. Acesso em 09 jul. 2019.

AQUINO, Yara. Ano começa com fim da redução do IPI para automóveis. **Agência Brasil**. Brasília, dezembro de 2014. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/ano-novo-comeca-com-fim-da-reducao-do-ipi-para-automoveis>>. Acesso em 11 jun. 2019.

ARENDT, Hanna. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina**. Presidencia de la Nación, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 1994. Disponível em:

<<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARRETCHE, Marta. Apresentação. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. pp. 1-20.

\_\_\_\_\_. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o**

Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015. pp. 193 – 222.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE PESQUISA. **Apresentação sobre o novo Critério Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <[www.abep.org/criterio-brasil](http://www.abep.org/criterio-brasil)>. Acesso em: 08 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Critério de Classificação Econômica Brasil**: Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. São Paulo, 2016. Disponível em: <[www.abep.org/criterio-brasil](http://www.abep.org/criterio-brasil)>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BALAKRISHNAN, Ravi; TOSCANI, Frederik. **Como o boom das commodities ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina**. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/06/20/blog-how-the-commodity-boom-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america>>. Acesso em: 06 nov.2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em 06 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Glossário de estatísticas monetárias e de crédito**. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Estatisticas\\_mensais/Monetaria\\_credito/glossariocredito.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Estatisticas_mensais/Monetaria_credito/glossariocredito.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=visualizarValores>>. Acesso em 06 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>>. Acesso em 12 jun. 2019

BARROS, Rafaella. O que aconteceu com a nova classe média: economista faz diagnóstico do antes e depois da crise econômica. **Extra**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2016. Economia. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/o-que-aconteceu-com-nova-classe-media-economista-faz-diagnostico-do-antes-depois-da-crise-economica-20664168.html?service=print>>. Acesso em 30 maio 2019.

BARTELT, Dawid; PAULA, Marilene (Orgs.). **É o fim da nova classe média?** Trabalho, religião e consumo em tempos de crise. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2017. Disponível em:

<[https://br.boell.org/sites/default/files/boll\\_nova\\_classe\\_media\\_final.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/boll_nova_classe_media_final.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2019.

BONIFÁCIO, Robert; SCHLEGEL, Rogerio. Serviços públicos: o papel do contato direto e do cidadão crítico nas avaliações das instituições. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 341-358.

BORGES, Fábio Mariano. **Consumo e cidadania: práticas cidadãs nas reclamações dos consumidores**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Marisa do Espírito Santo Borin.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Preâmbulo. Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, Coordenação de Edições Técnicas. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Artigo 196. Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, Coordenação de Edições Técnicas. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **A Nova Classe Média Brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Brasília, 2012a. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média**. Brasília, 2012b. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Vozes da Classe Média**. Brasília, 2012c. Disponível em: <[https://pt.slideshare.net/rafawbraga/vozes-da-classe-mdia?from\\_action=save](https://pt.slideshare.net/rafawbraga/vozes-da-classe-mdia?from_action=save)>. Acesso em: 11 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Vozes da Classe Média**. É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas. Edição: Marco Zero. Brasília, setembro de 2012d. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Voices da Classe Média**. Caderno 2: Desigualdade, Heterogeneidade e Diversidade. Brasília, novembro de 2012e. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Voices da Nova Classe Média: classe média e emprego assalariado**. Caderno 4. Brasília, 2013b. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Assuntos estratégicos. Social e renda. A classe média brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. (Orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. 2. reimpressão. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. **Sobre o ESEB**. Campinas. Disponível em: <<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro 2002**. Observações sobre a base de dados. Campinas, 2002. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMf2TKIwNQ\\_MDA\\_93186\\_/Met\\_01838.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMf2TKIwNQ_MDA_93186_/Met_01838.pdf)> Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Pulso Brasil/IPSOS- CESOP/ESEB\_2006**. Campinas, 2006. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMHwS60wNQ\\_MDA\\_92188\\_/Metodologia\\_02489.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMHwS60wNQ_MDA_92188_/Metodologia_02489.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Revista Opinião Pública**. Campinas, Vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, Encarte Tendências. p.409-427. Disponível em:  
<[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH6T6IwNQ\\_MDA\\_75c0a\\_/Encartev13n2.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH6T6IwNQ_MDA_75c0a_/Encartev13n2.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB/2010 (metodologia)**. Campinas, 2010. Disponível em:  
<[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMf2TKMwNQ\\_MDA\\_ee5b2\\_/met\\_02639.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMf2TKMwNQ_MDA_ee5b2_/met_02639.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **ESEB 2014**. Descrição da amostra e informações adicionais. Campinas, 2014. Disponível em:  
<[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMf2S6kwNQ\\_MDA\\_bf02d\\_/4\\_Met\\_03928.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMf2S6kwNQ_MDA_bf02d_/4_Met_03928.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC - FGV). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro, Disponível em:  
<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/secretaria-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia-da-republica>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

COHN, Amélia *et al.* **A saúde como direito e como serviço**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

COMIN, Alvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 367-394.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:  
<<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2014.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

COSTA, Lucia Cortes da. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013. pp. 43-53. Disponível em:  
<<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

COSTA, Matheus. **Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos**. 25 fev. 2019. Disponível em:

<[http://www.secretariageral.gov.br/estrutura/secretaria\\_de\\_assuntos\\_estrategicos](http://www.secretariageral.gov.br/estrutura/secretaria_de_assuntos_estrategicos)>. Acesso em: 11 mar. 2019.

COSTA FILHO, Custódio Genésio da; MACEDO, Sâmara Borges; SALES, Aline Pereira; REZENDE, Daniel Carvalho de. Classe Social e Consumo: reflexões e agenda de pesquisa sobre a classe média brasileira. In: **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, 18., 2015, São Paulo. Área temática: 6. Marketing, Sociedade e Outros Temas. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/1250.pdf>>. Acesso em: 29 dez 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Perspectivas**: revista de Ciências Sociais da UNESP, São Paulo, n. 22, pp. 41-59, 1999. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

DEAK, Mariel. Renda e posse de bens. In: GONZALEZ, Lauro; PRADO, Maurício de Almeida; DEAK, Mariel (Orgs.). **O Brasil mudou mais do que você pensa**. Um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, pp. 87-120.

DRCALC.NET. **Cálculo de atualização monetária**. Disponível em: <<http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO SP). **A evolução da classe média e seu impacto no varejo**: diagnóstico e tendências. São Paulo: Fischer 2, fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/upload/pdf/2015/13/pesquisa-classe-media-tela.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

FERREIRA, Francisco H. G.; MESSINA, Julian; RIGOLINI, Jamele; LÓPEZ-CALVA, Luis-Felipe; LUGO, Maria Ana; VAKIS, Renos Vakis. **La movilidad económica y el crecimiento de la clase media en América Latina**. Washington, DC: Banco Mundial, 2013. Licencia: Creative Commons de Reconocimiento CC BY 3.0.

FILHO, Naercio Menezes; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015. pp. 109-132.

FLEURY, Sonia. A fabricação da classe média: projeto político para a nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 69-80. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

FRIEDLANDER, David; MARTINS, Ivan; MOON, Peter. A nova classe média do Brasil. **Revista Época**, agosto de 2008. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT10070-15228-10070-3934,00.html>>. Acesso em 03 jun. 2019.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano**. Uma breve história do século XXI. 3 atualização, com dois novos capítulos. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONZALEZ, Lauro; PRADO, Maurício de Almeida; DEAK, Mariel. Introdução. In: GONZALEZ, Lauro; PRADO, Maurício de Almeida; DEAK, Mariel (Orgs.). **O Brasil mudou mais do que você pensa**. Um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, pp. 7-12.

GRZYBOWSKI, Cândido. Que Brasil estamos construindo? In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 96-105. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

GUERRA, A. *et al.* (Orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil**. Volume 1: Classe média: desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

GUIA TRABALHISTA. **Tabela dos valores nominais do salário mínimo**. Disponível em: <[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm)>. Acesso em 06 jun. 2019.

Haidar, Rodrigo. STF decide que Lei de Imprensa é inconstitucional. **Consultor Jurídico**. São Paulo, abr. 2009. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-abr-30/lei-imprensa-inconstitucional-decide-supremo>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Hirano, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

Hirschman, Albert O. **De Consumidor a Cidadão**. Atividades privadas e Participação na Vida Pública. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

Holston, James; Appadurai, Arjun. **Cities and Citizenship**. Public Culture: The University of Chicago, Chicago, n. 8, pp. 187-204, 1996. Disponível em: <[http://www.arjunappadurai.org/articles/Appadurai\\_Cities\\_and\\_Citizenship.pdf](http://www.arjunappadurai.org/articles/Appadurai_Cities_and_Citizenship.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Holzacker, Denilde Oliveira; Balbachevsky, Elizabeth. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, n. 2, Novembro, 2007, pp. 283-306. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IEPGMDM\\_MDA\\_df099\\_/v13n2a03.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IEPGMDM_MDA_df099_/v13n2a03.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Anual de Comércio**. Notas técnicas. Rio de Janeiro, v. 28, pp. 1-59, 2016. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac\\_2016\\_v28\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2016_v28_notas_tecnicas.pdf)>. Acesso em 13 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Anual de Comércio**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1589>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Anual de Serviços**. Notas técnicas. Rio de Janeiro, v. 18, pp. 1-56, 2016a. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas\\_2016\\_v18\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2016_v18_notas_tecnicas.pdf)>. Acesso em 14 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Anual de Serviços**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2577>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT**. Séries históricas. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 1º trimestre 2019. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib%252525252525252523evolucao-pib%252525252525252523evolucao-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%252525252525252523evolucao-pib%252525252525252523evolucao-)

pib%25252525252523evolucao-pib%25252525252523evolucao-  
pib%252525252523evolucao-pib%2525252523evolucao-pib%25252523evolucao-  
pib%252523evolucao-pib%2523evolucao-pib%23evolucao-pib#evolucao-pib>. Acesso em: 01 jul. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Seminário discutiu a nova classe média brasileira**. 08 ago. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9795&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9795&Itemid=1)>. Acesso em: 14 mar. 2019.

JIMÉNEZ, Carla; MENDONÇA, Heloísa. PIB de 2014 revela uma economia estagnada e queda de investimento. **El País**. São Paulo, 27 mar. 2015, Conjuntura Econômica. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/27/politica/1427458565\\_874347.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/27/politica/1427458565_874347.html)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

KAMAKURA, Wagner A.; MAZZON, José Afonso. **Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2013. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521207689/cfi/6/2!/4/4/2@0:0.00>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; UCHÔA, Chistiane. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 16-31. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

KOPPER, Moisés. **Arquiteturas da Esperança**. Uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, 2016. Orientador: Arlei Sander Damo. Coorientador: João Guilherme Biehl. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/141243>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LEAL, Jana Martins. A Nova Classe Média brasileira: um objeto de disputas político-ideológicas no contexto do Reformismo Fraco no Brasil. In: **Encontro Anual da ANPOCS** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), 39, 2015, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt03/9453-a-nova-classe-media-brasileira-um-objeto-de-disputas-politico-ideologicas-no-contexto-do-reformismo-fraco-no-brasil/file>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015. pp. 163-189.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATOSO, Filipe; ALEGRETTI, Laís; PASSARINHO, Nathalia. Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios. **G1**, Brasília, 02 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

MEIRELLES, Renato. **A nova classe média brasileira**. São Paulo: Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, 2014.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MERCADANTE, Aloizio. Um novo horizonte de desenvolvimento. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Brasil e a economia criativa**: um novo mundo nos trópicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, pp. 299-325. Textos apresentados em painéis e na sessão de encerramento do XX Fórum Nacional, realizado em 2008 no Rio de Janeiro, comemorativo dos 20 anos do Fórum.

MILLS, C. Wright. **A nova classe média (White Collar)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOISÉS, José Álvaro. Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 119-150.

\_\_\_\_\_. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 27-49.

\_\_\_\_\_. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 51-91.

\_\_\_\_\_. Corrupção política e democracia no Brasil contemporâneo. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 201-235.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 11-24.

MORAES, Alexandre de *et al.* **Constituição Federal Comentada**. Organização Equipe Forense. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: <[https://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media/](https://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes das classes**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <[https://www.cps.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC\\_textofim\\_neri.pdf](https://www.cps.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC_textofim_neri.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres (the bright side of the poor)**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/nem/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br.  
**Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios. Séries históricas**. Disponível em: <[http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC\\_DOM](http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM)>. Acesso em 10 jun. 2019.

O'DOUGHERTY, Maureen. Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de “Cultura” e Consumo em São Paulo. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200005&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jul. 2017.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Carvalho Bezerra Freire de; RONSINI, Veneza Mayora. O discurso midiático e a “nova classe média”: articulações de uma experiência social em processo. **Intercom RBCC**. São Paulo, v. 39, n. 1, pp. 21-37, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0021.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Desonerações em alta com rigidez da carga tributária: o que explica o paradoxo do decênio 2005-2014?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão 2117. Rio de Janeiro, agosto de 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_m2117.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_m2117.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2019.

OSSOWSKI, Stanislaw. **Estrutura de classes na consciência social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 (tradução do inglês).

PAIVA, Guilherme França dos Santos Paiva; SILVA, Denise Britz do Nascimento; FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Consumo e critérios de classificação socioeconômica: um estudo aplicado à pesquisa de orçamentos familiares**. Texto para Discussão n. 75. Abril de 2013. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/grupo\\_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/site\\_antigo/tds/td75\\_f4edd.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/grupo_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/site_antigo/tds/td75_f4edd.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

PAULA, Marilene de. A nova classe trabalhadora e o neopentecostalismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 124-135. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 156-170. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PORTO, Fabíola Brigante Del. A avaliação do judiciário e o acesso à cidadania na visão dos brasileiros. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 281-308.

PRADO, Maurício de Almeida; BARLACH, Breno; DEAK, Mariel. Digitalização. In: GONZALEZ, Lauro; PRADO, Maurício de Almeida; DEAK, Mariel (Orgs.). **O Brasil mudou mais do que você pensa**. Um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, pp. 167-195.

QUADROS, Waldir José de; GIMENEZ, Denis Maracci; ANTUNES, Daví José Nardy. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais nos Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 32-42. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

ROSA, Thiago Mendes. **Ensaio sobre consumo**. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR. Curitiba, 2015. Orientadora: Adriana Sbicca Fernandes. Co-orientador: Flávio de Oliveira Gonçalves. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38048/R%20-%20D%20-%20THIAGO%20MENDES%20ROSA.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. Disponível em: <[http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10\\_ANOS\\_GOVERNOS.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SAFATLE, Amália. Nova “classe média” está menos vulnerável em tempos de crise. **Valor Econômico**, 31 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/cultura/6283681/nova-classe-media-esta-menos-vulneravel-em-tempos-de-crise#>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SALOMÃO, Alexa; SCHELLER, Fernando. “Com impeachment, a agonia seria curta”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 set. 2015. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,comimpeachmentaagoniaseriacurta,1757144>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. **O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Educação, cidadania e transição democrática. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 73-83.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHLEGEL, Rogerio. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 175-198.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 55-68. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes: um ensaio de interpretação. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLIV, Antônio R. (Orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, pp. 133-170.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Volume I: A árvore da liberdade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.

TODESCHINI, Marcos; SALOMÃO, Alexa. Um mergulho na nova classe média. **Revista Época Negócios**. Novembro de 2009. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI102795-16380,00->

UM+MERGULHO+NA+NOVA+CLASSE+MEDIA.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**. Teoria Política do Império do Brasil. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1964.

UNITED STATES OF AMERICA (1787). **Constitution of the United States**. United States Senate. Disponível em: <[https://www.senate.gov/civics/constitution\\_item/constitution.htm?utm\\_content=buffer05951#preamble](https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm?utm_content=buffer05951#preamble)>. Acesso em: 03 ago. 2018.

VICENTE, Eliana. Nova classe média: um delírio coletivo? In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013, pp. 81-93. Disponível em: <<https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WEFFORT, Francisco C. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolívar; BENEVIDES, Maria Victoria; WEFFORT, Francisco C. (Orgs.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. pp. 139-150.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**. A revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2004, ano 1, 4. ed., 01 nov. 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

YACCOUB, Hilaine. A chamada “nova classe média”. Cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 17, n. 36, pp. 197-231, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v17n36/v17n36a09>>. Acesso em: 13 mar. 2019.